

# ENTRE O SILÊNCIO E OS DOCUMENTOS:

## *A TRAJETÓRIA DO MUSEU NAVAL NA TRANSIÇÃO DO SÉC XIX PARA O SÉC XX*

*por*

***Sabrina de Rezende Bastos Vilaça Ribeiro Macêdo***

*Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio*

*Linha 02 – Museologia , Patrimônio Integral e Desenvolvimento Sustentável*

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Museologia e  
Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST)

Orientador: Professor Doutor Marcus Granato


*UNIRIO/MAST - RJ março de 2026*

## FOLHA DE APROVAÇÃO

# Entre o Silêncio e os Documentos: a trajetória do Museu Naval na transição do sec. XIX para o sec. XX


Dissertação de Mestrado de Sabrina de Rezende B. V. R. Macêdo, submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

*Aprovada por*

Documento assinado digitalmente  
 **MARCUS GRANATO**  
Data: 27/03/2026 13:03:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dr. Marcus Granato  
(Orientador - PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Documento assinado digitalmente  
 **IVAN COELHO DE SA**  
Data: 27/04/2026 15:00:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá  
(Membro Interno - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Documento assinado digitalmente  
 **ANDREA FERNANDES CONSIDERA**  
Data: 31/03/2026 21:14:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Andréa Fernandes Considera  
(Membro Externo - UnB)

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.

## Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

M141 Macêdo, Sabrina de Rezende Bastos V. R.  
Entre o silêncio e os documentos: A história do Museu Naval na transição do sec. XIX para o sec XX. / Sabrina de Rezende Bastos V. R. Macêdo. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2026.

Orientador: Marcus Granato.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2026.

1. Museologia. 2. Museu Naval. 3. Marinha do Brasil. I. Granato, Marcus, orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

Ao final deste caminho percorrido nos últimos dois anos é necessário reconhecer e agradecer aos que estiveram junto e aos que possibilitaram a realização desta dissertação.

Acima de tudo, agradeço a minha família que apesar das dificuldades encontradas em meu caminhar acadêmico e pessoal sempre me apoiou e me estimulou a seguir em frente. Em especial a minha filha, que apesar de não ter ainda noção do que concluo agora lidou com os reflexos deste período, com minhas ausências momentâneas e sentimentos confusos, sendo sempre a minha maior força. Ivana, Jean Carlos e Theodora, amo vocês.

Um grande agradecimento faço a Marinha do Brasil por me possibilitar realizar este curso de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, permitindo meu aperfeiçoamento e especialização profissional. Em especial, agradeço ao Vice-Almirante José Carlos Mathias e ao Vice-Almirante Gilberto dos Santos Kerr que enquanto diretores da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação, possibilitaram a realização deste curso. Não podendo deixar de realizar um especial agradecimento aos meus amigos e companheiros de farda Fernanda Deminicis e Magno Vinícius Monteiro. Sem a grande ajuda de vocês este curso não teria se viabilizado. Muito obrigada. Agradeço também a todas as oficiais do Departamento de Museologia.

Após os trâmites administrativos necessários e minha aprovação no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, um novo ciclo se iniciou. Retornar ao ambiente acadêmico foi revigorante e instigador. Não tenho palavras para agradecer ao meu orientador, o Prof. Dr. Marcus Granato, que foi fundamental em me guiar neste caminho. Sem sua intervenção no momento certo, que de início me deixou atordoada, este trabalho não teria se concretizado. Agradeço por sempre estar disposto e disponível em me orientar. Bem como agradeço ao Prof. Dr. Luiz Carlos Borges que me instigou com uma pergunta provocativa após minhas ponderações sobre a falta que eu sentia em relação a ausência do Museu Naval no panorama dos museus nacionais do século XIX. Ele me perguntou: E o que você fará a respeito disso? Obrigada professor por ter sido preciso em suas palavras e ter me dado um norte a seguir. Eu fiz esta dissertação. Também agradeço a todos os demais professores que tive o privilégio de ser aluna nesses últimos dois anos.

Agradeço imensamente a equipe do Arquivo da Marinha, do setor de consulta e de guarda do acervo, que foram essenciais para o acesso e localização dos documentos consultados, em especial a Capitão de Fragata Renata Nazareth, Suboficial Militão e o

servidor civil César que foram incansáveis em me auxiliar e foram meus companheiros no último ano.

Agradeço também ao Departamento de História da DPHDM, em especial o Capitão-Tenente Vagner Rigola, que me auxiliou com escuta e materiais para a pesquisa, e a Biblioteca da Marinha que tem relação tão intrínseca com meu tema, onde pude localizar importantes produções para a pesquisa.

A todos que diretamente ou indiretamente possibilitaram a realização da pesquisa e elaboração desta dissertação, o meu agradecimento.

## RESUMO

MACÊDO, Sabrina de Rezende B. V. R. Entre o silêncio e os documentos: A trajetória do Museu Naval da transição do séc XIX para o séc XX. Orientador: Marcus Granato. UNIRIO/MAST. 2026.  
Dissertação

A presente dissertação aborda a trajetória do Museu Naval na passagem do século XIX para o século XX, observando seus principais marcos e acontecimentos, bem como aspectos administrativos e documentais relacionados à sua organização institucional. Apesar da relevância do acervo e conseqüentemente do Museu, são escassos os estudos sobre este ou os que o considerem no rol dos museus estabelecidos no referido período. O objetivo desta dissertação consiste em investigar a existência e consolidação do Museu Naval, evidenciando seu protagonismo histórico e institucional em seus diferentes momentos e fases. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa baseada em análises bibliográficas e amplo levantamento e análise de fontes primárias. Os resultados demonstram a presença efetiva e consolidada do Museu Naval desde o final do século XIX até 1932, ano que foi oficialmente extinto, evidenciando a existência de uma narrativa institucional organizada, procedimentos documentais sistematizados e um acervo representativo não só da trajetória histórica e científica da Marinha, mas também da história nacional. Conclui-se que o Museu Naval ocupou um lugar relevante no contexto dos museus brasileiros e que a partir desta dissertação muitas possibilidades de análise e inter-relações com esta instituição podem ser feitas.

Palavras-chave: **Museologia; Museu Naval; Marinha do Brasil; História dos museus.**

## ABSTRACT

MACÊDO, Sabrina de Rezende B. V. R. *Between silence and documents: The trajectory of the Naval Museum from the transition of the 19th to the 20th century*. Orientador: Marcus Granato. UNIRIO/MAST. 2026. Dissertation.

This dissertation examines the trajectory of the Naval Museum during the transition from the nineteenth to the twentieth century, analyzing its main milestones and events, as well as administrative and documentary aspects related to its institutional organization. Despite the relevance of its collection and, consequently, of the Museum itself, studies addressing this institution remain scarce, and it is seldom included among the museums established during the period in question. The aim of this dissertation is to investigate the existence and consolidation of the Naval Museum, highlighting its historical and institutional significance throughout its different stages and phases. To this end, a qualitative research approach was adopted, based on bibliographic analysis and an extensive survey and examination of primary sources. The results demonstrate the effective and consolidated presence of the Naval Museum from the late nineteenth century until 1932, the year in which it was officially extinguished, revealing the existence of an organized institutional narrative, systematized documentary procedures, and a collection representative not only of the historical and scientific trajectory of the Brazilian Navy, but also of national history. It is concluded that the Naval Museum occupied a relevant place within the context of Brazilian museums, and that this dissertation opens multiple possibilities for further analysis and interrelations involving this institution.

Keywords: **Museology; Naval Museum; Brazilian Navy; Museum History.**

## **SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:**

**ARQMAR** - Arquivo da Marinha

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**C&T** – Ciência e Tecnologia

**DPHDM** - Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

**IBICT** - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

**IBRAM** - Instituto Brasileiro de Museus

**ICOM** - Conselho Internacional de Museus (International Council of Museums)

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**IHGB** – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**MAST** - Museu de Astronomia e Ciências Afins

**MHN** - Museu Histórico Nacional

**RMB** - Revista Marítima Brasileira

**RMM** - Relatórios dos Ministros da Marinha

**SciELO** - Biblioteca Eletrônica Científica Online (Scientific Electronic Library Online)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pág.	
Figura 01	Óleo sobre tela: Passagem de Humaitá de Victor Meirelles e parte da corrente que fechava o Rio Paraguai	39
Figura 02	Detalhe da Planta Topográfica do Arsenal de Marinha e da Ilha das Cobras - 1855	57
Figura 03	Fotografia Arsenal de Marinha tomada da Ilha das Cobras a esquerda	58
Figura 04	Fotografia Arsenal de Marinha tomada da Ilha das Cobras a direita	58
Figura 05	Prédio que seria ocupado futuramente pelo Museu Naval - detalhe da fotografia original	59
Figura 06	Vista para o Arsenal de Marinha - década de 1890 - detalhe da fotografia original	60
Figura 07	Vista atual do primeiro prédio do Museu Naval	61
Figura 08	Primeira página do Livro de Inventário do Museu Naval de 1890	77
Figura 09	Planta de situação identificando a região do Arsenal de Marinha e proximidades - Centro do Rio de Janeiro	85
Figura 10	Primeiro registro constante na documentação consulta de visitantes do Museu Naval - junho de 1890	88
Figura 11	Fachada da Biblioteca e Museu da Marinha na Rua Conselheiro Saraiva	104
Figura 12	Rua Conselheiro Saraiva - 2025	136
Figura 13	Praca XV de Novembro com visualização para a Rua Dom Manuel	144
Figura 14	Pintura de Angelo Agostini	152
Figura 15	Fachada Museu Naval 1910	155
Figura 16	Sala do Museu Naval - parte central do prédio	156
Figura 17	Imagem de uma chapa de couraça do Museu Naval	157
Figura 18	Fotografia do acervo do Museu Naval em matéria comemorativa da Batalha Naval de Riachuelo na Gazeta de Notícias em 11 de junho de 1912	166
Figura 19	Imagens de partes internas do Museu Naval	176
Figura 20	Imagens da Biblioteca e do Museu Naval em 1914	177
Figura 21	Imagens de salas do prédio do Almirantado	178
Figura 22	Fotografia de sala ocupada pela Escola Naval de Guerra	183

Figura 23	Fotografia dos objetos constantes na matéria do jornal A Noite (RJ)	186
Figura 24	Sala com bandeiras Museu Naval em 1920	201
Figura 25	Salas do Museu Naval com modelos navais e peças de artilharia e armamento em 1920	203
Figura 26	Acervo do Museu Naval ilustrando matéria de revista	210
Figura 27	Pavilhões da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. Rio de Janeiro 1922	214
Figura 28	Imagens do cinema Império quando da exibição do filme <i>Guarda-marinha</i>	228
Figura 29	Sala Almirante Barroso - Museu Histórico Nacional, 1940	238
Figura 30	Livro de objetos entrados no Museu Técnico Naval 1928 - 1932	274

## LISTA DE QUADROS

	Pág.	
Quadro 01	Quadro resumo das funções previstas em regulamentos ao Museu Naval e subordinação da repartição	255
Quadro 02	Relação exemplificativa do padrão de registro das informações no Livro de Inventário de 1890	267
Quadro 03	Organização do Catálogo do Museu Técnico Naval - 1931	275
Quadro 04	Linha do tempo do Museu Naval	281

## SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
Cap.1 ENTRE A CONCEPÇÃO E A MATERIALIZAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DO MUSEU NAVAL (1868-1890)	25
1.1 INFORMAÇÕES BALIZADORES DO CAMINHO	26
1.2 O PROJETO DO MUSEU NAVAL ATÉ 1884	30
1.2.1 Identificação e considerações sobre o primeiro prédio do Museu Naval	53
1.3 O ESTABELECIMENTO DO MUSEU NAVAL (1884-1890)	64
Cap.2 A CONSOLIDAÇÃO DO MUSEU NAVAL (1890-1907)	75
Cap.3 DA CONSOLIDAÇÃO A EXTINÇÃO DO MUSEU NAVAL (1907-1932)	140
Cap.4 A ENGRENAGEM INSTITUCIONAL DO MUSEU NAVAL: REGULAMENTAÇÃO, RECURSOS FINANCEIROS E DOCUMENTAÇÃO DO ACERVO	241
4.1 ASPECTOS NORMATIVOS - REGULAMENTOS	242
4.2 ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS	257
4.3 DOCUMENTAÇÃO DO ACERVO DO MUSEU NAVAL	264
4.3.1 Inventário de 1890	266
4.3.2 Catálogo Histórico e Descritivo de 1901	268
4.3.3 Catálogo Histórico e Descritivo de 1905	270
4.3.4 Catálogo Histórico e Descritivo de 1910	272
4.3.5 Livro Objetos entrados no Museu Técnico Naval	273
4.3.6 Catálogo do Museu Técnico Naval	275
CONSIDERAÇÕES FINAIS	278
REFERÊNCIAS	286
APÊNDICE A - RELAÇÃO DOS DIRETORES DO MUSEU NAVAL	308
APÊNDICE B - ESTATÍSTICA DE VISITAÇÃO ANUAL DO MUSEU NAVAL	312

# **INTRODUÇÃO**

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca traçar o caminho percorrido pelo Museu Naval, um museu militar no Rio de Janeiro, o colocando no lugar de protagonista de sua trajetória percorrida desde sua criação à sua extinção. Assim, apresentamos a trajetória cronológica e informações correlatas acerca do Museu Naval, da Marinha do Brasil, do final do século XIX ao início do XX.

Quando se realiza uma busca preliminar sobre o Museu Naval, encontra-se, ainda que parcialmente, mas em maior número, informações que baseiam-se a partir do estabelecimento do Serviço de Documentação da Marinha na década de 1940, e na posterior criação do Museu Naval e Oceanográfico na década de 1970. Ou então com foco efetivamente no prédio do museu na rua Dom Manuel no centro do Rio de Janeiro e não na trajetória efetiva do primeiro museu da Marinha.

Os poucos trabalhos encontrados que mencionam o Museu Naval, existente no século XIX e início do século XX, repetem datas e informações. Citando muitas vezes apenas o ano de sua criação, 1868, e de sua extinção, 1932. Reproduzem, em alguns casos, uma fala estigmatizada, de que este museu não se consolidou. Fala que demonstra um discurso que desqualifica o Museu Naval e cuja utilização percebe-se principalmente após sua extinção.

Dentro deste breve panorama, observamos em trabalhos e artigos, quando da apresentação de iniciativas de criação de museus no Brasil no século XIX, para além do Museu Real (Nacional) – 1818, a tríade Museu Paraense Emílio Goeldi – 1866; Museu Paranaense – 1874; e Museu Paulista – 1894 (Schwarcz, 1993; Considera, 2015; Rodrigues, 2018; Brulon, 2018). Ressalta-se que alguns autores ampliam um pouco este panorama, incluindo outras iniciativas, mas ainda sem apresentar museus militares no rol dos museus indicados. (Barata, 1986; Santos, 2002; Lopes, 2009; Santos, 2011).

A existência de amplas lacunas informacionais sobre o Museu Naval e o desconhecimento de sua trajetória, bem como a inconformidade com a ideia negativa difundida sobre o mesmo, motivou a escolha do tema para esta dissertação. Escolha também instigada pelo fato de conhecer sumariamente sua coleção e reconhecer ser esta parte fundamental da construção da narrativa da História Nacional capitaneada pelo Museu Histórico Nacional.

Lacunas de uma existência que verificamos em consulta e trabalhos que versam sobre a origem dos museus no país. Nestes observamos que aparecem evidenciados quase estritamente os museus de História Natural como sendo as primeiras iniciativas do

movimento nacional dos museus. Reflexo do modelo que se estabeleceu no Brasil como nos aponta Meneses (1994)

No Brasil, o modelo oitocentista é, também, o do museu de História Natural, no qual se insere organicamente a Antropologia e, como um enclave evocativo e celebrativo, a História. Somente na década de 20 deste século é que se condensa o museu histórico como categoria distinta dos demais (Meneses, 1994, p.15).

Paulo Knauss ao indicar a origem mítica do termo museu apresenta uma questão interessante a ser considerada sobre os museus históricos, que reforça a afirmação anterior:

Esse charme<sup>1</sup> instala os museus no terreno da história. E aqui antecipa-se o argumento geral de que em alguma medida podemos pensar que a história contagia todos os gêneros de museus. Então, pergunta-se por que falamos em museus de história se a história está em todos os museus. No caso do Brasil, isso não parece evidente, pois os museus de história não caracterizaram a era dos museus que marcou o século XIX, ao contrário da tendência ocidental (Knauss, 2018, p.79).

Apesar da prevalência dos museus de História Natural nas iniciativas públicas dos museus no Brasil no séc. XIX, destacam-se iniciativas, ainda na segunda metade do século, de museus dedicados à História que não são evidenciados. Não há, na maioria dos artigos e publicações, indicação desses museus históricos que foram criados dentro da episteme do século XIX. Menos ainda se veem indicados os museus militares, em específico o Museu Naval, que se enquadram como museus históricos. Ainda que os autores se dediquem apenas aos museus de esfera pública, não há o reconhecimento do Museu Naval nesta gênese da Museologia nacional. Museu que foi criado por Decreto Imperial em 14 março de 1868, alinhado com a ideologia política do Estado e dentro do contexto de uma Guerra Nacional.

Chagas (2009) é um dos autores que amplia a apresentação do panorama dos museus na virada do século XIX para o XX, incluindo os museus militares

De qualquer modo, o panorama museal brasileiro só passou por maiores transformações a partir da década de 1860, marcada pela criação das seguintes instituições: Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, em 1862; Sociedade Filomática, em 1866, que deu origem ao Museu Paraense Emílio Goeldi, o qual desempenharia um papel de relevo no panorama científico e cultural brasileiro dos séculos XIX e XX; Museu Militar do Arsenal de Guerra, em 1865; e o Museu Naval, em 1870. De modo claro, a criação dos dois museus militares pode ser lida como o desejo de se constituírem marcos comemorativos da força heroica da nação. Eles se inscrevem no conjunto das narrativas épicas que pretendem atualizar o panteão nacional e povoar a memória com gestos singulares e heroicos. Esses gestos, como será comentado adiante, não passaram despercebidos por Gustavo Barroso. Nas últimas três décadas do século XIX, foram criados: o Museu Paranaense, em 1876, voltado para a celebração da história do Paraná; o Museu do Instituto Histórico e

---

<sup>1</sup> O autor neste momento está se referindo a que “a natureza arcaica do nome dessa invenção tão contemporânea é parte do charme dos museus” (SIEGEL *apud* KNAUSS, 2018. p.79).

Geográfico da Bahia, em 1894; e o Museu Paulista, em 1895, instalado no monumento do Ipiranga, cuja construção foi iniciada em 1885, visando à celebração da memória da Independência, e concluída em 1890, sob o regime republicano. No fim do século XIX, o panorama museal estava bastante distinto daquele existente quando da chegada da família real portuguesa. Ainda assim, mesmo considerando os diferentes ciclos de vida e morte das instituições, o número de museus não passava a casa das duas dezenas (Chagas 2009, p. 69).

O autor não só reconhece a existência dos museus militares como aponta a relevância que estes terão para a construção do Museu Histórico Nacional (MHN).

Ressalta-se a tese de doutorado do Dr. José Neves Bittencourt, "Território largo e profundo: Os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do Estado Imperial" que, em seu capítulo 7, dedica o olhar para o Museu Militar e o Museu Naval. Neste capítulo o autor realiza uma breve análise sobre o Museu Naval. Tal capítulo é relevante por ter sido o único texto, com maiores informações localizado, que escreve sobre o Museu Naval fora do bojo das produções internas da Marinha ou das que tenham relação com esta instituição, ampliando um pouco mais a análise do Museu Naval para além exclusivamente da repetição das datas. O autor aborda o Museu Naval sob a lente de análise de monumentos. Utiliza como fonte para falar sobre o museu (mas não só sobre ele), além de algumas legislações, documentos e outras publicações, o trabalho de Levy Scavarda que foi publicado no volume 15 da História Marítima do Brasil, onde este faz um histórico do Serviço de Documentação da Marinha.

O Capitão de Mar e Guerra Levy Scavarda, militar, pesquisador, possui uma relevante produção textual em que utiliza fontes primárias para produzir seus textos. Para esta dissertação seu trabalho também é importante, entretanto para além de citar as fontes identificadas por Scavarda, buscamos ir ao encontro destas e ir avante buscando embasar o trabalho nessas fontes primárias e em outras. O trabalho de Scavarda (1956) é uma obra importante para localizar as informações principais sobre o Museu Naval. Suas informações são o que se tem, até o momento, de maior monta sobre o Museu Naval. Mas não é um trabalho que analisa efetivamente o museu, nem é o objetivo de seu texto. Neste ele indica os principais acontecimentos que ocorreram nas estruturas da biblioteca, museu e arquivo, como deixa explícito em seu título, realiza apontamentos sobre a história destes. No momento em que produz seu texto, o Museu Naval está extinto. Mas este inclui o museu nesse histórico do Serviço de Documentação da Marinha, por este ter parte de sua existência atrelada à Biblioteca da Marinha. Além disso, ele nos diz que "Futuramente, quando for criado o Museu Naval, ficará este igualmente subordinado ao Serviço de Documentação" (Scavarda, 1956 p.47). O que evidencia que apesar de extinto legalmente, o imaginário do Museu Naval se perpetuou vingando uma nova estrutura em meados do

século XX. O que se tem produzido, em grande parte, posteriormente sobre o Museu Naval tem as informações embasadas neste texto, que foi produzido em 1955 e publicado em 1956.

O que com maior frequência se observa é que ao abordar as iniciativas de museus históricos do século XX, o Museu Histórico Nacional é destacado como principal expoente. Muitos convergem com a visão de que

Somente nos anos 20 do século XX é que se instituem museus históricos como categoria distinta dos de história natural. A visão sobre os museus históricos é formulada pela elite e norteada por uma perspectiva tradicionalista e patriótica que se propunha a especificar e qualificar a memória nacional. À frente desse projeto estava o historiador, escritor e administrador da cultura Gustavo Dodt Barroso (Machado, 2013 p. 148).

O MHN é ponto marcante no projeto de construção da História Nacional e na formação do Curso de Museus. Entretanto, ainda que se mencione que ele foi constituído de acervos de outras instituições, não há o devido destaque aos museus que foram extintos (o então Museu Militar, do Exército, e o Museu Naval, da Marinha) em decorrência deste movimento, nem tão pouco a relevância que a transferência dos acervos desses museus militares teve na construção desta narrativa.

A temática da pesquisa é relevante por voltar o olhar para a instituição Museu, no contexto da Marinha do Brasil, buscando identificar e apresentar o local que este ocupou na história dos museus e da Museologia no Brasil e a relação de seu acervo com o campo histórico e da ciência e tecnologia. Amplia as perspectivas que se tem do cenário museal do final do século XIX e das práticas realizadas por instituições desse gênero. O Museu Naval foi um museu que nasceu em meados do século XIX, foi inaugurado no final deste e passou por mudanças sociais, políticas e administrativas até ser extinto na década de 1930. Estudar este museu, é estudar como esta categoria se organizou no período em questão, ressaltando a especificidade de cada instituição, este é um museu público de âmbito federal instalado na capital do Império e posteriormente, da República.

A trajetória da formação e existência do Museu Naval ainda não foi academicamente pesquisada e publicada. Quando há menção ao Museu Naval em artigos e trabalhos acadêmicos<sup>2</sup>, este não é o foco, sendo apenas pano de fundo para abordagens que enfocam itens específicos de sua coleção atual ou abordando sua história de forma sucinta. Em alguns casos sendo até questionável a cronologia apresentada.

Olhar para um museu pensado no âmbito de uma instituição militar em um período histórico de profundas transformações e mudanças na lógica política do país abre espaço

---

<sup>2</sup> Busca realizada na base de teses e dissertações do PPG-PMUS/UNIRIO, no Repositório Institucional da Marinha, Portal de Periódicos da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT.

para a ótica de diversas narrativas. A lente empregada será a que voltará para o museu enquanto ator e seu acervo enquanto narrativa.

Esta dissertação se vincula à linha de pesquisa 2 do PPG-PMUS, Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável, já que desenvolve um estudo no âmbito da elaboração da trajetória do Museu Naval e de seu acervo, considerando este ter sido apropriado para servir de subsídio para a construção do patrimônio e identidade nacional. O tema integra a consolidação de um museu e a formação de sua coleção que contribuirá com a construção inicial do Museu Histórico Nacional, evidenciando a atribuição de valores, em diferentes camadas para o acervo, e reconhecimento deste como patrimônio histórico nacional. Muitas vezes chancelado pelo rótulo de museu histórico, perde-se de vista que sob esta atribuição, enquadram-se muitos outros objetos, entre eles os de ciência e tecnologia.

Desta forma, esta dissertação objetiva retirar o Museu Naval do segundo plano, dando foco a esta instituição com ênfase na sua trajetória percorrida no final do século XIX e início do século XX, especificamente de 1868 a 1932, ainda que outros anos possam ser evocados para elaborar a construção do pensamento e narrativa. Descrevendo os caminhos percorridos pela instituição desde a sua idealização e motivação de criação até sua extinção, destacando como este se construiu ao longo dos anos. Em termos específicos olharemos de forma dedicada toda a cronologia desta instituição, percorrendo seus antecedentes, motivações, mudanças administrativas e estruturais, seu caminhar até sua extinção e vislumbrando como este constituiu e salvaguardou sua coleção.

Partiremos do entendimento metafórico de que percorremos por meio da documentação disponível e consultada, uma trajetória, um caminho que esta instituição logrou alcançar. E assim como os caminhos naturais, que quase nunca são lineares, será o nosso trilhar pelas possibilidades desse caminho que se apresentaram e o que nos possibilitou reconstruí-lo, ainda que parcialmente. Será percorrendo o caminho que construiremos sua narrativa. Um caminho pode ter retas, curvas, retornos, bifurcações, vias de acesso, caminhos paralelos, transversais e saídas. E nesse caminhar, entre livros, ofícios, jornais e leis, (re)construiremos a trajetória previamente trilhada pelo Museu Naval. Reconhecendo que nunca conheceremos a totalidade desse caminho, mas sabendo que seguiremos os indícios, as pistas documentais deixadas, como pegadas que levam a um destino. E ao seguir estas evidências construiremos um mapa (metafórico) que registrará uma das perspectivas da trajetória que foi por esta instituição percorrida, sabendo que neste caminhar, muitas outras trilhas serão evidenciadas indicando outros caminhos e relações a serem futuramente seguidos.

A organização da dissertação se apresenta da seguinte forma: no primeiro capítulo percorremos o momento anterior à criação do Museu Naval, passando pela sua inauguração e sua anexação à Biblioteca da Marinha. Assim, este capítulo analisa o processo de constituição do Museu Naval. Para tanto examinam-se as relações estabelecidas entre o Museu Naval, a Biblioteca e o Arquivo da Marinha, bem como o papel desempenhado pela Revista Marítima Brasileira. Em seguida, reconstrói-se a trajetória inicial do Museu Naval, desde suas ideias preliminares até sua instalação definitiva, dando ênfase aos diferentes momentos que marcaram sua constituição até 1890.

O segundo capítulo versa sobre o período que identificamos ser o início do processo de consolidação da instituição (1890-1907). Analisando a documentação verificamos a trajetória percorrida, sua reorganização espacial e sua consolidação na estrutura administrativa da Marinha.

No terceiro capítulo examinaremos o período de funcionamento do Museu Naval, entre 1907 e 1932. Observamos como este se organizou, enfrentou limitações, percorrendo seu caminho até sua extinção. Seguiremos suas pegadas. Este período marca o auge da consolidação do Museu, o início de seu declínio e sua extinção.

No quarto e último capítulo abordamos algumas questões de caráter administrativo. Partiremos articulando a trajetória cronológica com os aspectos normativos regulamentares bem como orçamentários. Também analisaremos estruturalmente os documentos produzidos pelo próprio Museu em relação ao seu acervo.

Para a consecução deste objetivo empregamos o método qualitativo interpretativo, através da pesquisa documental de consulta a fontes primárias e secundárias, bem como pesquisa bibliográfica. Foram consultadas as fontes primárias nos arquivos históricos das instituições de guarda de documentos envolvidas com a pesquisa, a exemplo do Arquivo da Marinha e do Arquivo Nacional, bem como o acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, disponibilizado na Hemeroteca Digital.

Por meio deste método, focamos na subjetividade e no contexto do tema, revelando as relações e significados constantes nas fontes primárias e secundárias. Analisamos os dados disponíveis buscando ter atenção ao contexto histórico, social e institucional. Sendo esta dissertação uma interpretação das leituras realizadas, a análise dos documentos para além de relatar fatos, buscou interpretar as relações institucionais, os sentidos atribuídos ao Museu Naval, e como ele se configurava dentro da estrutura da Marinha e da sociedade no século XIX-XX.

Foram consultados os Relatórios dos Ministros da Marinha (RMM) em todo o período pesquisado, sendo este tipo documental o escolhido para se iniciar a trilha de informações

sobre o Museu Naval. Este era um documento anual apresentado à Assembleia Legislativa até 1889 e, posteriormente, ao chefe do Governo do país. Neste relatório são apresentadas as informações sobre a Marinha durante todo o ano e para sua elaboração, cada repartição preparava o seu relatório e enviava para subsidiar o do Ministro. Desta forma, nem todas as informações prestadas pelos diretores sobre suas organizações eram incluídas no relatório final. Os relatórios do Ministro normalmente eram apresentados entre abril e junho do ano seguinte ao que ele relatava. Assim, o relatório referente ao ano de 1884 será entregue e publicado em 1885. Entretanto, alguns acontecimentos ocorridos no início do ano, anteriores à entrega do relatório, poderiam ser incluídos em seu ano corrente. A exemplo do que acontece com o registro da inauguração do Museu que foi registrada no relatório publicado em abril de 1884 em referência ao ano de 1883. Assim, visando facilitar o controle e compreensão, sempre que este for citado no texto será descrito a que ano este faz referência. O mesmo será realizado para os relatórios setoriais elaborados pelos diretores da repartição em estudo.

A partir do RMM foi dispensada atenção ao fundo denominado Biblioteca da Marinha, no Arquivo da Marinha da Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), sendo lido integralmente todos os livros, em grande parte manuscritos, que o compõem. Outros livros de documentos também foram consultados nos fundos do Arsenal da Marinha, Conselho Naval e Pagadoria da Marinha, a depender da necessidade de busca por outras pistas que apareciam no caminho.

No Arquivo Nacional se dedicou atenção aos fundos da Série Marinha: AX - Inspeção do Arsenal da Corte, B2 - Secretaria de Estado e B5 - Quartel General e Conselho Naval devido à relação hierárquica entre as organizações e o Museu. Desta forma, a pesquisa documental realizada no Arquivo da Marinha e no Arquivo Nacional focou nos fundos que tinham relação direta com as instituições envolvidas na pesquisa e outros fundos que derivaram por meio de relações institucionais.

Para além dos fundos documentais, se realizou o levantamento e análise da bibliografia relacionada ao tema em publicações e artigos acadêmicos através de pesquisa ao Portal de Periódicos da CAPES, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT, ao SciELO, nas publicações do ICOM, IBRAM, bem como publicações dos Museus: Museu Paulista, Museu Histórico Nacional (MHN) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e outras que derivarem através das referências e demais publicações que se relacionam com o tema e suas possibilidades de análise.

Um obstáculo inicial encontrado foi o fato de não constar um fundo documental identificado como Museu Naval ou Museu da Marinha, no Arquivo da Marinha. Para localizar

onde estaria a documentação referente a esta instituição se fez necessário entender previamente sua organização administrativa através dos decretos a este vinculado. Desta forma, verificou-se que o Museu esteve vinculado à Biblioteca da Marinha do período de 1890 a 1932. E, por existir um fundo identificado como Biblioteca da Marinha, foi possível identificar a documentação relacionada ao Museu Naval. Destaca-se que este fundo documental é composto por livros encadernados tendo como tipos documentais principalmente ofícios recebidos de outras instituições e copiadores de ofício e relatórios enviados pela repartição tanto para o ministro da marinha como para outras repartições da marinha e outras instituições fora da marinha. Existem lacunas temporais nas sequências dos livros que constam no Arquivo, mas vale ressaltar a extensa documentação que o compõem.

Sendo lido os encadernados em sua integralidade, foram identificados todos os ofícios que versavam sobre algum assunto com relação direta ao Museu, sendo estes fotografados e transcritos. Posteriormente foram estes planilhados divididos em abas anuais para construção de um panorama institucional. Simultaneamente, as informações que versavam sobre recebimento de acervo, estatística de visitação e nomeação de funcionários foram também planilhadas, sendo cada assunto organizado em respectivas planilhas individualizadas. Desta forma, foi elaborado um compilado do registro de visitação mensal e anual, identificação de funcionários e a organização dos registros de entrada de acervo, para além da análise inicial do conteúdo dos ofícios.

Observa-se que os documentos do final do século XIX e início do século XX são documentos bem descritivos. Em seu conteúdo textual apresentam diversos detalhes do contexto daquele ofício, repetindo o conteúdo textual da sequência cronológica dos documentos, a exemplo, os ofícios resposta de uma solicitação continham em seu texto a transcrição da solicitação e a resposta devida. Desta forma, foi possível recuperar a cadeia documental mesmo possuindo, muitas vezes, apenas a cópia da resposta enviada, bem como relacionar as respostas às solicitações e demandas dos períodos. Posteriormente, na década de 1910, os documentos passaram a ser mais enxutos e diretos, não havendo muita contextualização do assunto a que o documento se refere, sendo apenas a resposta direta ou uma solicitação expressa. Apresentando-se de forma mais complexa a compreensão da sequência documental, sendo necessários maiores cruzamentos de informações para a compreensão dos contextos constantes nos documentos.

Em relação à documentação do fundo Biblioteca da Marinha, a numeração dos ofícios originários da Biblioteca e Museu da Marinha era sequencial e reiniciava, em quase

todos os casos<sup>3</sup>, quando da mudança do diretor. A documentação é composta basicamente de ofícios, cartas, pedidos e memorandos. A grande totalidade documental possui um número, sendo esta a forma que este documento será identificado no trabalho, através de seu tipo, seu número, acompanhado da data e da identificação de sua instituição de origem e seu destinatário. Os documentos que não possuem número foram identificados por seu tipo documental acompanhado da informação sem número (s/n) seguido da data e identificação de remetente e destinatário. Os ofícios constantes no Arquivo da Marinha encontram-se encadernados e, portanto, em alguns casos não foi possível verificar se o documento possuía número ou não, pela impossibilidade de abrir toda encadernação ou pelos cortes de margem que alguns sofreram no século passado. Nesses casos não foi possível identificar a numeração dos ofícios e também será empregada a sigla s/n acompanhada de sua data de emissão. Todas as referências feitas aos documentos foram acompanhadas da identificação do local onde está o documento. Sendo indicada a numeração de identificação do livro quando o documento integrar o acervo do Arquivo da Marinha (ARQMAR), ou a notação do documento quando integrar o acervo do Arquivo Nacional.

Para além dos documentos físicos, foi realizada a busca em bases digitais, como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e a Brasileira Fotográfica, bem como as bases da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Serviço de Patrimônio da União e outras.

Para a busca geral nas bases e nos documentos com a tecnologia de reconhecimento de caracteres iniciou-se pela entrada <"museu naval"> e as aspas são importantes na utilização por possibilitar que a busca não apresentasse resultados com respostas apenas para museu ou apenas naval, especialmente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Após o primeiro contato com os resultados e verificação das respostas e leituras de outros documentos, constatou-se a necessidade de ampliar as entradas de busca para poder atingir uma maior possibilidade de fontes, uma vez que o museu não possuía um nome único a este atribuído. Desta forma foram utilizadas as entradas <"museu de marinha">, aplicando também a variação do artigo <"museu da marinha">. Para além dessas três entradas, também se verificou a necessidade de buscar com a ampliação da grafia da palavra museu que no recorte temporal da pesquisa aparece nas seguintes formas: musêo, museo, museu e muzeu. Assim as entradas de buscas realizadas nos documentos digitais foram a combinação das formas de grafia da palavra museu com a adição do termo naval e de/a marinha.

---

<sup>3</sup> Houveram diretores que não mudaram a sequência de numeração dos ofícios quando assumiram o cargo e outros que sim. Bem como houve anos em que a contagem foi reiniciada quando da virada do ano.

Desta forma resultaram em 12 entradas principais para a busca: musêo naval, musêo de marinha, musêo da marinha, museo naval, museo de marinha, museo da marinha, museu naval, museu de marinha, museu da marinha, muzeu naval, muzeu de marinha, muzeu da marinha. Para além destas também buscamos pelas entradas museu da armada e museu/muzeu techico/tecnico naval.

A consulta realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi de grande relevância para localização e identificação de documentos legislativos e periódicos que possuem em suas páginas notícias relacionadas ao Museu Naval. Com a utilização da plataforma e consulta inicial observou-se ser de maior abrangência e controle dos resultados obtidos ao realizar a consulta por período e não de forma geral pela entrada. Desta forma, para cada período pré definido do sistema realizou-se a busca pelas entradas já identificadas anteriormente para os documentos digitais/digitalizados.

Observou-se que os jornais das províncias/estados, em muitos casos repetiam as notícias publicadas nos jornais da então capital, Rio de Janeiro. Entretanto, ainda assim, optou-se por continuar a busca verificando todos os resultados que eram apresentados, independente do estado de origem da publicação. Ressalta-se que a escolha das matérias e notas dos jornais para a pesquisa não se deu pela filiação ideológica e posicionamento político-partidário destes, e sim pela incidência de assuntos relativos ao Museu Naval em suas páginas. Optou-se também por não identificar nesta dissertação essas diferenças entre cada folhetim que será citado, entretanto muitas vezes, pela própria forma de escrever e apresentar o texto é possível identificar sumariamente a filiação de cada corpo editorial. Por exemplo, pela abordagem do conteúdo, em alguns casos pode-se concluir se eram alinhados ao governo ou oposicionistas. Outro procedimento adotado, considerando as diferentes formas que se pode divulgar um fato, foi buscar mais de um jornal que versasse sobre o mesmo fato, bem como confrontar tais notícias com os documentos administrativos.

Todas as entradas de buscas resultaram em diversas quantidades de resposta de incidência sendo todas essas vistas e selecionadas quando ocorria a efetiva relação com o Museu objeto desta pesquisa.

A construção da narrativa apresentada no trabalho se deu principalmente pelos documentos oficiais, sendo estes legislações, relatórios e documentos administrativos da repartição (ofícios e cartas tanto enviados como recebidos) sendo também acrescido a estes documentos as notícias em que aparecem referências ao Museu Naval. Buscou-se desta forma ampliar a cobertura documental disponível sobre o tema, apresentando as fontes referentes a este.

Cabe registrar que a grafia dos textos constantes nos documentos foi atualizada, quando de sua citação, preservando, entretanto, a grafia dos nomes próprios dos indivíduos e embarcações envolvidos. Entretanto não foram realizadas alterações de concordância ou alteração de pontuação quando há citação direta. Bem como se optou por destacar em tipo itálico o nome dos navios, tal qual padrão usado por Theotonio Meirelles da Silva<sup>4</sup> que se cristalizou na documentação e textos produzidos no âmbito da Marinha.

Antes de iniciarmos efetivamente a percorrer este caminho cabe realizar alguns apontamentos a fim de guiar o entendimento acerca da Instituição que é objeto da pesquisa. O primeiro que cabe ser feito é relativo à identificação deste Museu. O Museu tem seu início marcado por um Decreto promulgado no ano de 1868, entretanto nasce sem nome próprio. É então criado um Museu no Arsenal de Marinha da Corte do Rio de Janeiro, museu este que será denominado de duas diferentes formas durante toda sua existência: Museu da Marinha, também aparecendo com a variação do artigo, como Museu de Marinha, e Museu Naval. Essa dupla nomeação é observável inclusive em um mesmo documento, onde pode inicialmente ser denominado por um modo e, posteriormente, por outro. Desta forma, no decorrer deste dissertação, podem ser citados os dois nomes em sua referência pelos documentos que serão apresentados.

Cabe destacar que para a pesquisa esta instituição é entendida, e será denominada, como Museu Naval. Convém então explicitar a motivação desta escolha. Oficialmente, o nome da instituição será na maior parte de sua trajetória, atrelado ao da Biblioteca, como será apresentado também posteriormente, sendo denominada Biblioteca e Museu da Marinha, mas ao se abordar especificamente alguma questão do Museu, este é denominado na documentação como Museu da Marinha ou Museu Naval, tanto por seus diretores como em documentos externos à Marinha. Ainda que na fachada o nome que se apresentava, em determinados momentos, fosse Museu da Marinha, o termo empregado a se referenciar a este era Museu Naval. Outra denominação que este possuiu, em seus últimos anos de existência, posterior à criação do Museu Histórico Nacional, foi Museu Técnico Naval, onde não mais possuía seu acervo entendido como histórico, ficando então o Museu em um limbo administrativo, já que o regulamento da organização emitido em 1926 não o mais considerava, mantendo-se este regido pelo regulamento anterior.

O que motiva a escolha pela denominação de Museu Naval, é ser esta a forma que se percebe como a mais própria, natural e individual nos documentos e falas que versam sobre esta instituição, bem como ser esta a denominação presente nas discussões realizadas no Parlamento Brasileiro, em 1868, cujo registro se apresenta como primeiro

---

<sup>4</sup> Historiador naval e oficial da Marinha no sec. XIX. Considerado o pioneiro da escrita histórica naval brasileira.

documento legal que versa sobre sua existência junto ao decreto de criação, e ser por esta forma o Museu identificado no Decreto que o extingue. Assim, esta foi a denominação empregada em sua origem e fim, em oposição à denominação Museu da Marinha, uma expressão genérica para os museus existentes na Marinha do Brasil empregada até os dias atuais. Entretanto cabe ressaltar que a denominação Biblioteca e Museu da Marinha ou Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha, será empregada quando se estiver fazendo referência ao nome da repartição pública da Marinha a qual o Museu Naval estava vinculado em seu respectivo ano. Ressalta-se que nesta dissertação, a denominação Museu Naval será específica ao se referir ao museu no período de fins do século XIX ao ano de 1932.

Tal denominação pode suscitar alguma confusão com o Museu Naval e Oceanográfico, inaugurado em 1972, e o atualmente denominado Museu Naval vinculado a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Entretanto, tal relação onomástica não é desprovida de objetivo. O atual Museu Naval, apesar de ser instituído em outro momento histórico, possui relação direta ao anterior. Relação esta física, por estar localizado no mesmo prédio onde o anterior foi extinto, e relação lógica por possuir remanescentes da coleção do museu anterior. É possível, subjetivamente, inferir que o museu atual se vincula ao museu pensado no final do século XIX, que teve em sua história momentos de latência, e interrupções, sendo o maior deles o de 40 anos, mas que não deixou subliminarmente de existir. Tanto pelo próprio espírito da preservação, da história e do patrimônio na Força, como pela sua essência vital que foi deslocada para o Museu Histórico Nacional através do envio de sua coleção. Empiricamente, pois, não é objetivo desta dissertação tamanha ampliação temporal, pode-se inferir que o Museu Naval, apesar de extinto, manteve sua força viva no Museu Histórico Nacional, mas carente de seu espaço próprio, tanto que ao ser instituído um museu da Marinha na década de 1970, parte da sua coleção original retorna ao seu lugar de origem. Mas esta relação ficará para ser analisada em outro momento.

O segundo apontamento é que precisamos também colocar em perspectiva o museu em seu tempo histórico. Assim, o objeto principal desta dissertação é um Museu cuja temporalidade a ser estudada perpassa o final do século XIX e início do século XX. Para compreender tal instituição e suas relações, bem como as relações da Marinha do Brasil com o Patrimônio, se faz necessário discutir o conceito de Museu e os que a ele e a dissertação se relacionam, como Patrimônio Cultural, Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia, Patrimônio Militar Naval e cultura material.

É importante enfatizar que o Museu em estudo é uma instituição pensada e instituída no final do século XIX sendo tal fato um farol para as discussões aqui apresentadas, o que

não impossibilita olhar para ele com os olhos atuais, mas impõe que seja relativizado e ponderado o entendimento atual com a episteme do século XIX/XX. Ao que pese sob os olhos da pesquisa histórica possa parecer um anacronismo, uma quebra na regra de não se projetar o presente ao passado, é importante olhar para aquela construção, o museu e seu acervo, em perspectiva a partir do que hoje sabemos sobre a mesma e como hoje é entendida sua importância. Ainda que os termos e conceitos que serão utilizados no trabalho não sejam como os empregados no período, estes servirão de base para a compreensão da narrativa. Como nos diz Didi-Huberman (2015, p.22), extrapolando suas considerações sobre estudo de imagem/pintura para os demais objetos que possam existir nos museus, “Mais vale reconhecer como valiosa a necessidade do anacronismo: ela parece interna aos próprios objetos [...] dos quais tentamos fazer a história”. Ele ainda nos diz que “O anacronismo é necessário, o anacronismo é fecundo, quando o passado se revela insuficiente, até mesmo constitua um obstáculo a sua compreensão” (Didi-Huberman, 2015, p.25).

Para discutir museu, no Brasil, começaremos pelo viés da legislação que através da Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009, define em seu artigo 1º museus como:

instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (Brasil, 2009).

Tal definição era alinhada a então estabelecida pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), vigente desde 2007 em que o museu era definido como:

instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite (ICOM, 2020).

Hoje a definição proposta pelo ICOM (2022) foi ampliada sendo vigente desde 2022 uma versão que abarca conceitos demandados pela conjuntura atual, como ética, acessibilidade e sustentabilidade, inclusão, diversidade, incluindo a necessidade de estar o museu aberto ao público e comunicar com participação das comunidades, sendo espaço de experiências múltiplas tanto no âmbito da educação como do entretenimento.

Percebe-se que as definições do termo museu se adaptam ao seu momento, e nem poderia ser diferente, afinal o museu é uma construção inserida na sociedade e deve acompanhar as transformações que nela ocorrem. Ainda que uma definição tenha por princípio ser objetiva, intentando se apresentar através de um texto de fácil compreensão e sucinto é necessário ponderar que um termo tão múltiplo e passível de tantas conexões, como o museu, não seja de fácil delimitação. As definições atribuídas a conceitos são

reflexo de um tempo histórico. Desta forma, não se pode tentar enquadrar o museu naval, no recorte temporal proposto, estritamente ao previsto na lei atual para definir se este era ou não um museu. Mas é possível, através da previsão legal vigente, enxergar nele características e ações que hoje servem para determinar se uma instituição é museu ou não e realizar paralelos para considerar e ponderar o lugar deste no rol dos museus do final do século XIX. Bem como entender que “diversas concepções de ‘museu’ oriundas de tempos remotos são capazes de se manter e conviver com padrões correntes e dominantes no mundo atual” (Santos, 2006, p. 17).

São variados os tipos de museus, tais como museu de história natural, museu histórico, museu de ciência e tecnologia, entre outros, que se alinham a sua coleção e seus objetivos de existir, sua missão. Para esta dissertação será abordado o tipo museu histórico, sendo este entendido como “instituições que, além de preservação, guarda, estudo e divulgação do acervo, têm como objetivo [...] apresentar ao público a história da nação” (Santos, 2006, p. 20). Há ainda possibilidade de entendimento de uma especialização dos museus históricos, subdividindo-se este em outras categorias, como no caso, em um museu histórico militar naval. As variadas possibilidades de adjetivação do substantivo museu nos demonstram a sua pluralidade e a gama de entendimentos que são possíveis realizar. Entretanto alguns pontos específicos, como previsto na legislação brasileira, são necessários para que estes possam ser considerados integrantes da grande categoria Museu.

Mediante a constatação da amplitude da palavra museu e considerando que esta é percebida de diferentes maneiras em sua aplicação e função social em cada tempo histórico, se faz necessário descortinar como este era entendido no recorte temporal da pesquisa. Desta forma regressemos a meados do século XIX, onde, através da publicação realizada por James Silk Buckingham (apud Bennett, 1995, p. 17) é possível verificar que o acesso às bibliotecas, galerias de arte, bem como museus e objetos considerados de beleza arquitetônica aliado a boas condições de viver, como alimentação, roupas e uma cidade adequadamente organizada, eram meios de facilitar o florescimento de sentimentos morais, correção de condutas em oposição ao que se considerava a degradação social presente na cidade de Londres. Vale lembrar que no período em questão, Londres estava mergulhada no processo industrial, com esvaziamento do campo e crescimento exacerbado da cidade e grande presença de fábricas. Bennett, em seu trabalho “The Birth of the Museum. History, Theory, Politics” elenca autores do final do século XIX para a construção de seu trabalho, sendo relevante destacar, segundo Thomas Greenwood, em concordância com o apresentado acima, que:

um museu e uma biblioteca pública são tão necessários para a saúde mental e moral dos cidadãos quanto os bons arranjos sanitários, o abastecimento de água e a iluminação pública o são para sua saúde física e conforto (Greenwood apud Bennett, 1995 p.18, tradução nossa).

Concluimos que o museu, dentre outras instituições, era considerado no século XIX como um meio de propiciar retidão moral, “civilidade” para a sociedade em que se inseria, com ênfase ao museu público, cujo complexo processo de formação se deu através da transformação das práticas das instituições de colecionismo até então existentes, bem como através da “adaptação criativa” de outras instituições que emergiram no período, tais como as exposições nacionais e lojas de departamento (Bennett, 1995, p. 19). Como observamos, o conceito de museu é múltiplo e não deve ser generalista. “Existiram, ao longo da história, museus com características e significados bem distintos” (Santos, 2006, p. 16).

Como Bennett (1995) coloca foi

entre meados e o final do século XIX — que as relações entre cultura e governo passam a ser concebidas e organizadas de uma forma distintivamente moderna, por meio da ideia de que as obras, formas e instituições da alta cultura poderiam ser utilizadas para fins governamentais, ao serem encarregadas da tarefa de civilizar a população como um todo (Bennett, 1995, p. 19 tradução nossa).

Sir William Henry Flower, tendo como lente a História Natural, em 1898, apresenta a função pensada para os museus no final do século XIX, onde “não são os objetos simplesmente colocados no museu que lhes atribuem valor, mas sim o modo como eles são exibidos e o uso que deles é feito para fins de instrução” (Flower apud Lima, 2019, p. 65).

É com esse olhar, do museu enquanto local facilitador da “civilidade” que devemos considerar os museus históricos cujo advento ocorreu no final do século XIX. Somado a isto também devemos considerar o início dos movimentos nacionalistas que irão se organizar a partir do século XX, culminando no Brasil, no campo dos museus, com a criação do Museu Histórico Nacional e a decorrente extinção do Museu Naval. Por fim, no caso dos museus tradicionais,

Independente de qualquer definição inovadora que se possa dar à instituição museal, um museu tem duas condições seminais que não podem ser ignoradas: um acervo e um discurso expositivo, sempre intrincado com a sua lógica organizacional (Considera, 2023, p.90).

Através desse olhar enxergamos o Museu Naval como um museu - categoria, inserido num panorama, cujo período de passagem do século XIX para o século XX foi marcado por inúmeras transformações, no mundo e no Brasil. Especificamente no Brasil, de forma sucinta e exemplificativa, dentre estas transformações podemos destacar a existência de uma Guerra Internacional, a Guerra do Paraguai, também conhecida como a Guerra da Tríplice Aliança, ocorrida entre 1864 e 1870, e suas consequências sociais e políticas; a

Proclamação da República com a instituição de novo sistema político e a necessidade de afirmação da nação.

Um museu histórico é constituído de objetos e o entendimento de objeto de museu<sup>5</sup> e sua função ao ser exposto também deve ser ponderado, bem como o entendimento de coleções. Estas “que parecem ser o ponto de partida da maior parte dos museus existentes até hoje, não mantiveram uma unidade ao longo dos séculos” (Santos, 2006, p. 17).

Diante da variedade de objetos que compõem os diversos museus existentes, segundo Pomian (1984, p.51), é possível afirmar que todo objeto natural ou artefato é passível de compor uma coleção de museu ou particular.

O estudo dos objetos materiais, em especial trataremos dos que integram as coleções dos museus, enquadra-se nos estudos da cultura material, que surgem no bojo do marxismo, em suas variadas formas historiográficas, enfatizando a análise das fontes materiais. É um campo que busca analisar a relação do homem e a materialidade, independente de tempo e espaço (Funari, 2005). Segundo Scheiner (2015, p. 20),

a cultura material inclui não apenas objetos móveis (artefatos), mas também tudo aquilo que indica ou comprova, por meios palpáveis, as relações entre os grupos humanos e seu ambiente [...] Aqui, o que importa é a visão de produto, e não de processo cultural: o objeto material (móvel ou imóvel) é registro e testemunho das ações humanas sobre o meio.

Assim o objeto é um testemunho de uma cultura, é exemplar de relações sociais, entretanto para entender o que seria objeto no contexto do museu, se faz necessário ampliar o entendimento do que é objeto. Para tal recorreremos a Abraham Moles (1981) onde aponta o objeto como algo para além de seus elementos físicos ou de uso, sendo entendido como um ente cultural que comunica. Moles (1981) nos diz que os objetos não são elementos neutros, mas que carregam em si informações, são signos.

Susan Pearce (1993) também apresenta os objetos como possuindo valores agregados à sua materialidade. Seriam estes valores sociais, simbólicos, que dependem do grupo social e cultural em que se enquadra. Propondo um olhar interdisciplinar para a compreensão da relação destes com as práticas humanas, Susan Pearce (1993) nos apresenta a polissemia do objeto, sendo seu significado relativo e integrado ao contexto em que é analisado e inserido, sendo este então símbolo.

Diferenciando, a abordagem de Abraham Moles (1981) sobre os objetos está sob a perspectiva da vivência cotidiana, enquanto para Susan Pearce (1993) o objeto é mediador entre o passado e presente com foco no contexto de coleção e das exposições em museus.

---

<sup>5</sup> Optou-se por utilizar a expressão objeto de museu e não museália por se tratar de um museu instituído no século XIX e por entender que o processo estabelecido para a organização da coleção tem similaridades, mas não pode ser denominado musealização, como definido por Zbyněk Stránský.

Um outro ponto a considerar é o entendimento do objeto como documento e desta forma como suporte de informações. Segundo Sarah Fassa Benchebrit (2018, p.21)

Artefatos reunidos e preservados nos museus constituem coleções de documentos que trazem informações sobre saberes e fazeres de tempos próximos e remotos, gerando um sistema de referências que possibilitam conhecer e interpretar o momento histórico em que são produzidos incitando a imaginação e os sentidos.

Desta forma, concluímos que os objetos documentam e comunicam tanto através de informações intrínsecas, como características visuais, materiais e funcionais, como extrínsecas através das atribuições simbólicas.

A partir do exposto podemos seguir para o objeto de museu, que seria um objeto que materializa uma narrativa (Pearce, 1993) e que passa por um processo de seleção e tratamento, sendo esta uma ação que o torna institucionalizado. Desta forma, seu recolhimento para o museu é um ato formal e intencional e cujo conjunto pressupõem uma organização lógica que se vincule à narrativa proposta pelo museu. Assim, objetos “comuns” se tornam objetos de museu.

O tratamento empregado e a intenção com atribuição de valores no recolhimento dos objetos os tornam componentes de uma coleção e não apenas um conjunto de objetos. Segundo Pomian (1984), o que realmente importa para diferenciar um conjunto de uma coleção é a sua função, sendo que uma das funções da coleção é a de “permitir aos objectos que as compõem desempenhar o papel de intermediários entre os espectadores, quaisquer que eles sejam, e os habitantes de um mundo ao qual aqueles são exteriores” (Pomian, 1984, p.67). Assim:

Sabemos que todo objeto, ao ser incluído numa coleção e especialmente ao ser musealizado, adquire naquele contexto um papel específico: ele preenche uma nova função (de memória, ou de documento) e pode servir de agente evocador - comprobatório, ou mesmo deflagrador do acontecimento ou da experiência. Mas aqui, é necessário lembrar que tanto o patrimônio material como seu recorte musealizado - os objetos que constituem as coleções de museus - são considerados suportes de informação, não porque tragam consigo a informação, mas justamente porque podem ser articulados para formar sentidos (Scheiner, 2015, p. 43).

A partir desses autores, podemos pensar o objeto de museu enquanto documento (registro), signo (representação) e símbolo (valores), que comunica e se relaciona tanto com as sociedades que os conceberam como com as posteriores, sendo testemunhos e mediadores dos tempos históricos. Desta forma, uma das funções do museu é trabalhar com essas camadas de significados, para além da conservação física dos objetos.

Menezes (2013) apresenta a vinculação entre o surgimento dos museus históricos com o surgimento das nacionalidades, onde a História Nacional representaria o desenvolvimento daquela civilização. Embora o Museu Naval não se propusesse a ser um

museu nacional, este se enquadra enquanto espelho da nação, refletindo não uma totalidade virtual, mas um de seus aspectos. Não é factível, principalmente no final do século XIX e início do XX, desvincular as forças militares da estrutura nacional e dos marcos históricos que se desenrolaram.

O Museu Naval, objeto desta dissertação, é um museu caracterizado como um museu tradicional, possuindo uma coleção de objetos materiais e instituído em um prédio definido para tal. A sua coleção é um dos aspectos a serem trabalhados na dissertação, em parte. Em concordância com Scheiner, foi a coleção que possibilitou o estabelecimento do museu, sendo esta primeiro organizada para então subsidiar a efetiva abertura do museu. Segundo a autora:

Eis a força simbólica do museu tradicional, cuja base conceitual é o objeto, articulado sob a forma de coleções. Essencialmente dependente da cultura material, o Museu Tradicional se estrutura a partir do objeto: sem objetos, não há coleção, não há museu (Scheiner, 2015, p. 31).

A coleção que se instituiu e desenvolveu no período em análise é o núcleo do Museu Naval, sendo ela o elemento que materializa a relação entre a Marinha e o Patrimônio, preservado e representado pelo Museu.

Como indicado por Chagas (2009, p.34), “As noções de museu e patrimônio no mundo moderno, além de se manterem conectadas à de propriedade – material ou espiritual, econômica ou simbólica –, estão umbilicalmente vinculadas à ideia de preservação”. Para o autor, a vontade em preservar associada ao sentido de posse, mais até do que da propriedade, “são estímulos que se encontram na raiz da instituição do patrimônio e do museu” (Chagas, 2009, p. 34).

O conceito de Patrimônio “[...] ainda hoje, tem a capacidade de expressar uma totalidade difusa” (Chagas, 2019, p. 33). Sendo necessário por diversas vezes realizar sua “requalificação” (Chagas, 2019, p. 33) para realizar o entendimento a que se faz referência.

Pela etimologia, a palavra faz referência ao vínculo familiar, herança passada dos genitores para seus descendentes. “O direito romano, que formou uma parte da consciência ocidental, define como patrimônio o conjunto de bens familiares considerados não segundo seu valor pecuniário, mas na sua condição de bens-a-transmitir” (Poulot, 2018, p. 26).

Com o decorrer do tempo e transformações sociais, à palavra patrimônio foram atribuídos outros valores e sentidos, tais como: Patrimônio Cultural, Patrimônio Militar, Patrimônio Científico, entre outros. Tal fato não é uma desvinculação de seu sentido primo, mas demonstra a sua amplitude.

A noção moderna de patrimônio e suas diferentes qualificações, assim como a moderna noção de museu e suas diferentes classificações tipológicas, não têm mais de 250 anos. Filhas do Iluminismo, nascidas no

século XVIII, no bojo da formação dos Estados-nações, elas consolidaram-se no século seguinte e atingiram com pujança o século XX e, ainda hoje, provocam inúmeros debates em torno de suas universalidades e singularidades, de suas classificações como instituições ou mentalidades de interesse global, nacional, regional ou local (Chagas, 2009, p. 34).

Choay (2001) apresenta que o emprego moderno do termo patrimônio decorre da Revolução Francesa. Sendo dos decretos e instituições revolucionárias a origem da aparelhagem técnica e jurídica, bem como a formalização da prática de conservação dos monumentos. Neste contexto, ocorre a alteração da condição de propriedade, até então entendida como privada, para o novo entendimento de nação, tornando-se bem público. Tal aspecto inicialmente teve como grande peso a característica de valor monetário guiando as ações. “O valor primário do tesouro assim devolvido a todo o povo é econômico. Os responsáveis adotam imediatamente, para designá-lo e gerenciá-lo, a metáfora do espólio, Palavras chaves: herança, sucessão, patrimônio e conservação” (Choay, 2001, p.98). Posteriormente, outros valores serão vinculados ao termo patrimônio.

Para além da teoria do patrimônio, é necessário ressaltar os aspectos legais, ainda que posteriores ao Museu em estudo, deste no Brasil. É importante destacar tais aspectos pois eles decorrem de uma construção do pensamento ao longo dos anos. Não objetivamos ser anacrônicos, mas sim balizar o entendimento atual para tecer comparações e compreender como olharemos para o patrimônio do Museu Naval. No texto da Constituição atual (Brasil, 1988), encontram-se nomeados diferentes tipos de patrimônio. O Art. 216 define o que constitui o patrimônio cultural brasileiro.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas- culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e paleontológico, ecológico e científico.

Verificamos que a partir de critérios definidos pelo texto legal é uma responsabilidade do poder público, identificar e reconhecer o que integra o patrimônio cultural nacional.

O texto da Constituição (Brasil, 1988) apresenta elementos<sup>6</sup> tal qual os previstos no Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O primeiro artigo apresenta a seguinte definição:

---

<sup>6</sup> Cabe registrar que reconhecemos as diferenças entre as legislações, mas que nosso objetivo é analisar a semelhança entre estas quanto a atribuição de lugar de escolha à administração pública e a relevância quanto a aspectos nacionais enquanto critério de escolha, uma vez ser esta aplicável ao objeto de estudo da dissertação.

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Tal definição é complementada pelo parágrafo 1º, do seu artigo 1º, que institui que a condição de ser considerado patrimônio só é formalizada após a inscrição nos Livros de Tombo. Ou seja, a definição do que se enquadraria enquanto elemento integrante do patrimônio cultural é uma responsabilidade da administração pública mediante um ato público de registro, como observamos no texto constitucional.

Fato que não exclui as identificações institucionais e sociais deste. Ainda que não sejam enquadrados enquanto patrimônio nacional, objetos, bens, lugares e outros elementos podem ser entendidos como patrimônio cultural de um grupo que se reconhece nele.

Após essa observação quanto aos termos legais vigentes, verificamos que o estabelecimento de critérios para a elevação à categoria de patrimônio cultural é política<sup>7</sup>.

Dedicaremos então o olhar para o conceito de Patrimônio Cultural.

Como elos de uma corrente ligando o presente ao passado, transformando o passado em dimensão do presente, o patrimônio cultural material de um grupo social é um dos elementos fundamentais para a construção e a consolidação de identidades coletivas. É também o suporte de uma memória plural que ultrapassa tempo e espaço (Benchetrit, 2018, p. 20).

Verificamos ser o patrimônio uma grande categoria que abarca diversos elementos e subclassificações. A seleção e identificação desses elementos a partir de critérios estabelecidos os transformam em suporte material que embasa o

[...] processo permanente de construção e reconstrução de identidades, estandartes e reflexo dos grupos sociais que os produzem, e os destroem, ou preservam. São elementos de identificação e de referência que intervêm na construção de identidades culturais, nacionais e políticas destes grupos (Benchetrit, 2018, p. 20).

Os critérios para o reconhecimento e valorização que definem o patrimônio cultural provêm da realização de uma avaliação, tendo por base a historicidade com destacado papel a temporalidade (Carvalho, 2018, p.56).

A visão acima apresentada, acerca do patrimônio cultural, como sendo este resultante de uma avaliação cuja decisão é de um poder público e representante de uma identidade nacional é necessária por ser o Museu Naval uma instituição que está inserida na estrutura do Estado, entretanto vale ressaltar que a existência do Museu Naval (criação e extinção) se deu anterior às normas vigentes sobre o patrimônio, sendo seu caminho

---

<sup>7</sup> Entendendo-se aqui política em seu sentido filosófico e não institucional.

permeado pelo pensamento da episteme da transição do século XIX para o XX. Período que teremos a construção das narrativas nacionais com a concepção de diferenciação do bem público e nacional, não havendo entretanto a homogeneização dessas ações. Cabe a indicação que o patrimônio cultural que se definiu pelo Museu Naval era o que fazia sentido e representava uma instituição dentro da história do país. A Marinha, por meio do Museu Naval, buscou a conservação de objetos que eram testemunhos de suas ações e história, tendo consciência de que esta era importante na história do país.

Pensar e discutir o conceito de Patrimônio cultural “articula-se cada vez mais a uma perspectiva de atribuição de valores” (Araújo, 2019 p. 51). O patrimônio cultural é uma construção social e histórica que se manifesta de diversas formas, sendo os museus espaços fundamentais nesta constituição.

Um outro aspecto do patrimônio que merece ser considerado é o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia (C&T), uma vez que buscamos ampliar o entendimento quanto ao acervo que compõe este museu histórico. A Carta do Rio de Janeiro do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia apresenta a seguinte definição.

O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia constitui-se do legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva lhe são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural (Granato; Ribeiro; Araújo, 2017, p.17).

À primeira vista, esse conceito pode parecer pouco relacionado ao tema, uma vez que os objetos que compõem a coleção do Museu Naval são, em geral, classificados como objetos históricos. No entanto, determinadas categorias desse acervo também podem ser compreendidas como objetos de ciência e tecnologia, na medida em que se configuram como exemplares científicos e técnicos, representando registros da arte e da tecnologia naval, tanto em sua dimensão construtiva, bélica, quanto em sua aplicação prática, como é o caso dos instrumentos de navegação. Os objetos e modelos oriundos de embarcações constituem exemplares singulares da tecnologia naval de sua época, refletindo as técnicas construtivas e os materiais disponíveis no período. Os instrumentos utilizados na navegação e defesa são produtos diretos de pesquisas científicas e avanços tecnológicos, representando a aplicação do conhecimento científico no domínio marítimo. São testemunhos do desenvolvimento técnico-científico aplicado ao poder naval e à defesa.

Tendo em vista as considerações realizadas na Carta do Rio de Janeiro, de 09 de maio de 2017, sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia, em que esta coloca que

“a ciência exerce grande influência no desenvolvimento da sociedade, possibilitando transformações no nosso cotidiano, a partir da ampliação do conhecimento humano acerca do mundo” (Granato; Ribeiro; Araújo, 2017, p.14). Considerando a Convenção de Paris de 1970 (UNESCO, 1970), que em seu primeiro artigo define o entendimento de bem cultural, como bens cuja atribuição de valor é realizada pelo Estado considerando a importância destes. Elencando, no mesmo artigo, entre outras categorias as quais os bens culturais devem pertencer, sendo estes “bens relacionados com a história, inclusive a história da ciência e da tecnologia, com a história militar e social, com a vida dos grandes estadistas, pensadores, cientistas e artistas nacionais e com os acontecimentos de importância nacional” (UNESCO, 1970 Art. 1º b).

Destacamos a permeabilidade existente entre a história da ciência e da tecnologia e a história militar. “O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia possui áreas de intersecção com diversos outros recortes patrimoniais” (Granato; Ribeiro; Araújo, 2017, p.18). Podemos incluir, no todo ou em parte, o patrimônio militar naval na esfera do patrimônio cultural de ciência e tecnologia agregando este valor ao acervo que constitui o museu, para além do valor histórico a ele atribuído. Uma vez ser a ciência naval uma grande ampliadora do entendimento do mundo, tanto pelas navegações em si, ampliando as fronteiras geográficas, como pelas pesquisas científicas que ampliam horizontes do conhecimento. E neste âmbito inclui-se o patrimônio militar naval, devendo seus bens culturais serem estudados também na esfera da ciência e tecnologia e não restritos à história militar. Desta forma, a coleção do Museu Naval possui representantes que possuem em si características tanto do patrimônio cultural de ciência e tecnologia como histórico, para além do artístico que também pode ser considerado pelas representações pictóricas que retratam cenas históricas.

É a partir desse olhar de intersecção entre história e ciência que se apresentará o acervo que integrava o Museu Naval, bem como a relação da Marinha do Brasil com o Patrimônio Cultural e o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia.

Ao fim e ao cabo, esta dissertação apresenta uma seleção, dentre a vasta gama de conjuntos documentais consultados, que servirá de base para o desdobrar de diversas possibilidades deste caminho apresentado. Como um guia a possibilitar futuramente o desenvolvimento de muitas outras análises e paralelismos em relação ao Museu Naval. Não há previamente a consolidação desses dados e informações tal qual se optou por fazer neste momento. A construção desta dissertação parte da escolha por realizar a indicação anual dos principais fatos entendendo ser necessário elencá-los desta forma a fim de verificar e comprovar a presença em atividade, do Museu Naval, durante todo seu período

de existência. Evidenciando seu caminho e possibilitando desconstruir a narrativa existente de que este nunca se consolidou e que na década de 1920 estaria “[...] em franca decadência, praticamente fechado”<sup>8</sup>. Esta imagem que se difundiu sobre o Museu Naval tem suas origens nebulosas, entretanto, esta dissertação traz luz a existência desse Museu e evidencia que este ideário não possui bases documentais e que na verdade o Museu Naval, apesar das dificuldades encontradas em seu caminho teve sua trajetória em sentido ascendente, de expansão, até a criação do MHN e sua consequente extinção.

Seguiremos então por conhecer e reconhecer o Museu Naval na transição do século XIX para o século XX.

---

<sup>8</sup> O pesquisador Dr. José Neves Bittencourt apresenta indicações sobre o Museu Militar e o Museu Naval ao escrever a nota n. 4 em republicação do texto de Adolpho Dumans – A Idéia da criação do Museu Histórico Nacional, constante no volume 29 dos Anais do MHN publicado no ano de 1997. Tal indicação ilustra o ideário que se formou/construiu sobre o Museu Naval.

**CAPÍTULO 1**  
**ENTRE A CONCEPÇÃO E A**  
**MATERIALIZAÇÃO:**  
**A CONSTITUIÇÃO DO MUSEU NAVAL**  
**(1868-1890)**

## **1 - ENTRE A CONCEPÇÃO E A MATERIALIZAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DO MUSEU NAVAL (1868-1890)**

Este capítulo analisa o processo de constituição do Museu Naval, passando por sua efetiva inauguração e posterior anexação à Biblioteca da Marinha. Reconstrói-se a trajetória inicial do Museu Naval, desde suas concepções preliminares a sua primeira instalação, e primeira mudança física e administrativa, enfatizando os diferentes momentos que marcaram sua constituição.

### **1.1 - Informações Balizadores do Caminho**

Neste momento inicial de preparação para o caminho que iremos desbravar cabe destacar considerações quanto ao entendimento administrativo e prático desta instituição, tanto no âmbito naval como externo a este. Aqui não entraremos nos detalhes regulamentares e estatutários, que terão seu espaço *a posteriori*, e sim abordaremos uma relação que se constrói para além do entendimento administrativo e se faz necessário conhecer para entender como esta se apresenta no período em estudo.

Objetivamos brevemente contextualizar a relação dos três principais entes: Museu, Biblioteca e Arquivo, no âmbito da Marinha do Brasil e a relevância da existência da Revista Marítima Brasileira<sup>9</sup> (RMB) nos períodos em que surge a ideia de um museu na Marinha. A importância de tal publicação pode ser considerada por estar vinculada a estrutura da Biblioteca da Marinha, bem como pelo grupo que se organizou para o estabelecimento da mesma e seus objetivos.

Por meio da documentação consultada e observação das edições publicadas, cabe ressaltar que a RMB é uma ferramenta potente de divulgação política, histórica e científica do período abordado por esta dissertação, vislumbrando o pensamento de uma época. Suas edições continham artigos autorais, traduções de artigos estrangeiros e reprodução de relatórios e documentos. Através dela o nome da repartição e por consequência do Museu Naval foi difundido nacional e internacionalmente. Este fato se deu tanto por meio dos artigos que versavam sobre o Museu Naval e seu acervo como pelo endereçamento e assinatura do diretor, que era identificado como diretor da Biblioteca e Museu da Marinha. A RMB era permutada com diversas bibliotecas e outras repartições públicas e particulares de diferentes estados e países, além de ser uma revista de assinatura a quem por ela se

---

<sup>9</sup> Optou-se por manter a grafia original da publicação de acordo com o ano a que esta se refere. Conforme constante na maior parte do período da pesquisa esta era denominada Revista Marítima Brasileira. A grafia foi atualizada em janeiro de 1924 para Revista Marítima Brasileira. A partir deste momento da dissertação a referência a esta revista será através da sigla RMB.

interessasse. Segundo análise de Arias Neto, em relação a revista que se publicou de 1851 a 1855, “Pretendia-se, [...] que a RMB se constituísse enquanto um espaço público ampliado para a articulação de ideias, interesses e ações em prol do progresso da Marinha e, portanto, do Brasil” (Arias Neto, 2013 p. 124). Posteriormente foi criada uma outra revista com a mesma denominação em 1881. Hoje a gênese desta se vincula ao ano de 1851, mas a partir da análise elaborada por Arias Neto, os programas editoriais e objetivos dessas publicações eram distintos. O que nos cabe é perceber que esta publicação estava alinhada às ideologias de seu tempo nos dois períodos de sua existência e que o interesse e a forma de divulgar os temas baseiam-se na preocupação com o passado visando o progresso e tendo por base um ideário político. E esse entendimento, de um grupo de indivíduos, estará intrinsecamente relacionado à efetiva criação do Museu Naval.

O que é importante ser destacado, neste momento é que, apesar das subordinações e vinculações administrativas, a Biblioteca, o Museu, o Arquivo e a própria RMB possuíam perfis autônomos, ainda que em determinados momentos estivessem sob uma mesma direção. Percepção esta tanto externa como interna, pelo próprio diretor, que tratava os assuntos relacionados a cada um de forma distinta e nomeando cada um como se fosse uma estrutura isolada. Entretanto, a relação entre estas, como será vista, é construída independente dos laços regulamentares, mas mais por afinidade. Essa vocação individual é importante ser destacada principalmente porque ela não exclui nem é avessa às estruturas organizacionais, mas é presente. Tal característica é observada até os dias atuais, onde sob uma mesma estrutura administrativa permanecem as mesmas três instituições centenárias abordadas na pesquisa: a Biblioteca da Marinha, o Museu Naval e o Arquivo da Marinha, bem como permanece ainda em funcionamento a RMB. Atualmente sob a estrutura da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) estas instituições estão organizadas como departamentos, integrando também sua estrutura a assessoria da RMB. Estes são os mesmos elementos que serão abordados na pesquisa, que de maneira comum são entendidos como personagens separados, principalmente para quem está externo à estrutura administrativa.

Neste ponto, de serem indivíduos, mas geridos sob uma mesma organização, é relevante destacar para a compreensão da documentação e para os resultados da pesquisa que aqui serão apresentados que, embora o Museu não fosse uma instituição autônoma por regulamento, em grande parte de sua existência, aqui será trabalhado como se assim o fosse, de acordo com a documentação consultada. Conquanto as relações entre estes permeiam o museu e possam aqui ser apontadas, esta repartição será trabalhada como se

fosse individual e nomeada como Museu Naval, conforme indicado anteriormente, independente da estrutura administrativa a que estivesse vinculada.

Para melhor trilhar a relação binomial biblioteca-museu que será trabalhada nesta dissertação e que se apresenta como a mais ampla dentre os quatro elementos apresentados, se faz necessária uma ponderação sobre a criação da Biblioteca da Marinha. O objetivo não é analisar tal repartição em detalhe, mas observar elementos que futuramente serão orientadores para entender o Museu Naval.

No RMM referente ao ano de 1846 observa-se a função entendida para a Biblioteca pelo então Ministro da Marinha Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque. Em seu relatório, referente ao ano do estabelecimento legal da Biblioteca da Marinha com sua criação pelo Decreto n. 479 de 17 de outubro de 1846, pontua no tópico em que expõem suas considerações quando a instrução do pessoal da Marinha que:

Como complemento a todos estes meios de ilustração fundou-se também por decreto de 17 de outubro de 1846, e está quase concluído o Estabelecimento da Biblioteca da Marinha, que no meu entender deve exercer benéfica influência sobre a instrução, moralidade do pessoal da Armada (RMM, 1847 p.15).

Importante destacar esse aspecto histórico sobre a Biblioteca da Marinha. O entendimento de ser esta uma importante aliada a boa condição intelectual dos oficiais, como elemento de distinção e instrução do indivíduo. Aspecto que coaduna, ideológica e temporalmente, com a percepção do Museu Naval ser pensado como um local de guarda das glórias e propiciador da civilidade ao dar acesso e divulgar o quão desenvolvida e gloriosa era a Marinha, tal qual eram entendidos os museus do período. Aspecto que pode ser confirmado pelo ofício n. 7 de 8 de julho de 1869, onde Joaquim Velloso Tavares, ao apontar uma de série tópicos sobre a possibilidade de ampliação dos empréstimos dos livros da Biblioteca da Marinha, corrobora a visão anteriormente apresentada ao dizer que:

Certamente não é de estilo que as bibliotecas públicas emprestem livros, mas a da Marinha é uma exceção dos estabelecimentos desta ordem, porque além de haver caução ou garantia dos vencimentos dos empregados, o seu fim não é mera ostentação, nem sua utilidade simples consulta das obras que possui: ela foi criada como um dos elementos de regeneração, e esta regeneração a de fortemente basear-se na instrução sólida e verdadeira que devem adquirir os oficiais<sup>10</sup>.

Podemos inferir que a criação da Biblioteca da Marinha era uma ação que visava propiciar os meios para a civilidade, utilizando o termo empregado no documento, 'regenerar' os que estavam afastados da moralidade, ou seja, dar nova vida. Como apresentado anteriormente, as instituições hoje denominadas como de cultura, tais como as

---

<sup>10</sup> Ofício n. 7 de 8 de julho de 1869 da Biblioteca da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15474.

bibliotecas e museus, eram meios de propiciar a elevação do indivíduo, tendo por base um programa civilizacional característico do século XIX (Bennett, 1995 p.18 e 19).

Este aspecto também é existente na criação da RMB na década de 1850. Como nos diz Arias Neto, “[...] a RMB não apenas alinhava-se ao projeto ilustrado das elites oitocentistas, mas apresentava-se como integrante deste projeto no que dizia respeito à força naval, espelho da Nação” (Arias Neto, 2013 p. 124).

Outro aspecto que reforça a ligação da biblioteca com o museu, que será trabalhado no decorrer do capítulo, é a presença de outros objetos, para além de livros, na Biblioteca da Marinha. Registra-se que a presença de objetos variados não é algo estranho nas bibliotecas e nem era algo inovador observar tal fato na Biblioteca da Marinha. Objetivamos aqui apontar essa constatação por ser tal fato previsto desde os anos iniciais da criação da Biblioteca da Marinha. No referido RMM também observamos que já na sua semente geminal, a Biblioteca da Academia de Marinha, possuía objetos.

A Biblioteca da Academia, alguma porção de livros, roteiros, mapas, e modelos, que existiam, e estavam desaproveitados por não serem franqueados à leitura, e exame em lugar para isso próprio, tais são os primeiros elementos, que compõem o fundo da Biblioteca, fundo que com pouca despesa pode ser ampliado, e vir a formar um bom Estabelecimento daquele gênero (RMM, 1847 p.15-16).

Podemos observar no ofício que encaminha as informações referentes ao inventário da Biblioteca da Academia de Marinha, quando da transferência desses livros para a recém criada Biblioteca da Marinha, constar a informação do então bibliotecário Henrique Hoffsmith sobre os objetos. “Ignoro ainda a quantidade e a qualidade dos modelos, dos instrumentos e das plantas que se acham depositados na Inspeção do Arsenal de Marinha ou a bordo da Nau [Pedro I], e que devem entrar para a Biblioteca da Marinha”<sup>11</sup>. Por este trecho inferimos que já se pensava nos objetos como complemento ao estudo que seria possível através das leituras disponíveis na Biblioteca.

A presença desses objetos na Biblioteca da Marinha e a decorrência de sua ampliação e guarda será abordada nas páginas seguintes por ser este um fato de estreita relação com a ideia de existir um museu na Marinha.

Desta forma indicamos que o Museu Naval não é uma instituição isolada, a parte, e sim uma construção que tem intrínseca relação com a Biblioteca da Marinha. Quanto ao Arquivo da Marinha sua relação se apresentou na época de forma mais administrativa. Entretanto para esta pesquisa o Arquivo da Marinha e a RMB foram vitais para o descortinar dessa história, evidenciando que as relações entre esses quatro entes se mantêm até os dias atuais, para além das estruturas administrativas regulamentares.

<sup>11</sup> Ofício de 24 de março de 1847 da Biblioteca da Marinha para o Ministro da Marinha. *Apud* SCAVARDA, 1956 p.21.

## 1.2 - O Projeto do Museu Naval até 1884

Neste momento, cabe percorrer o caminho que nos conduzirá ao Museu para entender como esta instituição foi pensada e se organizou para ser efetivamente criada.

Até o presente momento de finalização da pesquisa, apesar da extensa busca nos Arquivos da Marinha e Arquivo Nacional<sup>12</sup>, não foi localizada documentação que verse sobre as intenções que circundam a criação do Museu Naval antes do efetivo decreto que o institui. Realizou-se a busca tentando localizar a exposição de motivos, ofícios, discussões parlamentares ou consultas ao Conselho Naval<sup>13</sup> sobre tal motivação, entretanto sem sucesso. Não há certeza da inexistência desses documentos por não terem sido produzidos ou por não terem sido preservados até os dias atuais. Ressalta-se que foi realizada pesquisa nos tipos de documentos e organizações onde os mesmos poderiam existir por origem ou vinculação administrativa.

A primeira indicação que se tem conhecimento, de uma sugestão de criação de um museu na Marinha é encontrada no ofício n. 88 de 4 de novembro de 1854. Ainda que anterior ao recorte da pesquisa, neste ofício, o então bibliotecário 1º Tenente Sabino Eloy Pessoa envia a Miguel de Souza Mello e Alvim, encarregado do Quartel General da Marinha, suas ponderações em relação a uma possível mudança de prédio da Biblioteca. Após expor suas considerações finaliza o ofício com o seguinte parágrafo.

Antes de concluir permita V. Ex<sup>a</sup> dizer-lhe que há na organização de nossa marinha lacunas que tarde ou cedo se deve preencher; por isso facilitando-se pela remoção da Biblioteca para um edifício vasto a criação de um depósito geral dedicado a construção e à hidrografia a instituição de um museu naval, a exposição de instrumentos e outros objetos de estudo, e quaisquer outras instituições que se deva ter, dar-se-ha com inesperada antecipação um passo na via do progresso<sup>14</sup>.

Destaca-se que neste momento, a mudança da Biblioteca da Marinha não se concretiza e nem há outra referência a criação de um museu naval. Sendo esta a única menção a um museu na Marinha localizada antes de 1868. Relevante observar que tal criação, junto a outras repartições, visava ao progresso. Esta visão de museu não apenas vinculado ao passado, como relicário de objetos, mas como instituição que evidencia o passado visando o progresso estará presente, como uma aura no futuro Museu Naval, e será novamente abordada em momento oportuno.

Desta forma, o que observamos é, possivelmente, uma semente plantada em relação a criação de um museu naval na biblioteca em 1854, apenas oito anos após a sua

---

<sup>12</sup> No início do século XX, primeira quinzena, uma grande quantidade de documentos foi remetida do Arquivo da Marinha para o Arquivo Nacional, principalmente os com data anterior a 1889.

<sup>13</sup> Órgão consultivo na Marinha que existia no período do recorte temporal da pesquisa.

<sup>14</sup> Ofício n. 88 de 4 de novembro de 1854 da Biblioteca para o Quartel General da Marinha. ARQMAR 15472.

própria criação<sup>15</sup> e 14 anos antes da efetiva inauguração do Museu Naval. Pensava-se em um museu naval enquanto lugar de instrução, assim como a biblioteca. Observamos o pensamento de se ter um museu vinculado ao ideário civilizacional explicitado anteriormente.

O Decreto n. 479, de 17 de outubro de 1846, que estabelece a Biblioteca da Marinha, define seu regulamento prevendo em seu primeiro artigo que “A Biblioteca de Marinha deverá ministrar os meios de uma instrução variada aos Oficiais da Armada, aos de Artilharia de Marinha, e aos Oficiais empregados nas Repartições anexas” (Império, 1846 Art. 1º). Observamos então que a biblioteca era entendida não como um espaço de guarda de livros passiva, mas um local onde deveria ser ativamente favorecida a instrução mediante a leitura e aquisição de livros e publicações alinhados com esse objetivo. Não se pensou na Biblioteca da Marinha como uma biblioteca contemplativa, mas sim com uma função educacional que se voltava à formação dos oficiais.

Como nos diz o bibliotecário, Capitão tenente Antonio Mariano de Azevedo, em ofício datado de 4 de maio de 1872 ao Ministro da Marinha, sobre a Biblioteca da Marinha:

O seu fim e funções são de espécie muito diversa e cifram-se misto: ministrar instrução aos oficiais empregados da Marinha facultando-lhes, há certas horas do dia, a leitura de livros adequados que a biblioteca vai sucessivamente comprando com a sua consignação anual, a qual lhe é concedida pelas leis de orçamento para serem exclusivamente empregadas nessas compras<sup>16</sup>.

A Biblioteca da Marinha era entendida como um espaço ativo para a formação do oficial em sua época. Local de construção de saberes. Entretanto ressaltar que esta ministrava instruções, não é diretamente dizer que nela ocorriam aulas ou coisas similares, mas sim que o entendimento de que a leitura de seus livros a ser realizada na própria Biblioteca era um meio de instrução, o que também não exclui o efetivo encontro nesta para fins instrutivos.

Uma perspectiva que cabe enfatizar é que a Biblioteca, além de ser o local de guarda de livros para consulta e leitura, era também o lugar onde se considerava deter o conhecimento histórico, como podemos inferir através dos documentos, em que o diretor da Biblioteca é consultado para fazer uma análise da relevância acerca de assuntos e objetos que julgava-se ter valor histórico. Bem como as demais atribuições a esta que serão acrescidas, após a anexação do Museu Naval, onde por meio de mudança de seu regulamento em 1890 incute a repartição, ser o local, onde por meio de uma comissão definida pelo Ministro da Marinha, em que o diretor da Biblioteca e Museu da Marinha faria

---

<sup>15</sup> A Biblioteca da Marinha é instituída pelo Decreto n. 479, de 17 de outubro de 1846, sendo instalada em prédio do Arsenal de Marinha da Corte.

<sup>16</sup> Ofício n. 404 de 4 de maio de 1872 da Biblioteca para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15474

parte, seria realizada a elaboração da Enciclopédia Naval (Brasil, 1890. p.688). Aqui observamos o entendimento desta (biblioteca e museu) formalmente enquanto local destinado para a organização e divulgação da história naval.

Como confirmaremos no correr dos anos, a fim de cumprir essa função e, como já mencionado, a Biblioteca não detinha apenas livros mas possuía também outros objetos que se alinhavam ao objetivo de estudo e análise, como modelos navais e instrumentos científicos. Recebia também, por doações, objetos que marcavam acontecimentos. Tal fato observa-se através dos ofícios da repartição, como o ofício n. 3 de 15 de janeiro de 1862, do Quartel General da Marinha para a Biblioteca da Marinha, em que são encaminhadas duas medalhas por ordem do Ministro da Marinha para a Biblioteca<sup>17</sup>. Bem como podemos observar pelo ofício n. 299 de 27 de setembro de 1864<sup>18</sup>, onde o bibliotecário informa o arquivamento da medalha comemorativa da Exposição Nacional de 1861 que foi remetida à Biblioteca da Marinha pela própria comissão da Exposição Nacional.

Hoje consideramos tais objetos como objetos de museu, mas à época estes eram registros comemorativos cuja conservação se decidiu pela Biblioteca evidenciando esta enquanto lugar de guarda e perpetuação das informações e materialidade.

Durante as décadas de 1860 e 70, é relatado em ofícios e relatórios da Biblioteca a condição de escassez de espaço para os livros, cuja coleção aumentava anualmente, e para os objetos, em específico os modelos. O diretor da Biblioteca relata em ofício n. 4, de 6 de julho de 1869, ao Ministro da Marinha, que “Os modelos cujo número tende aumentar devem ser expostos sobre mesas, em ordem a facilitar exame e estudo, e agora mesmo precisa-se de uma sala onde tal a exposição se faça comodamente”<sup>19</sup>. Estes modelos eram modelos de navios da Marinha. No Relatório anual da Biblioteca referente ao ano de 1871, é indicado que esta possuía 22 modelos de navios e instrumentos para estudo da cosmografia<sup>20</sup>. Desta forma podemos observar o papel de promotora de instrução e conhecimento atribuído à Biblioteca sob os aspectos históricos, técnicos e científicos.

E é nesse contexto que se indica a ideia de criar um museu naval, primeiramente em 1854, e efetivamente a partir de 1880 no bojo da Biblioteca da Marinha. O intuito deste museu era guardar objetos científicos e modelos navais, como os instrumentos e outros que servissem ao estudo, objetivando favorecer bem como demonstrar o progresso da Marinha.

O que se tem de concreto, posterior a 1854, referente a efetivação do Museu Naval é o Decreto n. 4.116 de 14 de março de 1868. Em seu texto é prevista a criação de um museu

---

<sup>17</sup> Ofício n. 3 de 15 de janeiro de 1862 do Quartel General da Marinha à Biblioteca da Marinha. ARQMAR 15457

<sup>18</sup> Ofício n. 299 de 27 de setembro de 1864 da Biblioteca da Marinha ao Quartel General da Marinha. ARQMAR 15472

<sup>19</sup> Ofício n. 4, de 6 de julho de 1869, da Biblioteca da Marinha ao Ministro da Marinha ARQMAR 15474

<sup>20</sup> Relatório da Biblioteca da Marinha referente ao ano de 1871. ARQMAR 15499

no Arsenal de Marinha da Corte, local hoje ocupado pelo atual Comando do 1º Distrito Naval, aos pés do Morro de São Bento, no centro do Rio de Janeiro.

No decreto não há atribuição de nome específico ao museu que se pensava. O decreto é composto de um *caput* e sete artigos onde é aplicada a denominação museu da marinha. O decreto apresenta que os objetos a serem recolhidos seriam determinados tendo como valor de escolha para a conservação destes, o interesse da Armada Nacional. Interesse que guiaria as aquisições e, ao mesmo tempo, que já evidência haver ocorrido alguma triagem e identificação dos objetos que poderiam integrar o museu, definindo os seus tipos como consta no Art. 3º. “O edifício dividir-se-ha em duas partes: na primeira se distribuirão modelos, máquinas, armas, troféus, etc.; na segunda quadros históricos, retratos, bustos e estátuas de oficiais brasileiros, ou estrangeiros, que tenham prestado serviços ao Brasil” (Império, 1868a p.120).

Assim, verifica-se que já havia uma narrativa pensada para o museu e através de que meios esta seria exposta.

Outro ponto previsto no artigo primeiro, era pensar que o museu deveria ter um prédio específico para si, com pelo menos duas partes, o que sugere que se atribuiu importância para esta nova instituição que se criava, pelo seu idealizador, ou idealizadores, não o limitando a uma área em outra repartição, como um espaço secundário.

O Decreto traz também a definição de organograma com um reduzido quantitativo de funcionários, totalizando três militares com a particularização de não estarem aptos aos serviços específicos militares, ou seja, que possuíssem alguma restrição para a atuação direta nos navios. Também caracteriza a subordinação administrativa do Museu ao Inspetor do Arsenal de Marinha.

O decreto é assinado com a rubrica de Sua Majestade o Imperador por Affonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto. Na época, ele era Ministro de Estado e Negócios da Marinha<sup>21</sup> do 23º Gabinete do Império, presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos, liderado pela Liga Progressista (Ferraz, 2012 p. 52).

Após a promulgação é emitida a Circular n. 45, em 27 de abril de 1868 (Império, 1869 p.101), assinado pelo então chefe de Esquadra Elisiário Antonio dos Santos, dando publicidade ao Decreto n. 4.116 para as demais repartições da Marinha. A emissão de circulares era um procedimento administrativo que visava dar publicidade aos decretos e demais informações que se julgava necessário a corporação conhecer. Evidenciando que foi divulgada a previsão legal de criação do Museu Naval para todas as repartições navais.

---

<sup>21</sup> Assume o cargo em 1866 nomeado por Zacarias de Góis e Vasconcelos. Biografia disponibilizada pelo Programa de Pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA) do Arquivo Nacional. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/79-producao/70-biografias/856-afonso-celso-de-assis-figueiredo-visconde-de-ouro-preto>. Acesso em: 11 jun. 2025

Em 6 de maio de 1868 é promulgado o Decreto n. 4174 que reorganiza a estrutura administrativa da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, órgão subordinado diretamente ao Ministro e Secretário de Estado e Negócios da Marinha, com atribuição de organização administrativa. Verificamos a presença do Museu Naval nesta estrutura. A Secretaria, então dividida em 4 seções, apresenta como de responsabilidade da 3ª seção em seu parágrafo 10, os assuntos relativos à Biblioteca da Marinha e Museu Naval (Império, 1868b p.259). Aqui observamos um vínculo entre o entendimento temático da Biblioteca e do Museu por estarem considerados juntos, ainda que a previsão de estabelecimento fosse em separado. Cabe neste momento destacar que posteriormente ao decreto que cria o Museu, este já é considerado vinculado tematicamente na estrutura administrativa da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha.

Nos meses que se seguiram, no âmbito da discussão quanto à fixação da força naval para o ano financeiro de 1869 e 1870 pela Câmara dos Deputados<sup>22</sup>, em sessão ocorrida em 02 de junho de 1868, discute-se sobre a despesa do Museu Naval narrada pelo deputado federal Buarque de Macedo, membro da comissão de fixação de forças de mar. Nesta sessão ele defendia a relevância da criação do Museu, mas era constantemente interrompido por opositores, mas ressalta-se também possuir apoiadores. Cabe destacar uma fala onde Buarque de Macedo indica, após questionamentos realizados em outras pautas pelo deputado de São Paulo Gavião Peixoto, a relevância do museu. O Deputado afirma:

Sr. presidente, eu creio que o nobre deputado pela província de S. Paulo não contestará a utilidade de um museu naval; o governo devia colecionar, conservar, quer nos arsenais, quer nas suas secretarias, estes troféus das nossas vitórias, esses artigos bélicos que devem servir de belas recordações para o futuro (Império, 1868c, p. 32).

Continua a defesa da necessidade de destinação de verba para o museu após nova interrupção, onde diz:

Desde que os nobres deputados, dizia eu, reconhecem a necessidade do governo colecionar todos esses troféus das nossas vitórias, que hão de atestar no futuro as glórias do nosso passado, não podem hoje contestar que a despesa com o museu naval era uma despesa necessária (Império, 1868c, p. 32).

Interessante observar, entre as constantes interrupções e críticas, a seguinte fala do orador em que ele indica que os objetos referidos já estariam em algum lugar cuja a guarda já havia sido determinada, sugerindo já estar constituída uma espécie de depósito ou algum espaço onde os objetos já estariam agrupados, quando expõe que “se o governo não tivesse desde já ordenado estes objetos, pondo-os em perfeita guarda, eles teriam de

---

<sup>22</sup> Segundo ano da Décima Terceira Legislatura, sessão de 1868.

extraviar-se, teriam de deteriorar-se, e mais tarde dificilmente os colecionaria” (Império, 1868c, p. 32). Não há outro registro ou evidências de quais objetos especificamente seriam e onde estariam estes agrupados. As interrupções e críticas pelo Sr. Gavião Peixoto continuam e com a fala, novamente, o orador Sr. Buarque de Macedo, é enfático com a necessidade da verba defendendo a relevância de um guarda para tais objetos e sendo, portanto, necessária a despesa, bem como questionando o deputado paulista por estar este censurando a medida do governo que reconhece tal necessidade como sendo de utilidade pública (Império, 1868c, p. 32). O assunto se desvia e não ocorrem mais discussões sobre o museu nesta sessão.

Não há documento escrito, localizado, que defina a motivação da criação do Museu, mas a partir das falas presentes nesta sessão pode-se inferir que sua intenção de criação teve relação direta com a Guerra da Tríplice Aliança, também denominada Guerra do Paraguai<sup>23</sup>, buscando meios de salvaguardar e expor os troféus e espólios da Guerra que ainda estava ocorrendo<sup>24</sup>.

No dia 03 de junho de 1868, em nova sessão, é dada continuidade a discussão quanto à fixação da força naval e inicia com a fala, Affonso Celso, então ministro da Marinha, sobre o assunto, com as suas considerações sobre a discussão ocorrida no dia anterior bem como suas ponderações sobre as economias e gastos do Ministério. Em dado momento, a discussão é retomada por Felício dos Santos, deputado federal por Minas Gerais, e o Museu retorna à pauta. O deputado pondera ainda não estar persuadido de que a ação de criação do Museu pelo Ministro da Marinha - Affonso Celso - era adequada naquele momento e questiona não saber o que comporia o museu contrapondo que os troféus de guerra seriam insuficientes para tal. Questiona também o possível aumento de gastos com a necessidade de criação de empregos (Império, 1868c, p.77). As discussões dão continuidade sem nova menção ao Museu.

Em sessão realizada em 5 de junho de 1868, continua a discussão da proposta do governo para a fixação da força naval. O Ministro da Marinha realiza novas ponderações quanto à discussão realizada na última sessão, sobre os diversos assuntos tratados, e indica especificamente sobre o Museu ter sido censurado pelos deputados por não constar em seu decreto de criação previsão de verba para tal. E apresenta a seguinte fala:

Devo declarar ao nobre deputado que com esse museu ainda não se fez despesa alguma, foi uma providência que se tomou para evitar-se a ruína e a perda dos objetos que possam recordar os serviços e as glórias da nossa

---

<sup>23</sup> Nesta dissertação utilizaremos a denominação Guerra do Paraguai, ainda que esta denominação não seja a denominação oficial do tratado realizado. Esta escolha se dá por ser a denominação mais difundida e utilizada na documentação consultada.

<sup>24</sup> A Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai ocorreu entre 1864 e 1870.

marinha, providência que só terá execução depois que forem votados os poucos fundos que para isso são necessários (Império, 1868c, p.86).

Através dessa fala é reforçada a ideia de que o Museu é fruto da intenção de guarda dos objetos no contexto da guerra, sendo também um esforço de guerra no sentido de intentar preservar os feitos da Marinha no teatro de operações<sup>25</sup>. Também reforça a ideia apresentada anteriormente de que já haveria um local com tais peças separadas visando sua guarda. Mas nos indica que efetivamente não estava o museu organizado e que tal só ocorreria após a destinação de verba para este fim. O ato de criar o Museu Naval reflete a intenção da exaltação das ações, glórias e os feitos do Império. Não só se intenta criar um museu como no mesmo período são encomendadas obras de arte, pinturas, que retratavam tais glórias e demonstravam quão civilizado era o Império, a Monarquia. Destacamos que o entendimento de civilidade do referido período era bem distinto do que hoje se pondera. A contratação de pintores e podemos incluir a intenção de se criar um museu que guardaria tais obras, era uma forma não só de se salvaguardar o espólio da guerra, mas de divulgar seus feitos.

Albuquerque e Loureiro (2018) expõem a utilização da arte no contexto da guerra, e aqui extrapolamos para o museu, enquanto meio de propaganda política e nos diz que

Destacamos em especial como se representaram as ações militares dessas Forças durante a Guerra da Tríplice Aliança, sob o patronato do Estado Imperial, que utilizou a arte como poderoso instrumento que extrapola a óbvia propaganda estatal, e alcança por meio das imagens e representações, não só a vitória tão desejada de uma guerra, mas o domínio e capacidade de civilizar e impor sua cultura ao inimigo que foi considerado e tipificado como inculto, bárbaro (Albuquerque; Loureiro, 2018 p.68).

Não consta outra menção ao Museu Naval para além dessas três reuniões ocorridas na sessão de 1868. Affonso Celso de Assis Figueiredo foi ministro da Marinha entre agosto de 1866 até a queda do Gabinete, cuja legislatura foi dissolvida em 18 de julho de 1868, sendo nova reunião convocada em 3 de maio de 1869, conforme o Decreto n. 4.226, de 18 de julho de 1868 (Império, 1868d, p. 491).

Observamos que as discussões de verba para o museu são realizadas posteriormente ao decreto que formaliza a criação deste, não sendo localizado nos anais do Parlamento Brasileiro anteriores a 1868 qualquer discussão sobre sua intenção de criação. Bem como demonstra não haver unanimidade no governo em relação à criação do Museu Naval pela perspectiva dos gastos que previram aumentar e considerando o momento político em que estavam. É necessário considerar que neste momento, no ano de 1868, o governo estava passando por uma reorganização administrativa buscando reduzir os seus

---

<sup>25</sup> Espaço geográfico onde se realizam operações militares relativas a ações de combate.

gastos<sup>26</sup>. Bem como observa-se a crescente dos movimentos de oposição ao governo imperial.

A queda do Gabinete em 18 de julho de 1868, ocorreu com a intervenção do Poder Moderador do Imperador Pedro II, em que assumiu um Gabinete Conservador liderado por Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), dentro do contexto de inseguranças políticas e o curso do conflito armado no Paraguai (Ferraz, 2012, p. 52, 126 e 146). Tal alteração política é considerada de relevância nos estudos históricos, sendo este período identificado na historiografia como um momento de crise política que influenciou ativamente nos eventos seguintes até a culminação da Proclamação da República em 1889 (Ribeiro, 2015, p.11).

Como aponta Sérgio Buarque de Holanda, “A queda do Gabinete Zacarias não foi fato banal na história política: foi diversa a situação desse Ministério e profundas seriam as consequências de sua retirada no desenvolvimento do país” (Holanda, 2004 p. 137). O autor nos diz que após essa mudança política

[...] começa a crescer a onda que vai derrubar a instituição monárquica. Ela viveria ainda alguns anos, às vezes até com o antigo brilho. Os homens mais lúcidos, no entanto, sabiam que o Império estava condenado. Em 1869 começa o seu declínio até chegar à queda em 1889. Ele já revelara seu potencial, o que tinha de positivo e negativo. Agora ia viver quase vegetativamente, pois eram sabidos os seus limites. A data de 1868 encerra o período do esplendor e abre o das crises que levarão à sua ruína (Holanda, 2004 p. 139).

É sugestivo, quase como uma certeza, que a não continuação das discussões parlamentares para destinação de verba e efetiva implantação do Museu Naval no ano de sua criação seja consequência desta virada política ocorrida e toda instabilidade que se apresentou no momento decorrente. Mantendo a metáfora naval, é possível que a ideia do Museu Naval tenha naufragado, neste momento, nessa ‘onda’ mencionada por Sérgio Buarque de Holanda.

Outro fato que corrobora ser o Museu Naval criado em 1868 uma idealização que visava a perpetuação das glórias no âmbito das ações realizadas na Guerra do Paraguai é a carta enviada pelo Comandante em Chefe da Força Naval do Brasil, Visconde de Inhaúma, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Affonso Celso de Assis Figueiredo. Tal carta foi escrita em 29 de julho de 1868<sup>27</sup> a bordo do vapor *Princeza*, e foi publicada no jornal *Correio Mercantil* em 8 de agosto de 1868. No texto desta observamos o

<sup>26</sup> A lei orçamentária promulgada em 1867 (Lei n. 1.507, de 26 de setembro de 1867), para os exercícios financeiros de 1867-68 e 1868-69 determinava a reforma de estruturas administrativas do governo visando a redução de pessoal e gastos.

<sup>27</sup> Posterior a queda do gabinete e saída do cargo de Ministro da Marinha por Affonso Celso de Assis Figueiredo. Entretanto, devemos considerar que o Visconde de Inhaúma encontrava-se em campo de guerra ao sul do país e as comunicações à época não eram de forma instantânea.

relato da ação ocorrida para a abertura do rio Paraguai, que encontrava-se obstruído por correntes.

Ilm. e Exm. Sr. - Chegado a este ponto, foi um dos meus primeiros cuidados fazer desobstruir o rio Paraguai das cadeias que o fechavam e tornavam inacessível a navegação. [...] O [encouraçado] *Brasil* cortou as correntes de Humaitá. [...] Resolvi dividir em três partes as correntes assim cortadas, oferecendo uma delas ao general em chefe do exército argentino, outra ao ministro da guerra do Estado Oriental e a terceira ao nosso museu naval enviando a deste na presente ocasião pelo paquete *Bonifácio*. Neste meu proceder parece-me que satisfarei as vistas amigáveis do governo imperial para com seus aliados<sup>28</sup>.

A carta é acompanhada pelo Termo de Abertura do rio Paraguai, datado de 27 de julho de 1868, elaborado pelo auditor da esquadra Antonio Affonso de Aguiar Whitaker, onde toda a ação realizada é narrada e as características das correntes descritas. Para além da superação de um obstáculo físico e avanço das forças navais sobre a fortaleza de Humaitá, ação de grande vulto no contexto da guerra, a recolha das correntes representava um registro material dessa ação e sua destinação para o Museu Naval demonstra a vontade de preservar tal registro. As correntes foram entendidas como um troféu. Como observamos ao final do termo de abertura do rio,

[...] foram as correntes por ordem do Exm. Sr. visconde de Inhaúma divididas em três partes iguais, e destinada uma dessas partes a cada um dos Estados aliados e empenhados nesta campanha, como um troféu comemorante de um dos mais audaciosos feitos das forças navais no presente século<sup>29</sup>.

Esta ação, de dividir a corrente apresada entre os países da aliança firmada, alinhava-se ao previsto no Protocolo assinado no mesmo dia da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, em 1º de maio de 1865 na cidade de Buenos Aires. Tais documentos foram celebrados entre o Império do Brasil, a República Argentina e a República Oriental do Uruguai. Em seu texto estabelecia as regras e condutas a serem empregadas na guerra contra o então governo do Paraguai. O item número 3 do Protocolo previa “Que os troféus e presas, que forem tomados ao inimigo, se dividam entre aqueles dos Aliados que tenham feito a captura” (Ouro Preto, 1894 Anexo I p.8). Ainda que a efetiva ação da abertura do rio Paraguai e a captura de parte das correntes tenha sido realizada exclusivamente pela força naval do Brasil, pela parte fluvial da corrente, ao dividi-la com os países aliados, para além de servir como troféu da guerra, servia também como um ato político.

Até o momento de realização desta dissertação é possível observar a corrente, testemunho material em questão, em exposição no circuito de longa duração do MHN<sup>30</sup>. Na Figura 01 observamos uma pintura que ilustra o momento da passagem de Humaitá, e a

<sup>28</sup> Correio Mercantil 8 de agosto 1868 ed.218 p. 2

<sup>29</sup> Correio Mercantil 8 de agosto 1868 ed.218 p. 2

<sup>30</sup> O envio do acervo do Museu Naval para o Museu Histórico Nacional será oportunamente abordado.

parte da corrente retirada do rio Paraguai que foi destinada ao Museu Naval. Tal representação iconográfica retrata a ação de avanço da força brasileira sobre a fortaleza de Humaitá, uma instalação militar paraguaia. Essa fortaleza, dada a suas características geográficas e defensivas, era um ponto estratégico de relevância para a defesa do Paraguai. O avanço da força naval para além de Humaitá foi um marco no enfraquecimento das forças paraguaias. E as correntes prova 'viva' da superioridade das forças do Brasil ao superar tal marco. As correntes tinham fixação em terra e eram sustentadas por chatas<sup>31</sup> e tambores flutuantes por todo o longo do rio de margem a margem.

Figura 01 - Óleo sobre tela: Passagem de Humaitá de Victor Meirelles e parte da corrente que fechava o Rio Paraguai



Fonte: Acervos pertencentes ao Museu Histórico Nacional. Exposição de longa duração. Fotografia da autora em 01 dezembro de 2024.

Um importante aspecto que destacamos é que o Visconde de Ouro Preto intencionava efetivar o Museu Naval e tinha ideia do que nele queria que figurasse. Enquanto Ministro da Marinha encomendou a confecção de pinturas das grandes cenas de batalha. Sobre a motivação do visconde de Ouro Preto destacamos o que Victor Meirelles, um dos artistas contratados, nos diz em uma carta:

Releva aqui ponderar que o excelentíssimo senhor conselheiro Afonso Celso, quando encarregou-me de fazer esses painéis com dimensões, tinha

<sup>31</sup> Tipo de embarcação paraguaia de baixo calado, ou seja, profundidade, e adaptada a navegação fluvial.

decidido formar um museu de marinha, devendo edificar-se um salão apropriado, onde não só esses quadros como também outros e muitos retratos dos principais oficiais que por seus serviços se tornassem notáveis na guerra, a figurariam; bem como tudo mais que fosse digno de arquivar-se para a história da Marinha Nacional<sup>32</sup>.

Verificamos que o Visconde de Ouro Preto, como colocado no decreto, intencionava erigir um prédio para o Museu Naval, com salas amplas que contemplassem os grandes quadros que este havia encomendado.

Ainda sobre a motivação e ideário sobre o estabelecimento do Museu Naval, observamos que segundo Levy Scavarda (1956):

O Museu Naval foi uma criação oficial do Visconde de Ouro Preto, o ilustre ministro que geriu a pasta da Marinha num dos momentos mais graves para a Nação, qual o da campanha do Paraguai. Cultor da história, sem dúvida entusiasmado com os feitos de nossa esquadra em operações nas águas do rio Paraguai, quis prestar uma homenagem à Marinha instituindo um museu onde se conservassem, não só as relíquias nacionais, e objetos de ensinamento, mas também os troféus conquistados no campo da luta [...] (Scavarda, 1956 p. 66).

Ele expõe que o Museu, para além da guarda dos troféus de guerra, seria um local para guarda de relíquias nacionais e um aspecto a se destacar, objetos de ensinamentos. Segundo o autor, a criação do museu seria uma ideia nata do Visconde de Ouro Preto, Affonso Celso de Assis Figueiredo, evidenciando até uma certa externalidade desta ideia no bojo da Marinha. Entretanto, confrontando com a documentação consultada, não fica claro se essa ideia teria surgido sem nenhuma influência ou se estaria na verdade formalizando uma demanda como a que vimos em 1854. Ou uma conjunção desses fatores. Observamos que quando Levy Scavarda (1956) inclui para além dos troféus e relíquias os objetos de ensinamento, ele está relacionando, intencionalmente ou não, ao ideário suscitado em 1854, que retornará em 1880, para a criação de um museu naval. Sobre ser a formalização do Museu Naval por decreto em 1868 uma ideia apenas do Visconde de Ouro Preto, ou se este estava atendendo a uma demanda da Marinha, por ser então o Ministro da Marinha a época é uma questão sem resposta até o momento. O que se tem é que a ação efetivada pelo Ministro da Marinha, Visconde de Ouro Preto, objetiva mais que a simples guarda dos objetos e sim constatamos que o museu fazia parte da intenção de construção de um ideário político.

No decurso dos anos seguintes, não se observa na documentação consultada grandes quantidades de informações sobre o Museu Naval, até a sua efetiva inauguração em 1884. Mas antes de chegar ao momento efetivo da abertura de suas portas faz-se necessário seguir nesses 16 anos que separam a sua criação de sua inauguração. E para

---

<sup>32</sup> Carta de 7 de julho de 1873 de Victor Meirelles ao Ministro da Marinha. BR RJANRIO B2 XM-262

tal, apresentaremos os documentos ou interpretações decorridas destes que permeiam e contextualizam o caminho percorrido pelo Museu Naval.

Apesar de não constarem informações de sua efetiva instalação e abertura ao público anterior a 1884, o Museu aparece mencionado em publicações e documentos da Marinha. Tal é verificado com a indicação de seu decreto de criação, como consta no Almanack do Ministro da Marinha<sup>33</sup>, entre os anos de 1869 e 1886 na parte terceira no tópico Arsenais, referente ao ano de 1868, onde indica que foi criado um museu neste Arsenal por decreto n. 4.116 de 14 de março de 1868. Havendo a mesma indicação do decreto de criação nas compilações de Ordens Gerais e compilados de legislações da Marinha publicados neste intervalo de tempo, entre 1868 e 1884, ainda que não houvesse efetivamente se estabelecido este museu, esta informação evidencia estar vigente o decreto ainda que formalmente não estivesse o museu organizado.

Outro elemento que cabe destacar é a presença de um dossiê de documentos no Arquivo Nacional<sup>34</sup> que está identificado com o texto na capa - 1873 / Museu Naval - e que possui dois documentos com anotação na lateral da seguinte forma: 1873 / 3º Seção nº 1 / Museu Naval e 1873 / nº 2 Museu Naval / 3º Seção. Tais documentos versam sobre o achado de um arganel<sup>35</sup> em uma escavação para obra do segundo dique na Ilha das Cobras e para cuja constatação da relevância ou não do achado é solicitado um parecer ao diretor da Biblioteca da Marinha pelo Diretor Geral da Secretaria da Marinha. Constam outros documentos sobre o mesmo assunto de outras repartições envolvidas com a obra. Este tipo de anotação é característico de organização de secretaria e protocolo, como observado no corpo documental pesquisado. É interessante observar a atribuição de dois conjuntos de documentos a uma instituição que não 'existia' fisicamente no referido ano. Tal anotação ao se comparar com a organização administrativa da Secretaria de Marinha se alinha com a divisão estrutural de ser atribuição da 3º Seção desta a responsabilidade dos assuntos relativos à Biblioteca e ao Museu Naval, desde 1868 como visto. Assim, significa dizer que ainda que não formalmente estabelecido, o assunto já se entendia como sendo relativo ao Museu Naval mesmo que as questões e respostas tenham sido destinadas ao bibliotecário. E aqui destacamos novamente a relação simbiótica entre Biblioteca e Museu.

Mais interessante ainda que tal dossiê é a existência de um aviso do Ministro da Marinha datado de 18 de agosto de 1875 ao Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte em

---

<sup>33</sup> Publicação oficial que apresentava a relação do pessoal da Marinha, bem como a distribuição deste pessoal nas repartições além de legislação que tivesse relação com tais repartições, como avisos e decretos. A referência ao Decreto consta nos anos de 1869 (p.18), 1870 (p.18), 1873 (p.37), 1874 (p.27), 1875 (p.28), 1876 (p.347), 1879 (p.391), 1881 (p.31), 1882 (p.34) e 1886 (p.27)

<sup>34</sup> BR RJANRIO B2 - XM-520.

<sup>35</sup> Anel de ferro localizado na escavação do novo dique que possivelmente integrava estrutura de ancoramento no cais, como citado no documento.

que há a remessa de uma bandeira paraguaia, que foi oferecida pelo Barão do Amazonas, com destino para ser colocada no Museu Naval (Promptuario, 1882, p. 524).

Ação que foi noticiada pelos jornais da época como podemos observar em A Nação de 24 de agosto de 1875 com a identificação Museu Naval em negrito, na seção de Notícias Locais da coluna de Noticiário que nos diz que:

O Sr. Almirante Barão do Amazonas acaba de oferecer ao nosso Museu Naval uma bandeira Paraguaia, tomada a um dos três vapores inimigos que foram metidos a pique pela Fragata Amazonas, na memorável batalha de Riachuelo, que o nosso Almirante com tanto denodo e perícia comandou<sup>36</sup>.

Em específico neste jornal observamos o destaque da instituição Museu Naval através não só do conteúdo, mas principalmente por seu nome constar evidenciado no cabeçalho da notícia. A mesma notícia foi publicada em diversos jornais<sup>37</sup> e reproduziam o mesmo conteúdo.

Tal aviso, e por consequência as notícias, conflitam quanto ao fato do Museu Naval só ter sido inaugurado efetivamente em 1884, como veremos no decorrer deste capítulo. O Ministro da Marinha encaminhar um objeto para compor o Museu em 1875, via Inspetor do Arsenal de Marinha, gera questionamentos do que seria e onde seria o Museu Naval neste momento e se haveria outra instituição com esse nome atribuído. Não há documentação que comprove se a mesma foi efetivamente recebida pelo Inspetor do Arsenal e para onde a bandeira teria sido encaminhada ou guardada. Não foram também localizados, até o presente momento da pesquisa, outros documentos do período que contenham fatos para sustentar a hipótese sobre existir um museu organizado no período, ou alguma estrutura de depósito ou armazém em que os tais objetos então identificados pelo Decreto de criação em 1868 estariam guardados.

Observando a documentação, o que se conclui é que este destino identificado como Museu Naval, era possivelmente a Biblioteca da Marinha, por esta deter objetos históricos, como visto anteriormente. Entretanto fica uma questão: se o destino final da bandeira era a biblioteca, porque a mesma não foi diretamente encaminhada para esta, já que a biblioteca não era subordinada diretamente ao Inspetor do Arsenal de Marinha. Essa questão não possui resposta nesta dissertação sendo apenas uma incitação.

A presença da bandeira na biblioteca é verificada ao analisar a relação de objetos constantes da Biblioteca em 1882<sup>38</sup>. Observamos, dentre tantos outros, a referida bandeira paraguaia encaminhada então ao Museu Naval em 1875. Entretanto o documento em que

<sup>36</sup> A Nação : Jornal Político, Commercial e Litterario (RJ) 24 de agosto de 1875. Ed. 182. p.2

<sup>37</sup> Além do jornal A Nação a informação foi publicada nos seguintes jornais consultados: Gazeta de Notícias (ed.24), O Globo (ed.232), A Reforma (ed.191), Correio Paulistano (ed.5667), Diario de Pernambuco (ed.201) e Jornal do Recife (ed.200).

<sup>38</sup> Ofício 83 de 28 de novembro de 1882 da Biblioteca para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15476

consta esta relação também explicita que o bibliotecário estava realizando um esforço para agrupar objetos com o intuito de ter material para o Museu Naval que este estava pleiteando estabelecer. Assim, não é certo que o aviso que registra o envio da bandeira paraguaia ao Museu Naval em 1875 a tenha encaminhado efetivamente ao Arsenal ou à Biblioteca, ou se havia outro local para qual esta poderia ter sido encaminhada e posteriormente recolhida, por intervenção do bibliotecário, para a Biblioteca da Marinha. A hipótese mais aceitável, e que será aplicada nesta dissertação, é a que já se tinha o entendimento de museu vinculada à Biblioteca no bojo da Marinha e não só internamente na própria Biblioteca. Assim, ainda que não estabelecido fisicamente, a aura do Museu Naval já estava estabelecida na Marinha conjugada com a Biblioteca da Marinha.

A pesquisa realizada não busca ser personalista, mas há indivíduos que possuem papel chave para a existência do Museu Naval ou para a construção da pesquisa que não podem deixar de ser enfatizados. O primeiro foi Visconde de Ouro Preto e outro destes é o primeiro tenente José Egydio Garcez Palha, que assume a direção da Biblioteca da Marinha, nomeado por aviso de 18 de setembro de 1879<sup>39</sup>. Assumiu o lugar do então bibliotecário Luiz Philippe de Saldanha da Gama.

Será através da atuação de José Egydio Garcez Palha junto ao Ministro da Marinha que o Museu Naval será efetivamente constituído e inaugurado. Em seu relatório anual referente ao ano de 1880, além de suas considerações sobre a Biblioteca, ele apresenta o seguinte.

Outra ideia mais de uma vez aventada e que infelizmente tem sempre naufragado, é a criação de um Museu de Marinha anexo a esta biblioteca.

Um grande número de modelos inteiros que existem nas oficinas da construção naval e de máquinas, de quadros que representam diversos episódios de nossa história marítima e que se acham espalhados, alguns troféus da última campanha que intentamos, unidos aos modelos que já possui esta biblioteca, formariam o núcleo do Museu que em pouco tempo atingiria grande desenvolvimento.

Em troca do que fosse remetido pela diretoria de construções navais, poderia esta biblioteca entregar os meio modelos que possui, e que mais propriamente devem pertencer aquelas oficinas<sup>40</sup>.

Este é o documento, identificado, que retoma a ideia da criação de um museu na Marinha. Ele cita que era uma ideia que já existia, mas que nunca se concretizava, de criar um museu anexo à Biblioteca e indica com o que seria possível compor este museu. Assim, vinculamos que esta ideia, apesar de temporalmente separada, alinhava-se ao que já havia sido indicado em 1854.

Destaca-se que ele identifica tipos de objetos não só constantes previamente na biblioteca, mas em outras repartições e lugares da Marinha. Pela leitura estrita e literal desta

<sup>39</sup> Ofício n. 1 da Biblioteca da Marinha para o Ministro da Marinha - BR RJANRIO B2 - XM-901.

<sup>40</sup> Ofício n. 17 de 28 de fevereiro de 1880 - BR RJANRIO B2 - XM-901.

citação a biblioteca só possuiria alguns modelos, entretanto em confrontação a outros documentos e aqui já analisado esta possuía outros tipos de objetos também.

Ressalta-se que no decreto de criação do museu e nas discussões do parlamento no ano de 1868 não consta qualquer relação da criação do Museu como algo ligado a Biblioteca, física ou logicamente a esta. Mas o que observamos pela documentação existente é uma relação intrínseca entre estes, independente da legislação. Como visto, nesta consta a presença de objetos que até então eram entendidos e utilizados com caráter instrucional, tal qual os livros que esta possuía, e alguns objetos de caráter histórico. O seu objetivo era expor tais objetos para o uso coletivo, ainda que se restringisse ao grupo de oficiais, não era algo apenas para um indivíduo ou meramente confinamento de tais objetos.

Garcez Palha, como conhecido, para além dos objetos constantes na própria Biblioteca da Marinha, conhecia tantos outros que seria possível serem agrupados a fim de figurar no Museu Naval. Tendo relação ou não com este fato, mas que poderia explicar seu conhecimento de itens que estavam em outras repartições de Marinha, é a questão dele ter sido nomeado em agosto de 1880 para servir enquanto secretário da Comissão que estava encarregada de reorganizar o material da Armada, bem como em junho de 1881 ter sido nomeado adjunto da Comissão de Melhoramentos do material de guerra<sup>41</sup>. Assim, estaria a frente de análises que o possibilitavam ter acesso a determinadas informações.

Neste momento, a ideia novamente não se concretiza. No ano de 1882, Garcez Palha retoma o assunto da instalação do Museu através de seu ofício n. 83, de 28 de novembro de 1882, destinado ao Ministro da Marinha em que todo o documento versa sobre o Museu e a importância de se efetivar sua criação. Indica o decreto de criação e registra que não foram reunidas novas peças após a Campanha do Paraguai e que as então arrecadas teriam sido dispersadas durante esses anos que decorreram. Destaca que era cada vez mais necessária a organização do Museu. Sendo este “subsídio de grande monta para a história do país, apresenta a grande vantagem de manter nos presentes com as lições dos antepassados forças para novos cometimentos”<sup>42</sup>. Garcez Palha destaca ser o Museu Naval um meio de inspirações, a partir da apresentação dos objetos, registros de outro tempo, estimulando virtudes, a quem o visitasse, que eram caras àqueles que direta ou indiretamente no museu seriam apresentados. E reconhece que a história que lá se evidenciaria era não só da Marinha, mas nacional.

Apresenta o esforço que fez em coletar na Biblioteca uma quantidade considerável de objetos para o futuro museu, relaciona os itens existentes, cita o que poderia ser

---

<sup>41</sup> Informações retiradas dos assentamentos pessoais de José Egydio Garcez Palha, publicados na RMB na edição de março de 1898 quando de seu falecimento, que ocorreu em 09 de março de 1898.

<sup>42</sup> Ofício n. 83, de 28 de novembro de 1882 da Biblioteca da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15476

adquirido junto ao Museu do Exército e indica objetos espalhados em outras repartições de Marinha que poderiam ser destinados ao Museu. Ele pondera que o fator espaço seria um limitante na Biblioteca, mas que, após a organização do Museu, este passaria para o Arsenal e registra que estaria o então Inspetor Arthur Silveira da Motta<sup>43</sup> de acordo com tal ação. Infere-se que, a partir das falas, defesas e articulações realizadas por Garcez Palha colocou-se em movimento as engrenagens para constituição do Museu Naval. Destaca-se que neste momento a Biblioteca já estava instalada no primeiro pavimento do prédio sito a Rua Conselheiro Saraiva, anteriormente denominada Rua de Bragança<sup>44</sup>.

Podemos observar que Garcez Palha atuou como um curador para o Museu, identificando, recolhendo e articulando a reunião dos objetos e futuras instalações para a efetiva organização do Museu Naval.

A partir de então, o Ministro João Florentino Meira de Vasconcelos dedicou seu olhar para o Museu. Em ofício n. 2333, de 30 de novembro de 1882, o Ministério da Marinha informa ter enviado aviso ao Ministério dos Negócios da Guerra onde consulta a possibilidade de disponibilização dos objetos identificados por Garcez Palha que poderiam figurar no Museu Naval. No mesmo ofício determina que Garcez Palha “continue a fazer aquisição dos que forem necessários para instalação do citado estabelecimento”<sup>45</sup>.

Em consonância a esta ordem é exarado o Aviso n. 600, de 19 de março de 1883, em que o Ministro formaliza a autorização dada “a inspeção do Arsenal de Marinha da Corte a expedir as necessárias ordens no sentido de ser instalado o Museu Naval a que se refere ao Decreto n. 4.116 de 14 de março de 1868”<sup>46</sup>. E indica que:

para aquisição dos objetos que se devam arrecadar fica a mesma inspetoria desde já autorizada a recorrer às diversas repartições da Marinha e pessoas que quiserem prestar o seu concurso para levar-se a efeito aquele cometimento, para cujo resultado vossa excelência empregará seus esforços e concorrerá igualmente<sup>47</sup>.

Foi então confirmado, com o aval do Ministro da Marinha, o efetivo esforço para que o Museu Naval fosse estabelecido. Um esforço destinado ao inspetor do Arsenal de Marinha da Corte, mas com a concorrência da Biblioteca da Marinha através de José Egydio Garcez Palha.

Tal determinação teve conhecimento na Marinha e a Biblioteca começou a receber doações com destino a integrarem o Museu Naval. A primeira doação efetiva registrada é a

---

<sup>43</sup> Posteriormente este passará a denominar-se Arthur Jaceguay ao aglutinar o título de Barão de Jaceguai (recebido em 1882) ao seu nome.

<sup>44</sup> A rua denominada Rua de Bragança passa a ter o nome atual, Rua Conselheiro Saraiva, aparecendo na documentação da Biblioteca da Marinha em ofícios de outubro de 1881. ARQMAR 15447

<sup>45</sup> Ofício n. 2333, de 30 de novembro de 1882 do Ministro da Marinha à Biblioteca da Marinha. ARQMAR 15447

<sup>46</sup> Aviso n. 600, de 19 de março de 1883. BR RJANRIO B5 - IIIM-280

<sup>47</sup> Aviso n. 600, de 19 de março de 1883. BR RJANRIO B5 - IIIM-280

realizada pelo então Capitão de Fragata Luiz Philippe Saldanha da Gama<sup>48</sup>, que teve conhecimento da determinação dos esforços para a inauguração do Museu quando estava em comissão em Punta Arenas, recolhendo naquele local diversos objetos e entregando ao Bibliotecário em 01 de março de 1883, após seu regresso da Comissão<sup>49</sup>. Pela descrição dos itens no documento, observa-se que não só foram estes objetos entregues para o futuro Museu como foram estes contextualizados, agregando informações às peças e não apenas as acumulando. Demonstra uma preocupação tanto por parte do doador como pelo bibliotecário em manter o registro histórico dos itens. Tal doação é importante, não só por ser a primeira identificada na década de 1880 especificamente para o Museu Naval, mas também por ter esta tipos distintos. Os objetos por ele selecionados não tinham relação direta com os tipos e diretivas constantes no Decreto de criação, mas alargava o entendimento de ser ajustável ao Museu Naval objetos de procedência biológica e etnográfica que tivessem ligação com o mar. Ampliava assim, para além das relíquias da guerra, o escopo do Museu Naval para objetos procedentes de expedições científicas e outros objetos que se relacionavam ao mar e não só à Marinha. Incluindo o aspecto das curiosidades e raridades. Saldanha da Gama apresenta sua consideração a biblioteca e futuro museu por meio de carta que acompanhou a oferta dos objetos. Destacamos nesta a seguinte fala em que ele demonstra seu entendimento do que seria relevante compor o museu. Para além dos feitos militares, suas escolhas e pensamento dão lugar às curiosidades e raridades que os militares por sua característica de realizar comissões e viagens poderiam ali reunir.

Não é muito o que ora ofereço a essa velha instituição da marinha, mas é bastante curioso, e poderá sobretudo despertar o gosto dos nossos camaradas pelas coleções de raridades, e induzi-los a colhê-las sempre que se lhes ofereça uma oportunidade.

Não importa o gasto em geral a reunião dessas curiosidades; importa apenas o gosto e paciência. Oxalá todo navio de nossa armada trouxesse de cada viagem um objeto raro, uma lembrança curiosa sequer para o nosso museu especial<sup>50</sup>.

Cabe destacar, além desta, a realização de doação do próprio chefe da esquadra Arthur Silveira da Motta, Barão de Jaceguay<sup>51</sup> - em março de 1883<sup>52</sup> - e de Antônio Luís von Hoonholtz, o Barão de Teffé - em dezembro de 1883<sup>53</sup>.

<sup>48</sup> José Egydio Garcez Palha assumiu a direção da biblioteca passada por Luiz Phillipe Saldanha da Gama, que após a saída da direção ainda realizou doações para a biblioteca.

<sup>49</sup> Ofício n. 92 de 2 de março de 1883 da Biblioteca para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15476.

<sup>50</sup> MUSEU da Marinha. A Folha Nova (RJ), 6 de março de 1883 ed.103 p.2.

<sup>51</sup> Era o responsável pela Inspetoria do Arsenal de Marinha, tendo junto à Garcez Palha a atribuição de organizar o Museu Naval.

<sup>52</sup> Publicado em: A Folha Nova, 1883 ed.106 p.2; Jornal do Comercio (SC), 1883 ed.59 p.3; Diario do Maranhão, 1883 ed. 2876 p.2; Gazeta de Noticias (RJ), 1883 ed. 68, entre outros

<sup>53</sup> Ofício n. 108 de 10 de dezembro de 1883 da Biblioteca da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15476.

Vale enfatizar a importância de estarem estes entre os primeiros doadores efetivos do Museu Naval. Suas posições e relevância dentro e fora da instituição da Marinha refletem o reconhecimento que se atribuiu ao museu que se formava. Bem como eram homens que pesquisavam história e ciência, produziam textos e relatórios científicos. A exemplo, ambos estão envolvidos em comissões de estudos quando da observação da passagem de Vênus ocorrida em 1883, bem como em outras comissões.

Todas essas doações foram divulgadas nos jornais da cidade, o que além de registrar o nome do doador, servia para estimular a novas doações. Cabe destacar a publicação da notícia no jornal A Folha Nova na edição número 103, em 6 de março de 1883, sob o título Museu de Marinha, onde, para além da divulgação em si da doação realizada por Saldanha da Gama, evidencia outras como descrito na matéria.

[...] segundo consta, alguns objetos de valor foram oferecidos pelos Exems. Srs. chefe Elisiário Barboza, capitão de mar e guerra, barão de Teffé, capitães de fragata Saldanha e Guillobel, capitão de mar e guerra Wandenkolk, chefe de divisão Salgado, etc., e foram requisitados do ministério da guerra, não só alguns troféus de vitórias navais existentes no museu do asilo dos inválidos, como as duplicatas de que puder prescindir<sup>54</sup>

A mesma relação de itens doados e a carta de Saldanha da Gama é publicada no Jornal do Recife, em 16 de março de 1883, edição 62, em que também destaca outras doações. Acrescenta ao rol das personalidades da notícia anterior o capitão-tenente Joaquim de Lamare também como um doador e cita promessa feita de doação pelo Almirante Tamandaré de alguns objetos que possui como lembrança de campanhas, principalmente da Guerra da Cisplatina. Segundo tais matérias, percebe-se um movimento entre os oficiais da Marinha de reconhecimento de tal Museu e dedicação em auxiliar na composição do mesmo.

As buscas e solicitações de acervo continuaram por todo o ano de 1883. Garcez Palha sugere ao Ministro que seja verificada a possibilidade de envio de dois exemplares de cada modelo de sistema de armas de mão existentes na Fortaleza de Conceição<sup>55</sup>. O Ministro da Marinha, João Florentino Meira de Vasconcelos, emite aviso em 25 de julho de 1883 ao Ministro da Guerra solicitando tais exemplares, como informa ao bibliotecário em ofício n. 1548, de 25 de julho de 1883<sup>56</sup>.

Observamos então uma mobilização em território nacional da Marinha para a aquisição de peças para figurar no Museu. Além das doações recebidas de forma espontânea, vemos a mobilização institucional para o recolhimento de itens.

<sup>54</sup> MUSEU da Marinha. A Folha Nova (RJ), 6 de março de 1883 ed.103 p.2.

<sup>55</sup> Ofício n. 97, de 23 de julho de 1883 da Biblioteca da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15476

<sup>56</sup> Aviso em 25 de julho de 1883. ARQMAR 15476

Pelo Aviso n. 2464, de 21 de novembro de 1883, e Circular n. 2349, de 22 de novembro de 1883, é transmitida ordem do Ministro da Marinha aos Arsenais das províncias “exigindo a remessa de objetos que possam reunir no Museu Naval, devendo entre esses objetos figurar pequenas amostras de madeiras”<sup>57</sup>.

A notícia dessa determinação dada aos inspetores dos arsenais de outras regiões do país pelo Ministro da Marinha com o objetivo de recolher objetos para o Museu Naval, também é publicada em jornais com o seguinte texto

Senhor ministro da Marinha expediu circulares aos inspetores dos arsenais para remeterem, para o museu naval, que se deve inaugurar brevemente no Arsenal de Marinha desta corte, não só modelos, pequenas amostras de madeiras de construção, mas também de quaisquer outros objetos dignos de serem ali guardados<sup>58</sup>.

A entrega de amostras de madeiras vindas da Bahia e Pernambuco é publicada no noticiário do jornal Diário do Brasil<sup>59</sup>.

Vemos então um comprometimento do Ministério da Marinha para reunir no Museu Naval objetos de todo o país e não só dos que já se achassem na corte, buscando compor o Museu a partir de uma perspectiva nacional, sob a lente da Marinha. Sob essa mesma ótica, Garcez Palha solicita ao Ministro, que neste momento era Custodio de Almeida Oliveira, que aprecie seu pedido a ser expedido ao Intendente da Marinha para que fosse entregue na Biblioteca, com destino ao Museu Naval, três cadeiras coloniais fabricadas no Arsenal da Bahia, duas bandeiras que serviram na esquadilha que buscou a imperatriz e duas peças de bronze<sup>60</sup>.

Há de se evidenciar que nesta mesma década de 1880, por nomeação do Ministro da Marinha, Theotônio Meirelles da Silva<sup>61</sup> publica entre 1881-1883, em três volumes, os Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira (Gama, 2015 p.6). Verificamos assim, que no referido período que irá se estabelecer o Museu Naval, havia também um movimento de se compilar e registrar a história da Marinha do Brasil, sendo o museu um meio material para tal e, portanto, compreensível do porquê do levantamento de sua ideia a muito ‘esquecida’ culminando em sua esperada inauguração neste contexto.

Os três volumes da obra de Theotônio Meirelles compilam documentos que foram identificados e selecionados com a intenção de através desses apontamentos subsidiar a escrita da História. Ele diz na parte inicial de seu terceiro volume que “Com este grande

<sup>57</sup> Circular n. 2464, de 21 de novembro de 1883. BR RJANRIO B2 - XM-901

<sup>58</sup> Jornal do Recife (PE) 12 de dezembro de 1883 ed 285 p.2 e O Orbe (AL) 19 dezembro de 1883 ed. 148 p.2

<sup>59</sup> Diário do Brasil (RJ) Noticiário, 5 de março de 1884, ed. 51 p. 1

<sup>60</sup> Ofício n. 109 de 10 de dezembro de 1883 da biblioteca da Marinha ao Ministro da Marinha -ARQMAR 15476

<sup>61</sup> A relevância deste e de outros trabalhos de Theotônio Meirelles da Silva é discutida na dissertação do Mestrado Profissional em Estudos Marítimos de Edina Laura Nogueira da Gama sob o título de: A Historiografia Naval Brasileira No Século XIX: O Pioneirismo de Theotônio Meirelles Da Silva (1876-1884), 2017.

número de apontamentos publicado, pode-se desde já, escrever um bom volume de História” (Silva, 1883 p. VII). Bem como diz que “[...] ninguém na Marinha está mais habilitado para escrever a história e ser um historiador oficial do que Conselheiro Sabino Pessoa, não só pelo seu grande talento e ilustração, como pela sua independente posição social, e decidido amor do trabalho” (Silva, 1883 p. VII). Vale lembrar que o Conselheiro Sabino Pessoa nada mais é, em anos anteriores, que o bibliotecário Sabino Eloy Pessoa que em 1854 faz a primeira menção, conhecida até o momento, da necessidade de se criar um museu na Marinha. Ele é destacado como fundador da RMB, bem como exerceu função de lente na Escola de Marinha. A denominação Conselheiro faz referência ao título de Conselheiro do Imperador Pedro II que este recebeu. Observamos então uma relação entre a construção da narrativa da história naval brasileira, a publicação da RMB, a presença da Biblioteca da Marinha e o Museu Naval na década de 1880. Processos que são iniciados na década de 1850.

Destaca-se que Almeida (2012) relaciona dentre os historiadores navais brasileiros do século XIX, Manuel Pereira Pinto Bravo, Theotonio Meirelles da Silva e Garcez Palha, bem como evidencia a relação entre os dois últimos com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não menciona Sabino Eloy Pessoa dentre os que efetivamente publicaram trabalhos relacionados aos estudos históricos. Mas ainda que não seja considerado efetivamente um historiador, não cabendo aqui tecer considerações sobre o ofício, ser mencionado por Theotonio Meirelles da Silva expõem a relação deste no bojo intelectual da Marinha, entre as mentes que pensavam e definiam os meandros dessa história.

É importante considerar que o Museu Naval que se inaugurou na década de 1880, especificamente em 1884, tem relação cronológica com o museu criado em 1868 por ser a formalização física da instituição que estava prevista na letra da lei. Por sua vez, também guarda relação com a suscitação realizada em 1854 na Biblioteca da Marinha.

Entretanto é necessário apontar que apesar de poder realizar uma conexão do museu inaugurado em 1884 com o de 1854, o mesmo não pode ser considerado em relação ao que se criou legalmente em 1868 e o que se pensava em 1854. Pode-se inferir que o museu pensado em 1868 não era exatamente o que se pensou em 1854 a partir do comparativo dos objetivos constantes nos textos que abordam a criação do museu nos diferentes períodos.

A intenção constante em 1854 era fundamentada no bojo da Biblioteca da Marinha, tendo essa objetivos de instrução, educacionais. Os objetos expostos nesta objetivavam o mesmo, o estudo. Os modelos serviam para estudo das construções navais, os

instrumentos para compreensão do uso e aplicação visando uma adequada formação aos oficiais.

Já o museu que se criou em 1868 é pensado enquanto espaço de conservação de objetos que fossem considerados de interesse pela Marinha. Criado no contexto da Guerra do Paraguai, o museu que se pensava seria o guardião das glórias da Marinha. Conservando o passado, através da materialidade, com vistas a perpetuação da memória. Não há no decreto menção a objetivos educacionais neste momento. O objetivo maior é do museu enquanto símbolo, um monumento, como trabalhado por Bittencourt (1997), que entende os museus militares como monumentos que “expressam algum tipo de vitória conquistada por força da arma” (Bittencourt, 1997 p. 367).

Importante apresentar uma questão sobre os homens que estão relacionados com a iniciativa de criação do Museu Naval. Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto interessava-se por estudos históricos e integrou, enquanto sócio, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Como visto, é Sabino Eloy Pessoa que aponta para a necessidade de um Museu Naval em 1854 e posteriormente será José Egydio Garcez Palha que retoma essa ideia e possibilita sua efetiva inauguração. Esses dois homens, junto de Alfredo Augusto de Lima Barros, que assumiu a direção da Biblioteca da Marinha em 1884 com a saída de Garcez Palha, formam a direção da Revista Marítima Brasileira em 1881. Estes integram um grupo de oficiais que estão pensando sobre a presença e construção histórica da Marinha. Sabino Eloy Pessoa diz na apresentação do primeiro volume do primeiro ano da Revista Marítima Brasileira em julho de 1881 que

Convém que n'esta folha, exposta à concorrência intelectual dos estudiosos, cada um escreva como sabe, sem receio de faltar ao gosto, à elegância, ao estilo, à perfeição enfim, uma vez que traga à luz da imprensa ideias úteis, quer originais, quer extraídas de tantos livros e mais impressos que correm o mundo (Pessoa, 1881 p. VIII).

Nesta apresentação ele também pondera sobre a utilidade da Marinha nos tempos sem guerra destacando para além do preparo para a defesa beligerante suas outras ações tais como proteção ao comércio e as populações costeiras e bem como a pesquisa científica. Ele também nos diz que “Quem diz guerra, diz marinha: a guerra é a suprema ciência dos tempos modernos; a ciência é o resultado do estudo; a publicidade o meio de não o deixar infecundo” (Pessoa, 1881 p. VIII). Seria a RMB um meio de possibilitar essa publicidade. Bem como futuramente será o Museu Naval.

A importância desta publicação, a RMB, considerando que eram duas iniciativas distintas, a da década de 1850 e a da década de 1880<sup>62</sup>, nos é apresentada no trabalho de José Miguel Arias Neto (2012) onde este aponta a relevância de se estudar este periódico. Ele nos diz que:

Também é importante ressaltar que no âmbito dos estudos militares, a investigação das relações entre Forças Armadas, ciência, tecnologia e política é tema novo que começa a se configurar. [...] O tema é fundamental para se compreender o projeto nacional ilustrado no século XIX e implica em considerar a inserção da Revista Marítima Brasileira no conjunto da produção editorial de caráter ilustrado-científico no Brasil bem como, nos quadros de um debate internacional sobre ciência e tecnologia aplicadas à guerra, em curso desde final do século XIX e início do século XX, quando as transformações adquiriram grandes proporções. A modernização científica e tecnológica e o fim da sociedade escravista implicam também na reflexão sobre questões como a organização da Força, a formação de oficiais e de marinheiros, a legislação penal. Estes temas, de dimensão internacional, foram debatidos nas páginas da RMB (Arias Neto, 2012 p. 9).

Constatamos a relevância de tal publicação e quais eram seus objetivos, ao discutir uma gama de assuntos e relações, mas para além de seu conteúdo o relevante é observar que esses homens que pensam sobre o museu são os mesmos que se relacionam com o pensar intelectual de uma época. “Pretendia-se, portanto, que a RMB se constituísse enquanto um espaço público ampliado para a articulação de ideias, interesses e ações em prol do progresso da Marinha e, portanto, do Brasil (Arias Neto, 2012 p.13).

Observamos que estes mesmos ideais estão presentes no pensamento que balizava a indicação de necessidade de um museu na Marinha em 1854, e que posteriormente constará também quando da sua inauguração.

Após essa breve contextualização das mentes que estão por trás da iniciativa para a inauguração, observa-se que eram homens que tinham uma estreita relação com o pensar o presente tendo em perspectiva a história, para além dos trabalhos específicos técnicos dos homens do mar. Podemos então dizer que após 1868, que o museu retorna ao berço originário e aglutina as intenções internas da biblioteca com o que estava previsto no decreto de sua criação. O museu é inaugurado 30 anos depois de uma primeira menção a este, que se identificou na documentação consultada. Com o decorrer dos anos e mudanças estruturais e sociais não era a mesma lógica existente na década de 1850 a presente na década de 1880. Entretanto pode-se identificar uma linha comum entre esses ideários tanto pelo local que o pensava como pelo acervo que o irá compor.

Assim, para além da atribuição do nome, o museu que se inaugura é uma nova instituição. Nova, no entendimento de não existir exemplar anterior, mas nova também por

<sup>62</sup> Para melhor compreender a diferença entre essa divisão temporal indicamos o artigo de José Miguel Arias Neto, Revista Marítima Brasileira: 1851-1855: A Liberdade de Pensamento na Marinha Imperial e o Projeto de Nação no Século XIX publicado na Revista Brasileira de História Militar, n. 8 ano III, 2012.

ser uma aglutinação de objetivos e intenções do que havia sido previsto antes daquele momento. Ainda que se faça uma vinculação cronológica, cada iniciativa está intimamente ligada ao contexto de seu tempo.

Desta forma o Museu Naval que será inaugurado em 1884 guarda em si o gérmen do museu idealizado em 1854, os objetivos e princípios de 1868, adequando-se ao período que se encontrava, considerando as estruturas políticas e administrativas, bem como os agentes envolvidos. Aglutina em si as características que estão presentes nesses três momentos. O museu enquanto espaço de formação do indivíduo, evidenciando as glórias e feitos do passado, os instrumentos, a ciência, com vistas a preservação da memória e ao progresso. Possuindo desta forma um caráter pedagógico e monumental. Pedagógico por objetivar instruir o público leigo que o visitasse, aperfeiçoar os que ao tema já fossem iniciados, divulgando as ideias de modernização (Furtado, 2013 p. 149) e monumental por evidenciar os avanços, feitos e glórias das consideradas ações de relevância para a instituição que o detinha, no caso a Marinha do Brasil.

Este museu que se criou em 1868 e se inaugurou em março de 1884 encontra-se alinhado ao entendimento da função do museu vigente no século XIX. Como apresentado na fundamentação teórica, os museus do final do século XIX eram considerados como um instrumento importante para a boa formação e correta conduta moral dos indivíduos. Não eram instituições como hoje são entendidas. Seu valor social não era atribuído pela participação da sociedade, mas sim utilizando este como um instrumento para propiciar a 'civildade' através dos objetos e narrativas apresentadas. Faz-se necessário retirar a lente da contemporaneidade para evitar juízo de valor sobre uma instituição que não se enquadra na atualidade.

A partir da segunda metade do século XIX observamos o surgimento de outros museus no país, em sua grande maioria museus de história natural, mas não apenas. Neste período o Museu Nacional deixaria de ser o único museu dedicado à História Natural (Lopes, 2009 p. 151). É dado que as coleções de História Natural são distintas das coleções de objetos históricos, em diversos aspectos, entretanto estas possuem uma convergência quanto ao fato de expor a ação do humano, seja através da coleta e pesquisa realizada nos espécimes biológicos, seja pela guarda de itens que marcam a sua história, ambas evidenciando o progresso, a quão civilizada, aos moldes comparativos da Europa, é este indivíduo/instituição. Esta dicotomia é uma classificação básica a fim ilustrar e propiciar uma melhor compreensão destas instituições de forma categorizada, evidenciando seu maior ponto focal. Entretanto a permeabilidade entre história e ciência natural é percebida nestas instituições através das próprias coleções. Como diz Bittencourt (1997) "todo museu é um

legado do presente às gerações futuras, destinado a tornar-se, no futuro, um sinal do passado” (Bittencourt, 1997 p. XI).

De forma indicativa apresentaremos outras iniciativas de coleções e museus que merecem aqui ser apontadas a fim contextualizar este período inicial da trajetória do Museu Naval, em que este é idealizado e inaugurado. Destacamos as seguintes instituições que se organizaram no século XIX, sejam de aspecto histórico ou das ciências naturais: o Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1851 (Museu, 2024); o Museu Paraense, posteriormente incluído o nome de Emílio Goeldi ao seu, em 1871 com sua fundação vinculada ao Gabinete da Sociedade Filomática do Pará desde 1866 (Lopes, 2009 p.152); o Museu Agrícola Industrial do Império, em 1873 (Furtado, 2013 p.147); o Museu Paranaense, em 1876 (Lopes, 2009 p.209); e o Museu Paulista, em 1893 (Santos, 2002 p.125). Neste breve elenco não se relacionou o Museu Nacional, por ser este uma instituição originada anteriormente ao período analisado. Mas este e outros três museus aqui apresentados<sup>63</sup>, por vezes são os únicos lembrados ao se pensar em museus do século XIX. Não cabe aqui alargar a discussão sobre todas as iniciativas que existiram de coleções e museus no período, mas evidenciar que para além do que tradicionalmente se diz, existiram tantas outras e que sua relevância não deve ser desconsiderada. Assim observamos a presença da iniciativa do Museu Naval contemporânea a criação desses museus.

### **1.2.1 - Identificação e considerações sobre o primeiro prédio do Museu Naval**

Em relação ao prédio que o Museu Naval ocuparia, observa-se o efetivo trabalho na preparação deste ocorrido no ano de 1883, através do relatório da Diretoria de Obras Civis e Militares do Arsenal de Marinha da Corte do ano de 1883, onde são descritos os serviços realizados para o Museu, em andamento, na data de entrega do relatório em janeiro de 1884. Este relatório setorial é parte integrante do relatório do Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte para o Ministro da Marinha. São os seguintes serviços realizados: demolição de duas divisões de madeira, realização de reparos de emboço e reboco nos arcos e paredes, com 12m<sup>2</sup>, realização de pinturas a óleo nas portas, janelas, caixilhos, bandeiras, tetos, pontais e assoalhos e forração de duas salas e um gabinete<sup>64</sup>.

No mesmo relatório, no anexo que versa sobre as despesas com material e pessoal pela oficina de carpintaria, produzido em 15 de janeiro de 1884, consta como concluído o assentamento de vidros do Museu no Arsenal.

<sup>63</sup> Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense e Museu Paulista.

<sup>64</sup> Relatório da Diretoria de Obras Civis e Militares do Arsenal de Marinha da Corte do ano de 1883 BR RJANRIO B2 - XM-697

Neste relatório não há indicação de qual prédio estava destinado ao Museu, apenas as obras que ali foram realizadas. Pela descrição das ações, verifica-se que para o Museu foram dedicadas, pelo menos, duas salas e um gabinete, provavelmente destinado ao seu diretor/responsável. Não é discriminado se o prédio era de um andar ou mais e em qual pavimento o museu estaria ocupando, mas teria a altura de 12m de pé direito.

Entretanto não há na documentação de forma clara e evidente o prédio que o Museu Naval ocupou. O dado conhecido é que este localizava-se no Arsenal de Marinha da Corte. Para chegar a identificação exata do prédio foi necessário combinar uma gama de documentos realizando conexões e identificações a partir de características físicas e geográficas destes.

Serviu de base para a análise as listas dos próprios nacionais publicados nos diferentes anos nos RMM. Este documento, organizado em forma de lista ou tabela, a depender do ano, apresenta a relação demonstrativa dos imóveis sob responsabilidade da Marinha.

O Museu só aparece mencionado nesta relação no relatório publicado em 1888, fazendo referência ao ano de 1887. No item número 9 aparece então descrito um imóvel com as seguintes características.

Um grande sobrado de um andar de pedra e cal, com dois armazéns asfaltados e com pátio da entrada lageado de cantaria, tendo 202 palmos de frente e 130 de fundo. Ocupado pelo Museu Naval. O pavimento térreo por diferentes depósitos. Parte deste prédio foi demolida ao lado dos estaleiros (RMM, 1888 Relação p.2).

Com esta descrição é possível ter as dimensões e saber que o Museu estava localizado no primeiro andar. Entretanto, não era possível ainda precisar a localização deste imóvel no Arsenal de Marinha da Corte. No relatório referente ao ano de 1888 aparece a mesma descrição sobre o imóvel no item 8 (RMM, 1889 Relação p).

Interessante destacar que a parte final da descrição nos fornece uma informação de grande relevância, localizando o prédio próximo aos estaleiros e que este teve suas dimensões alteradas. Tal fato e localização nos dá indícios de qual prédio seria ao se comparar gravuras e fotografias do período com os prédios existentes atualmente, como veremos a seguir. Entretanto, não seria de todo preciso chegar a uma conclusão considerando apenas este aspecto pelo motivo de que outros prédios poderiam ter passado pela mesma situação de ser parcialmente demolidos ou modificados, além do fato da possibilidade do prédio então ocupado pelo museu não existir mais edificado, bem como considerando a grande área ocupada pelos estaleiros não havia um único local possível de se inferir ser o Museu.

Posteriormente o Museu aparecerá nesta relação no relatório referente ao ano de 1890, publicado em 1891, já em outra localização. Esta, conhecida e constante em outros documentos será posteriormente mencionada na sequência desta dissertação, não sendo de interesse neste momento. Esse hiato quanto à identificação do Museu Naval na relação de próprios nacionais entre 1888 e 1890 não pode ser considerado como evidência de sua desmobilização, uma vez que não houve publicação de relatório do ministro referente ao ano de 1889, e tal se infere como decorrência da alteração política ocorrida, assim não há relação de imóveis a ser conferida.

Para tentar localizar geograficamente o prédio do Museu Naval, foi necessário regredir e analisar o conteúdo das relações dos próprios nacionais publicadas e verificar se a descrição do imóvel em questão aparecia identificada enquanto ocupada por outra repartição cuja localização fosse previamente conhecida. Ressalta-se que em alguns anos a relação de próprios nacionais não consta inclusa ao RMM e por esse motivo há anos ausentes na identificação realizada. Tal fato, todavia, não impediu identificar o edifício que foi ocupado pelo Museu.

Por meio da exaustiva análise e comparação das descrições físicas e de ocupação do prédio concluímos que o prédio que foi destinado ao Museu Naval teve suas dimensões reduzidas, entre os anos de 1883 e 1884 e foi ocupado previamente pela Biblioteca da Marinha e Capitania dos Portos, entre outras repartições.

Pela documentação da Biblioteca da Marinha verificamos que a saída desta do prédio localizado no Arsenal de Marinha da Corte ocorreu entre os meses de junho e setembro do ano de 1881<sup>65</sup>. Era previsto que no prédio do Arsenal, então ocupado pela Biblioteca, fosse, após sua saída, ocupado pela secretaria do Corpo de Saúde<sup>66</sup>, o que verificamos ter efetivamente ocorrido.

Observamos, em relação a ocupação do prédio pela Biblioteca que já na década de 1860 este não atendia mais às suas necessidades espaciais e os objetos também não possuíam adequada exposição aos olhos do próprio bibliotecário. Como observamos acima, a Biblioteca deixa de aparecer ocupando o prédio do Arsenal na relação dos próprios nacionais referente ao ano de 1881. Ano em que esta é transferida para a atual Rua Conselheiro Saraiva. A documentação evidencia que o novo prédio para a Biblioteca foi preparado, com colocação de vidraças<sup>67</sup> e instalação de bicos de gás para sua iluminação<sup>68</sup>

---

<sup>65</sup> ARQMAR 15447 - constam ofícios sobre a mudança do prédio, entretanto não consta a data efetiva que esta ocorreu. Entre os meses de março e junho o prédio estava sendo preparado e em final de setembro já consta a biblioteca ocupando o novo prédio.

<sup>66</sup> Ofício n. 545 de 24 de março de 1881 do Ministério dos Negócios da Marinha para a Biblioteca da Marinha. ARQMAR 15447.

<sup>67</sup> Aviso n. 1010 de 2 de junho de 1881 do Ministro da Marinha para o bibliotecário. ARQMAR 15447.

<sup>68</sup> Aviso n. 1949 de 24 de setembro de 1881 do Ministro da Marinha para o bibliotecário. ARQMAR 15447.

durante o ano de 1881. Entretanto destaca-se que o novo espaço já apresentava problemas estruturais, como entrada de chuva pelo telhado<sup>69</sup>, o que será melhor abordado posteriormente, por ser neste prédio que o Museu será instalado ao ser anexado à Biblioteca da Marinha em 1890.

Esgotadas então as descrições e ocupações pelo RMM recorreremos a registros iconográficos que nos auxiliarão nesta georreferenciação.

Por intermédio da cartografia conseguimos visualizar a área que o Arsenal de Marinha ocupava. Em específico, duas plantas topográficas datadas de 1847 e 1855, em que consta legenda com a identificação dos imóveis e o que neles constava ocupado. Tais plantas são de extrema relevância para o entendimento geográfico da região.

Ao juntar a ocupação dos prédios observada em 1860, data mais próxima ao ano da planta de 1855, conseguimos identificar, ainda que parcialmente, por não constarem todas as repartições, qual era o imóvel em questão.

Na Figura 02, uma planta cartográfica do Arsenal de Marinha da Corte datada de 1855, verificamos que o imóvel identificado pelo número 23, indicado com uma seta (acrescida pela autora), consta na legenda da planta como ocupado pela Casa de Desenho e Capitania do Porto sendo a sua localização seguida pelas carreiras, que de forma ainda que não específica, podemos denominar de estaleiro<sup>70</sup>, por ser o local de construção dos navios. Por meio desta planta podemos identificar ser este o prédio que foi ocupado pelo Museu Naval, considerando que este converge com as descrições e observações constantes na Relação dos Próprios Nacionais no RMM.

---

<sup>69</sup> Ofício n. 68 de 17 de dezembro de 1881 da Biblioteca para o Ministro da Marinha. BR RJANRIO B2 XM-901.

<sup>70</sup> Para a compreensão e identificação do edifício entende-se o termo carreira e estaleiro como sinônimos, ainda que existam diferenças conceituais e práticas.

Figura 02- detalhe da Planta Topográfica do Arsenal de Marinha e da Ilha das Cobras - 1855



Fonte: Taulois, P. Planta Topographica do Arsenal de Marinha, 1855. Acervo Memória SPU. Disponível em: [https://memoria-spu.gestao.gov.br/wp-content/uploads/tainacan-items/35/27943/1591746276181-null-Reg-5910\\_20140730\\_0001.pdf](https://memoria-spu.gestao.gov.br/wp-content/uploads/tainacan-items/35/27943/1591746276181-null-Reg-5910_20140730_0001.pdf) Acesso em 15 set 2025

Após a identificação da localização geográfica do prédio, e com a finalidade de refinar e buscar maior precisão para a identificação dele, recorreremos à iconografia.

Através das fotografias, também da década de 1860 de Georges Leuzinger, que registram o panorama do Arsenal visto da Ilha das Cobras, podemos observar como se apresentavam os prédios. Este ponto de observação do Arsenal, a partir da Ilha das Cobras, foi registrado por mais de um fotógrafo e em diferentes anos, o que favorece comparar as construções.

As duas fotografias a seguir possibilitam visualizar os imóveis do Arsenal de Marinha da Corte na área que este ocupava, do final da então Rua Direita, atual Rua Primeiro de Março, Figura 03, continuando para além da curva sob o Morro de São Bento na Figura 04.

Ao combinar as fotografias com a planta topográfica, constante na Figura 03, podemos visualizar e identificar todos os prédios e constatar que não houve grandes mudanças estruturais no Arsenal de Marinha entre 1855 e a década de 1860, o que nos possibilita uma maior precisão na indicação do prédio.

Figura 03 - Fotografia Arsenal de Marinha tomada da Ilha das Cobras a esquerda



Fonte: Georges Leuzinger. Fotografia Arsenal da Mha. [Marinha], da Ilha das Cobras [Iconográfico] Coleção Thereza Christina Maria Acervo pertencente à Biblioteca Nacional, número de registro: ICON930927 Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon930927/icon930927.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon930927/icon930927.jpg). Acesso em 29 ago 2025.

Figura 04 - Fotografia Arsenal de Marinha tomada da Ilha das Cobras a direita



Fonte: Georges Leuzinger. Fotografia Ancoradouro, da Ilha das Cobras. Coleção Thereza Christina Maria Acervo pertencente à Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/3611> Acesso em 29 ago 2025.

Essas vistas possibilitam verificar como estava o Arsenal organizado geograficamente. O fato de serem registros de aproximadamente 20 anos antes da instalação do Museu Naval não altera sua relevância documental, sendo escolhidos por retratar toda a área do Arsenal em um mesmo período e por sabermos que o prédio já se encontrava erigido, a partir da descrição dele nos diferentes anos constantes nos RMM.

Na Figura 05, destacamos um detalhe de outro registro do fotógrafo Georges Leuzinger, com data aproximada de 1866. Nessa figura observamos especificamente o prédio identificado em suas dimensões originais. Neste momento, entre outras repartições, este estaria ocupado pela Capitania do Porto, Biblioteca da Marinha e aulas de geometria e desenho.

Figura 05 - Prédio que seria ocupado futuramente pelo Museu Naval - detalhe da fotografia original

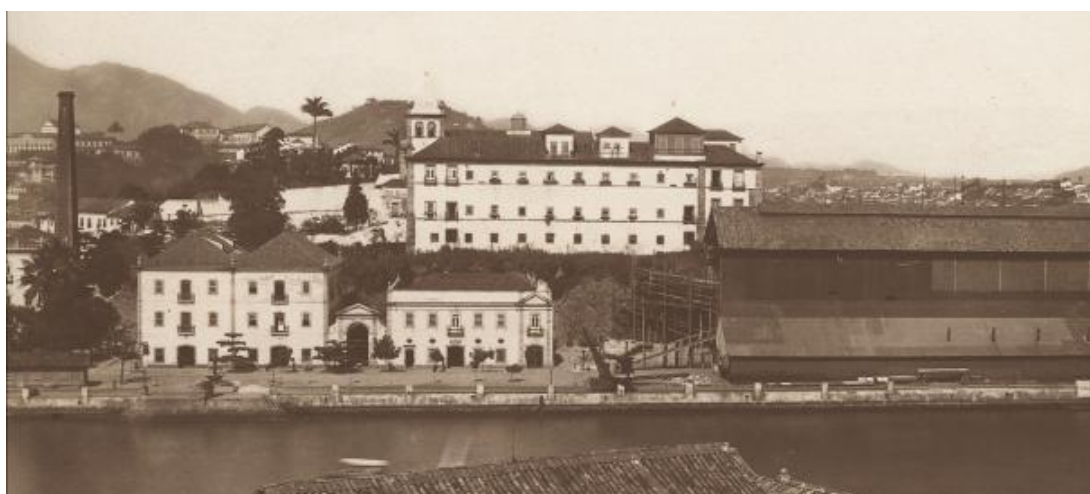


Fonte: Georges Leuzinger. Fotografia Arsenal da Marinha e Mosteiro de São Bento; a partir da Ilha das Cobras  
Coleção Pedro Corrêa do Lago  
Acervo pertencente ao Instituto Moreira Salles  
Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/8567> Acesso em 11 set 2025.

Um detalhe corrobora a identificação acima constatada do prédio do Museu como sendo o imóvel que se localiza bem abaixo a construção do Mosteiro de São Bento, erguido

este em cima do morro de mesmo nome. O fato deste ter tido parte de sua construção demolida entre os anos de 1883 e 1884. Na Figura 06 é possível verificar que o prédio identificado sofreu grande redução de suas dimensões junto ao lado que estava próximo aos estaleiros, o que converge com a relação dos próprios nacionais. Esta fotografia, sem autor identificado e registrada como sendo aproximadamente do ano de 1890, evidencia que o prédio perdeu quase metade de suas dimensões originais.

Figura 06 - Vista para o Arsenal de Marinha - década de 1890<sup>71</sup> - detalhe da fotografia original



Fonte: Anônimo. Vista do Rio de Janeiro  
Convênio Leibniz-Institut fuer Laenderkunde, Leipzig/ Instituto Moreira Salles.  
Acervo disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4462> Acesso em 3 set 2025.

Desta forma concluímos que foi neste prédio, com sua área total já reduzida, que o Museu Naval se instalou.

Este registro é do ano em que o Museu Naval é anexado à Biblioteca da Marinha, deixando o espaço físico do Arsenal de Marinha. Observamos na imagem ainda a existência do frontão original, que se localizava na porta central do prédio. Ainda na década de 1890 o prédio passará por novas obras, sendo a fachada principal alterada para a lateral do prédio, como encontra-se até os dias atuais. Nesta imagem começamos a observar também alterações quanto a ampliação de vãos, transformando janelas em portas. Ao decorrer dos anos observamos que essa alteração foi realizada em todos os vãos, como visto atualmente.

Na Figura 07 visualizamos como está o prédio no momento da elaboração desta dissertação. Atualmente o prédio é ocupado pelo Serviço de Identificação da Marinha. Este

<sup>71</sup> A imagem disponibilizada no acervo da instituição de origem está espelhada. Para este trabalho a imagem foi rebatida a fim evitar ruídos na identificação visual.

edifício recebeu a denominação Edifício Almirante Renato Guillobel em 2007, sendo sua construção datada de 1847<sup>72</sup>.

Figura 07 - Vista atual do primeiro prédio do Museu Naval



Fonte: Fotografia da autora  
Registro realizado em 12 de setembro de 2025

Com o passar dos anos e as diferentes ocupações que este possuiu, não é possível observar, atualmente, elementos construtivos e vestígios de como o prédio se apresentava e como poderia ter se organizado o Museu Naval internamente.

Antes de retornar especificamente à cronologia do Museu Naval, é de interesse abordar um pouco da presença da Biblioteca neste prédio, antes da inauguração do Museu. O foco será nas solicitações realizadas por seu diretor e nas inadequações físicas do prédio que se apresentavam às necessidades da Biblioteca. Tal abordagem é relevante por entender que as dificuldades que a Biblioteca encontrou no prédio podem ser similares às que o museu encontrou quando lá se instalou. E destacamos as colocações aos olhos da Biblioteca por ser o que se tem de concreto na documentação consultada e por ser um acervo que demanda cuidados especiais, tais quais os objetos de museu, bem como ter

---

<sup>72</sup> Informações constantes da placa fixada na fachada principal.

deixado o prédio poucos anos antes da inauguração do museu. Como vimos, a Biblioteca saiu do Arsenal de Marinha em 1881.

Inicialmente cabe destacar que tanto uma biblioteca, como um museu, são instituições que em sua grande maioria sempre tendem ao crescimento e saturação de seus espaços físicos. Assim a necessidade de ampliação do espaço é recorrente em ambas. Bem como evidenciar que a utilização da parte térrea do prédio, à época, por depósitos e armazéns, não era adequada ao uso pela biblioteca e por extensão não seria ao museu. Como podemos observar em um ofício de 27 de novembro de 1865 o bibliotecário informa a seguinte situação ao Ministro da Marinha em seu relatório anual, “continua a causar graves inconvenientes à biblioteca o depósito de inúteis no pavimento térreo. Desse depósito emigram regularmente para o sobrado os insetos que estragam os livros”<sup>73</sup>.

Em março de 1872, o bibliotecário capitão-tenente Antonio Mariano de Azevedo, que havia assumido a função recentemente, documenta ao Ministro da Marinha uma infestação de cupim<sup>74</sup> em gavetas da Biblioteca e relata que houve danos a alguns livros. E continua dizendo que “Não se podendo ver o foco dos vermes, nem limpar e bater os livros todos os dias, por não haver quem faça este serviço, receio ser aqui um dia surpreendido pela invasão completa de tão temível inimigo”<sup>75</sup>.

Em novo ofício, o bibliotecário, corrobora o relato prévio das condições inadequadas à Biblioteca e segue descrevendo os procedimentos que foram realizados nas estantes para minimizar a infestação dos cupins e ampliar a área de guarda dos livros. Se logo que assume o bibliotecário capitão-tenente Antonio Mariano de Azevedo ainda não possuía uma opinião consolidada sobre a localização da Biblioteca, sete meses depois<sup>76</sup>, ele expôs sua opinião quanto ao mal posicionamento desta no prédio em questão.

Ainda mais: a Biblioteca está muito mal colocada onde atualmente se acha. A montanha de S. Bento quase que serve de limite ao fundo do edifício, de cuja parede menos de uma braça apenas a separa. Daí, a umidade e a pouca luz da sala do fundo. A da frente, salão de leitura, é arejada e clara; mas tem a seu lado esquerdo o principal Estaleiro do Arsenal, cuja incômodo e constante bulha contraria a aplicação das pessoas que desejam ler; [...]

A estas más condições atribuo em grande parte há muito pouca a frequência de leitores neste estabelecimento. Dentro do recinto murado do arsenal de marinha, fazendo parte da casa em que se acha a Capitania do Porto, de aparência mesquinha e feia, cercada de bulha e movimento, e oferecendo uma entrada pouco convidadora pelo seu desaceio, a Biblioteca da Marinha, embora publica e rica de cabedal, não pode estimular a curiosidade e atrair a seu salão de leitura as pessoas estudiosas, que costumam frequentar estabelecimentos dessas espécie nos países cultos.

<sup>73</sup> Ofício n 309 de 27 novembro de 1865 da biblioteca para Ministro da Marinha - ARQMAR 15473

<sup>74</sup> Inseto da classe Isoptera.

<sup>75</sup> Ofício n. 10 de 11 de março de 1872 da Biblioteca da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15474.

<sup>76</sup> Distância temporal entre relatórios apresentados pelo bibliotecário capitão-tenente Antonio Mariano de Azevedo.

Se, colocando o estabelecimento dentro do arsenal, se teve em vista facilitar a sua frequência aos oficiais de marinha, para os quais foi ele mais especialmente criado, cometeu-se um erro. Em geral o oficial de marinha que está no arsenal acha-se no desempenho de alguns serviços. Por uma espécie de instinto, até certo ponto natural, parece, aos que estão de folga, que este não começa se não quando eles transpõem os muros do arsenal; e por isso buscam fazê-lo o mais breve possível. A pequena exceção dos que desejam empregar algumas horas de folga, lendo na biblioteca, desanima ao reconhecer um pouco aproveitamento de tais leituras no meio da bulha, que envolve este edifício; e, tendo em seus navios excelentes bibliotecas, preferem ler a bordo, onde podem fazer com comodidade e recolhimento<sup>77</sup>.

O bibliotecário, ao expor o fato acima ao Ministro da Marinha, nos possibilita conhecer as condições prediais e do entorno. Condições e dificuldades que ainda que não tenhamos documentação específica do Museu sobre podemos inferir que serão as mesmas enfrentadas por este. Por extensão podemos transportar tais elementos e patologias descritas para o período em que o Museu Naval esteve lá. Isso é possível porque as condições externas ao prédio permaneciam as mesmas. O estaleiro continuava em funcionamento, desta forma a sujeira que este produzia continuava a atingir ao prédio. A bulha, ou seja, o barulho de sons em alto volume, do Arsenal provavelmente se manteve com as mesmas características no decorrer dos anos, afinal a fabricação de navios possui um som característico dos batimentos e movimentação de material. O acesso ao edifício continuava limitado ao público, sendo necessário ingressar no Arsenal para poder visitá-lo.

Como observamos também, pela localização do prédio na base do morro de São Bento, este sofre historicamente com problemas de alta umidade e infiltrações. O que se apresenta até os dias atuais. Ou seja, essa condição de ser um espaço úmido, com presença ativa de água em suas paredes, não faz o prédio ser adequado à guarda de material higroscópico como são os livros e outros objetos de museu.

O uso da parte térrea do prédio para a guarda de material variado, sem a regular limpeza, como vimos, era espaço de proliferação de insetos, entre outros o cupim. A infestação de insetos era outro aspecto não adequado a sua utilização para guarda de objetos que se intentava conservar por longos anos.

Desta forma, concluímos que o prédio cedido pela Administração Naval para ser ocupado pelo Museu Naval não era o mais adequado à sua correta manutenção e conservação de seu acervo, mas era o que se pode ceder para tal fim naquele momento.

---

<sup>77</sup> Ofício n. 121 de 31 de outubro de 1872 da Biblioteca da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15474.

### 1.3 - O Estabelecimento do Museu Naval (1884-1890)

A inauguração do Museu já vinha sendo anunciada pelos jornais, como podemos ver em notícia publicada na Gazeta de Notícias (RJ), em 22 de março de 1884. Nesta notícia é dada grande relevância à atuação do então Inspetor do Arsenal Silveira da Motta. Entretanto é necessário relativizar. Não que este não tenha realizado ações que favoreceram e tiveram relevância para a implantação do Museu. Além de sua atuação enquanto Inspetor do Arsenal de Marinha na Corte, neste período, ele foi presidente da comissão de melhoramentos a serem realizados nas repartições da Marinha.

Sendo o Museu inaugurado nesse contexto, e tendo sido entregue o trabalho descritivo final da comissão, com as melhorias realizadas, ao Imperador no mesmo dia da inauguração do Museu Naval. Ele nos diz que

Este trabalho, que foi confeccionado por uma comissão da União Operária, da qual o senhor Silveira da Mota é membro honorário, trata dos seguintes pontos: criação das novas oficinas de construções metálicas, Museu da armada, oficina de torpedos, Liceu noturno, Progresso artístico do maquinismo do Almirante Barroso, Organização das obras civis, Melhoramentos internos do Arsenal e da Ilha das Cobras, nova hora de descanso e saída aos sábados, grandes trabalhos do Cais do Arsenal e da Ilha<sup>78</sup>.

Entretanto, como vimos anteriormente, esse movimento para a inauguração do Museu é anterior, iniciado em 1880, com a atuação e defesa da necessidade de efetivar o Museu Naval por José Egydio Garcez Palha. Pode-se dizer que a semente do Museu Naval encontrou solo fértil neste momento, onde os movimentos em prol do Museu aliaram-se à conjuntura administrativa e política, permitindo sua efetivação. Em matéria publicada na Gazeta de Notícias é indicada a função do museu, cujo mesmo

Destina-se a conservar todos os objetos importantes ou curiosos que se relacionam com fatos da nossa história naval, os modelos de toda a espécie de armas de guerra, de navios e de máquinas e os quadros que reproduzam episódios de nossos fastos marítimos ou simplesmente os retratos dos mais ilustres homens do mar no Brasil. De tudo isto já existem alguns espécimes nas salas que segunda-feira se vão inaugurar<sup>79</sup>.

Observa-se que a finalidade divulgada era baseada no previsto no decreto de criação uma vez ser a partir deste que iria se organizar a instituição, já que era esta legislação que o regia, mas não exclusiva. Incluem-se neste o espaço para objetos curiosos que tivessem relação com a história naval. E aqui podemos entender, com base nas doações realizadas, que a história naval não se restringia à história da Marinha neste momento.

<sup>78</sup> Brazil - RJ 28 de março de 1884 ed. 73 p.2

<sup>79</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 22 de março de 1884 ed.82 p.2

A inauguração do Museu Naval ocorreu em 24 de março de 1884 e foi noticiada nos diversos jornais<sup>80</sup>. Cabe destacar que a notícia publicada pelo Jornal do Commercio, em 25 de março de 1884, dia posterior à inauguração, é a mais completa e descritiva em relação à cerimônia ocorrida e ao próprio Museu. Como noticiado, a inauguração ocorreu à uma hora da tarde, onde compareceram o Imperador D. Pedro II, a Princesa Isabel e o Conde d'Eu, acompanhados pelo Ministro da Marinha e demais autoridades<sup>81</sup>.

Pela matéria é possível ter uma visão geral de como era a parte física do Museu, sendo este composto de uma entrada e três salões, e sua organização expositiva. Na entrada estavam os objetos provenientes da Guerra do Paraguai que eram de tamanho avantajado e grande peso, tais como a corrente que fechava o rio Paraguai, chapas de couraças, munição e armamentos. O primeiro<sup>82</sup> salão era ocupado pelas pinturas, e o segundo com modelos e bandeiras e na última sala outros objetos provenientes da Guerra do Paraguai e mais itens variados. O jornal finaliza a matéria com a seguinte frase. “O museu inaugurou-se finalmente, e embora pobre como tudo que começa, promete ser em época não remota um excelente auxiliar para a história naval<sup>83</sup>”. Destaca-se considerarem o museu ainda pobre de objetos, mas já tendo a perspectiva que este se ampliaria com o passar dos anos.

A essa organização do Museu Naval, descrita pelo jornal, observamos as identificações temáticas realizadas por Bittencourt (1997). Segundo o autor, a narrativa do museu teria como objetivo, logo em sua entrada, ao apresentar os troféus de guerra contar a “história da consolidação e defesa da integridade do território do império do Brasil, do ponto de vista da Marinha Imperial” (Bittencourt, 1997 p.376). O autor também identifica que estes troféus, a corrente, chapas dos navios e outros, seriam o “passado da Marinha trazido ao mundo dos vivos, como prova irrefutável da limpidez do valor e merecimento da vitória” (Bittencourt, 1997 p.376). Segue em sua análise, a partir também da matéria do Jornal do Commercio, nos dizendo que

Na sala seguinte, uma ‘história pictorial’, com diversos quadros mostrando episódios da guerra da Cisplatina, episódio este estreitamente vinculado à formação da marinha. Não é preciso grande esforço para associar esses dois primeiros espaços com algo que poderíamos chamar de uma ‘teatralização dos episódios fundadores’: a primeira guerra e a maior guerra - o parto e a maturidade. Vale repetir uma vez mais: estimular a lembrança, é esta a função dos museus (Bittencourt, 1997 p.376).

<sup>80</sup> A exemplo: Jornal do Commercio (RJ); Diário do Brazil (RJ); A Federação (RS); A Sentinella (RJ); O Despertador (SC); Gazeta de Noticias (RJ); The Anglo-Brazilian Times; Brazil: Orgão do Partido Conservador (RJ); A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS); O economista (Lisboa, POR);

<sup>81</sup> Jornal do Commercio de 25 de março de 1884, ed.85 p.1

<sup>82</sup> A identificação das salas é indicada como consta na notícia.

<sup>83</sup> Jornal do Commercio ed. 85, 1884 p.1

A RMB também registra a inauguração do Museu e elenca alguns objetos que compunham o mesmo. E nos diz que “o museu, por hora apenas iniciada a coleta que ele incumbe, contudo, já detém os visitantes na contemplação de algumas curiosidades” (Barros, 1884 p. 286), bem como registra a média de 6.000 pessoas acompanhando a cerimônia e inaugurações realizadas naquele dia no Arsenal de Marinha.

A presença do Imperador é um ato oficial que agrega valor à inauguração do Museu Naval, mas também deve ser relativizado, uma vez que a Augusta presença não foi específica para apenas a inauguração do museu. Houve outras cerimônias no mesmo dia da inauguração do Museu Naval. Também foi inaugurada uma oficina e lançado ao mar<sup>84</sup>, do estaleiro na Ilha das Cobras, o patacho<sup>85</sup> *Aprendiz Marinheiro*. Um dia de cerimônias oficiais no Arsenal de Marinha, o que justificava a presença do Imperador e sua comitiva. A relevância que se dá desta presença na inauguração do Museu Naval é de ser considerada e registrada, justificando-se por esta integrar um dia de eventos oficiais e não apenas uma ação interna da Marinha a ocorrer em qualquer dia.

A presença do Imperador nos lançamentos ao mar que eram realizados no Arsenal de Marinha era um fato típico, por assim dizer na agenda de eventos imperiais. Existia, na lateral do estaleiro, um pavilhão que era destinado ao Imperador e sua comitiva quando da realização de tais eventos, como podemos observar na Figura 04.

O jornal Correio Paulistano noticiou em 1 de maio de 1884 que as visitas ao Museu Naval poderiam ser realizadas “às quinta-feiras somente pelos oficiais da armada e civis e aos domingos pelo público em geral, quando se apresentar decentemente vestido”<sup>86</sup>. Tal nota nos evidencia que o Museu Naval era um local que se buscava ser de conhecimento da sociedade civil, e não apenas restrito aos militares. Ainda que apresente a restrição do público estar decentemente vestido, o que evidencia um enquadramento social da época, o museu estava aberto aos domingos, o dia tradicionalmente destinado ao descanso e lazer. Como visto anteriormente, sua localização não era de todo acessível por estar dentro dos limites físicos do Arsenal de Marinha, mas ainda sim é relevante verificar a intenção de dar acesso ao que se apresentava no Museu Naval. Não foram localizadas estatísticas de visitação do museu, anteriores a novembro de 1889, para se ter uma ideia do quantitativo de público que efetivamente o visitou neste período. Bem como não é possível verificar se tal funcionamento se manteve nos mesmos dias durante os anos em que este esteve no Arsenal de Marinha da Corte.

---

<sup>84</sup> Cerimônia que marca a passagem do navio construído em meio seco para a efetiva flutuação.

<sup>85</sup> Tipo de embarcação construída em madeira com dois mastros e armação de vela.

<sup>86</sup> Correio Paulistano (SP) 1 de maio de 1884 ed. 8310 p.1

O primeiro registro encontrado sobre o Museu Naval nos RMM é o que cita sobre a ocorrência de sua inauguração, incluído no tópico referente ao Arsenal da Corte no relatório referente ao ano de 1883 enviado em abril de 1884 (RMM, 1884 p. 32). Neste caso, as informações do início do ano de 1884 foram incluídas até a data do envio do relatório que versava sobre o ano de 1883. Observamos então que o museu ficou efetivamente sob a responsabilidade do Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte.

Pelos serviços prestados e feitos realizados pelo Primeiro Tenente da Armada José Egydio Garcez Palha para a inauguração do Museu Naval, foi este agraciado com o grau de cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, em 12 de abril de 1884<sup>87</sup>.

Pelo aviso n. 1217 de 4 de setembro de 1884, José Egydio Garcez Palha é nomeado para o cargo de ajudante da inspeção do Arsenal da Corte, saindo então da direção da Biblioteca da Marinha<sup>88</sup>. Relembre-se que neste momento o Museu está estabelecido no Arsenal de Marinha da Corte. Garcez Palha, um dos fatores chave para o Museu ser efetivado, é então movimentado para auxiliar esta inspetoria. Não foram localizados documentos que confirmem ou indiquem haver relação direta entre a instituição do Museu no Arsenal e a movimentação de Garcez Palha, mas é sugestiva a possibilidade de uma relação, bem como sendo possível não haver nenhuma. Garcez Palha deixa o lugar de ajudante do Inspetor do Arsenal no ano de 1887 (RMM, 1888 p.23). Um ponto a destacar é que, após a inauguração do museu e saída deste do ideário vinculado à Biblioteca, não foram localizados muitos documentos que tratem do Museu até o ano de 1890.

No RMM referente ao ano de 1884, publicado em 1885, o Museu não aparece em nenhum tópico com texto específico sobre este. Aparecerá apenas no tópico referente ao Arsenal de Marinha na parte das obras civis e militares, onde o Museu consta mencionado como um dos locais em que foram realizadas obras, entre outros (RMM, 1885 p. 41).

As principais visitas ocorridas ao Arsenal, incluindo o registro de visita ao Museu Naval, eram publicadas nos jornais, tais como a realizada pelo príncipe D Pedro, acompanhado do 1º tenente Cantalici em 21 de abril de 1884<sup>89</sup> e a realizada pelo comandante e demais oficiais da corveta austríaca *Aurora* em 7 de novembro de 1884<sup>90</sup>. O que nos indica que o museu era considerado como um ponto de relevância nas instalações do Arsenal. Tanto é que ao serem realizados teste de luz elétrica de Brush<sup>91</sup>, na cidade,

<sup>87</sup> Publicado nos Jornais do País, entre eles: Brazil (RJ) 15 de abril de 1884; Diario de Pernambuco (PE) 22 de abril de 1884; Gazeta de Noticias (RJ) 15 de abril de 1884; Brazil (RJ) 15 de abril de 1884; A federação (RS) 24 de abril de 1884

<sup>88</sup> Aviso n. 1217 de 4 de setembro de 1884. BR RJANRIO B5 - IIIM-282.

<sup>89</sup> Diario do Brazil, 1884 ed. 91 p.2

<sup>90</sup> Diario do Brazil, 1884 ed. 259 p.2

<sup>91</sup> Demonstração realizada por Pedro Kurczyn. Este que era o representante no Brasil da Empresa Americana Brush Swan Eletric Light Company. No ano de 1884 haviam diferentes sistemas de iluminação na cidade do Rio de Janeiro, tendo como princípio o gás, a vela, a querosene e a eletricidade que estava em advento. Para

mais especificamente no Arsenal de Marinha da Corte, com a presença do Imperador e da Princesa Imperial, em 25 de setembro de 1884, dentre os locais em que foram escolhidos para a colocação das lâmpadas estava o Museu Naval (Experiencia, 1884 p.223).

No ano de 1885 não constam muitas informações do museu, nem nos jornais e nem nos documentos consultados. Destaca-se o uso dos salões do mesmo para a realização de eventos em contexto de cerimônias realizadas no Arsenal. Uma notícia publicada no jornal O Paiz em 25 de outubro de 1885 descreve a cerimônia de lançamento ao mar da canhoneira *Marajó* e nos diz que “Quase ao mesmo tempo em que o comandante Graça realizava a seu bordo a festa íntima, [...], na principal sala do Museu da Marinha um também profuso e delicado *lunch* reunia senhoras, diversos cavaleiros e distintos oficiais de mar e terra”<sup>92</sup>.

Adentrando ao ano de 1886 verificamos a permanência do Museu Naval em notícia publicada em 20 de janeiro de 1886 pelo jornal O Paiz, onde observamos que após uma avaliação de peças de artilharia<sup>93</sup> na Capitania do Porto de Alagoas o Museu Naval foi o lugar definido pelo Ministro da Marinha para receber aquelas que tivessem algum valor histórico<sup>94</sup>.

Um dado relevante é verificar que tão logo o Museu Naval foi inaugurado este foi reconhecido por outras instituições congêneres. Podemos observar na documentação um ofício, sem número, enviado pelo Museu Nacional ao Inspetor do Arsenal da Corte da Marinha que versava sobre uma jangada indígena que o Museu Nacional havia recebido por doação e não dispunha de espaço nem condições adequadas para a acondicionar. O então diretor do Museu Nacional, Ladislau de Souza Mello e Netto, solicita ao Inspetor, Barão de Ivinhema, que “se digne recebê-la provisoriamente no museu naval desse Arsenal ao que me seja possível guardá-la sobre condições que melhor garantirem a sua conservação neste museu”<sup>95</sup>. O Barão de Ivinhema responde por ofício de forma afirmativa. Não foi localizada documentação que comprove ou não o recebimento efetivo desta, mas o fato do Museu Nacional considerar o Museu Naval como um espaço que seria capaz de manter adequadamente tal jangada indica minimamente que o Museu Naval possuía espaço físico e procedimentos com o acervo considerados adequados para tal.

O Museu Naval foi visitado pelo Ministro da Marinha em julho de 1886, onde este realizou uma série de visitas às repartições no Arsenal de Marinha. Interessante observar

---

maiores informações sobre indicamos o livro: A evolução da iluminação na cidade do Rio de Janeiro. Contribuições tecnológicas de Milton Martins Ferreira.

<sup>92</sup> O Paiz (RJ) 25 de outubro de 1885, ed.296 p.2

<sup>93</sup> Armas de fogo tais como os canhões.

<sup>94</sup> O Paiz (RJ) 20 de janeiro 1886 ed. 19 p.1

<sup>95</sup> Ofício s/n de 05 de julho de 1886 do Museu Nacional ao Inspetor do Arsenal da Corte da Marinha. BR RJANRIO AX -VM-244.

que tal visita foi noticiada e que o Museu Naval é mencionado nominalmente enquanto as demais repartições não. O Paiz publicou da seguinte forma: “O senhor ministro da Marinha visitou ontem o museu naval e os edifícios onde funcionam diversas repartições no Arsenal de Marinha assistindo depois ao pagamento dos Operários”<sup>96</sup>.

Tal qual o ocorrido em 1885 verifica-se o mesmo uso do museu enquanto espaço de convivência e salão de eventos quando do lançamento ao mar das canhoneiras *Camocim* e *Carioca*, onde após a realização deste, “seguiu-se um profuso *lunch*, servido em uma das salas do museu naval, e ao qual, com os Srs. ministros da marinha e plenipotenciário argentino, concorreram os convidados presentes, cavalheiros e senhoras”<sup>97</sup>. Este uso proporciona à época a divulgação do museu e do acervo.

Os lançamentos ao mar eram eventos de considerada importância em que compareciam grandes quantidades de indivíduos tanto militares quanto da sociedade civil. O prédio do museu, então localizado à frente do estaleiro, era estrategicamente próximo para possibilitar seu uso como um salão de recepção desses eventos de lançamento ao mar e outros que ocorressem no Arsenal de Marinha.

Em texto publicado em 13 de julho de 1886, no jornal O Paiz, de autoria não identificada, constando apenas a denominação de pessoa competente, que provavelmente era de alguma repartição da marinha, exprimirá sua opinião quanto à mudança do Colégio Naval saindo de prédio localizado no Arsenal mudando-se para a Ilha das Enxadas e o uso do então prédio que ficaria vacante. O texto julga que os auxiliares do Ministro não o assessoraram corretamente, inclusive escondendo verdades. Independente das acusações e ponderações que são realizadas quanto à decisão em relação à mudança, nos interessa observar a seguinte fala.

Preterindo com esse conselho o plano que estava assentado, de se aproveitar a casa que deixa o colégio, estabelecendo ali definitivamente o conselho naval, a repartição dos faróis, os conselhos de guerra, a secretaria e arquivo da inspeção do Arsenal e o museu naval<sup>98</sup>.

Esta fala, de alguém que prefere não se identificar, como um informante em um jornal dá indícios que se pensava mudar para outro lugar diversas repartições, bem como o Museu Naval. Não foi, entretanto, localizada na documentação consultada informações sobre essa possível mudança. Mas como uma notícia jogada no ar é necessário considerar que talvez naquele momento já se idealizava retirar o Museu Naval daquele prédio, como veremos que de fato ocorreu.

<sup>96</sup> O Paiz (RJ) 10 de julho 1886 ed. 189 p.1

<sup>97</sup> O Paiz (RJ) 1 de agosto de 1886 ed.211 p.1

<sup>98</sup> O Paiz (RJ) 13 de julho de 1886 ed.192

Outro registro que encontramos sobre o Museu Naval em 1886 é a notícia da determinação, publicada em jornal<sup>99</sup>, do Ministro da Marinha ao Inspetor do Arsenal que tirasse a roda do leme e a figura de proa da fragata Amazonas, cujo casco já não havia meios de ser salvo, e os enviasse ao Museu Naval. Tais objetos não serão efetivamente enviados em 1886 para o Museu Naval, mas a posteriori. Relevante é o entendimento do Museu Naval enquanto espaço de guarda das memórias e relíquias, novamente podemos observar o ideário de um museu que guarda e mantém as glórias e valores navais do passado para sua perpetuação e memória.

Em relação ao prédio é registrado que este passa por um reparo no telhado no ano de 1886, como registrado no relatório da Diretoria de Obras Civis e Militares (RMM, 1887 anexo p.1) onde há a designação do trabalho identificando ter sido sua realização no Museu Naval. Assim confirmamos que o mesmo se mantinha no prédio.

A partir de 1887 verificamos algumas mudanças ocorridas em relação ao Museu Naval. Uma delas será a intenção de anexação do Museu Naval à Biblioteca da Marinha. Iniciativa que consta ser do diretor da Biblioteca da Marinha, Lima Barros. Este teria enviado um projeto de novo regulamento para a Biblioteca, onde incluía o Museu Naval em sua estrutura<sup>100</sup>. Até este momento, como vimos, o museu existia no primeiro pavimento de um prédio no Arsenal de Marinha sob a tutela do Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte.

Observamos então o que consta na sessão realizada em 20 de julho de 1887 na Câmara dos Deputados, na segunda parte da ordem do dia, em discussão que versa sobre a votação do orçamento para o ano de 1888, especificamente em relação à despesa do Ministério da Marinha. É proposta uma emenda de um artigo aditivo, em que “Fica o governo autorizado a reformar, a biblioteca da marinha e o museu naval, fundindo-se os dois estabelecimentos e não despendendo-se com este mais de 10:000\$000” (Império, 1887 p. 267). Esta emenda aparece no bojo das discussões de reforma das repartições da Marinha e otimização de gastos e centralização administrativa. Entretanto tal emenda não consta na Lei n. 3349, de 20 de outubro de 1887 que versa sobre a fixação de despesas para o ano de 1888 nem em outro momento da discussão realizada se aborda esta questão. Observamos então que já se discutia, a nível de Câmara dos Deputados, a unificação da Biblioteca e Museu da Marinha em uma repartição, o que efetivamente ocorreu em 1890, desde 1887.

Ainda em 1887 observamos noticiado em jornais<sup>101</sup> o recolhimento de objetos ao Museu Naval por determinação do Ministro da Marinha, bem como o envio em abril de 1887

<sup>99</sup> Diário do Maranhão (MA) 4 de agosto de 1886 ed 6877

<sup>100</sup> Histórico da Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 65101 p. 15

<sup>101</sup> Noticiado no Jornal do Commercio (RJ) 2 de abril de 1887 ed. 92 e no O paiz (RJ) 2 de abril de 1887 ed.909.

de uma peça de bronze vinda do Arsenal de Pernambuco para o Museu Naval através de ofício enviado pela Secretaria de Intendência da Marinha ao Ministro da Marinha<sup>102</sup>.

Para além do que foi publicado em 1884 sobre a inauguração do Museu Naval, não consta qualquer tópico referente a este, como ocorre com as demais repartições como a Biblioteca da Marinha, nos RMM entre 1884 e 1887. Nos RMM que fazem referência a 1887 e 1888, o Museu Naval consta apenas na lista de próprios nacionais sem nenhuma informação específica sobre ele.

Desta forma, continuamos observando os acontecimentos sobre o Museu Naval através das notas publicadas nos jornais. Ainda que sejam esparsas e pontuais.

Como ocorrido em 1885 e 1886, o Museu Naval terá seu espaço utilizado quando da cerimônia de lançamento ao mar da canhoneira *Cabedelo* em 14 de janeiro de 1888. O jornal *A Epoca* narra sobre a cerimônia e diz que “os convidados dirigiram-se para uma sala do museu naval onde foi servido um delicado *lunch*”<sup>103</sup>.

Em fevereiro de 1888 observamos a presença do Museu Naval quando lemos a notícia que diz que

Expediram-se as necessárias ordens para que pela repartição hidrográfica, pela biblioteca de marinha e pelo museu naval sejam fornecidos à sociedade de geografia do Rio de Janeiro os documentos que estiverem no caso de figurar na exposição geográfica do Continente sul-americano com a qual a mesma sociedade tem de solenizar a 16 de Setembro próximo futuro o quinto aniversário de sua instalação oficial<sup>104</sup>.

Através desta constatamos o Museu Naval enquanto uma das repartições que foram consideradas como possível de efetuar empréstimo de objetos, acervos, para figurar em uma exposição externa à Marinha. Tal indicação evidencia que o mesmo ainda existia organizado como um museu no referido ano.

Observamos a publicação em 1888 do trabalho de autoria de José Egydio Garcêz Palha intitulado *Combates de Terra e Mar*. Ele publicava artigos ativamente relativos aos assuntos da história naval. Neste trabalho o autor publica em forma de fascículos sobre oito combates ocorridos entre os anos de 1823 - 1851. Desses, ele discorre sobre três combates ilustrando a publicação com quadros de Eduardo De Martino que pertenciam ao Museu Naval. O autor identifica no título do combate e discrimina que o quadro pertencia ao Museu Naval. Reproduz em gravura três obras. Não há identificação da autoria delas. Os combates descritos e ilustrados pelo acervo do Museu Naval são: *Abordagem da Fragata Brasileira*

<sup>102</sup> Ofício n. 66 de 18 de abril de 1887 da Secretaria de Intendência da Marinha para o Ministro da Marinha. BR RJANRIO B2 - XM

<sup>103</sup> *A Epoca* (RJ) 15 de janeiro de 1888 ed. 13 p.1

<sup>104</sup> *A Província do Espírito-Santo* : Jornal consagrado aos interesses provinciaes, filiado à escola liberal (ES) 18 de fevereiro de 1888 ed 1583 p.2

*Imperatriz* em 27/28 de abril de 1826; Defesa da corveta *Maceio* em 18 de janeiro de 1827; Aprisionamento da corveta argentina *General Dorrego* em 24 de agosto de 1828.

Garcez Palha distribuiu seu trabalho, entre os quais para a edição da Gazeta de Notícias que publicou em suas notas que

Enviou-nos o senhor Garcez Palha o primeiro fascículo de seu belo e patriótico trabalho, intitulado combates de terra e mar, e ornado de gravuras. O fascículo de que damos notícia trata da abordagem da Fragata brasileira Imperatriz, e traz uma nítida cópia do quadro de de Martino, pertencente ao museu naval<sup>105</sup>.

Posteriormente foi publicada uma nova edição no ano de 1890. Nesta nova edição foram retiradas duas das gravuras dos quadros do Museu Naval, sendo mantida apenas a reprodução da pintura de De Martino Defesa da corveta *Maceio*.

Aproveitamos para retornar o olhar para trabalho de Garcez Palha, o mesmo homem que possibilitou a inauguração do Museu Naval, em publicações na RMB. Ele, além de possuir relação com a fundação da revista, e atuando em funções como redator e diretor em determinados períodos, publicou diversos artigos em diferentes anos da mesma, cabendo aqui destacar em específico a publicação das Efemérides Navais - Apontamentos para a História Naval Brasileira. Periodicamente este publicava na RMB os fatos históricos ocorridos em cada dia, por mês, destacando os acontecimentos em diferentes anos. Iniciou a publicação em 1889 e listou fatos, nos mais variados anos, diários. Tais efemérides, quase que como fascículos, pois apresentava um mês por edição, posteriormente serão compiladas e publicadas com o título Efemérides navais: resumo dos fatos mais importantes da história naval brasileira desde 1º de janeiro de 1822 a 31 de dezembro de 1890<sup>106</sup>.

Na edição da RMB de janeiro a março de 1889, onde apresenta o mês de março, Garcez Palha não faz nenhuma referência à inauguração do Museu Naval ao elencar as efemérides ocorridas em cada dia do mês (Palha, 1889 p.213). Entretanto na edição do seu livro Ephemerides Naves, publicado em 1891, no dia referente a 24 de março incluiu, para além do que foi anteriormente publicado na RMB, a inauguração do Museu Naval reproduzindo o texto publicado no Jornal do Commercio em 25 de março de 1884 (Palha, 1891 p. 52).

Este pequeno desvio na trajetória do museu é importante por evidenciar e enfatizar a relação de Garcez Palha com a realização de estudos históricos<sup>107</sup>, mas principalmente por destacar que ao citar uma efeméride referente ao dia 3 de março de 1843 onde destaca a partida da divisão naval para transportar ao Brasil A Imperatriz D. Thereza Christina, ele

<sup>105</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 19 de outubro de 1888 ed. 292 p.2

<sup>106</sup> Foram publicadas duas edições, sendo a segunda elaborada pelo SDGM onde foi revisto e ampliado o texto.

<sup>107</sup> Como visto anteriormente, ele está incluído no rol dos historiadores navais do século XIX elencado por Almeida (2012).

menciona que “No museu naval se acham ainda hoje guardadas a bandeira e estandarte real içados no primeiro daqueles navios [*Constituição*], durante a viagem de volta” (Palha, 1889 p. 192). Evidenciando que o Museu Naval se encontrava constituído nos meses iniciais de 1889.

Através dos jornais continuamos a conseguir trilhar o caminho do Museu Naval, ainda que parcialmente. Sua presença em 1889 é evidenciada pelas notas e notícias, tal como notícia, que foi publicada em 17 de junho de 1889 pelo Diário de Notícias, registra o envio do martelo utilizado em construções de navios no Arsenal de Pernambuco para o Museu Naval<sup>108</sup>. A mesma informação é elencada no rol dos atos administrativos do Ministério da Marinha de junho de 1889 publicado na RMB (Ministerio, 1889a p.119). Outro ato administrativo que se destaca é a comunicação do Ministro à Contadoria da Marinha, recomendando que todos os exemplares de chapas, que estavam em teste para revestimento de navio cruzador *Tamandaré*, fossem enviados ao Museu Naval, tanto a amostra aprovada como as que não foram escolhidas. Destaca-se que um fornecedor dentre outros foi escolhido e que o Ministro determina que “[...] devendo todos os espécimes, tanto destas como daquelas, ir para o Museu Naval a fim de tornar bem patente a grande vantagem que aos cofres públicos se trouxe [...]” (Ministerio, 1889a p.229). Desta forma percebemos que o Ministro entende o Museu Naval como lugar de conservação dos testemunhos não só históricos, mas das boas escolhas administrativas do Ministério da Marinha, que tornar-se-iam registros históricos e por consequente provas testemunhais. Aqui evidenciamos que a peça em si possuía muito mais um caráter técnico bem como de avanço científico da evolução da proteção externa dos navios do que histórico, naquele momento.

A efetiva permanência do Museu Naval, em funcionamento, também é evidenciada pela nota que destaca que o Ministro, enquanto aguardava a chegada da família Imperial, visitou o Museu Naval em junho<sup>109</sup>, possivelmente dia 21 já que a nota foi publicada em 22 de junho de 1889. Por meio desta visita inferimos que o museu permanecia organizado no prédio.

Outro registro que se tem sobre o Museu Naval é que este recebeu a medalha comemorativa da lei de 13 de maio de 1888, entre outras instituições e sociedades. O Museu consta nominalmente citado na nota publicada<sup>110</sup>. Esta medalha se refere à comemoração da publicação da Lei Áurea, que previa a extinção da escravidão no Brasil.

---

<sup>108</sup> Diário de Notícias (RJ) 17 de junho de 1889 ed 1463 p.3

<sup>109</sup> Diário do Commercio (RJ) 22 de junho de 1889 ed. 199 p.1

<sup>110</sup> A Constituição (CE) ed 134 17 de julho de 1889 p. 2

O ano de 1889 foi um ano de tensões com a culminação da mudança do regime político. A Proclamação da República causará modificações na estrutura lógica e organizacional do país. Ainda que decorrente de um longo processo sua culminação ocorreu em 15 de novembro de 1889. Neste ano não foi identificada a publicação do RMM, o qual deveria ser remetido nos meses iniciais de 1890.

O que se verifica é a existência de um projeto de regulamento para a Biblioteca e Museu da Marinha em dezembro de 1889. Evidenciando então a previsão de unificação e dando estrutura regulamentar a esta nova repartição que resultaria da união da Biblioteca com o Museu. Observado anteriormente, esta ideia de unir as duas repartições já figurou nas discussões da câmara no ano de 1887. Vemos que após a mudança do regime político, por influência ou não, esta união irá se efetivar e o primeiro projeto do regulamento é enviado ao Ministro da Marinha em 30 de dezembro de 1889<sup>111</sup>.

A discussão deste novo regulamento passou pelo Conselho Naval, em março de 1890, sendo então sugeridas alterações que deveriam ser realizadas para sua aprovação<sup>112</sup>. Em relação ao Conselho Naval, este era um órgão consultivo, e segundo Restier (2010 p.41) era entendido “enquanto instrumento de orientação das decisões do ministro da Marinha e espaço de atuação da elite política do Império”. As alterações sugeridas pelo Conselho Naval foram enviadas pelo Ministro da Marinha ao bibliotecário em 24 de março de 1890<sup>113</sup>. Sendo este projeto alterado e remetido para aprovação do Ministro da Marinha Eduardo Wandenkolk, em 27 de março de 1890<sup>114</sup>, pelo bibliotecário Capitão-Tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas.

Será então promulgado o decreto que unificou a Biblioteca e o Museu Naval, abrindo um novo caminho a ser seguido. Trajetória que percorremos no capítulo 2.

---

<sup>111</sup> Ofício n. 16 de 30 de dezembro de 1889 da Biblioteca da Marinha para o Ministro da Marinha - ARQMAR 15477

<sup>112</sup> Ata n. 4747 do Conselho Naval Sessão de 10 de março de 1890. ARQMAR 16290

<sup>113</sup> Aviso n. 775 de 24 de março de 1890. ARQMAR 15448.

<sup>114</sup> Ofício n. 22 de 27 de março de 1890 da Biblioteca da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

**CAPÍTULO 2**  
**A CONSOLIDAÇÃO DO MUSEU NAVAL**  
**(1890-1907)**

## 2 - A CONSOLIDAÇÃO DO MUSEU NAVAL (1890-1907)

Neste capítulo continuaremos a seguir o caminho percorrido pelo Museu Naval. Se até o ano de 1890 temos poucas pistas a serem seguidas, a partir de 1890 este caminho torna-se mais delineado e um pouco mais acessível ao seu caminhar. Nos meses iniciais do ano é promulgado o Decreto n. 363 de 26 de abril de 1890 que previa a reunião da Biblioteca da Marinha ao Museu Naval e expediu seu regulamento. Estava oficialmente o Museu Naval vinculado à Biblioteca.

Nos debruçaremos em maiores detalhes do regulamento no capítulo 4, mas cabe aqui evidenciar que se manteve a função da Biblioteca de ministrar instrução aos oficiais e outras classes e público em geral, bem como é evidenciado que a temática dos objetos a serem recolhidos ao Museu deveriam dizer respeito exclusivamente aos assuntos relativos à Marinha do Brasil. Até este momento, o que se entendia como regulamento do Museu Naval era o texto de seu decreto de criação. Observamos então uma mudança de entendimento do que seria passível de integrar ao museu. Ainda que, de certa maneira, alguns objetos possam se enquadrar tanto nos interesses de conservação da Armada Nacional como exclusivamente aos assuntos relativos à Marinha do Brasil, observamos um entendimento temático mais restritivo em 1890 do que o previsto em 1868 e principalmente do que foi organizado a partir de 1883. A união destes dois estabelecimentos foi divulgada pelos jornais à época<sup>115</sup>.

O efetivo envio do acervo do Museu para a Biblioteca ocorreu a partir de maio de 1890, tão logo formalizada a anexação das instituições. Pelo Aviso n. 1198 de 15 de maio de 1890, do Ministro da Marinha ao diretor da Biblioteca e Museu da Marinha, é informada a autorização expedida a inspeção do arsenal para realizar o envio das peças<sup>116</sup>. O processo de transferência dos itens é iniciado com a conferência dos objetos do Museu, o que confirma que estes estavam reunidos neste momento e não espalhados em outros lugares. Em 22 de maio de 1890 é aberto o Livro de Inventário dos objetos do Museu Naval pela Inspetoria do Arsenal. Por meio deste inventário observamos que a carga<sup>117</sup> dos objetos pertencentes ao Museu Naval estava sob responsabilidade do ajudante do Arsenal de Marinha, 1º tenente Carlos Pereira Lima. O que reforça a hipótese anteriormente apresentada, da relação da transferência de Garcez Palha para esta função, tão logo o Museu Naval ter sido inaugurado em 1884 no Arsenal. O livro de inventário de 1890 é um

<sup>115</sup> O Estado do Espírito-Santo : Ordem e Progresso (ES) 30 de abril de 1890 ed. 2213; O Paiz (RJ) 2 de maio de 1890 ed. 2033; Gazeta da Tarde (RJ) 4 de maio de 1890 ed. 123 e 124

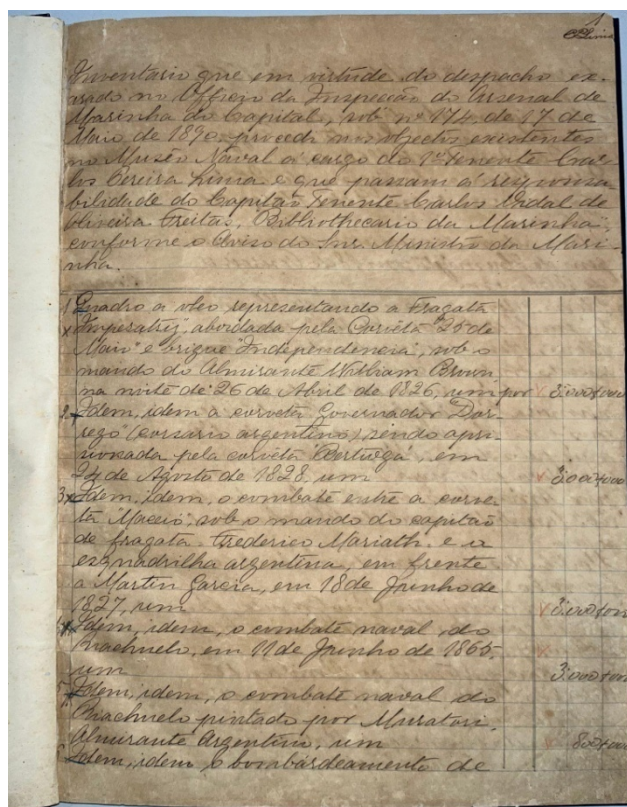
<sup>116</sup> Aviso n. 1198 de 15 de maio de 1890. ARQMAR 15448

<sup>117</sup> Ao empregar o termo carga, fazemos referência à expressão carga de material, termo utilizado ao se referir a um quantitativo de objetos que determinada pessoa tem responsabilidade de guarda e controle na administração pública.

documento muito relevante por conter nele toda a relação de peças que estavam no Museu naquele momento, evidenciando os tipos, quantitativos, constando valor monetário atribuído a cada item, bem como por identificar o que não foi possível ser enviado à Biblioteca e permaneceu no prédio do Arsenal. Alguns itens não foram enviados imediatamente do Museu, sendo necessário realizar uma seleção por não haver espaço disponível na Biblioteca da Marinha para expor todo o acervo existente no Museu Naval. Como veremos no decorrer, o espaço do Museu Naval foi reduzido em comparação ao prédio que este ocupava dentro do Arsenal de Marinha.

Na Figura 08 observamos a página inicial deste livro que serviu ao inventário do Museu Naval em 1890.

Figura 08 - Primeira página do Livro de Inventário do Museu Naval de 1890



Fonte: Livro de Inventário do Museu Naval de 1890 p.1

Verifica-se que este livro de inventário foi utilizado para conferência do acervo quando das passagens de dois diretores da Biblioteca e Museu da Marinha, ambas ocorridas em 1894, evidenciando que não houve acréscimo de peças ao acervo do Museu

entre os anos de 1890 até pelo menos até outubro de 1894<sup>118</sup>. Infere-se este uso por constar abaixo das assinaturas realizadas em 1890, duas sequências de assinaturas, uma em maio e outra em outubro de 1894, acompanhadas do seguinte texto<sup>119</sup>: “Tendo sido exonerado do cargo de diretor da Biblioteca e Museu da Marinha por decreto de [...] de 1894, entreguei ao meu sucessor o sr Capitão Tenente [...] os objetos constantes do presente inventário”<sup>120</sup>. Verifica-se também anotações em azul e vermelho no correr da listagem do acervo evidenciando a conferência dos itens, bem como registrando algumas alterações de localização das peças.

Não há na documentação data precisa para a transferência do acervo de um prédio para o outro, mas esta ocorreu entre final de maio e início de junho. No registro referente à estatística da visitação de junho de 1890 da repartição não há observação quanto à diferença de dias úteis em que o Museu esteve visitável em relação ao registro de leitores da Biblioteca, apresentando 25 dias úteis no mês, não sendo preciso inferir que o Museu já estava aberto desde o primeiro dia útil do mês de junho ou não.

Prosseguindo nesta trajetória institucional, a partir desse momento, ao se falar especificamente sobre os assuntos afetos ao Museu, continuaremos a empregar o termo Museu Naval e quando for necessário identificar a repartição utilizaremos o nome da Biblioteca e Museu da Marinha. Ainda que o Museu não mais existisse individualmente, este, bem como a Biblioteca, continuam a ser percebidos como indivíduos ainda que sob uma mesma direção. Evidencia-se que sempre se faz referência na documentação a esta junção como sendo a anexação do Museu à Biblioteca. E como anexo continua a se apresentar com um ente a parte, ainda que sob uma mesma vinculação administrativa e física. O Museu Naval não era anexo enquanto prédio, mas incorporado enquanto organismo.

Destaca-se que o Ministro da Marinha incluía em seu relatório o que julgava ser relevante/necessário apresentar a partir dos relatórios que eram entregues a ele pelos diretores das diferentes repartições da Marinha. Desta forma os relatórios dos diretores por vezes apresentam informações que não constam no RMM. Assim, a partir de 1890 encontramos as informações sobre o Museu Naval no relatório setorial da Biblioteca e Museu da Marinha. E serão estes relatórios do diretor que utilizaremos, preferencialmente, junto aos ofícios emitidos e recebidos, para acessar as informações sobre o Museu Naval.

---

<sup>118</sup> No ano de 1894 ocorreram duas passagens de direção, uma em maio de 1894 e outra em outubro de 1894.

<sup>119</sup> Foram suprimidas as informações específicas de cada passagem de função como data do decreto e nome do novo diretor pelo objetivo de evidenciar o uso do inventário enquanto conferência do acervo e ser o texto das duas passagens de função o mesmo.

<sup>120</sup> INVENTÁRIO, 1890 p. verso página 8. Optou-se por suprimir os números do decreto e nome pelo fato da relevância do registro ser evidenciar que não houve aumento da coleção até 1894. Neste ano a Biblioteca e Museu da Marinha teve três diretores.

Os RMM continuarão servindo de fonte documental mas por apresentar de forma resumida os conteúdos dos relatórios setoriais será preferido utilizar o relatório do diretor nos anos que se tiver o registro deste na documentação consultada.

Observamos então no relatório do diretor da Biblioteca e Museu da Marinha, enviado em 30 de abril de 1890, que este avalia a melhora no funcionamento dos dois estabelecimentos com a anexação do Museu Naval à Biblioteca da Marinha ao dizer que

Por decreto número 363 de 26 de abril de 1890, foi anexo a biblioteca da Marinha o museu naval, sendo desde esta data em diante executado o novo regulamento que veio reformar, melhorando, todo o serviço deste duplo estabelecimento, o qual conta agora, cada vez mais oferecer aos seus visitantes e leitores um cabedal mais bem disposto para os consulentes e indagações nos estudos que aqui são feitos<sup>121</sup>.

Destaca-se o entendimento do emprego desta repartição para o estudo, o que sempre esteve associado à Biblioteca da Marinha. Mediante tal visão verificamos a ênfase no aspecto do uso do museu como lugar de ensino, formador do homem, complementar aos estudos teóricos, reforçando o que foi discutido anteriormente. Um museu com objetivos pedagógicos<sup>122</sup> (instrutivos) e caráter monumental, ficando o aspecto pedagógico mais evidente após sua anexação à Biblioteca, mas sem excluir seu foco em colecionar itens que falem das glórias e personalidades da Marinha, que são entendidos como subsídios para essa instrução. Por meio das glórias e dos feitos dos homens do passado (como exemplo), registradas pela cultura material e exaltada pela iconografia, bem como pelos registros das tecnologias empregadas, seria possível instruir os homens em seus respectivos períodos históricos.

Esse caráter de formação do indivíduo para além da educação formal escolar, mas com o foco na moralidade e retidão de conduta, se faz presente, sendo esta uma característica apreendida na documentação, se fazendo presente na instituição e que balizou seu entendimento e práticas bem como o contexto histórico em que o Museu se insere.

Neste momento é necessário abrir uma transversal na trajetória do Museu Naval. Caminho que não será percorrido em sua integralidade, mas que é importante indicar visando contextualizar o período histórico em que este se insere. Esse caminho é a presença do positivismo no pensamento de uma época e nas instituições do final do século XIX e início do século XX.

---

<sup>121</sup> Relatório. Ofício s/n de 30 de abril de 1891 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>122</sup> O termo pedagógico aqui empregado não se refere ao ensino regular, mas ao entendimento deste enquanto método de formação do indivíduo, não só teoricamente, mas moralmente.

Em relação ao Positivismo, não nos cabe aqui definir as suas variadas acepções, que em algumas comparações podem até ser divergentes, mas nos vale evidenciar que este tem sua origem em Auguste Comte. De maneira brevíssima esta filosofia enaltece a ciência como o único meio de se chegar ao conhecimento em detrimento aos preceitos teológicos e metafísicos. Salienta-se que não podemos considerar que as ideologias eram inflexíveis e separadas de seu contexto social. E assim ocorre com o Positivismo. Há de se ter em perspectiva que as ideologias podem apresentar nuances a depender do indivíduo/grupo que com elas se identifica e defende. Como evidencia Lins (1964, p.11) “Há acomodações a condições e necessidades especiais de cada um dos grupos que recebem inspiração do filósofo [Comte]”. Desta forma, o final do século XIX possui em sua atmosfera as questões levantadas pelo positivismo como exemplificado a seguir:

[...] foi o Positivismo o eixo em torno do qual girou “o estado de espírito de toda uma geração”. Se por vezes, são visíveis as diferenças de interpretação, variando com a personalidade dos autores, esta circunstância, entretanto, não destrói a linha comum de pensamento, ligando correntes e teorias, que, na época, se supunham distanciadas (Lins, 1964 p. 11).

Lins (1964) apresenta a permeabilidade do ideário positivista na Marinha do Brasil, principalmente no contexto da Escola de Marinha desde 1857. A Escola de Marinha, hoje em funcionamento com a denominação Escola Naval, era o local destinado para a formação dos oficiais da Armada. O autor destaca, nominalmente entre outros, alguns dos alunos e professores da Escola de Marinha em que se observou alinhamento ao positivismo evidenciando que “Profunda e extensa foi a penetração das doutrinas positivistas nos estabelecimentos de ensino do Rio de Janeiro a partir de 1850” (Lins, 1964 p. 253). Dentre tais estabelecimentos de ensino estavam a Escola Militar e a Escola de Marinha. E dentre os Almirantes que este destaca com vínculo ao Positivismo, trazemos o nome de Américo Silvano. Não é pretensão deste trabalho analisar as relações específicas dos oficiais da Marinha com o Positivismo, mas destacar alguns pontos específicos para a percepção ideológica que circulava no final do século XIX e início do século XX. A escolha de Américo Silvano é motivada especificamente para nos auxiliar a distinguir dois ideários. Ivan Lins (1964) destaca que

Américo Silvano foi outro grande representante do Positivismo em nossa Marinha. Em 1893 tomou parte ativa ao lado de Floriano em defesa da República, e, em 1897, respondendo ao Visconde de Ouro Preto, publicou ‘A Nova Marinha’ (Lins, 1964 p. 253).

Ao falar da resposta publicada por Américo Silvano, A Nova Marinha, este faz referência ao trabalho de Visconde de Ouro Preto, "A Marinha D'Outr'ora, Subsídios para a História" publicada em 1894. Tal fato é importante por evidenciar uma percepção distinta

entre Afonso Celso de Assis Figueiredo (identificado por Silvado como ex-Visconde de Ouro Preto e chamado na obra por Afonso Celso<sup>123</sup>) e a oficialidade alinhada ao Positivismo. Ressalta-se que a crítica ideológica que este faz a Afonso Celso apesar de ser direcionada ao indivíduo abarca todo um grupo que possuía a mesma mentalidade.

Em seu opúsculo, Américo Silvado responde, demonstrando inicialmente com um registro textual de seu próprio pai, morto na Guerra do Paraguai, as contradições que observa na obra de Afonso Celso. E continua rebatendo com duras críticas e acusações o que este apresenta capítulo por capítulo na obra. É enfático ao dizer que Afonso Celso em seu “Grosso opusculo, parecendo ter sido composto para enaltecer nossa Marinha antiga não é mais do que um fraco e desleal ataque contra a República, servindo aquela apenas de mero pretexto” (Silvado, 1897 p. 11). Não é aqui o espaço para analisar o discurso de ambas as produções, nem tão pouco realizar juízo de valor sobre ambos os ideários. De toda forma, nos interessa evidenciar o pensamento positivista em oposição ao ideário nomeado monarquista, e que Afonso Celso Assis de Figueiredo, segundo Américo Silvado, alinhava-se ao segundo ideário.

Silvado (1897, p. 22) diz que:

Em vez do desprezo com que o vosso Império pretendia impor-se no Prata, fingindo-se protetor, a nossa República lhe restituirá os troféus que nenhum valor terão em uma época de fraternidade e corrigirá os erros e desvios que o seu egoísta antecessor [monarquia] lhe legou tristemente, como o atestado incontestável de sua hipocrisia congênita e incurável.

A partir dessa fala podemos inferir que aos olhos desse oficial e, em consequência, de seu grupo, a existência de um museu na Marinha dedicado à evidenciar as glórias e troféus de guerra, não seria de todo adequado em uma sociedade que objetivava a fraternidade e em cujo texto é enfático quanto a devolução dos troféus dessa guerra.

Sendo assim, inferimos que sob a perspectiva do positivismo identificada por Américo Silvado, o museu criado legalmente por Visconde de Ouro Preto não abarcava em seu bojo ideário e objetivos positivistas. O que não é o mesmo que dizer que nunca encontraremos neste características que possam se relacionar ao positivismo. Como visto, até este momento, o Museu Naval possui três marcos cronológicos em relação à sua criação e neste momento enfatizamos que especificamente em relação à formalização legal com sua criação em 1868 não haveria vínculo ao positivismo por ser esta ação capitaneada por uma figura que não compartilhava dos preceitos positivistas.

Outro nome que destacamos, a cargo de curiosidade e incitação, é o nome de Tancredo Jauffret na relação dos oficiais alinhados ao positivismo na Marinha (Lins, 1964 p.

---

<sup>123</sup> A forma de se referir evidencia seu desprezo pelo título e posicionamento do Visconde de Ouro Preto. Dentro de uma lógica Republicana, Silvado retira o título nobiliárquico e o iguala enquanto indivíduo.

286). Este oficial teve passagem rápida pela direção do Museu Naval quando, entre fevereiro e setembro de 1893, assumiu interinamente a direção. Nos questionamos se haveriam outros diretores que possuíam o mesmo alinhamento ideológico. Há de se pesquisar.

Por meio da documentação consultada observamos, desde seu gérmen em 1854, atribuições e características no Museu Naval que sob determinada ótica aproxima-se do ideário positivista. Excetuando-se o que se objetivava em 1868, como já evidenciado. Esta dissertação não chancela que o Museu Naval possuía ideário positivista ou não, nem tão pouco analisa em detalhes as características da filosofia. As relações entre o Museu, quem pensava sobre este, e seu contexto histórico são muito amplas e merecem um olhar dedicado à parte. Neste momento evidenciamos indícios que podem ser associados ao positivismo, sendo também passíveis de serem descartados por meio de uma revisão voltada especificamente a esta análise. Sem analisar a vinculação ideológica dos indivíduos que possam ser citados, e sim indicando sumariamente estes indícios, desta forma ao apresentar as intenções que podem ser associadas à filosofia positivista, não estamos dizendo que o homem que exprimiu tal ideia era positivista. Assim seguimos.

Um exemplo que poderíamos sumariamente associar ao positivismo é a presença da aura circundante do museu referente ao progresso que este serviria de espelho. Indicação apresentada em 1854 e que estará sempre presente, ainda que não explicitamente, na trajetória do Museu Naval. Sabino Eloy Pessoa indica, como já citado, lacunas na Marinha em que o museu e outras repartições, que podemos denominar científicas, viriam a preencher alinhando-se ao progresso que se objetivava. Entretanto, há de ser adequado distinguir a vinculação de qual progresso se objetivava (civilizacional) com o entendimento de progresso sob a lente do positivismo (científico). Observamos a indicação de vinculação do museu com os aspectos de avanço e progresso, vinculando-se a repartição desde o bojo do pensamento de criação do Museu Naval, anterior a 1868, bem como em 1868 por quem vimos aqui ser considerado monarquista, e posterior a 1868 pelos que levaram a cabo o estabelecimento do Museu Naval. As nuances dos pensamentos se transformam ao longo dos anos. Assim também não seria adequado descartar um possível alinhamento ideológico em diferentes períodos.

Mas porque só agora trazemos essa possibilidade de vinculação ao positivismo? Em primeiro lugar porque até 1884 o Museu ainda era só idealização, em segundo lugar porque entre 1884 e 1890 não possuímos documentação que aborde especificamente o museu, durante seu funcionamento, para além do que foi incitado pelo então bibliotecário Garcez Palha. E por último, era necessário iniciar o caminho desta instituição para perceber a

sutileza de determinados elementos. É em 1890 que o Museu retorna a seu berço inicial. A Biblioteca da Marinha era um dos locais dedicados ao pensar “intelectual” da Marinha, para além de outros, e as indicações que faremos do Museu também se relacionam com ela.

Ivan Coelho de Sá (2014) elenca as características que alinham-se a visão positivista de museu “como a ideia de objeto como relíquia; a visão evolucionista de história; a valorização conferida aos episódios de cunho militar e o culto aos heróis” (Sá, 2014 p. 4488). Características, que somadas ao fato de se ter uma instituição que visava ao progresso, observamos na construção da narrativa pensada para o Museu Naval. Características que em princípio parecem divergentes da visão positiva de Américo Silvano. Entretanto, como apresentado anteriormente, eram distintas as interpretações que determinados grupos faziam a partir de uma escolha de vinculação ideológica tanto no espaço mas principalmente no tempo.

Sob esta perspectiva percebemos a aderência dessas questões ao que se definiu em 1868, ainda que naquele momento não se tivesse essa atribuição alinhada ao positivismo como fim, considerando como idealização do Visconde de Ouro Preto. Em 1868 se desejava um museu que fosse, mas não só, registro da guerra, evidenciando as glórias e feitos desta, bem como seus troféus, um museu monumento como trabalhado por Bittencourt (1997).

Outro aspecto que se pode evidenciar, que tem relação com o Museu, e diretamente a Biblioteca, é o entendimento da função instrucional deste. E tal questão tangencia “o fato do Positivismo ter preconizado a função social dos museus, sobretudo educativa [...]” (Sá, 2014 p. 4488). E aqui fazemos a ressalva de que o objetivo de educar do Museu era direcionado aos oficiais da Armada, ainda que fosse um espaço público aberto a quem por ele se interessasse e não diretamente objetivando a justiça social como entendido pelo positivismo.

Sá (2014, p. 4489) pondera que

O fato é que o Positivismo fundamenta-se numa espécie de veneração ao passado, o que corresponde a dizer ao legado dos vultos proeminentes e a suas ações heroicas, tudo isto sintetizado no culto à História como um todo. Segundo a concepção oitocentista, a instituição mais representativa de toda esta noção de passado seria o museu, consistindo também, ainda conforme a visão positivista, num espaço por excelência de culto às gerações pretéritas.

Em resumo, o Museu Naval possui elementos em sua atribuição de função e narrativa que podem até se enquadrar dentro de um entendimento de características vinculadas ao positivismo, mas sem analisar todo o contexto histórico e institucional da Marinha e de seus oficiais, para além da própria instituição museu, seria leviano realizar tal

vinculação ou descartá-la taxativamente. Tal análise não é objeto desta dissertação, portanto deixamos esse caminho em aberto, como instigação, para os que por ele venham a se aventurar.

Assim, retornamos ao nosso caminho principal que é a análise da trajetória efetiva do museu, para além das vinculações ideológicas que possam flamar durante sua existência. Ressalta-se que não desconsideramos a influência destas na instituição, nem as menosprezamos, mas o foco desta dissertação está em olhar para o museu em si como ator e suas práticas e de forma alguma isso esgota as possibilidades de análises e estudos que desta visão derivam.

Como sabido, o Museu foi então transferido passando a ocupar o primeiro pavimento do prédio, junto da Biblioteca da Marinha. O endereço desta na época era Rua Conselheiro Saraiva n. 10 e 12. Esta rua localiza-se próximo da área do Arsenal de Marinha. Na Figura 09, observamos uma planta da região. Ainda que sem data de sua confecção, ela nos serve para visualizar o entorno onde ficava o prédio em relação ao Arsenal, sendo possivelmente esta planta anterior ao ano de 1881 pelo uso do nome Rua de Bragança. No ano de 1881 verificamos como endereçamento à Biblioteca da Marinha constando o nome Rua Conselheiro Saraiva, bem como destacamos a inexistência da rua entre o morro de São Bento e as construções, a então Rua Dom Gerardo, cuja abertura se deu em meados de 1906. Esta planta é interessante por apresentar a disposição geográfica em que ocorreu a mudança do museu. Para melhor visualização foi inserida pela autora uma seta iniciando na localização do Museu Naval no Arsenal de Marinha e finalizando na localização onde este se instalou a partir de 1890. Vale lembrar que a Biblioteca já estava neste prédio desde 1881.

Figura 09 - Planta de situação identificando a região do Arsenal de Marinha e proximidades - Centro do Rio de Janeiro



Fonte: Acervo histórico do Serviço de Patrimônio da União

O prédio era de um andar, sendo instalado o Museu em salas do primeiro pavimento, juntamente com a Biblioteca. O andar térreo era ocupado por armazéns. Nos deteremos alguns instantes sobre o prédio.

Como já estava estabelecida a Biblioteca, sabemos, mesmo antes da transferência do Museu, de algumas características e condições deste edifício. Já desde meados de 1881 Garcez Palha verifica e comunica problemas em relação a vedação do telhado e o acesso de águas provenientes das chuvas na parte interna. Bem como as condições do entorno, onde “O pó que vem dos armazéns de café situados nas lojas permita vossa excelência que o repita, estragará em bom tempo grande número de obras se, quanto antes, não for satisfeito pedido a tanto feito”<sup>124</sup>. Alfredo Augusto de Lima Barros, que assume a função de Garcez Palha em 9 de setembro de 1884<sup>125</sup>, evidencia novamente a necessidade de ações

<sup>124</sup> Ofício n. 75 de 8 de março de 1882 da Biblioteca da Marinha para o Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte. BR RJANRIO AX VM-244.

<sup>125</sup> Ofício n. 1 de 9 de setembro de 1884 da Biblioteca da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15501.

fim minimizar o efeito causado pelo pó de café na Biblioteca<sup>126</sup>. O prédio, localizado no centro da cidade era rodeado por casas comerciais<sup>127</sup>.

Essas condições prediais, decorrente do entorno e da própria construção deste, possibilitando principalmente o acesso de água pelas chuvas será uma constante durante todo o período em que a Biblioteca e o Museu lá estiveram.

Com essa mudança administrativa, de anexação, começamos a ter acesso ao registro da visitação do Museu Naval. Tal procedimento já era realizado para a Biblioteca, onde passou a incluir a informação referente ao Museu Naval.

Os valores dos visitantes tanto da Biblioteca como do Museu, a partir de 1890, foram registrados quantitativamente nos livros copiadores de ofício da repartição ao início de cada mês em referência ao mês anterior. Eram compilados os valores totais do mês de visitantes do museu, de leitores da biblioteca bem como a estatística das obras consultadas tanto em valor total de obras como por classificação temática de assunto. Não se tem conhecido como eram efetivamente contabilizados esses números nos diferentes anos. O que se sabe, por meio de relato e registro da informação, é que em alguns anos havia um livro de visitantes onde era necessário que este deixasse o nome ao entrar no Museu. Não podemos afirmar ter sido este um procedimento existente em todos os anos, mas inferimos que sim, e que seria por meio deste que se contabilizavam os visitantes, tal qual se fazia com o registro dos leitores da Biblioteca. Um exemplo da existência desse tipo de livro de registro é uma matéria publicada no A Noite em 1915, onde os jornalista registram na matéria a presença de um livro em que os visitantes deixavam o nome quando visitavam o museu<sup>128</sup>. Essas estatísticas eram contabilizadas e informadas ao Ministro da Marinha por meio do relatório anual da Biblioteca e Museu da Marinha. Em alguns anos o diretor informará apenas os quantitativos totais, em outros apresentará também os quantitativos mensais, bem como em alguns anos não informa os números referentes ao Museu. No RMM pode ocorrer de repetir os valores mensais quando a este eram apresentados, ou a supressão destes e indicação apenas do total anual.

A partir da união do Museu Naval à Biblioteca da Marinha, suas informações passam a ser prestadas pelo diretor desta e a integrar o tópico específico da Biblioteca e Museu da Marinha no RMM, sendo registrado para o período de 15 de novembro de 1889 a 30 de abril de 1891 o quantitativo de 1.785 visitantes ao Museu Naval (RMM, 1891 p. 15). Interessante observar que no período de novembro de 1889 a pelo menos final de maio de 1890 o Museu Naval estava em funcionamento no Arsenal de Marinha. Assim, comparando os valores

---

<sup>126</sup> Ofício n. 3 de 14 de outubro de 1884 da Biblioteca da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15501.

<sup>127</sup> Ofício n. 6 de 14 de outubro de 1884 da Biblioteca da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15501.

<sup>128</sup> A Noite (RJ), 14 de maio de 1915, ed.1216 p.1

mensais e estruturação dos relatórios, concluímos que apesar de indicar esta data, a partir de 15 de novembro de 1890, o quantitativo apresentado de visitantes relativos ao Museu Naval foi contabilizado de junho de 1890 a 30 de abril de 1891<sup>129</sup>. Na Figura 10 podemos observar como eram organizadas essas estatísticas mensais.

Se houve a prática do registro quantitativo dos visitantes do Museu Naval entre março de 1884 e março de 1890 não há documentos conhecidos que comprovem.

Em seu relatório referente ao ano de 1891 enviado em 23 de março de 1892 ao Ministro da Marinha, o diretor registra, dentre outras informações, as estatísticas da repartição e destaca ter sofrido redução de visitantes e de aquisição de obras<sup>130</sup>.

Desta forma, verificamos que nos anos iniciais desta anexação, as condições se mantiveram, e o registro mensal continuou a ser realizado. Em 1891 o quantitativo de visitantes do museu conta como 695 pessoas, considerando o período de 30 de abril a 15 de dezembro de 1891<sup>131</sup>. Número bem inferior ao ano anterior. E aqui cabe a ressalva que esses valores não foram organizados especificamente dentro de um ano. O quantitativo referente ao ano de 1891, como identificado, exclui os quatro primeiros meses do ano. Sendo o valor efetivo do ano de 1891, de janeiro a dezembro, somados em 985 visitantes<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Constante em ARQMAR 15502.

<sup>130</sup> Ofício sem número de 23 de março de 1892. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

<sup>131</sup> Ofício sem número de 23 de março de 1892. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

<sup>132</sup> Registros constantes em ARQMAR 15502

Figura 10 - Primeiro registro constante na documentação consulta de visitantes do Museu Naval - junho de 1890

Estatística da Bibliotheca e Museu da Marinha, Correspondente ao mês de Junho de 1890.	
Diaria utra	20
Registos em classe	131
Letras	333
Obras emendada das	380
Materiae	
Religioe litterae	72
Geographia	25
Historia miscellanea	24
Mathematicas	10
Medicinae	11
Astronomia	10
Scienciae naturae	8
Philosophia	7
Arto militari	7
Jurisprudencia	2
Physicae e Chemicas	2
Theologiae	1
Religioe utra	1
Formae e scribtae	192
Nas Pagineas	
Portuguesa	180
Brasileira	70
Ingleza	34
Francese	50
Alemã	27
Italiana	24
Latina	4
As diversas redacções de jornaes desta Capitania, foi remittido e Colletam a cima.	
Cada um com o seu valor, em 1 de Junho de 1890.	

Fonte: Estatística da Bibliotheca e Museu da Marinha correspondente ao mês de junho de 1890. ARQMAR 15477.

No ano de 1891 não observa-se maiores detalhes efetivos sobre o Museu, tais como recebimentos de doações e outras relativas a sua visitação, mas permanece o registro durante todo o ano dos quantitativos de visitantes.

Com a anexação do Museu, o espaço físico que já não era extenso para a Bibliotheca, precisou conter também as peças do Museu. Como indicado, por esta restrição espacial, parte do acervo não pode ser enviada, ficando evidente a não adequada organização física que se deu, ocorrendo divisão da coleção do Museu. Mas ainda que não estivesse completamente estabelecido, o Museu continuou recebendo visitantes e tendo seu controle de público realizado mensalmente de forma distinta da bibliotheca, o que evidencia que havia uma separação física e lógica desses espaços.

Pela verificação da relação dos próprios nacionais observamos a seguinte descrição para o prédio. "Dois sobrados de pedra e cal, tendo em seu desenvolvimento total 14m,80 de frente e 39m,80 de fundo" (RMM, 1892 anexo s/p). A Bibliotheca e Museu da Marinha só ocupava o pavimento superior do prédio, sendo o térreo arrendado a empresas de venda de

mercadorias. Espaço insuficiente para a agora dupla repartição, que em breve intervalo de tempo, faz com que o Ministro da Marinha, por meio do aviso n. 2710 de 30 de outubro de 1891, determine ao diretor da Biblioteca e Museu da Marinha que este faça “as necessárias notificações aos inquilinos dos armazéns dos prédios, próprios nacionais, onde funcionam essa biblioteca, prevenindo-os de que tais armazéns são indispensáveis no serviço da mesma biblioteca”<sup>133</sup>. Determinação que foi inclusive divulgada em jornal<sup>134</sup>. As empresas que ocupavam os armazéns eram a Veiga Pinto e Cia, no número 10, e Souto Maior e Cia no número 12. Ambas foram notificadas pelo diretor da Biblioteca e Museu da Marinha, Capitão-Tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas em 3 de novembro de 1891, informando que os armazéns por estas ocupadas eram “urgentemente indispensáveis para o mesmo Ministério da Marinha”<sup>135</sup>.

Todavia destacamos que não foi neste momento que os armazéns foram efetivamente desocupados. Como observamos no relatório da repartição referente ao ano de 1892, além de ocupar todo o térreo do prédio as mercadorias que tais empresas vendiam eram mais perigosas, por assim dizer, do que o pó de café que subia dos armazéns ao redor. O diretor destaca que

Existe no andar térreo deste edifício um armazém de bebidas alcoólicas e um de fazendas. O perigo que de tal circunstância provém para os objetos do museu e biblioteca são grandes e visíveis, pois um incêndio no primeiro destes armazéns não seria extinto antes de causar prejuízos enormes. Julgo portanto necessário que o governo empregue uma medida qualquer que liberte um estabelecimento de incontestável utilidade como este dessa ameaça de destruição iminente<sup>136</sup>.

Aqui observamos uma preocupação para além da espacialidade necessária, mas considerando o risco a que a Biblioteca e Museu da Marinha estava exposta. As mercadorias descritas eram altamente inflamáveis e o diretor se preocupa em evidenciar tal risco e ressaltar a possibilidade de danos aos livros e objetos do Museu.

De antemão indicamos que tais empresas evidenciadas neste relatório, ainda que não apareçam nomeadas, são as mesmas que foram notificadas no ano anterior para desocupar o espaço. Registramos entretanto que a efetiva desocupação foi realizada apenas em 1897. Retornaremos a falar sobre essa desocupação no correr dos anos.

Se na parte inferior o risco era de incêndio, na parte superior era de infiltração e vazamentos de água. Neste mesmo relatório é evidenciado que os problemas com o acesso

<sup>133</sup> Ofício n. 2710 de 30 de outubro de 1891 do Ministro da Marinha para a Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15448

<sup>134</sup> O Tempo (RJ) 2 de novembro de 1891 ed. 166 p.2

<sup>135</sup> Ofício s/n de 3 de novembro da Biblioteca da Marinha a Souto Maior e Companhia e Ofício s/n de 3 de novembro da Biblioteca da Marinha a Veiga Pinto e Companhia. ARQMAR 15502

<sup>136</sup> Ofício s/n de 17 de fevereiro de 1893. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

de água pelo telhado permaneciam. As demandas de conserto predial eram realizadas ao Arsenal de Marinha que muitas vezes não conseguia atender rapidamente tais solicitações<sup>137</sup>. Destaca-se que o Arsenal atendia a todas as repartições, localizadas dentro e fora da área física do Arsenal de Marinha.

O diretor segue informando o quantitativo de visitantes do Museu e da Biblioteca, onde fica evidenciado que o Museu recebia um quantitativo bem menor de público que os leitores que procuravam a Biblioteca. Em relação aos controles numéricos de visitação nos interessa neste momento observar que o Museu permanece aberto ao público durante o ano de 1892. Assim, verificamos registrado em relatório 675 visitantes<sup>138</sup>.

No ano seguinte, é também por meio do registro das estatísticas que verificamos a permanência do Museu Naval em funcionamento. No período de 16 de dezembro de 1892 a 15 de dezembro de 1893<sup>139</sup> o Museu registrou 542 visitantes anuais em seu relatório<sup>140</sup>.

Observamos no RMM<sup>141</sup>, enviado em abril de 1893, um anexo em que consta o relatório do diretor na Escola Naval na íntegra. Neste documento o diretor apresenta diversos pontos afetos à escola, pleiteando por melhorias. Entre as questões levantadas está a transferência do acervo do Museu Naval para a Escola, a fim de auxiliar nos estudos dos navios e máquinas a vapor. Ele indica haver a previsão de um museu a ser instituído na escola, segundo seu regulamento, mas que este estaria longe de se concretizar. A indicação da vontade de anexação do Museu Naval à escola busca convencer ao Ministro ao tentar agregar valor a essa união e expando que na escola o Museu permaneceria público e ficaria melhor instalado. Além de enfatizar que a escola passaria a ter meios para estudo mais adequado, ganhando maior importância para a própria Marinha como para a nação. Observamos que o valor que se privilegiava em relação ao Museu era o de caráter pedagógico. Na época, o diretor da Escola Naval era Luiz Phelippe Saldanha da Gama, um dos primeiros doadores do Museu Naval, em 1883. Ele também registra que a separação<sup>142</sup> da Biblioteca da, à época, Escola de Marinha<sup>143</sup>, teria provocado aumento dos gastos com a necessidade muitas vezes de aquisição de mais de um exemplar do mesmo livro para atender a Biblioteca da Marinha e a Escola de Marinha e, posteriormente, à Escola Naval.

---

<sup>137</sup> Comparando os pedidos realizados, observamos que a mesma solicitação é realizada com meses de diferença por não ter sido atendida a primeira. Bem como era registrado ao Ministro essa dificuldade de se conseguir realizar os consertos necessários com brevidade.

<sup>138</sup> Ofício sem número de 17 de fevereiro de 1893. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

<sup>139</sup> Ofício n. 85 de 25 de abril de 1894. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>140</sup> Ofício n. 85 de 25 de abril de 1894. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477 e RMM, 1894 p.80

<sup>141</sup> Relatório do Director da Escola Naval In: RMM, 1893

<sup>142</sup> A Biblioteca da Marinha teve seu início com a biblioteca da Escola de Marinha, sendo desta separada em 1846

<sup>143</sup> Antecessora da Escola Naval.

Desta forma, neste relatório, ele expõe a conveniência de se construir um prédio adequado a Biblioteca no mesmo local da Escola Naval, mas seu objetivo maior é convencer quanto à anexação a esta do Museu Naval, ou que pelo menos parte do acervo para ela fosse enviado.

Ele nos diz que a sua ideia “seria o passar para a escola, senão todo o museu, ao menos os modelos desse museu hoje anexo à Biblioteca da Marinha, onde tudo está necessariamente mal colocado e pouco ou nada aproveitada”<sup>144</sup>. Observamos então que a intenção de que o Museu Naval passasse para a Escola Naval era transformar este em um museu efetivamente pedagógico e desta forma, o diretor da Escola Naval, destaca o exemplo ocorrido com o exército, em que “O museu da guerra, que a princípio ocupou um dos edifícios anexos ao respectivo arsenal, está reunido hoje à escola militar, constituindo uma das mais importantes e das mais instrutivas dependências daquele estabelecimento”<sup>145</sup>. Há de se destacar que a Escola Naval havia sido transferida do prédio no continente, onde se achava para a Ilha das Enxadas, em 1883. Ilha sem acesso por terra até os dias atuais<sup>146</sup>, sendo necessário embarcações para o deslocamento entre esta e o continente. Assim o museu não seria acessível ao público como era no prédio da Biblioteca. O museu poderia ser público pela esfera administrativa mas não estaria aberto ao público externo. Observamos que tal idealização não se concretizou.

Ainda em 1893, destacamos ser este um período de movimentos e revoltas em diferentes estados na recente República. Nos cabe destacar que em 09 de dezembro de 1893 foi o prédio da Biblioteca e Museu da Marinha atingido

no telhado por várias balas e estilhaços que muito danificaram o telhado e forro pelo que penetraram uma quantidade de água das chuvas nos salões das estantes dos livros e em vários outros locais, tornando-se necessário o pronto retalhamento desses pontos. Uma das balas, bomba de calibre 12, pesando 22 kg, foi retirada de sobre o forro de uma das salas pelo porteiro da repartição não tendo explodido, ao que parece pela posição da queda<sup>147</sup>.

No ofício enviado em 11 de dezembro, o diretor Capitão-Tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas relata os danos ocorridos com a bomba que atingiu o telhado. Dano esse mínimo se considerarmos que a bomba, caso tivesse explodido, teria destruído grande parte do acervo da instituição, tanto os livros como os objetos do museu. E considerando os materiais dos armazéns quase certo que um incêndio teria se desencadeado e todo o prédio e seu acervo teriam sido consumidos pelas chamas. Seja por qual motivo a bomba não

---

<sup>144</sup> Relatório do Diretor da Escola Naval. RMM, 1893 p.4

<sup>145</sup> Relatório do Diretor da Escola Naval. RMM, 1893 p.4

<sup>146</sup> Atualmente a Escola Naval está localizada na Ilha de Villegaignon.

<sup>147</sup> Ofício n. 76 de 11 de dezembro de 1893 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

explodiu, este foi de grande importância para a “sobrevivência” dessa instituição. O Ministro determina que os consertos necessários sejam realizados com a máxima brevidade<sup>148</sup>.

Em 8 de fevereiro de 1894 é novamente o prédio atingido por balas, tendo mais uma vez seu telhado e clarabóia danificados<sup>149</sup>. Tanto os projéteis que atingiram o prédio em dezembro de 1893 quanto os que atingiram em fevereiro de 1894 ainda estavam no prédio em 21 de agosto de 1894 quando o então diretor Augusto Fructuoso Monteiro da Silva solicita ao Ministro da Marinha a remoção destes<sup>150</sup>. A ordem para a retirada foi efetuada em 6 de dezembro de 1894 pelo Ministro ao Inspetor do Arsenal<sup>151</sup>.

Em seu relatório anual, referente a 1894, o diretor não inclui informações específicas sobre o Museu. Registra apenas o quantitativo 272 visitantes<sup>152</sup>. Em relação a este ano, verificamos, por meio dos registros mensais<sup>153</sup>, que o valor apresentado considera os meses de maio a dezembro de 1894. Concluímos que nos meses iniciais a repartição esteve fechada ao público devido aos danos e necessidade de reparos em decorrência do conflito armado que se deu neste período, como visto anteriormente.

Constam, em alguns meses, as estatísticas da repartição em diferentes jornais durante o ano de 1894 e nos anos seguintes. Era de praxe a Biblioteca enviar para publicação em alguns dos jornais a sua estatística de visitaç o, passando a inserir o Museu também. A aç o de envio dos registros mensais que localizamos nos periódicos fazendo referência ao número de visitantes do Museu tem início em 1894. E conforme orienta o do Aviso de 24 de agosto de 1894 do Ministro da Marinha, é determinado que tais publica es se limitassem ao “[...] Diário Oficial e em duas folhas das de maior circula o”<sup>154</sup> com o objetivo de evitar gastos desnecessários.

Outro ponto que o diretor destaca no relatório é a diferen a de valor dos vencimentos prestados aos funcionários da Biblioteca e Museu da Marinha em rela o à mesma categoria em outras repartições da Marinha. Destacando que o valor destinado a contrata o de um servente era baixo o que dificultava achar alguém que a este aceitasse. Pleito que foi aceito pelo Ministro da Marinha que incluiu no projeto de orçamento que os

---

<sup>148</sup> Aviso n. 2265 de 15 de dezembro de 1893 do Ministro da Marinha para a Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15449.

<sup>149</sup> Ofício n. 79 de 12 de fevereiro de 1894 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>150</sup> Ofício n. 7 de 21 de agosto de 1894 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>151</sup> Ofício n. 1924 de 6 de dezembro de 1894 do Ministro da Marinha para a Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15449.

<sup>152</sup> Ofício n. 19 de 12 de fevereiro de 1895 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>153</sup> Registros constantes em ARQMAR 15503

<sup>154</sup> Decretos e Decisões do Governo. RMM, 1894 p. 5

salários do porteiro e do amanuense fossem iguados aos de mesma categoria dos arsenais e cujo registro da ação é realizado no RMM (RMM, 1895 p.41).

Diferente do que consta no relatório da repartição, no RMM está incluída a seguinte informação por parte do Ministro da Marinha:

O Museu, inaugurado em 1884, não tem progredido e não me parece que possa dar bons resultados o ato que mandou anexá-lo à Biblioteca. Sem espaço necessário para os livros que possui, instalada em lugar impróprio, em dois prédios construídos para residência de famílias, dificilmente pode a Biblioteca conservar uma parte do Museu. A outra, que se compõe dos objetos mais pesados, como armamento de mão e artilharia, tomados na campanha do Paraguai, a corrente que fechava o rio em frente a Humaitá, o primeiro canhão fundido no Arsenal do Rio de Janeiro e tantas outras recordações históricas de inestimável valor, permanecem no arsenal e no pátio da repartição da Carta Marítima (RMM, 1895 p.42).

Desta forma observamos a inclusão de algumas informações que são relevantes em relação ao Museu Naval. O Ministro da Marinha registra que não considera que a união destas duas repartições tenha sido vantajosa, enfatizando a limitação espacial e a divisão do acervo do Museu. Assim, corroboramos que suas condições eram restritas no prédio sito à Rua Conselheiro Saraiva. Entretanto, apesar de não adequadas, estas não impediam que este permanecesse aberto ao público. Destaca-se que parte de seu acervo neste momento, como registrado pelo Ministro, ainda estava no Arsenal de Marinha.

O registro de visitantes do ano de 1895 continua sendo realizado mensalmente, sendo seu somatório apresentado no relatório anual da Biblioteca e Museu da Marinha evidenciando que “visitaram o Museu durante o ano 671 pessoas, mais 399 que no ano anterior”<sup>155</sup>. Em seu relatório, o diretor Capitão de Fragata Manoel Dias Cardoso, pondera novamente sobre a questão da localização do prédio em relação ao seu entorno e as ameaças e dificuldades que se apresentavam. Ele destaca, como anteriormente já vinha sendo apresentado, o risco de incêndio pelos armazéns inferiores e acrescenta a consideração, já indicada em 1884, que além deste risco

Acresce ainda estarem, nem só os livros, como também os objetos e importantes quadros a óleo que fazem parte do Museu, sob a ação permanente de uma atmosfera de pó proveniente de grande movimento de sacas de café nos armazéns que estão nas proximidades desta repartição, e do trânsito de carroças, que também para isso muito concorrem, tornando-se impossível a boa conservação do importante cabedal instrutivo que possui este estabelecimento, e bem assim não permitindo manter com todo o rigor o necessário asseio<sup>156</sup>.

Corroboramos que as condições que se apresentavam no prédio não só não atendiam às necessidades espaciais e de organização, de conservação da Biblioteca e do

<sup>155</sup> Ofício n. 46 de 30 de janeiro de 1896. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>156</sup> Ofício n. 46 de 30 de janeiro de 1896 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha

Museu, como eram promotoras de risco a sua existência. Tal se apresentava como uma preocupação por parte de seus diretores, que além de informar por meio de ofícios, registravam em seus relatórios anuais. Um elemento a destacar, em relação ao que o diretor expõe, é a presença, novamente, do termo instrutivo vinculado à coleção de livros e do museu.

Como já mencionado o relatório do Ministro da Marinha apresentava as considerações que eram registradas nos relatórios setoriais, entretanto, o Ministro suprimia ou incluía o que julgava pertinente. Em relação a Biblioteca e Museu da Marinha, em referência ao ano de 1895 este apresenta algumas questões que não constam no relatório da repartição, assim como o fez no RMM do ano anterior. O ministro era o Almirante Elisiário José Barbosa (entre 15 de novembro de 1894 a 21 de novembro de 1896). O Ministro reforça sua posição de não concordar com a ação de unificar as repartições, ao dizer que “A meu ver, foi de mal conselho a anexação do Museu à Biblioteca e não trepidaria em propor a revogação desse ato, se o estudo de finanças públicas permitissem a construção de um prédio apropriado para o primeiro” (RMM, 1896 p.37). Vemos então que o Ministro demonstra a vontade de que o Museu Naval tivesse um espaço mais adequado para seu acervo, um prédio que fosse pensado para suas necessidades, mas que as restrições financeiras não permitiam sugerir tal ação.

No presente relatório ele registra que sua ordem foi que tais objetos que não eram passíveis de serem enviados ao atual prédio da Biblioteca e Museu da Marinha fossem entregues à Escola Naval (RMM, 1896 p.37). Destacamos que não só itens que estavam fora do Museu Naval foram encaminhados para a Escola Naval.

Como já apresentado, a Escola Naval pleiteava para que o Museu Naval fosse para ela destinado. No início do ano de 1896 esse pedido é parcialmente atendido. O Ministro da Marinha determina que o modelo naval do encouraçado *Independência*, que estava no atual prédio da Biblioteca e Museu da Marinha, fosse remetido para a escola, sendo lá recebido em 4 de fevereiro de 1896<sup>157</sup>. Outra medida tomada pelo Ministro, Almirante Elisiário José Barbosa, foi a determinação, ao diretor da Biblioteca e Museu da Marinha, que as peças do museu que lá não tinham espaço e que estavam no Arsenal e no pátio da Carta Marítima fossem também entregues a Escola Naval<sup>158</sup>.

Em 14 de novembro de 1896 assumiu a direção da Biblioteca e Museu da Marinha o Vice-Almirante reformado Arthur Silveira da Motta, o Barão de Jaceguay. Arthur Jaceguay<sup>159</sup>, como então denominava-se, assim como seus antecessores apresentará suas

<sup>157</sup> Recibo de 4 de fevereiro de 1896. Inventário do Museu Naval de 1890

<sup>158</sup> Ofício n. 717 de 14 de abril de 1896 do Ministro da Marinha para a Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15449.

<sup>159</sup> Em seus ofícios este assina A. Jaceguay

considerações aos riscos a que os acervos estavam passíveis. Ele atuará de forma mais enfática para que estes sejam minimizados. Observando a divulgação ocorrida no Diário Oficial em 12 de novembro do edital que abria concorrência ao arrendamento dos armazéns inferiores do prédio pela Diretoria de Rendas Públicas, em seu segundo<sup>160</sup> ofício, Arthur Jaceguay pleiteia junto ao Ministro da Marinha que este considere incluir nas condições indicadas pelo edital “a de não poderem aqueles armazéns serem destinados a misteris que envolvam qualquer risco de incêndio e de modo o mais positivo e explícito a depósitos ou materiais explosivos e inflamáveis ou simplesmente de fácil combustão”<sup>161</sup>. Observamos uma tentativa de minimizar os possíveis riscos de explosões e incêndios. Por essa informação de abertura de edital para a concessão do uso do armazém, inferimos que este não era de ingerência da Marinha, e por tanto explica o não aceite do pedido de desocupação realizado em 1891. Arthur Jaceguay finaliza seu ofício dizendo que “O grande valor dos livros e mais objetos arrecadados nesta repartição reclama esta precaução”<sup>162</sup>. Ainda em seus dias iniciais como diretor, Arthur Jaceguay envia o ofício n. 4 em 17 de novembro de 1896 onde a partir da constatação da inadequação do prédio para conter a Biblioteca e Museu, sugere uma mudança de entre estes e as repartições do Conselho Naval, Carta Marítima e a Auditoria que ocupavam um prédio que pertencia ao Ministério da Marinha. Ele destaca que “com ligeiras alterações em suas divisões internas prestar se ia, de modo mais satisfatório, a instalação da biblioteca e do museu e ao desenvolvimento que sei estar nas intenções de vossa excelência dar a estas úteis instituições”<sup>163</sup>. Indica que a mudança não teria dificuldades por haver comunicação interna entre os prédios. O prédio a que ele fazia referência era contínuo ao da Biblioteca e Museu da Marinha, porém apresentava maiores dimensões<sup>164</sup> em relação ao que a Biblioteca e Museu da Marinha estava instalado. O que Arthur Jaceguay estava tentando era, sem grandes custos, melhorar as condições físicas e espaciais da Biblioteca e Museu da Marinha.

Dias após ao envio deste ofício, ocorre a mudança do Ministro da Marinha, saindo Elisiário José Barbosa e assumindo Manuel José Alves Barbosa. Arthur Jaceguay emite novo ofício em 27 de novembro<sup>165</sup>, em que apresenta o que havia enviado ao antecessor do atual ministro, entretanto reconhece que visando a segurança contra incêndio, a melhor

---

<sup>160</sup> O primeiro ofício enviado Informava ao Ministro da Marinha a assunção deste ao cargo de diretor da Biblioteca e Museu da Marinha.

<sup>161</sup> Ofício n. 2 de 14 de novembro de 1896 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha.

<sup>162</sup> Ofício n. 2 de 14 de novembro de 1896 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha.  
ARQMAR 15477

<sup>163</sup> Ofício n. 4 de 1 de novembro de 1896 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha.  
ARQMAR 15477

<sup>164</sup> Relação dos Próprios Nacionais. RMM, 1896 p.6

<sup>165</sup> Ofício n. 6 de 27 de novembro de 1896 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha.  
ARQMAR 15477

ação seria a cessão do arrendamento dos armazéns, sendo estes entregues para o Ministério da Marinha.

Esta medida de prevenção teria ainda a vantagem de facultar a esta repartição um local apropriado para arrecadação e exposição dos objetos pesados pertencentes ao museu que se acham esparsos sem conservação, no Arsenal e em outras dependências do Ministério da Marinha<sup>166</sup>.

E para além desta sugestão, ainda indica outros procedimentos que auxiliariam na prevenção de incêndio, tais como: “a construção de um muro guarda fogo sobre a parede meeira com os prédios contíguos”<sup>167</sup> e a instalação de um “registro no encanamento de água corrente da cidade nas proximidades da biblioteca”<sup>168</sup> ou seja, um hidrante para ser utilizado no combate a incêndios que viessem a ocorrer nas imediações. Arthur Jaceguay é bem enfático na necessidade de se precaver considerando que um incêndio seria “uma catástrofe que seria irreparável”<sup>169</sup>. Ele chama a repartição da Biblioteca e Museu da Marinha de “depósito”<sup>170</sup> enfatizando que esta continha um “precioso tesouro da nação”<sup>171</sup>.

Para além dos ofícios que remetia, Arthur Jaceguay também teve ações que voltavam-se para melhorar as condições dos objetos do museu. Ele preocupava-se não só com a integridade do acervo perante o risco da perda por incêndio, mas que também preocupava-se em manter tais objetos da melhor forma possível de acordo com seu entendimento. Desta maneira tomou ações que visavam a limpeza e organização, visando melhorar a apresentação da repartição como um todo. Enfatiza a necessidade de restauração das pinturas, serviço que só poderia ser “[...] confiados a pessoa idônea indicada pela Academia das Belas Artes”<sup>172</sup> e registra que os modelos de navios estavam “[...] sendo consertados e pintados no Arsenal de Marinha”<sup>173</sup>. O que evidencia uma hierarquização quanto ao entendimento dos diferentes tipos de acervo. As pinturas, enquanto trabalhos artísticos não poderiam passar por qualquer intervenção sem ser esta realizada por pessoa qualificada e de atribuição artística. Já os modelos, por serem de

---

<sup>166</sup> Ofício n. 6 de 27 de novembro de 1896 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>167</sup> Ofício n. 6 de 27 de novembro de 1896 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>168</sup> Ofício n. 6 de 27 de novembro de 1896 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>169</sup> Ofício n. 6 de 27 de novembro de 1896 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>170</sup> Ofício n. 6 de 27 de novembro de 1896 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>171</sup> Ofício n. 6 de 27 de novembro de 1896 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>172</sup> Ofício n.11 de 24 de dezembro de 1896 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>173</sup> Ofício n.11 de 24 de dezembro de 1896 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

trabalho manual técnico naval, poderiam e eram, restaurados, consertados e pintados por mãos técnicas dos profissionais do Arsenal.

Neste conjunto de medidas, tanto as solicitadas como as realizadas, durante o ano de 1896, tanto por Arthur Jaceguay como por seu antecessor, estão a recorrente solicitação de consertos no telhado, de trocas de vidros da clarabóia existente e novamente a solicitação da colocação de outra clarabóia, pintura das salas e forração das paredes<sup>174</sup>.

Novamente o Ministro da Marinha determina que peças do museu sejam remetidas para a Escola Naval, demonstrando que esta ainda buscava que o acervo do Museu fosse para lá. Em 22 de dezembro de 1896, o Ministro determina que duas figuras de proa, dos vapores *D. Afonso* e *Villa del Salto*, fossem entregues à Escola Naval. Neste mesmo aviso ele registra que determinou ao Arsenal de Marinha que enviasse a figura de proa e o telégrafo da corveta *Amazonas*<sup>175</sup>. Neste momento, não só as principais demandas para o Museu Naval não foram atendidas, como sua coleção continuava a ser esvaziada.

Quando da realização de seu relatório anual, entregue em 24 de dezembro de 1896, o Almirante Arthur Jaceguay, apesar de estar a pouco mais de um mês à frente da Biblioteca e Museu da Marinha, apresenta de forma minuciosa suas considerações acerca da repartição e as ações por ele realizadas. Destaca que as necessidades mais urgentes por ele identificadas eram a limpeza e pintura do prédio, que na data encontrava-se em andamento, e em segundo lugar a suspensão do edital de aluguel dos armazéns. Ações que observamos anteriormente. No relatório, ele registra que o Ministro aceitou sua sugestão e requisitou tal suspensão junto ao Ministro da Fazenda, a fim não dar seguimento em novos contratos de arrendamento. Em relação a suspensão do uso dos armazéns de forma comercial ele diz que

Era realmente uma medida indispensável não só para preservar a biblioteca de riscos de incêndio, como para tornar possível a arrecadação e classificação dos objetos pertencentes ao museu, o que, por falta absoluta de espaço no sobrado ocupado pela biblioteca não se pode efetuar desde a fusão dos dois estabelecimentos decretada em 1890<sup>176</sup>.

Assim nos diz que a coleção do Museu Naval ficou praticamente estática, sem recolhimento ou recebimento de novos objetos entre 1890 e 1896. Sendo bem verdade que esta foi efetivamente diminuída com o envio de algumas peças para a Escola Naval. Ainda que tenha havido determinação para envio das peças que estavam no Arsenal, no início do ano de 1896, percebemos que se não todas, algumas ainda lá estavam no final do mesmo ano.

<sup>174</sup> Diferentes pedidos constantes em ARQMAR 15503.

<sup>175</sup> Aviso n. 2272 de 22 de dezembro de 1896 do Ministério dos Negócios da Marinha para a Biblioteca e Museu da Marinha. Inventário de 1890 do Museu Naval.

<sup>176</sup> Ofício n.11 de 24 de dezembro de 1896 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

Avaliou o diretor que “Com a entrega a esta repartição dos armazéns do pavimento térreo, mediante obras de pequena importância, o museu poderá ficar convenientemente instalado”<sup>177</sup>. Assim, este registra uma nova ideia que foi atendida. Não só que fosse realizado maior controle das mercadorias que poderiam ocupar os armazéns, mas que ao invés de ceder comercialmente o espaço a terceiros, que este fosse destinado ao Museu Naval. E com o cumprimento dessa determinação, se instalaria o Museu Naval no térreo do prédio, ganhando este espaço para melhor ser organizado. Arthur Jaceguay registra também a necessidade de se ampliar a verba destinada a repartição com destinação à manutenção e aquisição de objetos<sup>178</sup>. Uma vez ampliado o espaço da repartição seus gastos gerais também seriam aumentados.

Paralelo ao reconhecimento da importância de retirar o comércio da parte térrea e com isso ampliar o espaço para o Museu Naval, ele pondera sobre as condições do entorno do prédio. Destacando o que denominou de “inconvenientes irremediáveis inerentes ao local e ao próprio edifício da Biblioteca”<sup>179</sup>. Assim, ele destaca que a repartição estava em uma região de grandes ruídos na cidade. Ruídos causados pelo tráfego de veículos, pelo calçamento de pedras e pelas oficinas de tanoaria<sup>180</sup> que se localizavam próximo. Bem como aponta os problemas da própria edificação, “pelas suas péssimas disposições internas quanto à ventilação e distribuição da luz solar”<sup>181</sup>.

O edifício em questão, como já apresentado, possuía problemas estruturais intrínsecos, tais como problemas de infiltração e falta de iluminação, bem como de ventilação natural. Sua localização era diretamente na base do morro de São Bento. As ruas próximas eram estreitas e não existia a rua Dom Gerardo à época, que separa atualmente os prédios localizados na Rua Conselheiros Saraiva do Morro de São Bento. Assim a ventilação era dificultada e a umidade estava presente. Condições que causavam danos às coleções da Biblioteca e do Museu. Ele destaca que “O estado da biblioteca quanto à conservação dos livros é lastimável. Obras importantes e raras acham-se quase totalmente devastadas pelas traças devido principalmente à falta de luz e ventilação em alguns dos compartimentos do edifício”<sup>182</sup>. Pela similaridade de matéria prima de alguns objetos do museu e sua localização junto às salas das estantes de livros, podemos inferir que tais

---

<sup>177</sup> Ofício n.11 de 24 de dezembro de 1896 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

<sup>178</sup> Ofício n.11 de 24 de dezembro de 1896 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

<sup>179</sup> Ofício n.11 de 24 de dezembro de 1896 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

<sup>180</sup> Fabricação de recipientes em madeira para vinho

<sup>181</sup> Ofício n.11 de 24 de dezembro de 1896 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

<sup>182</sup> Ofício n.11 de 24 de dezembro de 1896 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

danos também ocorriam neste, principalmente nos objetos que tinham como suporte/matéria prima tecido e madeira.

Em oposição ao que o Ministro anterior exprimia em seu relatório, Arthur Jaceguay julgava que:

foi de incontestável vantagem colocar a Biblioteca e o Museu sob uma única direção; mas, não se tendo atendido à insuficiência de espaço, no edifício da Biblioteca, para instalação dos objetos pertencentes ao Museu ficaram muitos desses objetos no Arsenal de Marinha em lugares que escapam ao zelo do Diretor, a quem aliás se acham carregados<sup>183</sup>.

O RMM incorpora as principais ponderações apresentadas no relatório da Biblioteca e Museu da Marinha, em relação às condições ambientais e de conservação dos acervos. Entretanto apresenta alguns pontos de forma mais enfática, em decorrência do que o diretor apresentou. Se Arthur Jaceguay indica as condições inadequadas da localização e das características do prédio, o Ministro da Marinha aponta, em decorrência dessas, que para o bem desta Repartição esta “[...] exige ser removida para local apropriado e para edifício que ofereça as necessárias acomodações, evitando-se, principalmente, os riscos de incêndio pelo seu contato com estabelecimentos comerciais” (RMM, 1897 p.60). Menciona sua requisição ao Ministro da Fazenda como uma medida preventiva que diminuiria o risco de incêndio e possibilitaria a ampliação do espaço para o Museu e suas ações de controle e classificação dos objetos. O Ministro registra as condições inadequadas de conservação dos livros da Biblioteca e em relação ao museu destaca que “Nas mesmas condições acha-se o Museu, que além de tudo, nem recursos tem para a conservação indispensável dos estimados objetos de arte, que, em sua quase totalidade, necessitam ser restaurados” (RMM, 1897 p.60). Finaliza seu tópico sobre a Biblioteca e Museu da Marinha dizendo que a verba destinada pelo governo para esta repartição, não atende às suas necessidades. Bem como apresenta o quantitativo de visitantes do ano de 1896, indicando o total de 793 pessoas para o museu<sup>184</sup>. Desde que o Museu foi anexado à Biblioteca, a visitação deste nunca chegou perto do quantitativo de leitores que procuravam à Biblioteca. Ainda sim, este permanecia aberto.

No ano seguinte, em 1897, Arthur Jaceguay continuou atento e dedicou atenção específica ao Museu Naval. Pela documentação consultada, observamos que, desde a anexação do Museu Naval em 1890, foi Arthur Jaceguay quem mais voltou o olhar especificamente para as condições do Museu Naval até este momento. Os diretores anteriores se preocupavam e tinham ações adequadas às suas realidades. Há de se

<sup>183</sup> Ofício n.11 de 24 de dezembro de 1896 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

<sup>184</sup> Ofício n.11 de 24 de dezembro de 1896. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

lembrar que Arthur Jaceguay era o Inspetor do Arsenal de Marinha quando da inauguração do Museu Naval em 1884, sendo ele e Garcez Palha que o organizaram para tal.

Arthur Jaceguay, possui em sua biografia vastos registros de atuação profissional e trabalhos no campo das letras. Atuou em campo de batalha participando de momentos relevantes da história da Marinha. Foi promovido ao posto de Oficial-General aos 35 anos. Era estudioso das questões navais, de história e das letras, publicando diversas obras. Ocupou no início do século XX a cadeira n. 6 da Academia Brasileira de Letras<sup>185</sup>. Um ponto a destacar é que Arthur Jaceguay ocupava o posto de Vice-Almirante quando assumiu a direção da Biblioteca e Museu da Marinha, o que o tornava um dos oficiais mais antigos da Marinha. Ainda que reformado, por sua própria solicitação, possuía grande precedência na Força Naval. Até aquele momento o posto de diretor da Biblioteca e Museu da Marinha não tinha sido superior ao de Capitão-Tenente.

Se anteriormente indicamos que sua relevância para a criação do Museu Naval em 1884 precisava ser relativizada, neste momento ele será responsável por grandes melhorias e avanços realizados no Museu. Conseguiu efetivamente a liberação do térreo do prédio para o Museu Naval, através de sua solicitação ao Ministro da Marinha, que atendeu e atuou em nível ministerial junto ao Ministro da Fazenda para tal. Realizará, dentre outras, ações de conservação e restauração do acervo, bem como proporcionará meios para a reorganização do Museu e sua futura abertura no espaço antes ocupado pelos armazéns. Ressalta-se que abordaremos as medidas efetuadas em relação ao Museu Naval e seu acervo, o que não quer dizer que não foram realizadas ações de importância na Biblioteca, bem como na RMB durante sua gestão.

Logo em janeiro de 1897 teve ação, em contato com a Academia de Belas Artes, de verificar a viabilidade do restaurador desta Academia executar os serviços necessários às pinturas do Museu Naval. Com a resposta da impossibilidade de atender adequadamente esta demanda pelo restaurador João José, que declarou estar “[...] muito sobrecarregado com trabalho de sua arte na academia”<sup>186</sup>, realizou contato com particulares.

Ao ter sido informado de que

a casa comercial denominada “Galeria Rezende” estabelecida nesta capital, encarregava-se da restauração de pinturas, mandei chamar os seus proprietários, e convidei-os a apresentarem-me proposta para restauração de todas as pinturas do museu, inclusive a da grande tela de Victor Meirelles, que se acha atualmente na sala das sessões do Conselho naval, com a condição de submeter-se a ser os trabalhos do artista da casa

<sup>185</sup> Conforme consta em sua biografia disponibilizada no site da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/artur-jaceguai/biografia> Acesso em 07 nov 2025.

<sup>186</sup> Ofício n.13 de 19 de janeiro de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

fiscalizado pelo restaurador da Academia das Belas Artes e só por este retocadas as telas que precisam de retoques de pintura<sup>187</sup>.

As condições impostas foram aceitas pela empresa, e esta ofereceu realizar o restauro gratuito em uma pequena obra para demonstrar sua capacidade, o que foi bem julgado<sup>188</sup>, sendo lavrado contrato com os proprietários Rezende & Silva em fevereiro do mesmo ano<sup>189</sup>.

A proposta incluía realizar a limpeza, retoques e envernizamento, em 15 telas, sem realizar a douração das molduras. O serviço teria que ser executado na própria repartição e os retoques seriam feitos pelo restaurador João José<sup>190</sup>. Outra ação para a melhor apresentação e conservação do acervo foi continuar a solicitar e enviar os modelos para serem “[...] consertados, pintados e aparelhados os modelos e meio modelos de navios, lanchas e escalares”<sup>191</sup>.

Além de buscar melhorar as condições do acervo, Arthur Jaceguay agiu para ampliar a coleção, a preenchendo com itens que considerava de relevância para a proposta do Museu Naval. Um exemplo de sua atuação sob este aspecto podemos observar por meio de sua articulação entre o Museu Naval e a Academia das Bellas-Artes. Assim, em 20 de janeiro de 1897 Arthur Jaceguay envia o ofício n. 15 para o Ministro da Marinha, onde neste documento ele pleiteia o quadro da Batalha Naval de Riachuelo de Victor Meirelles para o Museu Naval<sup>192</sup>. Interessante destacar que esta pintura era a segunda versão da obra, e que a primeira, encomendada pelo Ministro da Marinha Afonso Celso de Assis Figueiredo, foi contratada para figurar no Museu Naval em 1868, dentro do ideário da construção histórica baseada na guerra que foi previamente apresentada. Esta obra, por falta da criação do museu em 1868 e de espaço em outras repartições da Marinha, permaneceu à época na Academia de Belas Artes. A obra foi selecionada, em fevereiro de 1876 pelo júri da comissão superior da exposição nacional para representar o Brasil na Exposição Universal da Filadélfia em 1876 sendo seu empréstimo autorizado pelo Ministro da Marinha<sup>193</sup>. Esta sofreu danos irreparáveis quando desse empréstimo e não se pode recuperá-la. A versão que Arthur Jaceguay solicita é uma nova realizada pelo mesmo artista entre 1882-1883<sup>194</sup>.

No seu ofício Arthur Jaceguay expõe que “Em meu humilde entender sendo um dos

<sup>187</sup> Ofício n. 13 de 19 de janeiro de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>188</sup> Ofício n. 13 de 19 de janeiro de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>189</sup> Jornal do Commercio (RJ) 24 de fevereiro de 1897 ed. 55 p.2

<sup>190</sup> Proposta de Rezende & Silva em 13 de janeiro de 1897. ARQMAR15477

<sup>191</sup> Ofício s/n de 16 de março de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha. ARQMAR 15503.

<sup>192</sup> Ofício n. 15 de 20 de janeiro de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

<sup>193</sup> Ofício s/n de 10 de fevereiro de 1876 do Ministro da Agricultura para o Ministro da Marinha. BR RJANRIO B2 XM-262.

fins do Museu da Marinha recolher todas as relíquias e representações artísticas das glórias da nossa Marinha, é este estabelecimento o mais próprio para decorar-se com aquela grande pintura”<sup>195</sup>. Ele diz já ter verificado com o diretor da Academia, Rodolfo Bernardelli, se a transferência do quadro causaria um desfalque na pinacoteca da instituição. Sobre tal diz que:

O Sr Bernardelli não só concordou em que ao museu, com mais direito, devia pertencer aquela pintura, como fez-me ver que o edifício da academia já não oferecia espaço suficiente para colocação conveniente de grande número de quadros que ali se acham arrecadados por ordem do governo. Vindo ainda ao encontro do meu pensamento o Sr Bernardelli declarou-me que existia um outro quadro na Academia que, pelo seu mérito no gênero de marinha podia ser cedido ao Museu: é a tela de De Martino representando as esquadras, brasileira e napolitana na bahia do Rio de Janeiro, na ocasião em que da Fragata “Constituição”, desembarcou a ex imperatriz do Brasil quando aqui aportou pela primeira vez vinda de Nápoles<sup>196</sup>.

Em março de 1898 são formalmente solicitados tais quadros<sup>197</sup> pelo Ministro da Marinha ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores por meio do Aviso n. 430 (RMM, 1899. anexo p.17). Tal solicitação foi atendida e os dois quadros foram transferidos ao Museu Naval. Ambas pinturas, de grandes dimensões<sup>198</sup>, evidenciam a amplitude dos salões que estavam se organizando para o Museu Naval. Dentre os diversos itens que foram incluídos à coleção do Museu Naval nesta reformulação elencamos o retrato do Almirante Tamandaré, pintado por Henrique Bernardelli<sup>199</sup>. Destacamos que a coleção de obras iconográficas do Museu era composta por pintores de expressão no meio artístico da época. Paralelo a essas, ele informa ao Ministro não observar, por parte dos arrendatários, nenhuma movimentação para a desocupação dos armazéns. Ao contrário, observa estarem recebendo até mesmo mais mercadorias que retirando. Destaca, em relação aos quantitativos de mercadorias, que “[...] este procedimento parece denotar que os referidos locatários ainda não foram intimados para entregarem os armazéns, ou que, se o foram não

<sup>194</sup> Informações constante da ficha da obra. Pintura Batalha Naval do Riachuelo com número registro 6219 do acervo do MHN. Disponível em: <https://mhn.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/pintura-historica-31/#:~:text=Depois%20do%20evento%2C%20ficou%20totalmente%20deteriorada%2C%20sem,naval%20do%20Riachuelo%20para%20estudo%20da%20obra.> acesso em 21 nov 2025.

<sup>195</sup> Ofício n. 15 de 20 de janeiro de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

<sup>196</sup> Ofício n. 15 de 20 de janeiro de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

<sup>197</sup> E mais outro de Eduardo de Martino que estava na secretaria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores não identificado.

<sup>198</sup> Segundo consta no repositório institucional do MHN a pintura Batalha Naval do Riachuelo, de Victor Meirelles, tem 4.00m de altura e 8.00m de largura e a pintura Chegada da Fragata Constituição ao Rio de Janeiro, de Eduardo De Martino, tem 2.57m de altura e 4.90m de largura.

<sup>199</sup> O Paiz (RJ) 21 de junho de 1897 ed. 4644 p.1

tem prestado à intimação o devido acatamento”<sup>200</sup>.

O esvaziamento efetivo dos armazéns ocorre a partir de abril. As chaves do armazém do número 12, ocupado pela Sotto Maior e Cia foram entregues ao diretor da Biblioteca e Museu da Marinha em 30 de abril de 1897. O armazém de número 10, ocupado pela Veiga Pinto e Cia, em 6 de maio de 1897, já estava desocupado e a chave de posse do Ministro da Fazenda<sup>201</sup>. No mesmo mês terão início as ações para preparar o espaço para acomodar o Museu Naval. Sendo as obras de abertura do fechamento interno entre os armazéns<sup>202</sup>, examinadas pelo Ministro da Marinha, que realiza uma visita na repartição em 25 de maio de 1897 a fim de verificar as obras, cuja previsão era de conclusão em dois meses<sup>203</sup>. Em 18 de junho de 1897 o diretor solicitou ao Arsenal de Marinha a atuação da Diretoria de Obras Civas e Hidráulicas para a realização das obras necessárias “para instalação dos objetos pertencentes ao Museu da Marinha”<sup>204</sup>.

Antes mesmo do início das obras no térreo, e concomitante a estas, o andar superior teve sua pintura e organização finalizadas e no museu suas coleções foram higienizadas e restauradas, dentre as pinturas e modelos navais. Em março foi solicitada a pintura exterior bem como a colocação de um dístico contendo BIBLIOTHECA E MUSEU DA MARINHA<sup>205</sup>, bem como a solicitação de fornecimento e fixação de pau de bandeira<sup>206</sup>, ou seja um mastro fixado na fachada para hasteamento da bandeira nacional. Na Figura 11, a seguir, observamos a fachada da repartição. A fotografia não possui data, mas por essas inclusões realizadas na fachada sabemos ser entre abril de 1897 e julho 1907 que é o mês em que a Biblioteca e Museu da Marinha sairá deste prédio. Não se tem conhecimento, até o momento, de outras fotografias deste edifício, tanto externas quanto internas.

---

<sup>200</sup> Ofício n. 16 de 22 de janeiro de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

<sup>201</sup> Ofício n. 28 de 06 de maio de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

<sup>202</sup> Pedido s/n de 17 de maio de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha ARQMAR 15504.

<sup>203</sup> Gazeta de Notícias 26 de maio de 1897 ed. 146 p.1

<sup>204</sup> Pedido s/n de 18 de junho de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha ARQMAR 15504.

<sup>205</sup> Pedido s/n de 10 de março de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha ARQMAR 15503.

<sup>206</sup> Pedido s/n de 30 de março de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha ARQMAR 15504.

Figura 11 - Fachada da Biblioteca e Museu da Marinha na Rua Conselheiro Saraiva



Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

Aumentar a área da repartição equivaleria a aumentar as demandas do trabalho, não só em volume mas também em especialização. A partir dessa constatação Arthur Jaceguay expõe ao Ministro da Marinha a necessidade de melhorar os salários, bem como o número de funcionários e indica as habilidades que estes deveriam ter para melhor atender aos serviços da Biblioteca e Museu da Marinha. Ele apresenta sua proposta de alteração de quantitativo de funcionário de 6 para 9 com o aumento dos vencimentos propondo o que julgava ser necessário, além de apresentar um quadro de alteração de verba destinada ao material que era por ele considerado uma consignação mesquinha<sup>207</sup>. Em sua proposta ele sugere alterar o quadro de funcionários, previsto no regulamento de 1890, que era composto de um diretor, um ajudante, um amanuense, um porteiro e dois guardas para um diretor, um ajudante, um redator da RMB, um escriturário, um porteiro, dois guardas e dois serventes. E indica a necessidade de aumento da verba consignada em R\$6:950\$000 para R\$10:400\$000<sup>208</sup>. Abordaremos maiores detalhes sobre a consignação de verbas para a

<sup>207</sup> Ofício n. 23 de 03 de março de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>208</sup> Ofício n. 23 de 03 de março de 1897 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

Biblioteca e Museu da Marinha no Capítulo 4. Observamos que tal demanda não foi integralmente atendida.

Em 05 de maio de 1897 representantes do Jornal do Commercio visitam a Biblioteca e Museu da Marinha, antes do início das obras da parte térrea, e apresentam um ponto de vista bem diferente das condições da repartição antes da cessão para esta da parte inferior. A matéria publicada em 06 de maio de 1897 apresenta a “[...] mais grata impressão possível, a vista da transformação que sofreu essa repartição.<sup>209</sup>” A matéria destaca as grandes mudanças observadas no último ano, cabendo aqui reproduzir parte de seu texto que retrata as características que se observavam no prédio antes da direção de Arthur Jaceguay.

Realmente, quem a conhecia há cerca de um ano, instalada em um edifício imundo, escuro, sem ordem, com os objetos ali acumulados sem classificação e os quadros preciosos de Victor Meirelles, De Martino, James e outros em tal estado de abandono e de falta de conservação, que houve receio de que se perdessem, pode avaliar do que ali se fez para tornar aquela repartição digna da Classe a que pertence, e capaz de prestar serviços reais<sup>210</sup>.

Observamos que, apesar de ter conseguido a cessão da parte térrea para a repartição, o então diretor não poupou esforços em melhorar as condições da repartição antes mesmo de realizar sua reorganização. Os principais pontos observados sobre a Biblioteca foram salas amplas, limpas e claras, além de destacar o volumoso acervo que estava à disposição. Em relação ao Museu a matéria nos diz que:

Em outras salas do edifício encontram-se modelos de navios gloriosos da nossa armada, guardados em vitrina bandeiras históricas que representam feitos heróicos e acontecimentos notáveis da nossa Marinha, e as belas telas de Victor Meirelles, de Eduardo de Martino, perfeitamente limpas e restauradas e que perpetuam triunfos de que se deve perpetuamente orgulhar-se a armada Brasileira<sup>211</sup>.

Finaliza a matéria dizendo que a Biblioteca e Museu Naval<sup>212</sup> “representa uma instituição que faz honra a nossa civilização em geral e armada nacional em particular, capaz de prestar valiosos serviços a essa classe”<sup>213</sup>. As ações que são empreendidas em maior ênfase em 1897 possibilitaram o maior reconhecimento do Museu Naval, não só pelos integrantes da Força Naval, como pela sociedade civil. Espaço ocupado e reconhecimento, que a partir desse momento, tenderá a se ampliar.

Em 28 de dezembro de 1897 Arthur Jaceguay pede exoneração do seu cargo de diretor da Biblioteca e Museu da Marinha, o que foi noticiado em jornais<sup>214</sup>. Ele apresentou

<sup>209</sup> Jornal do Commercio (RJ) 6 de maio de 1897 ed. 125 p.3

<sup>210</sup> Jornal do Commercio (RJ) 6 de maio de 1897 ed. 125 p.3

<sup>211</sup> Jornal do Commercio (RJ) 6 de maio de 1897 ed. 125 p.3

<sup>212</sup> A matéria nomeia desta forma a instituição, e não pelo seu nome oficial Biblioteca e Museu da Marinha.

<sup>213</sup> Jornal do Commercio (RJ) 6 de maio de 1897 ed. 125 p.3

<sup>214</sup> Tais como a Gazeta da Tarde (RJ) ed.170, Gazeta de Notícias (RJ) ed.363

seu relatório referente ao ano corrente em 31 de dezembro de 1897. Neste ele registra os reparos da parte externa e superior bem como o conserto da mobília e restauração dos quadros históricos que terminou em abril, o que justifica a visita realizada logo aos dias iniciais de maio pelo Jornal do Commercio. Seja a convite do diretor ou não, a matéria visava dar publicidade às ações realizadas e divulgar a repartição. Em seu relatório, o diretor, para além das considerações em relação ao aumento dos volumes da Biblioteca e sobre as permutas da RMB, ele reforça a “necessidade de se construir uma parede guarda fogo entre o telhado da casa da biblioteca e o da que ela fica contíguo com o mesmo pé direito, bem como de se colocar um registro de incêndio sobre o morro de São Bento nos fundos da casa”<sup>215</sup>. Observamos que dentre os pleitos e requisições realizados por Arthur Jaceguay essas duas não foram atendidas, entretanto muitas outras o foram, anteriormente já mencionadas.

Em relação à atuação de Arthur Jaceguay enquanto diretor da Biblioteca e Museu da Marinha neste período de 1897-1898<sup>216</sup>, destacamos o que foi apresentado pelo senador Ruy Barbosa na sessão realizada em 07 de agosto de 1900 no Senado Federal, a pauta da discussão no momento era a reintegração ao serviço ativo do então Vice-Almirante Reformado Arthur Jaceguay. Em sua fala apresenta documentos e discorre sobre os grandes feitos destacando a relevância de Arthur Jaceguay na Marinha, mas não só para esta. O que nos cabe é observar a seguinte fala quando este diz que:

Em 1897, aceitou o lugar de diretor da Biblioteca e Museu da Marinha, onde prestou o relevante serviço à marinha e ao país, de instalar o Museu Naval, que até então só existia no papel, pois que a própria instalação rudimentar, por ele mesmo criada outr’ora no Arsenal, havia desaparecido (Brasil, 1900 p. 82).

Em primeiro lugar destacamos que o senador considerava o Museu Naval relevante não só para a Marinha como para todo o país. Destacando este dentre os relevantes serviços prestados por Arthur Jaceguay apresenta que tal criação foi exclusiva deste. Além disso, ele diz que até a assunção realizada em 1897 por Arthur Jaceguay, não existia mais o Museu Naval, que havia sido inaugurado em 1884. Esta visão possivelmente era a que se tinha à época e não apenas um pensamento do Ruy Barbosa. O fato do Museu ter saído do prédio do Arsenal e ter sido disposto na parte interna da Biblioteca, sem a devida divulgação e identificação, poderia passar a impressão de não existir mais.

Fato que inferimos por observar matéria publicada, anteriormente, de autoria de Moreira Pinto, no Jornal do Comércio, em 1 de dezembro de 1899, em que dizia que

---

<sup>215</sup> Ofício n. 40 de 31 de dezembro de 1897 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

<sup>216</sup> Arthur Jaceguay deixará a direção em 1898, retornando a este cargo em meados de abril de 1899 saindo novamente em novembro de 1900.

O Museu, criado em 1883, foi instalado no pavimento térreo do Arsenal, reunido à biblioteca pelo Decreto n. 393 de 26 de Abril de 1890, que só teve efetividade em 1897 e 1898, sendo Diretor da Biblioteca o Almirante Silveira da Motta, Barão de Jaceguay e Ministro o Almirante Alves Barbosa<sup>217</sup>.

Aqui cabe destacar que no Catálogo Histórico e Descritivo do Museu Naval, publicado em 1901 consta este mesmo posicionamento, o que acabará por reforçar essa vinculação da existência do Museu Naval exclusivamente em decorrência das ações de Arthur Jaceguay. Este, no histórico do Museu Naval indica que:

Este Museu, mandado criar por Decreto de 14 de Março de 1868, só pode ser levado a efeito em 25 de Março de 1884, graças à intervenção do inspector do Arsenal de marinha Vice-almirante Arthur Jaceguay, então Chefe de Divisão, que para esse fim conseguiu do Ministro da Marinha João Florentino Meira de Vasconcellos a nomeação de uma comissão, da qual faziam parte o mesmo Chefe e o 1º tenente José Egidio Garcez Palha (Museu, 1901 p. 5).

Apesar do documento destacar a existência de uma comissão indicando o nome de Garcez Palha, dá a primazia da ação ao então Inspetor do Arsenal. Entretanto o que verificamos foi a partir dos ofícios de Garcez Palha que se voltou os olhos para o Museu Naval em 1883. E como o próprio Garcez Palha coloca em seu ofício n. 83 de 28 de novembro de 1882, este reconhecendo não haver espaço na biblioteca para o museu coloca ao Ministro que a este

Não [...] escapará de certo a V. Excia a circunstância de não ser esta Biblioteca o lugar mais apropriado para semelhante fim, por isso que não tem cômodos, logo porém que estivesse formado ele passaria para o arsenal, opinião em que se acha inteiramente de acordo o Ex. Sr. Chefe da divisão Inspector Arthur Silveira da Motta.<sup>218</sup>

A partir desta leitura inferimos que Garcez Palha manteve contato com o Inspetor sobre a criação do Museu, verificando haver lá espaço para tal. Mas, com base nesses documentos, não podemos dizer que foi o Inspetor que tomou as ações efetivas para sua inauguração.

Este discurso, não as falas em si apresentadas, mas o ideário de que até 1898, não existia o Museu Naval será reproduzida pelo então comandante Raul Tavares, em sessão dedicada a homenagear a Gloriosa Marinha ocorrida em 16 de junho de 1919 no Instituto Histórico e Geográfico (IHGB). Em sua apresentação, com o título de Três Grandes Almirantes - Ensaio Histórico, Raul Tavares apresenta os almirantes que considera de relevância na história da Marinha. São eles Luiz Phelippe Saldanha da Gama, Custódio de Melo e Arthur Jaceguay. Nos compete aqui trazer especificamente a fala de Raul Tavares em que este expõem a trajetória de Arthur Jaceguay no período de 1897. Ele nos diz que:

<sup>217</sup> Jornal de Commercio (RJ) 1 de dezembro de 1899 ed. 334 p.3

<sup>218</sup> Ofício n. 83 de 28 de novembro de 1882 da Biblioteca para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15476

Por 1897 aceita o cargo de diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha e o de redator-chefe da nossa Revista Marítima, e foi então que comecei, senhores a cultivar a sua amizade, estreitando cada vez mais os laços de admiração e estima, que muito me ligaram a Jaceguay até sua morte. O Museu Naval não existia então, e até uma instalação rudimentar por ele mesmo criada quando diretor do Arsenal de Marinha, havia desaparecido completamente. Ele, novamente, instalou e organizou o Museu Naval (Tavares, 1921 p. 423).

Observamos que sua fala se alinha, podendo até se basear neste dado a distância temporal, ao discurso proferido em 1900 por Ruy Barbosa. O mesmo autor, Raul Tavares, já como Contra-Almirante produz uma biografia<sup>219</sup> de Arthur Jaceguay. Nesta observamos que o texto, apesar de se basear integralmente na sua apresentação ao IHGB, possui algumas inclusões. Cabe aqui destacar essa sua outra forma de apresentar as mesmas considerações anteriores.

[...] a 12 de novembro de 1897 aceita o cargo de diretor da Biblioteca da Marinha, Museu e Arquivo, e de redator-chefe da Revista Marítima Brasileira. Jaceguai, tinha por hábito deixar sulcos profundos da sua inteligência e operosidade em todo os cargos que ocupava. Apesar de reformado, tendo aceito o cargo de diretor do nosso Museu Naval iniciou uma série grande de melhoramentos, podendo dizer-se que foi o seu criador, pois o Museu Naval não existia e até uma instalação rudimentar por ele mesmo realizada, quando diretor do Arsenal da Marinha, havia desaparecido completamente. Novamente, instalou e organizou o Museu Naval, que, infelizmente, apesar de muitos protestos, hoje quase desapareceu, indo todo ele para o Museu Histórico (Tavares, 2011 p.31).

Verificamos que o discurso de Ruy Barbosa buscava exaltar a figura do Almirante e serviu como fonte para a história deste e conseqüentemente do Museu Naval. Entretanto, com base na vasta documentação apresentada, discordamos desse entendimento apresentado pelo Senador e reproduzido por Raul Tavares em que diz que o Museu Naval só existia no papel até 1897/1898.

Raul Tavares apresenta esta mesma visão mas acrescenta algumas outras informações. A partir de seus textos apontaremos aqui as informações que julgamos equivocadas e por consequência em relação também ao discurso de Ruy Barbosa. Primeiro destacamos que o nome da repartição, como vimos anteriormente, era Biblioteca e Museu da Marinha quando Arthur Jaceguay assumiu a sua direção. O arquivo foi unificado apenas em 11 de junho de 1907, quando é expedido o Decreto n. 6510 que reorganiza a repartição passando esta a ser denominada Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha, nome como é colocado por Raul Tavares. Em sua primeira fala este aponta os fatos julgados por ele de forma mais direta, já na segunda observamos que este enfatiza de forma

<sup>219</sup> Na edição publicada em 2011 do Livro de Arthur Jaceguay, Reminiscências da Guerra do Paraguai, consta a sua biografia elaborada por Raul Tavares mas não consta o ano em que esta foi elaborada. Pelo fato do autor fazer referência a transferência do acervo para o Museu Histórico Nacional, inferimos ter sido, possivelmente, o texto produzido próximo ao ano de 1922/1927.

mais engrandecedora a pessoa de Arthur Jaceguay. Em ambos os textos observamos que ele, assim como Ruy Barbosa, atribui a gênese do Museu Naval a Arthur Jaceguay. Contrapomos tal entendimento por meio de tudo que vem sendo apresentado até este momento nesta dissertação. Não descartamos a atuação deste quando da inauguração do museu em 1884, nem tão pouco a importância de suas ações no ano de 1897. Entretanto, atribuir unicamente à figura de Arthur Jaceguay a criação do Museu Naval é desconsiderar todas as variáveis e envolvidos com esta instituição bem como os documentos que aqui se apresentaram. Sendo de todo um equívoco, realizar esta afirmação, o que não desmerece a pessoa de Arthur Jaceguay nem tão pouco minimiza sua importância para o Museu Naval. Outro ponto que destacamos é considerar o Museu Naval inaugurado em 1884 como um museu rudimentar e que este havia desaparecido até ter sido novamente instalado por Arthur Jaceguay. Refutamos esta idéia. Como observamos na vasta documentação apresentada, recriamos a trajetória do Museu Naval desde que este foi inaugurado, até o momento, chegando no ano de 1897. Ainda que este tenha passado por dificuldades, mudanças físicas e estruturais, ele não deixou de existir. Quando Arthur Jaceguay assumiu sua direção, ele existia. É bem verdade que suas condições não se apresentavam adequadas, mas isso não significa que este havia desaparecido. Mais adequado seria reconhecer que o Museu estava estagnado naquele momento, o que não equivale dizer que era inexistente.

Ao apontarmos esses fatos não estamos desmerecendo o discurso proferido por Ruy Barbosa, nem tão pouco o trabalho realizado por Raul Tavares sobre a biografia de Arthur Jaceguay. Buscamos especificamente desconstruir a idéia que se tem de que o Museu Naval não existia efetivamente até 1898. Observamos um discurso que dando a primazia da criação da instituição a um homem, apaga a história da própria instituição. É importante ressaltar que a partir de Arthur Jaceguay, o Museu Naval ganha novo fôlego, mas sua existência no século XIX não está limitada a um homem.

Seguiremos então. Após a sua solicitação de exoneração, realizada em dezembro de 1897, a mesma se efetivou em 8 de janeiro, deixando, Arthur Jaceguay, o cargo de direção da Biblioteca e Museu da Marinha em 11 de janeiro de 1898<sup>220</sup>.

A RMB em edição do ano de 1897, ao continuar apresentando a organização da Marinha, registra a repartição da Biblioteca e Museu da Marinha informando que o funcionamento da Biblioteca era das 9h às 16h (como previsto no regulamento), tendo a mesma 40.000 volumes de livros e que "o museu tem uma interessante coleção de quadros representando combates navais da história da marinha brasileira" (Organização, 1897 p.77).

---

<sup>220</sup> Ofício n. 102 de 11 de janeiro de 1898 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Contador da Marinha. ARQMAR 15504.

Em relação ao ano de 1897, este não apresenta o registro total dos visitantes do Museu Naval, no relatório do diretor. Inclui apenas o total de leitores da Biblioteca com a ressalva de considerar o valor registrado a partir de maio, uma vez nos meses anteriores à repartição encontrava-se fechada para reparações<sup>221</sup>. Entretanto consta registro mensal da repartição nos livros administrativos que inclui o Museu entre maio e dezembro de 1897 totalizando a soma de 344 visitantes no ano.

Quem assume a direção é o Capitão-Tenente Eduardo Ernesto Midosi, que tão logo a frente do cargo, já envia para ser publicado em Diário Oficial a reabertura da repartição<sup>222</sup>, pós período de recesso de fim de ano. Há de se considerar que era previsão regulamentar o fechamento entre 15 de dezembro a 15 de janeiro da Biblioteca e Museu da Marinha.

Com o térreo sendo preparado para o Museu observamos as solicitações de confecção de bases para o acervo, inclusive para o acervo que ainda permanecia no Arsenal, como a corrente de Humaitá e as chapas de couraça<sup>223</sup>. Confecção de mesas e adaptações em vitrines também eram pedidos realizados ao Arsenal de Marinha<sup>224</sup>.

Observamos a colocação de ladrilhos hidráulicos<sup>225</sup> em dois salões do museu, pela casa Emanuelle Cresta e Cia o que indica que pelo menos eram dois espaços dedicados ao Museu Naval, sendo sugestivo que uma das obras empreendidas foi a retirada das paredes internas interligando os dois prédios, tal qual o pavimento superior era. Segundo a nota do serviço, realizado em fevereiro de 1898, para o primeiro salão constam as seguintes medidas: entrada (4,70 x 7,30)m, a sala (26,80 x 5,60)m e de rodapé (68,90 x 0,20)m; para o segundo salão as medidas são para a entrada (10,00 x 5,55)m; sala (36,10 x 7,00)m e rodapé com (79,50 x 0,20)m. Interessante observar que internamente existiam três arcos sendo um com a soleira de (2,00 x 0,50)m e dois com a soleira de (4,05 x 0,50)m<sup>226</sup>. Medidas que evidenciam que a área para o Museu Naval seria bem ampla comparada ao espaço restrito a uma sala no primeiro pavimento.

Com as obras e a organização ocorrendo já começavam as notícias sobre a inauguração. O jornal Gazeta da Tarde publicava em 17 de fevereiro de 1898 que “Ouvimos dizer que até o dia 15 de abril será inaugurado o museu naval, que constitui hoje uma

---

<sup>221</sup> Ofício n. 40 de 31 de dezembro de 1897 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>222</sup> Ofício n. 2 de 13 de janeiro de 1898 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Diário Oficial. ARQMAR 15504.

<sup>223</sup> Pedido s/n de 25 de janeiro de 1898 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Inspetor do Arsenal de Marinha. ARQMAR 15504

<sup>224</sup> Pedido s/n de 6 de abril de 1898 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Inspetor do Arsenal de Marinha. ARQMAR 15504

<sup>225</sup> Na nota do serviço consta a especificação dos ladrilhos utilizados por suas numerações, bem como as áreas a que eram destinados.

<sup>226</sup> Ofício n. 52 de 3 de março de 1898 com nota de serviço da Biblioteca e Museu da Marinha para o Contador da Marinha. ARQMAR 15504.

sessão da biblioteca de Marinha<sup>227</sup>. O Ministro da Marinha foi pessoalmente examinar as obras em 12 de março a tarde<sup>228</sup>, fato divulgado pelas folhas de notícias diárias. A fim de concluir com máxima brevidade possível as obras encarregou o Capitão de Fragata engenheiro naval Alberto Carlos da Rocha de dar seguimento a mesma<sup>229</sup>.

É interessante destacar que em abril de 1898 são publicadas notícias sobre uma escavação realizada em dois estabelecimentos comerciais localizados na Rua Visconde de Inhaúma na qual foram encontrados vestígios arquitetônicos de muralhas, túneis e um canhão com características coloniais. O então diretor da Biblioteca e Museu da Marinha realizou visita ao local, sendo o canhão oferecido para o Museu Naval por João Reinaldo Coutinho & C, estabelecimento onde este foi encontrado<sup>230</sup>.

Como ocorrido em 1883, os integrantes da Força Naval reconhecem a iniciativa do museu e colaboram com este enviando não só objetos, como registrando, por meio destes, seu nome enquanto doador de parte da coleção. Em 4 de junho de 1898, o comandante do cruzador *Primeiro de Março* remete, via seu superior hierárquico, um quadro com obras de arte marinheira, que hoje chamamos de forma simplista de quadro de nós, que foi elaborado pela guarnição do navio com o objetivo de figurar no Museu Naval<sup>231</sup>. Vemos assim um interesse na perpetuação não só dos objetos mas de um grupo que se dedicou a elaborar algo para que neste museu fosse exposto. Outra doação que destacamos ocorreu em 9 de junho, às vésperas da (re) inauguração. É entregue a medalha de prata, que pertenceu ao comandante Coimbra, comemorativa da passagem de Riachuelo, com o seguinte texto que demonstra bem essa transferência de valor que o doador objetivava. Ele diz que “Essa medalha, conservada em meu poder a longos anos como uma relíquia sagrada, honrou sempre o feito de meu falecido e valente pai, e por isso mesmo pode ocupar também um pequeno e honroso lugar entre os troféus da guerra do Paraguai!”<sup>232</sup>. Realiza a doação como forma de perenizar a memória de seu pai associado-a à da Guerra do Paraguai. Nesta doação e em outras, realizadas pelos descendentes dos quais os objetos se vinculam, observamos que “O encaminhamento do acervo para o museu representava também uma homenagem dos familiares àqueles que participaram do evento histórico - os pais já falecidos” (Lima; Carvalho, 2013 p.96).

Neste momento abrimos uma trilha para vislumbrar um pouco a análise sobre as doações. Como observamos, a aquisição de acervo para o Museu Naval no século XIX

<sup>227</sup> Gazeta da Tarde 17 de fevereiro de 1898 ed. 40 p.1

<sup>228</sup> Gazeta da Tarde (RJ) 12 de março de 1898 ed. 59 p.1; Gazeta de notícias (RJ) 13 de março de 1898 ed. 72 p.1; A Notícia (RJ) março 12 - março 13 de 1898 ed. 67

<sup>229</sup> Gazeta da tarde (RJ) 14 de abril de 1898 ed. 86 p.1

<sup>230</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 6 de abril de 1898 ed. 98 p.2; A Notícia (RJ) abril 7 - abril 8 de 1898 ed. 90 p.1

<sup>231</sup> Ofício n. 351 de 4 de junho de 1898 do Chefe da Esquadra para a Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15462.

<sup>232</sup> Jornal do Commercio (RJ) 10 de junho de 1898 ed. 160 p.2

ocorreu majoritariamente por meio da identificação, solicitação e recolhimento por parte da direção da Biblioteca da Marinha e posteriormente Biblioteca e Museu da Marinha com a confluência de poucas doações individuais. Assim, era uma busca ativa do que se entendia como necessário e passível para integrar a coleção do Museu Naval. Após sua reorganização ocorrida em 1897/1898 observamos um aumento progressivo das doações individuais, realizadas principalmente, mas não só, por oficiais da Marinha. Ao passar para o século XX, serão as doações a procedência de maior número de ingresso de objetos no Museu. Desta forma, se observa uma mudança no perfil das peças que passam a compor à coleção. Estas peças, escolhidas por seus doadores, não representavam unicamente a visão da direção da instituição e de seu respectivo Ministro da Marinha, mas sim um entendimento individual, externo, do que lá cabia figurar. Muitas vezes tal escolha dos objetos alinhava-se mais ao interesse pessoal do que ao enquadramento do item em si com a narrativa do Museu. Destaca-se que não havia, no período em questão, uma pré-seleção do que se ofertava e seria aceito ao Museu, bem como não foi observado na documentação recusa de peças que eram voluntariamente doadas, independente do que fosse.

Observamos, isso em todos os anos em que ocorreram doações, que na maioria das doações realizadas por indivíduos de forma voluntária havia o interesse não apenas da cessão do objeto para preencher a coleção do museu, mas sim um interesse na perpetuação do vínculo do doador com o objeto e conseqüentemente com o Museu. A doação, apresentada previamente, realizada pela guarnição evidencia a intenção de um grupo que se mobilizou para elaborar e enviar um item ao museu, onde neste teria seu trabalho reconhecido e vinculado àquela guarnição específica, perpetuando a presença deste grupo com o passar dos anos. Além disso, incluía no rol dos objetos do Museu um item que representava o cotidiano, feito por mãos não dos oficiais, mas daqueles que laboravam no dia a dia das práticas marinheiras. Já a doação da medalha realizada pelo Capitão de Fragata Justino José de Macedo Coimbra exalta a atuação de seu pai e busca, ao doar esta peça ao Museu, a perpetuação da memória deste junto às glórias e feitos da guerra. “Doar para uma instituição – ou, mais especificamente, para um museu – é um ato pelo qual a morte do indivíduo se vê transcendida” (Coutinho, 2017 p. 43).

Desta forma, os doadores buscavam a preservação de sua memória por meio dos objetos doados a uma instituição que se reconhecia como responsável por registrar e salvaguardar a memória não só da Marinha, mas nacional. Lima e Carvalho (2013, p.89) nos dizem que “[...] a ação de doar é sempre significativa já que não ignora o lugar social do novo guardião”. A coleção que começa a ser ampliada por tais doações evidencia o panorama social dos doadores e sua vontade de perpetuação. “Fazer uma oferta ao museu

é uma forma de apropriação física do espaço público e de resignificação dos sentidos que esta instituição propaga, mesmo que seja para devolvê-los ao imaginário social como formas melhor lapidadas da norma social” (Lima; Carvalho, 2013 p.92). Há de se registrar que algumas doações que são registradas a indivíduos partiam da solicitação prévia do diretor da Biblioteca e Museu da Marinha que ia indicando e solicitando individualmente em alguns casos, bem como objetos eram remetidos diretamente ao Museu Naval pelos diferentes Ministros da Marinha, entretanto serão muitas as doações espontâneas recebidas pelos Museu Naval ao longo de toda sua trajetória.

Assim, “Autobiografar-se por meio de uma coleção que ambiciona o estatuto público é ato recorrente e, por isso, uma chave importante para a compreensão do papel da cultura material como mediadora de trocas simbólicas protagonizadas pelo museu” (Lima; Carvalho, 2013 p.89).

Com essa nova organização que se fazia para o Museu Naval, para além das doações que este recebia, as solicitações de acervo novamente tiveram lugar na prática da instituição tanto antes como após a (re) inauguração. Solicitações internas à própria Marinha como a outros Ministérios e instituições. Em 12 de novembro de 1898 o Ministro da Marinha emite a seguinte circular para os outros Ministérios, governadores de Estados e repartições de Marinha da capital e demais estados.

Com o intento de fazer o Museu Naval preencher os fins que determinaram sua criação, venho rogar-vos que digneis de providenciar no sentido de serem ofertados para aumentar suas coleções, quaisquer objetos, das espécies mencionadas na relação inclusa, que existam disseminados nas repartições do Ministério a vosso cargo (RMM, 1899 p.46).

Segue junto a circular a relação em que observamos os tipos de acervo que se objetivava recolher ao Museu Naval. Relação que alinhava-se ao previsto em seu decreto de criação, apesar deste não estar em vigor devido a revogação ocorrida em 1890. Os tipos previstos neste seguem balizando a narrativa que se objetivava desenvolver no Museu Naval. Esta relação foi previamente enviada ao Ministro da Marinha pelo diretor Eduardo Midosi em 5 de julho de 1898 por meio do ofício n. 29<sup>233</sup>. Nesta identificação observamos 12 principais temáticas destacadas que se entendia como passíveis de compor o acervo, sendo estas:

1. Modelos de embarcações indígenas
2. Modelos de navios que pertenceram a esquadra
3. Armamento portátil antigo, compreendendo fuzis, pistolas, garruchas, etc
4. Canhões antigos com valores histórico comprovado
5. Objetos que tenham pertencido a Marinha Nacional
6. Bandeiras antigas e de valor histórico conhecido

<sup>233</sup> Ofício n. 29 de 5 de julho de 1898 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477.

- 7.chapas de couraça chocadas por profetas em campanha
- 8.objetos que tenham pertencido a oficiais que se tenham distinguido em campanha, medalhas, com decorações, etc
- 9.medalhas comemorativas de assuntos navais
- 10.quadros referentes a ações navais
- 11.fotografias desenhos referentes a assuntos Navais e a oficiais que se tenham distinguido em campanha
- 12.objetos que constituem troféu tomado ao inimigo<sup>234</sup>

Por esta organização temática vemos uma ampliação para além de objetos específicos militares relacionados à Marinha, tal qual vinha no entendimento desde 1883.

Recordamos que algumas figuras de proa que eram do acervo do Museu Naval haviam sido enviadas à Escola Naval em 1897. Em maio de 1898 a Gazeta da Tarde publica uma nota em que destaca que ao passarem por perto da Ilha das Enxadas, local onde estava a Escola Naval, observaram diversas figuras de proa de navios ao redor da ilha. E fazem a seguinte questão: “Desde que temos um museu naval e que o governo ultimamente tanto tem gasto para sua reorganização que melhor seria recolher esses trabalhos a esse estabelecimento. Pois não é?”<sup>235</sup>. Além de evidenciar um valor atribuído a tais peças, em que reconhecem a necessidade de conservar tais objetos, o questionamento realizado pelo jornal evidencia, por parte do meio externo à Marinha, o reconhecimento do Museu Naval e de sua função, bem como os esforços para sua reorganização. Em sua pequena frase, tal questão também realiza a crítica do emprego de tais objetos como apenas elementos decorativos, em detrimento de seu valor histórico a ser salvaguardado.

As ações para a (re) inauguração do Museu Naval eram divulgadas nos jornais<sup>236</sup>, enfatizando que a previsão era que esta ocorresse em 11 de junho. Na véspera da data prevista, em 10 de junho a Gazeta da Tarde publica uma matéria que fala sobre o museu e sua coleção. Nela nos diz que “O museu naval está instalado nos dois magníficos e espaçosos salões térreos do edifício da biblioteca de marinha, sendo a sua entrada ocupada por uma excelente e vistosa armação”<sup>237</sup>.

No dia 11 de junho é a Gazeta de Notícias que publica sobre o Museu e sua (re) inauguração. Interessante observar que a forma de relacionar, identificar e descrever as peças é idêntica. Ambas as equipes dos diferentes jornais visitaram o Museu Naval e o texto publicado na Gazeta de Notícias nos fornece uma relevante informação em que diz que tal relação foi fornecida pelo Museu<sup>238</sup>. Desta forma entende-se que o diretor havia preparado e organizado uma lista com a identificação dos objetos que estavam expostos. Ainda que

<sup>234</sup> Ofício n. 29 de 5 de julho de 1898 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>235</sup> Gazeta da Tarde (RJ) 7 de maio de 1898 ed. 106 p.1

<sup>236</sup> A Notícia (RJ) maio 30 - maio 21 de 1898 ed. 134 p.1; Gazeta da Tarde (RJ) 1 de junho de 1898 ed. 127 p.1

<sup>237</sup> Gazeta da Tarde (RJ) 10 de junho de 1898 ed. 135 p.1

<sup>238</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 11 de junho de 1898 ed. 162 p.1

exista a possibilidade da restrita intenção de divulgação na mídia, inferimos que possivelmente também era uma forma de quem visitava o museu identificar e saber um pouco sobre as peças e o que estas contavam. Sendo assim, haveria legendas e textos sobre os objetos. Desta forma, dessas matérias é interessante observar sob a ótica da documentação do acervo e da organização das informações pensando numa divulgação dessa coleção e em sua narrativa e não apenas na distribuição aleatória das peças no espaço. Por meio desta relação observamos que a primeira sala era dedicada principalmente às pinturas, mas havendo também outros objetos.

Para além da relação de objetos, cabe destacar o que tais jornais falam sobre o Museu neste momento. O Gazeta da Tarde diz que “[...] o museu naval está instalado nos dois magníficos e espaçosos salões térreos do edifício da biblioteca de marinha, sendo a sua entrada ocupada por uma excelente e vistosa armação”<sup>239</sup>. O Gazeta de Notícias coloca que:

Podemos verificar a inexcelsível boa vontade e critério com que se montou esse importante museu, destinado a perpetuar os melhores subsídios históricos da nossa Marinha de guerra. Aos senhores Vice Almirante Jaceguay e Capitão Tenente Eduardo Midosi cabem aqui desde já os mais francos elogios, ao primeiro pela boa inspiração que teve em iniciar tão importante instalação, e ao segundo por ter sabido tão dedicadamente fecundá-lo como diretor atual<sup>240</sup>.

Por fim, O Paiz registra que:

Finda a cerimônia da inauguração, à qual compareceram o ministro e autoridades navais, o estabelecimento será franqueado ao público. A banda de música do Corpo de Infantaria de Marinha tocará durante o ato. O museu está magnificamente instalado sendo dignos de encômios o respectivo diretor e seus auxiliares<sup>241</sup>.

Concomitante a essas notícias que eram bem descritivas, diversos foram os jornais<sup>242</sup> que noticiaram a (re) inauguração do Museu Naval, que ocorreria em 11 de junho de 1898 às 3 horas da tarde. O Museu Naval é então (re) inaugurado efetivamente no contexto das comemorações da Batalha Naval do Riachuelo, data que era anualmente rememorada com realização de cerimônias de grande vulto<sup>243</sup>. Ficando aberto a visitação pública de forma gratuita de 9h às 16h, como previsto em regulamento e divulgado nos jornais<sup>244</sup>. Se até este momento buscamos na documentação consultada fontes que subsidiaram a história do

<sup>239</sup> Gazeta da Tarde de 10 de junho de 1898 ed.135 p.1

<sup>240</sup> Gazeta de Notícias de 11 de junho de 1898 ed.162 p.1.

<sup>241</sup> O Paiz (R) 11 de junho de 1898 ed 4998 p.2

<sup>242</sup> Gazeta da tarde (RJ) 22 de abril de 1898 ed. 93 p.2; Gazeta de notícias (RJ) 10 de junho de 1898 ed. 161 p.1; Jornal do Recife (PE) 11 de junho de 1898 ed. 127 p.1; A Notícia (RJ) junho 10 - junho 11 de 1898 ed. 144 p.1

<sup>243</sup> Esta data é considerada uma data magna da Marinha do Brasil sendo comemorada anualmente.

<sup>244</sup> Jornal do Commercio (RJ) 14 de junho de 1898 ed. 164 p.3; Gazeta de Notícias (RJ) 21 de junho de 1898 ed. 172 p.2; Gazeta de Notícias (RJ) 24 de julho de 1898 ed. 205 p.2; Gazeta de Notícias (RJ) 26 de junho de 1898 ed. 177 p.2

Museu Naval com vias de comprovar que este não deixou de existir, a partir de agora iremos verificar que este passou a ter, por assim dizer, mais espaço dentro da Marinha e da cidade do Rio de Janeiro. O ano de 1898 não marca a inauguração de uma instituição inexistente, mas sim o reviver de um museu, não em decadência, mas em um momento de transição institucional.

Após esta sua reorganização o Museu Naval sairá das margens da Biblioteca e ganhará destaque enquanto instituição. Isto ocorre sem alterações de subordinação, a repartição se mantinha enquanto Biblioteca e Museu da Marinha, mas se desde 1890 o Museu Naval ficou velado pela Biblioteca, a partir deste momento ele emerge e é reconhecido pela a sociedade. Seus registros de visitação foram exponencialmente aumentados, ultrapassando inclusive o quantitativo de leitores da própria Biblioteca.

Em 29 de agosto de 1898 assume a direção o Primeiro-Tenente Paulo Antônio Ribeiro do Couto<sup>245</sup>. E em 17 de setembro a Biblioteca e Museu Naval são visitados pelo Presidente da República, Prudente de Moraes, que foi recebido pelo Ministro da Marinha. Sua visita foi registrada pelos jornais<sup>246</sup> e pela RMB (Marinha, 1898 p. 237). No mesmo dia participou da cerimônia de inauguração do novo edifício destinado à Escola de Aprendizes Marinheiros.

O Jornal do Commercio ao falar sobre a administração do Presidente Prudente de Moraes, quando este deixa o cargo, destaca no tópico sobre a Marinha, que “O museu naval passou por transformações que o tornaram um pequeno mas já bastante útil manancial para o estudo da história da nossa Marinha, e também um excelente incentivo de futuras glórias”<sup>247</sup>.

No relatório anual da Biblioteca e Museu da Marinha, referente a 1898, enviado ao Ministro da Marinha em 2 de janeiro de 1899, o diretor Paulo Couto faz uma retrospectiva das alterações ocorridas na direção e demais cargos dos funcionários. Entre outras informações prestadas, e em específico sobre o Museu Naval, o diretor destaca que após realização do inventário, seu acervo totalizava 402 objetos<sup>248</sup>. Número que, segundo ele, estava em crescimento, pelos objetos doados e recebidos (em decorrência da circular ministerial de novembro de 1898) posteriormente ao inventário e em consequência de sua obstinada ação para arrecadar tantos outros. Ele coloca que “Achando-se agora o Museu, se bem que no mesmo prédio da biblioteca, dela separado [...]”<sup>249</sup>. Importante destacar que

<sup>245</sup> Ofício n. 1 de 19 de agosto de 1898 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Contador da Marinha. ARQMAR 15504.

<sup>246</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 18 de setembro de 1898 ed. 261 p.1

<sup>247</sup> Jornal do Commercio (RJ) 19 de novembro de 1898 ed. 322 p.17

<sup>248</sup> Ofício n. 1 de 2 de janeiro de 1899. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

<sup>249</sup> Ofício n. 1 de 2 de janeiro de 1899. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15477

essa separação era apenas física entre andares e não uma separação administrativa da repartição. Registra a necessidade de ampliação do quantitativo de funcionários em decorrência do aumento de serviço visando a segurança e a adequada limpeza do espaço. Solicitação que já observamos ter sido feita anteriormente por Arthur Jaceguay.

Em referência ao ano de 1898 é registrado um quantitativo bem mais expressivo de público em relação ao que o vinha visitando até então. O número de objetos inventariados em 1898 em comparação ao que foi realizado em 1890 demonstra que o acervo cresceu em aproximadamente 144 objetos, o que é um valor avultado se considerarmos que as doações e/ou recolhimento de objetos recomeçaram efetivamente apenas a partir de finais de 1897. Durante o ano de 1899 as solicitações e recebimentos de objetos para o Museu Naval continuaram.

Em relação ao ano de 1898 verificamos uma grande mudança nas estatísticas mensais do Museu Naval. Nos seus meses iniciais, até sua (re) inauguração ocorrida em 11 de junho, somam 106 visitantes. Em contraste ao que veremos após 11 de junho. Um parêntese a ser considerado, mesmo em reorganização interna e movimentação de acervo, o museu continuou a ter registro de visitantes realizado e incluído nas estatísticas mensais.

Em sua primeira semana de (re) inauguração, a partir de 11 de junho, o Museu Naval registrou um público de 1221 pessoas<sup>250</sup>, totalizando nos 16 dias úteis do mês de junho o total de 2828 visitantes<sup>251</sup>. Ainda que os valores de público oscilassem mensalmente, durante o segundo semestre do ano de 1898, a partir de junho, a média mensal gira em torno de 2000 pessoas. Valor até o momento nunca observado. Em comparação, o quantitativo de visitantes da biblioteca no mesmo período somam 785 leitores. Essa inversão de quantitativo de público, com algumas ressalvas, se manterá a partir de agora com maiores quantidades de visitantes para o Museu em comparação com a Biblioteca. No relatório da Biblioteca e Museu da Marinha consta um total de 12.161 pessoas para o período de 11 de junho a 15 de dezembro que visitaram o Museu. Ao final de abril de 1899 retorna a direção da Biblioteca e Museu da Marinha Arthur Jaceguay.

Em setembro de 1899 é enviada uma carta para a redação do jornal O Paiz. Esta carta, sem identificação de autoria, é publicada em 17 de setembro de 1899. Nela seu autor registra, após visita ao Museu Naval, considerações sobre duas informações que julgava estarem registradas de maneira errada e apresenta suas ponderações sobre. O que demonstra não só o interesse público ao Museu Naval como uma 'preocupação' "cujo objetivo único é a retificação de um engano que perdurará em um estabelecimento público

---

<sup>250</sup> Gazeta de Notícias (RI) 21 de junho de 1898 ed. 172 p.2

<sup>251</sup> Registro constante em ARQMAR 15504.

*per omnia secula*, se se fizer silêncio sobre o fato<sup>252</sup>. Dando visibilidade ao seu posicionamento quanto à inadequabilidade das informações prestadas aproveita para destacar uma peça que tinha conhecimento estar em outra repartição da Marinha que melhor estaria se assim fosse destinada ao Museu Naval. A peça era uma bandeira e ao descrever seu contexto e localização em que este a conhecia dá indícios de que o autor, se não pertencia ao quadro de militares da força, prestava serviços para esta. Ele diz que a bandeira em questão estava no arquivo de uma repartição, onde foi vista por cerca de um ano. Reconhecendo valor destaca que “essa bandeira não deixa de ter o seu valor histórico, como também não deixa de merecer um lugar no Museu da Marinha. Antes aí do que apodrecendo a um canto do arquivo de uma repartição, se é que ainda lá existe”<sup>253</sup>. Verificamos que o Museu Naval era reconhecido como local para a guarda dos objetos que tinham valor histórico não só por seus dirigentes e superiores hierárquicos. Cabe ressaltar que para além das correções que identifica serem necessárias, nos comprova haver informações sobre as peças disponíveis aos visitantes.

Em comemoração a visita realizada pelo General Roca ao Rio de Janeiro, foram cunhadas 137 medalhas comemorativas de ouro, prata e cobre. Algumas das medalhas de cobre foram destinadas a arquivos, bibliotecas e museus e entre estes destacamos que foi, por ordem do presidente, enviada um exemplar “[...] para Arquivo Público, Museu Nacional, Museu do Exército, Museu Naval, Museu do Ipiranga (São Paulo) e Biblioteca Municipal”<sup>254</sup>. Ver o Museu Naval elencado junto a estas instituições reflete que este era reconhecido como uma instituição de interesse e reconhecida sua relevância.

Após visita ao Museu Naval, Moreira Pinto envia ao *Jornal do Commercio* seus apontamentos, que são publicados em 1 de dezembro de 1899. Neste, relata como era a Biblioteca e Museu da Marinha. Descreve o prédio e relaciona os diversos itens que observou no Museu. Cabe reproduzir tal descrição predial por ser um dos poucos registros que apresenta a organização interna da repartição.

Ocupam-se um acanhado edifício com seis janelas no segundo pavimento e três janelas e três portas no primeiro. Compõe-se o edifício de duas alas. Na ala esquerda do segundo pavimento fica o gabinete do diretor, com quadros recordando feitos da guerra do Paraguai e diversos retratos de homens notáveis. A este gabinete seguem-se quatro quartinhos e uma sala onde estão alojados em estantes de duas faces os 40 mil volumes, que constituem a biblioteca, todos com as competentes numerações correspondentes ao catálogo. Na ala direita ficam a sala de leitura, a portaria, a sala da redação da <Revista marítima> o arquivo e a sala de leitura para inferiores, marinheiros e soldados. No pavimento térreo fica o Museu, que ocupa duas grandes salas, [...]. Achei o Museu muito mal colocado no pavimento térreo do prédio, devia estar situado em um

<sup>252</sup> O Paiz (RJ) 17 de setembro de 1899 ed. 5460 p.1

<sup>253</sup> O Paiz (RJ) 17 de setembro de 1899 ed. 5460 p.1

<sup>254</sup> *Jornal do Commercio* (RJ) 18 de setembro de 1899 ed. 260 p.2

sobrado, em salas bem arejadas e com bastante claridade, de modo a permitir ao visitante destacar e apreciar convenientemente as ricas telas e os demais objetos preciosos que possui tão importante Museu.<sup>255</sup>

Aqui observamos a divisão que se deu internamente na Biblioteca e Museu da Marinha. Ficando no pavimento superior, além das salas da Biblioteca, a RMB e o gabinete do diretor. Interessante observar, seja por vontade própria ou por limitação espacial, que na sala do diretor estavam pinturas e retratos que eram acervos do Museu Naval. Moreira Pinto registra sua opinião quanto às condições de visitação ao Museu. Por meio destas verificamos não possuir o museu adequada ventilação e iluminação. Finalmente este ressalta ser o Museu Naval um museu importante e com uma relevante coleção. Se bem da crítica realizada quanto à localização no térreo, há de se destacar que a forma como o museu se apresentava naquele momento era a melhor realizada desde a sua anexação em 1890, mas que este ainda demandava por melhores condições.

Neste ano é informado pelo Ministro da Marinha o valor de 12.449 visitantes (RMM, 1900 p.56) para o Museu Naval.

Observamos então que a partir de 1898, o Museu Naval terá seu lugar e importância reconhecidos. A documentação consultada irá apresentar elementos deste reconhecimento não apenas por parte da Marinha mas externamente a esta. Um exemplo disto é o texto constante da convenção do recente criado Conselho Superior de Regatas em referência ao prêmio por esta fornecido. O parágrafo único de seu artigo 86 diz “este prêmio em caso algum ficará sendo de propriedade de qualquer Clube, cabendo ao conselho, no caso de sua dissolução, oferecê-lo ao nosso Museu Naval” (Código, 1900 p.2).

O Museu Naval passará a participar de eventos e exposições como podemos observar com sua presença, com parte de seu acervo, na Exposição Artístico Industrial Fluminense, ocorrida em 1900, organizada pela Sociedade Propagadora das Belas Artes, em comemoração ao quarto centenário do descobrimento do Brasil. Destacamos que Arthur Jaceguay, era o diretor do Museu Naval neste momento sendo também vice-presidente da Sociedade Propagadora das Belas Artes estando presente no ato de inauguração, no Liceu de Artes e Ofícios, em 7 de junho de 1900<sup>256</sup>. Entendemos que a participação do Museu Naval nesta exposição foi mediada por Arthur Jaceguay, o que demonstra seu interesse em divulgar esta instituição bem como evidencia as relações extra marinha que este possuía. O acervo do Museu Naval ocupou uma sala no térreo, onde figuravam as amostras de madeiras utilizadas na construção naval e modelos de navios. Peças que evidenciavam não apenas a história, mas principalmente a evolução técnica naval, objetos que se vinculavam

---

<sup>255</sup> Jornal de Commercio (RJ) 1 de dezembro de 1899 ed. 334 p.3

<sup>256</sup> Cidade do Rio (RJ) 5 de maio de 1900 ed. 105 p.2

à temática da exposição. À inauguração compareceram diversas autoridades e personalidades, entre as quais o Ministro da Marinha, Contra Almirante Pinto Luz, e o Presidente da República e o Arcebispo Cardeal Arcoverde<sup>257</sup>.

O retorno ao quadro de oficiais ativos da Marinha, por Arthur Jaceguay, estava em discussão no Senado no ano de 1900. Tal decisão foi positiva e Arthur Jaceguay retornou ao quadro ativo em outubro de 1900<sup>258</sup>. Solicitou sua exoneração do cargo de diretor da Biblioteca e Museu da Marinha em novembro, sendo então nomeado para a função de diretor da Escola Naval. Em seu lugar é nomeado o capitão-tenente João Maximiliano Algernon Sydney Schieffler, ficando poucos meses na direção, por motivo de óbito decorrente da febre tifóide<sup>259</sup>, sendo substituído pelo capitão-tenente João Augusto dos Santos Porto em fevereiro de 1901<sup>260</sup>.

A partir de 1900 tanto na RMB como nos relatórios da Biblioteca e Museu da Marinha e conseqüentemente, no RMM, passam a conter, com algumas exceções, de forma descritiva os itens que foram incorporados ao acervo com a identificação de seus doadores, sejam instituições ou indivíduos, o que dava publicidade bem como registrava tais nomes em uma publicação oficial. Fato que estimulava a realização de novas doações. Na RMB passou-se a publicar a relação dos objetos que entravam ao longo do ano, divididos em semestres, a depender da edição da revista.

No relatório da Biblioteca e Museu da Marinha referente ao ano de 1900, apresentado por João Augusto dos Santos Porto, este destaca que o Museu Naval havia sido aceito pela sociedade e que em decorrência de tal fato as doações de objetos realizadas para este mantinham em contínuo aumento sua coleção<sup>261</sup>. Também registra a soma de 8566 visitantes<sup>262</sup> anuais para o Museu Naval.

Santos Porto, agirá no intuito de ampliar a coleção do Museu Naval, evidenciando que seu entendimento era que para este concorriam objetos de toda gama que se relacionassem com o mar. Ele registra que

Desejando aumentar as coleções do Museu Naval, e querendo iniciar uma sessão de oceanografia da nossa costa lembrei-me de solicitar todo vosso interesse para que o encarregado de levar o material ao farol dos abrolhos consiga do faroleiro ou como melhor julgar, não só um bonito espécie de

<sup>257</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 8 de junho de 1900 ed. 159 p.1

<sup>258</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 11 de outubro de 1900 ed. 284 p.1

<sup>259</sup> A Notícia (RJ) de 14 / 15 de janeiro de 1901 ed. 12 p.2

<sup>260</sup> Circular n. 2 de 17 de fevereiro de 1901 da Biblioteca e Museu da Marinha para os chefes das repartições de Marinha e diretores de bibliotecas. ARQMAR 15479

<sup>261</sup> Ofício n. 20 de 24 de janeiro de 1901. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15479

<sup>262</sup> Ofício n. 20 de 24 de janeiro de 1901 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15479

chaperão [recife], como pequenos blocos de Coralinas, conchas, ovos de piloto e o mais que possa interessar ao fim que tenho em vista<sup>263</sup>.

Em relação a seu pedido teve como resposta o elogio de sua ação pelo Capitão do Porto, Capitão de Mar e Guerra Antônio Alves Câmara, bem como a remessa de seis ovos de aves do arquipélago de Abrolhos e o compromisso de tentar conseguir outros espécimes<sup>264</sup>. Vemos que o entendimento do que deveria estar naquela instituição, balizado pela previsão regulamentar possui nuances temáticas e de tipos a depender do entendimento de seus diretores. Ele continuará, durante toda sua direção, a solicitar objetos que julgava que deveriam ser encaminhados ao Museu Naval, bem como a receber diversas doações voluntárias.

O ano de 1901 marca a elaboração e impressão do primeiro catálogo do Museu Naval. Para a elaboração do mesmo, observamos a preocupação do diretor em que neste figurasse o máximo de informações descritivas sobre as peças. Por meio do ofício n. 22 de 25 de janeiro de 1901, o diretor expõe ao Ministro da Marinha que inúmeras peças de artilharia estavam sem descrição, e que seria adequado, visando a elaboração do catálogo, que a “repartição de artilharia designe pessoa idônea para fazer este serviço sem o qual ficará incompleto respectivo catálogo”<sup>265</sup>. Em fevereiro é divulgado no Jornal do Brasil que estava em andamento a organização de “catálogo numerado das relíquias existentes naquele museu, para apresentar ao sr. ministro da marinha”<sup>266</sup>. Na edição seguinte repete a nota mudando o termo relíquias para raridade<sup>267</sup>. Uma versão do catálogo é entregue ao Ministro da Marinha em 16 de fevereiro pelo diretor da Biblioteca e Museu da Marinha<sup>268</sup>. Inferimos ser a versão para aprovação deste e posterior divulgação.

Para além de sintetizar as informações das peças em único lugar, o catálogo divulgava a coleção, e como tal era utilizado por seu diretor que remetia cópias a outras instituições, comandantes de navios, inclusive estrangeiros e informava estar aberto a visitação o Museu Naval<sup>269</sup>.

<sup>263</sup> Ofício n. 10 de 21 de novembro de 1901 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Capitão do Porto do Estado da Bahia. ARQMAR 15479

<sup>264</sup> Ofício n. 918 de 5 de dezembro de 1901 do Capitão do Porto do Estado da Bahia à Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15462

<sup>265</sup> Ofício n. 22 de 25 de janeiro de 1901 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15479

<sup>266</sup> Jornal do Brasil (RJ) 12 de fevereiro de 1901 ed.43 p.2

<sup>267</sup> Jornal do Brasil (RJ) 13 de fevereiro de 1901 ed.44 p.1

<sup>268</sup> O Paiz (RJ) 17 de fevereiro de 1901 ed. 5976 p.2

<sup>269</sup> Ofício s/n de 14 de setembro de 1901 da Biblioteca e Museu da Marinha para o comandante da Divisão Naval Inglesa do Atlântico Sul. ARQMAR 15479

O catálogo foi distribuído já em março de 1901 para instituições e seções de imprensa variadas, como redações de jornais<sup>270</sup> e outras, o que evidencia que sua impressão ocorreu entre fevereiro e março.

O jornal A Notícia apresenta em sua edição 296, de 13/14 de dezembro, uma matéria sobre o Museu Naval em que apresenta um extrato<sup>271</sup> do histórico da instituição tal qual consta no catálogo e transpondo nesta uma seleção de obras. O que nos interessa é observar que para além do que consta no histórico do catálogo o redator fez a seguinte nota:

D'aquela data em diante ficou o Museu Naval franqueado ao público, que visitando-o poderá atestar como sabe a nossa marinha de guerra guardar com carinho as relíquias do seu passado glorioso e as tradições do seu acrisolado patriotismo, abnegação e sacrifícios em prol da nossa História Naval e da nossa Pátria.<sup>272</sup>

Na edição seguinte do mesmo jornal continua a reprodução das identificações das obras constantes no catálogo do Museu Naval. Finaliza a matéria dizendo que

[...] e muitos outros objetos e raridades que podem ser admirados pelo público, todos os dias, das 11 horas da manhã às 3 da tarde. É pois uma visita sempre interessante e instrutiva a que se fizer ao Museu Naval, onde se encontram os traços gloriosos da vida da Armada Nacional, por assim dizer referida pelos objetos que ali se acham e que representam a tradição viva da nossa heroica marinha de guerra.<sup>273</sup>

Observamos então o reconhecimento, por parte do editor, de ser esta uma visita que instrui o indivíduo a partir dos objetos que ali estão representando a história da Marinha e do país.

No catálogo consta um breve histórico sobre o Museu Naval. Cabe aqui voltar os olhos a este histórico. Neste, também observamos a ênfase que é dada a Arthur Jaceguay em relação a criação do Museu Naval que foi previamente mencionada. Outro ponto a destacar é que na construção cronológica do Museu, entre a inauguração ocorrida em 1884 e a anexação de 1890 consta a seguinte frase: "Posteriormente por exigências do serviço do Arsenal, foram retirados os objetos dos salões ocupados e espalhados em diferentes pontos" (Museu, 1901 p.5). Esta sentença, e aqui o sentido de sentença se apresenta de forma dupla, por mais que possa ser considerada verdadeira, com muitas ressalvas, provavelmente sentenciou a história do próprio museu. Nesta afirmação não consta data e nenhum outro contexto do fato, o que leva ao leitor a avaliar que realmente entre 1884 e 1890 o museu passou por uma desmobilização tendo seu acervo sido completamente

<sup>270</sup> Jornal do Brasil (RJ) 13 de março de 1901 ed.72, O Apostolo (RJ) de 16 de março de 1901 ed. 86 e A Notícia (RJ) de 19/20 de março de 1901 ed.66

<sup>271</sup> Destaque de partes de um texto sem realização de interpretações sobre.

<sup>272</sup> A Notícia (RJ) dezembro 13 - dezembro 14 de 1901 ed. 296 p.4

<sup>273</sup> A Notícia (RJ) dezembro 14 - dezembro 15 de 1901 ed. 297 p.4

separado, passando a imagem de existência da instituição. Por ser uma produção da própria instituição, ganha mais peso ainda sua assertiva. Em contraponto a isto está tudo que foi apresentado anteriormente nesta dissertação. Como visto, o acervo foi movimentado sim, mas em decorrência da união das repartições. E até a sua efetiva mudança, o acervo encontrava-se no prédio do Arsenal. O próprio inventário realizado em 1890 comprova que o momento em que ocorreu a ‘dispersão’ parcial do acervo foi apenas em 1890, quando da anexação à Biblioteca da Marinha e a impossibilidade de enviar todos os itens para o novo prédio. E observamos também, posteriormente, com o pleito da Escola Naval a remessa para esta de peças em 1896 e 1897. São esses momentos, até 1901, que se tem registro de saída de peças do acervo do Museu, considerando que em 1890 não houve saída material e sim apenas uma separação física, já que estas peças continuavam a pertencer ao Museu Naval. Assim, essa indicação cria uma falsa impressão em relação ao Museu Naval e sua trajetória. Sentença que se perpetuará nas atualizações do catálogo em 1905 e 1910.

Em seu relatório referente ao ano de 1901 o diretor registra o valor de 7573 visitantes<sup>274</sup> do Museu Naval e novamente destaca a inadequabilidade do prédio para a ocupação pela Biblioteca e Museu da Marinha, bem como enfatiza que além deste não atender as adequadas condições para o acervo, também a prejudicava pela sua localização. Segundo ele

Num recanto de um bairro comercial e muito fora de mão, a Biblioteca e o Museu da Marinha não atraem um número de consultantes e visitantes, em proporção as suas coleções. Embora com grande vantagem de ficar perto do Arsenal de Marinha, ela parece achar-se longe por não estar em seu caminho<sup>275</sup>.

O Ministro registra também esta situação em seu RMM e pondera que “Se esses dois estabelecimentos - Biblioteca e Museu - fossem situados em um local de mais fácil acesso, seria maior a sua frequência e o concurso de ambos aproveitado pela importância de suas valiosas coleções, que oferecem grande subsídio aos estudiosos” (RMM, 1902 p. 121). Bem como expõe que o atual edifício não possuía os elementos indispensáveis que seriam necessários à uma biblioteca e um museu.

Além da publicação dos objetos que eram doados ao Museu na RMB, esta passou também a possuir uma coluna denominada Museu Naval, em algumas de suas edições. Iniciando tal coluna no volume 41 de 1902, onde nos diz que “Sob o título <Museu Naval> esperamos oferecer aos leitores da *Revista* em todos os números a reprodução de um quadro de sua interessante galeria ou de qualquer objeto histórico digno de nota” (Porto,

<sup>274</sup> Ofício n. 128 de 31 de janeiro de 1902 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15479

<sup>275</sup> Ofício n. 128 de 31 de janeiro de 1902 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Ministro da Marinha. ARQMAR 15479

1902 p. 264). Não será em todas as edições que verificaremos essa coluna, mas o fato de incluírem informações, onde de forma descritiva e contextualizada apresentam itens da coleção do Museu Naval revela um interesse em dar a conhecer a esta coleção. A reprodução a que se referem, muitas vezes era por meio da descrição e contextualização e não por reprodução imagética, ainda que em alguns volumes esta possa se apresentar. Esta primeira coluna é assinada por S.P, que refere-se a João Augusto dos Santos Porto, o diretor da Biblioteca e Museu da Marinha a época<sup>276</sup>. Lembramos que a RMB era parte integrante da estrutura administrativa da Biblioteca e Museu da Marinha, sendo dirigida pelo diretor da repartição, e como tal, servia, para além das matérias publicada, como elemento divulgador de informações da Biblioteca e Museu da Marinha, como número de visitantes, doações e a própria coleção do Museu Naval. A divulgação de itens do acervo do Museu, principalmente as pinturas, nem sempre ocorriam sob tal coluna denominada Museu Naval, por vezes o próprio nome da pintura era o título da matéria, como ocorre na edição 45 de 1904 em que o título é *Divisão Volante* e nesta apresenta e reprodução do quadro e informações sobre a cena e sobre o doação.

Observamos não haver uma padronização em relação à apresentação das matérias que continham assuntos relativos ao acervo do Museu Naval na RMB. De todo modo esta tem grande relevância não só na divulgação das coleções do museu em seus respectivos anos, mas principalmente por nos dias atuais possibilitar acessar esse período.

Uma carta, sem autoria, é enviada à redação do jornal O Paiz e publicada em 24 de fevereiro de 1902. Nesta, com o objetivo de “lembrar ao governo e especialmente as altas autoridades da armada a conveniência de melhorar as atuais condições desse estabelecimento”<sup>277</sup>, fazendo referência ao Museu Naval, nos diz que tal era necessário fim que a Biblioteca e Museu da Marinha “preenchem o alcance patriótico de instituições tais, cuja importância, como elemento histórico, como foco de estudos e como exemplo sempre posto sobre as vistas e o espírito dos que aspiram as glórias marítimas, não há que encarecer”<sup>278</sup>.

Coloca ainda que

Localizado em sítio impróprio, afastado e apenas frequentado por gente do comércio durante o dia, o Museu Naval está longe de ser o centro de atração dos homens do mar e dos viajantes que nos visitam, dos que desejam buscar lições na história gloriosa da nossa armada, vivendo abandonado, desconhecido naquele recanto da Rua de Bragança, quando devia ser instalado nos salões ou nos pavimentos térreos do clube naval, convenientemente arranjados para fim tão elevado e digno<sup>279</sup>.

<sup>276</sup> Foi diretor de 17 de janeiro de 1901 a 15 de novembro de 1902.

<sup>277</sup> O Paiz (RJ) 24 de fevereiro de 1902 ed.6348 p.2

<sup>278</sup> O Paiz (RJ) 24 de fevereiro de 1902 ed.6348 p.2

<sup>279</sup> O Paiz (RJ) 24 de fevereiro de 1902 ed.6348 p.2

Aqui observamos a indicação do Museu Naval ocupar o térreo do Clube Naval, prédio que havia sido construído poucos anos antes (pedra fundamental em 1898) e inaugurado em 11 de junho de 1900 pelo Clube Naval.

Esta suscitação pela mudança já era algo anterior como visto, mas a indicação da ida da repartição para o prédio do Clube Naval começa a ganhar força nesse momento e se concretizará em 1907 como veremos.

Fato interessante a se destacar, abrindo um caminho, neste momento paralelo e retrocedente ao Museu Naval, é que as origens do Clube Naval remontam à fundação do Clube da Marinha em 1871 e do Círculo de Marinha em 1882. Em 1871 Arthur Silveira da Motta (Arthur Jaceguay) e Luiz Phelippe Saldanha da Gama haviam sido escolhidos como presidente e vice-presidente do Clube da Marinha. Posteriormente, já em 1882, foi realizada uma reunião, organizada pelo já muito mencionado, Almirante Arthur Jaceguay, na Biblioteca da Marinha, que fundou o Círculo da Marinha e definiu seu estatuto. O local de identificação da sede do Círculo da Marinha era a Biblioteca da Marinha. Em 12 de março de 1884, onze dias antes da inauguração do Museu Naval, funda-se também nos salões da Biblioteca da Marinha, o Clube Naval, que saiu da Biblioteca da Marinha para um prédio localizado na rua da Misericórdia (Rezenha, 1902 p. 826-829). Aqui observamos um contexto anterior ao estabelecimento do Museu Naval mas que se apresenta como subsídio para contextualizar um pouco os homens e organizações bem como suas relações com a Biblioteca, o Museu e o pensar dentro da Marinha. Como também já indicamos, em outros momentos, a importância de destacar alguns fatos não diretamente ligados ao caminho percorrido pelo museu se dá pelo fato deste se inserir em um contexto de época e quem está nele também estava pensando outras demandas e intenções no bojo da Marinha. Tantos outros serão os diretores da Biblioteca e Museu da Marinha que serão membros também do Clube Naval e demais instituições anexas a este. Para além de uma instituição recreativa, o Clube Naval, teve papel relevante em diferentes momentos, como na transição da monarquia para a república e seus anos iniciais.

Retornando ao nosso caminho, no contexto das comemorações anuais da Batalha Naval do Riachuelo, em 1902, observamos que, após as formalidades cerimoniais o Presidente da República visita o Museu Naval<sup>280</sup>. Tal evento foi noticiado pelos jornais, onde se registrou que “A todos os visitantes impressionaram, agradavelmente a catalogação dos livros e a disposição e classificação dos objetos, merecendo francos elogios o ilustre Capitão Tenente Santos Porto e seus dignos auxiliares”<sup>281</sup>. Na RMB observamos como se

<sup>280</sup> Fato mencionado em diferentes jornais, a exemplo: O Paiz (RJ) 08 de junho de 1902 ed. 6452 p.1; A Notícia (RJ) junho 7 - junho 8 de 1902 ed. 134; Gazeta de Notícias (RJ) 11 de junho de 1902 ed. 162; Cidade do Rio (RJ) 11 de junho de 1902 ed. 213; e Gazeta de Notícias (RJ) 12 de junho de 1902 ed. 163.

<sup>281</sup> O Paiz(RJ) 12 de junho de 1902 ed.6456 p.1 e Cidade do Rio (RJ) 12 de junho de 1902 ed. 214 p.1

deu a visita, onde “Percorrendo todo o museu, S.Ex. teve a oportunidade de apreciar as raridades e recordações históricas que ele possui” (Noticiário, 1902 p. 1572). Neste mesmo dia se apresentou a exposição da coleção conchiológica de Henry Leonardo, que a cedeu para ficar em exposição no Museu Naval. Posteriormente, esta coleção que estava em caráter de empréstimo será adquirida pelo governo.

O diretor da Biblioteca e Museu da Marinha, Santos Porto, solicitado a avaliar as pinturas no atelier do pintor de marinhas Luiz da Silva Ribeiro Filho, que este oferecia a venda ao Ministério da Marinha, aproveita, para além de suas considerações formais sobre as mesmas, destacar um importante ponto em seu ofício resposta ao Ministro da Marinha. Para além de ponderar quanto à aquisição de tais pinturas que somavam 10:000\$00 este reapresenta um orçamento no valor de 4:000\$00, enviado em janeiro de 1902<sup>282</sup>, para a restauração das pinturas já existentes no Museu Naval. Ele, astuciosamente, aponta que

Os quadros que possuem o Museu Naval de grande valor artístico assinados como são por Victor Meirelles e de Martino precisam ser restaurados na maior parte e alguns envernizados. [...] Convicto como estou de que é inadiável a restauração dos quadros no Museu, restauração que cada vez mais se impõe, pois num dele já começou a descascar a tela parece-me que antes de qualquer aquisição para enriquecer a galeria do Museu, deve-se restaurar os que o mesmo possui e que são de considerável valor<sup>283</sup>.

A resposta do Ministro da Marinha ao que foi apresentado se resume em dizer não haver verbas para a aquisição das obras e “[...] quanto à restauração dos que de vos ocupastes, pertencentes ao museu a vosso cargo, autorizo vos as dar as necessárias providências, não excedendo, porém a despesa a quantia de dois contos de réis”<sup>284</sup>. Assim o ministro autoriza um gasto inferior ao orçamento realizado, mas dedicando alguma verba para tal, que não constava previsto em verba orçamentária como veremos no Capítulo 4. Entretanto registramos que neste momento, com a liberação da verba serão restaurados seis quadros do museu a um custo de 1:500\$00<sup>285</sup>.

Sobre a restauração realizada neste ano, esta novamente teve a orientação consultada a Academia de Belas Artes, tendo sido o restaurador João José da Silva quem forneceu o orçamento para a realização de serviços em 20 quadros<sup>286</sup>. Neste momento destacamos em especial a preocupação com as pinturas de Victor Meirelles, sendo inclusive

<sup>282</sup> Ofício n. 127 de 27 de janeiro de 1902 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15479.

<sup>283</sup> Ofício n. 162 de 10 de junho de 1902 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15479.

<sup>284</sup> Ofício n. 752 do Ministro da Marinha a Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15453.

<sup>285</sup> Ofício n. 217 de 13 de novembro de 1902 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15481

<sup>286</sup> Ofício n. 127 de 27 de janeiro de 1902 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15479

o próprio autor informado e solicitado a dar sua opinião sobre a necessidade e procedimentos a serem realizados nos quadros de sua autoria<sup>287</sup>.

No relatório referente ao ano de 1902 o diretor registra a estatística de 6856 visitantes para o Museu Naval e continuam as indicações referentes às condições prediais registrando que a “grande umidade prejudica os quadros do Museu Naval”<sup>288</sup>. O relatório é enviado pelo Capitão de Fragata Cândido Floriano da Costa Barreto que assumiu em novembro de 1902 a direção após a saída do capitão tenente Santos Porto que assumiu “como subchefe da casa militar do senhor presidente da República”<sup>289</sup>. Neste relatório também se registra, que para além dos livros, estavam os objetos da Biblioteca e Museu da Marinha assegurados contra incêndio por um valor total de 500:000\$00 e cuja vigência da apólice terminaria em março de 1903. Verificamos que o seguro foi renovado para o ano de 1903<sup>290</sup>. Bem como a efetiva realização do serviço de restauração, por João José da Silva em um total de seis quadros<sup>291</sup>.

No RMM, referente a 1902, dadas as condições já conhecidas e constantemente relatadas, o ministro é mais enfático quanto à necessidade da mudança para outro prédio que atendesse as necessidades da Biblioteca e Museu da Marinha.

O Ministro da Marinha indica que

A remoção destes dois estabelecimentos para um próprio nacional é uma necessidade que se impõe, logo que a Administração se desobrigue de compromissos mais urgentes que reclamam a primazia da oportunidade. Transferil-os para outro prédio, de aluguel, em melhor local e de mais fácil acesso, seria medida aconselhada, se a isso se não opusesse a dificuldade de encontrar um edifício nessas condições (RMM, 1903 p. 77).

Destaca neste relatório as dificuldades financeiras e de encontrar algum prédio que atendesse a todas as especificidades demandadas. Em seu próximo relatório, o Ministro da Marinha, Julio Cesar de Noronha, é mais preciso em relação a essa sugestão de mudança. Ele apresenta desta vez uma possibilidade efetiva para a concretização da mudança sugerida, pelo aspecto financeiro. Indicando a possibilidade de alienação dos prédios do Conselho Naval e da própria Biblioteca para subsidiar a aquisição de novo prédio (RMM, 1904 p. 78).

---

<sup>287</sup> Carta s/n de 17 e julho de 1902 da Biblioteca e Museu da Marinha a Victor Meirelles de Lima. ARQMAR 15479.

<sup>288</sup> Ofício n. 62 de 24 de janeiro de 1903. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15480

<sup>289</sup> Ofício n. 62 de 24 de janeiro de 1903. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15480

<sup>290</sup> Ofício n. 11 de 15 de janeiro de 1903 da Contadoria da Marinha para a Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15463.

<sup>291</sup> Ofício n. 11 de 15 de janeiro de 1903 da Contadoria da Marinha para a Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15463.

O diretor, capitão tenente reformado Carlos Vidal de Oliveira Freitas que assume em junho de 1903, em seu o relatório referente a este ano relaciona todos os objetos que ingressaram na coleção do museu, prática a ser seguida nos anos seguintes, bem como diz em relação ao Museu Naval que

A sua situação ainda mais desvantajosa que a da biblioteca: é extremamente úmido dito pavimento, e más condições para a conservação das telas que possui, pois, a poeira, a míngua de luz e de fraca ventilação entretém os inconvenientes resultantes da umidade. [...] Seria de toda a conveniência que se dispusesse de uma verba para conservação e limpeza das telas e das armas existentes, bem como para aquisição de objetos históricos navais, que se acham espaços pelo litoral e que com pequenas despesas poderiam ser recolhidos ao Museu<sup>292</sup>.

Os problemas prediais só se agravavam com o tempo. E que apesar do Museu ter sido ampliado e melhor organizado, ainda se via como não sendo adequada sua localização alí. E além desse aspecto o diretor ressalta que era necessário destinar verba ao Museu tanto para sua conservação como para a ampliação de sua coleção por meio de compra. O Museu continuava a receber inúmeras doações, dos mais variados tipos de objetos, durante todos os anos após 1898, bem como a ter objetos encaminhados pelo Ministro da Marinha, mas não havia verba para adquirir determinados itens que este julgasse que lá deveriam figurar e estivessem disponíveis por meio de aquisição direta.

A intenção de compra de algum item passava pelo crivo e autorização, com a respectiva previsão e destinação de verba, pelo Ministro da Marinha, que diante do orçamento naval avaliava a possibilidade ou não da aquisição ou inclusão, seja por ele ou outrem, desse gasto para o próximo exercício financeiro. A exemplo temos a aquisição da coleção de conchas que estava em exposição no Museu Naval desde 1901. Cujas propostas foram apontadas e passaram em discussão pela Câmara dos Deputados, onde houveram vários questionamentos da utilidade e vinculação desta ao Museu Naval. O proponente da emenda orçamentária, Sr. Francisco de Sá, diz em sessão ocorrida em 16 de outubro de 1903 na Câmara dos Deputados, que vislumbrou essa necessidade de gasto após realizar visita, com a Comissão de Orçamento, ao Museu Naval. Ele coloca que

Este estabelecimento é um daqueles que mais honram a organização dos nossos institutos de ensino em nossa marinha de guerra e uma das sessões que mais demoradamente se deteve nossa visita, foi justamente aquela que se achava a opulenta coleção de conchas. Ora Sr. Presidente, o estudo das conchas é do maior alcance para o estudo da oceanografia, que é tão preciso para a educação dos nossos marinheiros. Já existindo essa coleção, vendo a sua opulência, foi para nós motivo de verdadeiro pesar saber que ela não era propriedade do Museu Naval, porque há muitos anos ele deseja uma verba para poder adquiri-la. Por mais adiável que pareça essa

---

<sup>292</sup> Ofício n. 79 de 16 de janeiro de 1904. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15482.

despesa, ela não se compara com a vantagem que poderá ter a sua adoção (Brasil, 1904a p.421).

Aqui também destacamos o entendimento do Museu Naval como um lugar que favorecia a formação, o ensino, sendo identificado pelo redator como “[...] um dos melhores institutos de ensino” (Brasil, 1904a p.421).

Neste ano o diretor não apresenta os valores referentes a visitação da repartição, entretanto ao se compilar os valores registrados mensalmente em livro administrativo<sup>293</sup>, chegamos a um total de 3696 visitantes.

Assim como ocorrido em 1889, com a determinação de envio de chapas testes para couraça de navio ao Museu Naval, como provas testemunhais da melhor escolha realizada, vemos acontecer similar ação em 1904. Quando da descoberta, pelo Almirante Alvaro Alberto, da pólvora sem fumaça, foram realizados testes de eficiência. Foi realizada uma experiência em chapa de aço preparada, apoiada em um pranchão de madeira de peroba, sendo a chapa perfurada e o pranchão atingido. O Ministro da Marinha, Vice Almirante Julio de Noronha “[...] satisfeito com esse resultado, mandou recolher ao Museu Naval a placa e o bloco de peroba perfurados”<sup>294</sup>. Assim verificamos que se mantinha o entendimento do Museu Naval não só como local do registro histórico pretérito, mas como espaço para o registro dos avanços técnicos e científicos da Marinha, que futuramente serviriam de testemunho de um tempo.

No ano de 1904 observamos que a necessidade de saída da Biblioteca e Museu da Marinha do prédio na Rua Conselheiro Saraiva, não era só dela. Outras repartições que ocupavam prédios na mesma rua apresentavam situação ainda pior, pelo aspecto de condições prediais. Desta forma, o Ministro da Marinha em seu RMM, de 1904, indica a necessidade de transferência do Conselho Naval, Carta Marítima e Auditoria da Marinha que estava condenado e em ruínas. Ressalta também que a rua Conselheiro Saraiva passaria por obras, visando sua ampliação, o que reduziria a área efetiva dos prédios que nela se encontravam. O Ministro ainda ressalta que a alienação deste edifício em conjunto com o da Biblioteca e Museu auxiliaria ao erário público possibilitando a aquisição de novo prédio (RMM, 1905 p.76). A junção da necessidade de mudanças de outras repartições militares à demanda realizada pela Biblioteca e Museu bem como a obra que cortaria parte dos prédios possibilitou a efetiva mudança para sua nova localidade. Em específico sobre o Museu Naval, relacionou no RMM apenas os objetos incorporados em sua coleção.

Outro fator que auxiliou evidenciando ainda mais a necessidade de transferência das repartições da Marinha foi a ocorrência de um incêndio em um edifício próximo ao Conselho

---

<sup>293</sup> Registros constantes em ARQMAR 15481.

<sup>294</sup> O Paiz (RJ) de 29 de agosto de 1904 ed. 7265 p.2.

Naval e Carta Marítima. Por sorte e pelo trabalho de extinção do incêndio realizado, o prédio da Biblioteca e Museu da Marinha não sofreu danos<sup>295</sup>.

Destacamos também uma publicação em uma revista denominada O Commentário, cujo redator era Ferreira da Rosa. Em sua edição publicada em março de 1904 ele faz seus comentários sobre o Museu Naval, cabe nos determos um pouco no que este nos diz. Inicia o texto historicizando o museu e mencionando já ter tido este duas inaugurações e indica que “não será muito pensar em uma terceira inauguração tal estado em que atualmente se acha” (Rosa, 1904 p.206). Em sua retrospectiva pontua as principais datas, que já foram nesta dissertação indicadas, 1868, 1884, 1890 e 1898 como os momentos relevantes do Museu Naval. Tece algumas considerações acerca da exposição e do catálogo. Cabe aqui evidenciar que este registra que a ordenação das peças expostas não condiz com a sequência do catálogo, o que segundo ele dificulta a adequada identificação. Quanto a conservação das obras do museu destaca a presença de fungos, colocando que “Vêem-se quadros, gravuras, cobertos de bolor, recamadas de cogumelos” (Rosa, 1904 p. 208). E registra algo que até então não se depreende na documentação da repartição.

O que, porém, mais escandaliza quem visita o Museu de Marinha, com certo amor à história e às relíquias da sua pátria são os testemunhos dolorosos da passagem por ali de uma qualquer mão iconoclasta, derrubando coroas e mais vestígios da época imperial. Isto é um crime que só nos admiramos de não ter sido ainda reparado por um governo inteligente. Do alto da moldura que cerca o quadro da passagem de Humaitá arrancaram a coroa simbólica da monarquia e sobre o escudo assim mutilado colocaram uma estrela! Do alto da moldura que cerca o quadro representando a chegada da fragata *Constituição* ao Rio de Janeiro, com a Imperatriz, em 3 de março de 1843, quebraram o remate que de certo era formado pelas armas imperiais! [...] uma litografia com o retrato do Barão do Amazonas, cercado de alegorias pomposas ao seu feito de guerra, [...] pois bem, do alto dessa litografia foi raspada a coroa imperial ou as armas imperiais, e sobre a raspadura feita por mão criminoso imperita a protervia desenhou um polígono estrelado! (Rosa, 1904 p.208).

Este registra uma ação, não incomum, de tentativa de apagamento dos vínculos ao regime político prévio quando de uma ruptura a este regime. Até 1907 as pinturas ainda encontravam-se com “[...] suas molduras inteiramente mutiladas desde o tempo do fanatismo republicano, que não consentiu perdurar nelas o escudo da Monarquia”<sup>296</sup>. Atualmente observamos na moldura da obra chegada da fragata *Constituição* ao Rio de Janeiro de Eduardo de Martino, que não podemos precisar ser a original ou não, mas possivelmente sim, a recolocação das armas Imperiais. Em relação ao quadro retratando a passagem de Humaitá não há especificação de autoria, por parte do autor do texto Ferreira da Rosa, havendo mais de um autor com o mesmo tema na coleção. Em relação ao de

<sup>295</sup> O Paiz de 21 de outubro de 1902 ed. 7318 p.2

<sup>296</sup> O Seculo (RJ) 22 de fevereiro de 1907 ed.159 p.2 / Jornal Official (ES) 2 de março de 1907 ed. 48 p.1

autoria de Victor Meirelles, podemos observar na Figura 01 a recolocação do brasão imperial, que consta atualmente na moldura.

A matéria, elaborada com muitas críticas e tom ácido, registra uma perspectiva negativa do Museu Naval mas registra corretamente seus marcos históricos e evidencia os problemas em relação a conservação que tanto os diretores indicavam em seus ofícios e relatórios.

Seguindo, em 1905, após algumas mudanças de direção, assumiu a função de diretor o Capitão Tenente Henrique Boiteux<sup>297</sup>. Ele envia o relatório relativo ao ano de 1904. Ele coloca que “Sem ar e sem luz, não pode ser conservado valioso cabedal científico e artístico que neste próprio nacional se contém. Impõe a sua mudança para que sejam conservados as preciosidades que nela estão guardadas”<sup>298</sup>. E aqui ampliamos que o entendimento de cabedal científico não se limitava às obras bibliográficas, mas incluía também aos objetos do museu. Ele continua apresentando suas observações e nos diz especificamente sobre o Museu Naval que as obras continuavam a sofrer com essas condições. Bem como segue, assim como seus antecessores, apresentando as peças que ingressaram no acervo e as estatísticas da Biblioteca e Museu da Marinha. Neste relatório não apresenta o valor anual de visitantes, mas sim o mensal. Em relação a tal fato, cabe destacar que em três meses ocorre um diferença de 1 a 2 visitantes entre o registro mensal constante nos livros administrativos e o constante no relatório, para mais e para menos que no final dará uma diferença de um visitante no total. Assim a soma dos registros constantes no relatório do diretor resulta em 4605, enquanto a soma dos registros do livro administrativo<sup>299</sup> soma 4604 visitantes.

Em 1905 ocorre ampliação e reedição do catálogo impresso em 1901, mantendo a mesma estrutura do anterior, inserindo os itens que ingressaram na coleção do Museu Naval desde 1901 e relacionando nominalmente os diretores entre 1889 e o momento que foi organizado e mandado para impressão. Este foi um ano com muitas mudanças de diretor, com cinco nomeações, tanto interinos como regulares. Foram eles o Capitão de Fragata João Pereira Leite (11 de janeiro- 5 de fevereiro); Capitão Tenente Carino da Gama de Souza Franco (5 de fevereiro- 28 de abril); Capitão Tenente José Fructuoso Monteiro da Silva (28 de abril - 8 de maio); Capitão Tenente Alfredo Pinto de Vasconcellos (8 de maio - 14 de agosto); e o Capitão Tenente Henrique Boiteux (a partir de 14 de agosto)<sup>300</sup>. Destacamos nominalmente neste momento os diferentes diretores por ser um ano atípico

<sup>297</sup> Henrique Boiteux terá três períodos enquanto diretor da Biblioteca e Museu da Marinha.

<sup>298</sup> Ofício s/n de 4 de setembro de 1905. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15482.

<sup>299</sup> Registros constantes em ARQMAR 15482

<sup>300</sup> Registros da passagem de direção constante em ARQMAR 15482.

em termos de quantitativo de mudanças e fim facilitar a compreensão quando da indicação de algum desses nomes.

O catálogo marca como último diretor em 1905 o capitão tenente Carino da Gama de Souza Franco que ficou entre fevereiro e abril de 1905, sendo então neste período que o catálogo é impresso.

O Museu Naval era reconhecido por instituições congêneres, havendo troca de ofícios e solicitações, como podemos observar na solicitação realizada pela diretoria do Museu Amazonense Jardim Zoológico e Botânico do Estado do Amazonas. Em 8 de abril de 1905 solicitam, com objetivo a sua organização, que se iniciava, doações<sup>301</sup> de objetos do Museu. Objetivavam estabelecer uma reciprocidade entre doações de acervo vinculados a história natural. Inferimos que por ser um museu em organização o mesmo texto deste ofício tenha sido encaminhado a outros museus do país, mas a relevância é incluir o Museu Naval dentre as instituições que vislumbrava uma parceria. E não era de todo estranho a busca de acervo de história natural no Museu Naval, uma vez que o mesmo apesar de vinculado a história dos feitos da Marinha, possuía acervo que se enquadrava também em outras classificações, como ciência natural, antropologia, científico.

Neste ano a cidade do Rio de Janeiro começou a passar por obras estruturais, o que afetaria a rua e o prédio em que estava a Biblioteca e Museu da Marinha. Em 4 de maio de 1905 a clarabóia do prédio da Biblioteca e Museu da Marinha é “atingida por fragmentos de pedra de uma pedreira que estão arrebentando no Morro de São Bento; produzindo pequenos estragos, porém de urgentes reparos por achar-se a mesma claraboia sobre um quadro de grande valor”<sup>302</sup>. Fato que ocorreu mais de uma vez e cujos reparos eram realizados pelo engenheiro responsável da obra, entretanto o diretor, Capitão Tenente Alfredo Pinto de Vasconcellos, registra em ofício que

Acontece que este fato tem se dado em horas do expediente; mas, dando-se fora dessas horas não se dando as providências necessárias e imediatas, chovendo, vem prejudicar os quadros das batalhas de Riachuelo e passagem de Humaitá, que ficam embaixo das citadas claraboias, sendo de toda a conveniência uma medida qualquer que ora vos solicito a respeito<sup>303</sup>.

Além dos danos causados pelos fragmentos de rocha, a própria chuva danificava também os vidros, para além da infiltração que já ocorria naturalmente pela construção da

---

<sup>301</sup> Ofício n. 36 de 8 de abril de 1905 da Diretoria do Museu Amazonense Jardim zoológico e Botânico do Estado do Amazonas para a Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15464

<sup>302</sup> Ofício n. 19 de 4 de maio de 1905 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15482.

<sup>303</sup> Ofício n. 26 de 15 de junho de 1905 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15482.

clarabóia e do telhado. Em pedido realizado ao inspetor do Arsenal de Marinha da Capital Federal observamos que

Precisa-se de ordem de V. Exa. para que pela oficina competente desse arsenal, seja consertada com urgência, uma das claraboias desta repartição que, com a chuva torrencial de ontem, partiram-se alguns vidros, que deixou cair água sobre os objetos do Museu Naval<sup>304</sup>.

Como exaustivamente constatado, a maior causa de danos e degradações ao acervo como um todo, era decorrente das condições do próprio prédio. Tanto pela ocorrência de danos a este, principalmente em relação ao telhado e clarabóia, mas também pela relativa demora no reparo das demandas prediais. A exemplo, a solicitação acima apresentada de reparo na clarabóia é realizada em 13 de novembro de 1905 e a resposta da determinação do conserto, e aqui não significa efetivo início deste, ocorre em 21 de dezembro de 1905<sup>305</sup>.

Neste ano, 1905, então é decidida a alienação do atual prédio da Biblioteca e Museu da Marinha assim como dos ocupados pela Carta Marítima e Conselho Naval<sup>306</sup> e a compra do prédio do Clube Naval para que estes lá ocupassem. A lei de fixação de despesa para o ano de 1906 prevê em seu Art. 7º, parágrafo 3º a autorização de

Despender até a quantia de 700:000\$ na compra do edifício pertencente à Associação do Clube Naval para nele instalar os seguintes ramos do serviço público: Conselho Naval, Auditoria da Marinha, Carta Marítima, Biblioteca e Museu Naval, transferindo estas repartições dos prédios da rua Conselheiro Saraiva, onde se acham, os quais passarão nesse ato para o Ministério da Fazenda a fim de serem vendidos a quem mais der (Brasil, 1905a Art. 7).

Em seu relatório anual, referente a 1905, Henrique Boiteux registra que a mudança do prédio retiraria uma carga sobre os acervos e que ficando em local mais adequado se tornaria necessário a atribuição de um responsável por este visando sua melhor conservação.

Uma vez que vai ser transferido para lugar próprio, deixam de existir os inconvenientes de sua permanência no local em que atualmente se acha e que tem sido assunto tratado em relatórios anteriores. Julgamos que uma vez instalado no novo edifício, tornam-se necessárias as providências que tenham por fim a melhor conservação do monumento artístico que encerra. Assim a nomeação de um comissário a quem fosse carregado o todo do valioso cabedal que existe composto de quadros, coleções numismáticas, conchiológicas, apetrechos bélicos, de construção que fazem o histórico da nossa Marinha, melhor garantiriam de que como atualmente, sob a guarda e vigilância de um porteiro<sup>307</sup>.

<sup>304</sup> Pedido s/n de 13 de novembro de 1905 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15482

<sup>305</sup> Ofício n. 387 de 21 de dezembro de 1905 da Secretaria do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro a Biblioteca e Museu da Marinha 15464.

<sup>306</sup> Correio da Manhã (RJ) de 25 de julho de 1905 ed. 1475 p.1

<sup>307</sup> Ofício n. 180 de 2 de abril de 1906 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15482.

Quando ele menciona o termo carregado, faz referência à responsabilidade material dos itens, prevista em inventário. Neste relatório também sugere a consignação de uma verba para uma rotina de verificação e realização de ações de restauração dos quadros. Bem como indica que:

Outra medida a adotar-se é a de tornar obrigatória aos navios que em viagens pela nossa costa e mesmo as capitânicas e outras repartições da Marinha da aquisição de objetos que digam respeito às construções usadas, aos artefatos de pesca e outros que se relacionam com a vida marítima e fluvial; só assim em futuras exposições poderíamos apresentar o contingente que ensine a história da nossa arte haliêutica<sup>308</sup>.

Vemos, novamente, a intenção de que no Museu Naval mantivesse não só itens ligados diretamente ao meio militar naval, mas sim ao que se relacionasse com os rios e mares. Seja de origem natural, seja pelas ações do homem neste meio.

O Ministro em seu RMM não inclui tais sugestões em seu texto. Registra que a Biblioteca e Museu da Marinha mudaria de prédio e, especificamente sobre o Museu Naval, registra apenas os itens que foram incluídos na coleção.

Em relação às estatísticas referentes ao ano de 1905, estas constam no relatório da Biblioteca e Museu da Marinha tal como o ano anterior, apresentado por meses. Neste os valores registrados no livro administrativo<sup>309</sup> são convergentes aos que foram incluídos no relatório do diretor, com exceção do mês de março que consta registrado 344 e no relatório 314, que devido a letra manuscrita, pode-se incorrer neste equívoco. Desta forma há uma diferença de 30 números em relação aos totais somados. O quantitativo em relatório do diretor soma 4528 e o total mensal no registro respectivo somam 4558 visitantes. Neste ano observamos uma nota em que A Gazeta de Notícias (RJ) registra que em abril de 1905 o Museu Nacional teve a visita de 2135 pessoas e o Museu Naval no mesmo período por 413<sup>310</sup>. Estes valores nos servem para ponderar que ainda que de certa forma seja uma diferença grande entre a visitação destas instituições a visitação mensal do Museu Naval, considerando suas particularidades e características, tinha certa expressividade.

No correr dos anos conseguimos observar as diferentes doações que eram realizadas, a maioria com objetos pessoais bem como pinturas e elementos de navios. No ano de 1906 continuamos a ver que se dava lugar ao que denominou-se coleção de oceanografia. Neste ano, novamente vindo da Bahia, recebia o Museu elementos de origem biológica. Henrique Boiteux, ao agradecer o envio de tais itens nos diz que foram enviados,

---

<sup>308</sup> Ofício n. 180 de 2 de abril de 1906 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15482. Arte haliêutica diz respeito à pesca.

<sup>309</sup> Registros constantes em ARQMAR 15482

<sup>310</sup> Gazeta de Notícias (RJ) de 7 de maio de 1905 ed. 127 p.5

além de “[...] dois modelos de embarcações usadas no tráfego do Porto da Bahia e um osso de baleia”<sup>311</sup> outros itens de fauna, flora e minerais<sup>312</sup>.

Em março de 1906 o prédio continuava a ser atingido, janelas e clarabóias, e ameaçado pelos fragmentos e pedras que eram deslocadas com o uso de dinamite no morro de São Bento<sup>313</sup>. Bem como o acúmulo de areia e resíduos na base do morro faziam com que a água da chuva não escoasse, ficando represada e infiltrando-se pelas paredes<sup>314</sup>.

A obra em andamento no morro de São Bento era decorrente da abertura de uma rua, na base do morro, aos fundos dos prédios. O trabalho realizado consistia em cortar o morro e o separar dos fundos dos prédios com a criação de uma passagem. “A rua, que terá 13,20m de largura, e 270m de extensão [...] Falta abrir um trecho de 63m, exatamente numa ponta da grande pedreira do morro de S. Bento”<sup>315</sup>. Esse era o andamento da obra em março de 1906. Obra que integrava todo um conjunto de reformas em andamento por toda a cidade, conduzidas pelo prefeito Pereira Passos.

Sobre a mesma obra o Correio da Manhã (RJ), em 20 de maio de 1906, nos diz que:

Com a abertura da nova rua, da Prainha para Primeiro de Março, a comissão construtora da Avenida Central está demolindo parte do vetusto casarão onde funciona a Auditoria de Marinha e Museu Naval. Quem por infelicidade ali penetrar, fugirá cheio de mágoa e coberto de poeira. De mágoa por ver o estado a que vão ficando os aparelhos de náutica abandonados a inclemência do pó, que em densas nuvens vai invadindo todos os recantos do edifício<sup>316</sup>.

A rua que estava sendo aberta é a atual Rua Dom Gerardo, que hoje localiza-se na base do morro de São Bento, por trás dos prédios cuja frente volta-se à Rua Conselheiro Saraiva. Atualmente, o prédio ocupado pela Biblioteca e Museu da Marinha não existe mais, estando em seu lugar um estacionamento. Na Figura 12 observamos, a quadra que era ocupada pelas repartições da Marinha no início do século XX, nos dias atuais. O prédio todo branco marca o local onde esteve a Biblioteca e Museu da Marinha quando de numeração 10 e 12 e que posteriormente teve seu número alterado para 20 e 22, sendo esta a numeração atual deste estacionamento.

---

<sup>311</sup> Ofício n. 157 de 6 de março de 1906 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Capitão do Porto da Bahia. ARQMAR 15482

<sup>312</sup> Ofício n. 161 de 13 de março de 1906 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Capitão do Porto da Bahia. ARQMAR 15482

<sup>313</sup> Ofício n. 207 de 9 de maio de 1906 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15482.

<sup>314</sup> Ofício n. 167 de 16 de março de 1906 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15482.

<sup>315</sup> O Paiz (RJ) 5 de março de 1906 ed. 7848 p. 1

<sup>316</sup> Correio da Manhã 20 de maio de 1906 ed. 1773 p.2

Figura 12 - Rua Conselheiro Saraiva - 2025



Fonte: fotografia da autora em dezembro de 2025

A preocupação com as condições do acervo, ainda mais com o andamento das obras no entorno era presente e em junho do mesmo ano, observamos um pedido de apoio de destaque de quatro homens para realizar a higienização das peças de armamento e demais objetos do Museu<sup>317</sup>. Bem como em julho apresenta a proposta do pintor Carlos Balliester “[...] para encarregar-se da limpeza, envernizamento e colocação dos quadros existentes nesta Biblioteca e Museu e que devem ser transferidos para o novo edifício”<sup>318</sup>. A realização dos pedidos não significa considerar que foram atendidos, mas evidencia a constante preocupação que se tinha com os objetos do Museu por parte da direção deste.

A mudança de prédio é informada em 19 de setembro de 1906 quando o Ministro da Marinha determina ao diretor da Biblioteca e Museu da Marinha que “Providenciari a fim de que a repartição ao vosso cargo seja mudada para o edifício que pertenceu ao Clube Naval e foi adquirido por este ministério”<sup>319</sup>. Em outubro Henrique Boiteux deixa a direção, assumindo o Capitão de Corveta Henrique Adalberto Thedim Costa<sup>320</sup>. Este registra em seu relatório anual, o corte que o prédio sofreu aos fundos e que resultou em uma nova fachada, mas como vimos publicado em jornal, também causou grande acúmulo de poeira aos objetos, com a dificuldade de mantê-los adequadamente limpos durante o andamento da obra. Ele destaca positivamente esta obra, dizendo que “O afastamento da fralda do Morro

<sup>317</sup> Ofício s/n de 4 de junho de 1906 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Capitão de fragata Francisco José Marques da Rocha. ARQMAR 15482

<sup>318</sup> Ofício n. 237 de 10 de julho de 1906 da Biblioteca e Museu da Marinho ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15482

<sup>319</sup> Ofício de 19 de setembro de 1906 do Ministro da Marinha para a Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15453. O cabeçalho do ofício está cortado, não sendo possível verificar o número deste.

<sup>320</sup> Ofício n. 1 de 27 de outubro de 1906 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Contador da Marinha. ARQMAR 15482

de S. Bento fel-o mais abundante de ar e de luz e, certo concorrerá para o desaparecimento da umidade, um dos males de que deve estar completamente isento um estabelecimento como este<sup>321</sup>. Destaca que outros problemas da localidade, como o ruído dos carros e carroças, haviam também sido minimizados com o alargamento da rua e calçamento bem como abertura de outras vias. Registra que o problema que continuava a existir no prédio era o de espaço.

A falta que se a figura mais sensível é a de espaço não só para o que se reclama com a biblioteca como ainda mais para o museu que muito merece pelas preciosidades que encerra. [...] O aproveitamento do prédio contíguo em que funcionaram a Carta Marítima, Auditoria e Conselho Naval traria reais vantagens para esta repartição na hipótese de não efetuar a sua mudança para o edifício que pertence ao Club Naval e foi adquirido pelo Ministério da Marinha<sup>322</sup>.

A ponderação, feita no relatório que é enviado em janeiro de 1907, em que sugere ocupar o prédio contíguo ao da Biblioteca e Museu da Marinha caso não vá o Museu Naval para o prédio do Clube Naval é de certa maneira contraditória, considerando que já havia ordem para a mudança desde setembro de 1906. Desta forma, pode ter ocorrido alguma alteração na ação efetiva para a mudança que não consta na documentação consultada. Já que em janeiro de 1907 o Museu Naval ainda estava no mesmo prédio e o diretor ainda considerava como uma possibilidade que poderia não ser realizada. De toda forma sabemos que o Museu Naval irá em 1907 para este outro prédio.

Continua seu relatório registrando que a Biblioteca e Museu da Marinha continuava assegurada contra incêndio, mas reforça a ideia sugerida por Arthur Jaceguay da parede que deveria ser construída entre o prédio da Biblioteca e Museu da Marinha e o contíguo em que haviam estabelecimentos comerciais. E reforça, especificamente no tópico Museu que este

É um depósito precioso que infelizmente, aglomerado como está, em consequência do espaço insuficiente disponível ao museu, não produz ao visitante a impressão que causaria se estivesse disposto de modo mais artístico. Além do espaço acanhado para abrigar tanto cabedal, é patente a falta de outros requisitos exigidos por estabelecimentos da ordem d'este<sup>323</sup>.

Este registro evidencia que Thedim Costa entendia que a instituição a seu cargo não estava, comparativamente, de acordo com o que se espera de um museu. Reconhecendo o valor de sua coleção evidencia que a maneira como estava exposto o acervo não era atrativa esteticamente e que a exiguidade espacial era a primeira promotora dessa limitação.

<sup>321</sup> Ofício n. 60 de 18 de janeiro de 1907 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006 p.1

<sup>322</sup> Ofício n. 60 de 18 de janeiro de 1907 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006 p.2

<sup>323</sup> Ofício n. 60 de 18 de janeiro de 1907 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006 p.5

Ele aponta também a necessidade de maior espaço e luz para a adequada admiração das grandes pinturas bem como diz que “alguns quadros representativos de acontecimentos importantes é de causar pena”<sup>324</sup>. Sabemos que os objetos, inclusive as pinturas, passaram por ação de restauração principalmente em 1897/1898 e em menor escala em 1902. Entretanto, o tempo decorrido, as condições prediais (recorrentes infiltrações e outros problemas) em que este acervo se encontrava, além da obra que se deu no entorno, é compreensível que suas condições de conservação não fossem as mais adequadas. Além do reduzido número de funcionários, que também é um fator relevante a ser considerado, bem como a ausência de especialização para além da limpeza básica realizada pelos funcionários no cargo de servente.

Alguns diretores possuem uma visão mais idealizada, positiva e ampla e outros uma postura mais crítica e por assim dizer mais realista do Museu Naval. Em seu relatório, Thedim Costa, indica evidenciando uma diferença de entendimento de seus antecessores, onde diz que a coleção conchiológica, que havia sido adquirida em 1904, melhor se enquadraria ao Museu Nacional do que ao Museu Naval. Demonstra um pensamento mais delimitado, porém mais especializado do que deveria concorrer ao acervo do Museu Naval. Considerando este o que é previsto estritamente pelo regulamento e não expandindo para além, como alguns de seus antecessores fizeram. Segue seu texto e diz que “A frequência é, pois, diminuta, quase nula, o que denota ou falta de interesse ou desconhecimento completo de que existe esse museu, possuidor já de um bom subsídio para a história do nosso País”<sup>325</sup>. Ele não apresenta a estatística anual no seu relatório referente ao ano de 1906 e ressalta que “A todos que vestem a farda do marinheiro deveria ser obrigatório a sua visitação, pois as relíquias que ele guarda e que demonstram os feitos gloriosos dos nossos antepassados bem podem servir de lição e despertar novos cometimentos”<sup>326</sup>. Por esta indicação observamos uma atribuição simbólica de inspiração para os objetos ali existentes. Ressaltando que estes teriam a capacidade de incentivar o compromisso com a farda e com a força. Em relação ao quantitativo anual, tal informação conta no RMM onde este apresenta um total de 2666 visitantes no ano de 1906 do Museu Naval.

Como estamos observando, a visitação ao Museu Naval nunca chegou a números altamente elevados, mas ainda assim não podemos desconsiderar seu quantitativo e ter em perspectiva o que acontecia nos meses, ao longo dos anos, o tipo do museu, e o que ocorria no entorno. A exemplo, ocorrendo uma obra aos fundos do prédio, em que a poeira invadia

---

<sup>324</sup> Ofício n. 60 de 18 de janeiro de 1907 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006 p.5

<sup>325</sup> Ofício n. 60 de 18 de janeiro de 1907 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006 p.6

<sup>326</sup> Ofício n. 60 de 18 de janeiro de 1907 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006 p.6

o mesmo, é de se esperar que não houvesse interesse em visitar aquele espaço. O número é frio quando olhado apenas para ele, refletindo rigidamente algo que não é totalmente preciso. Importante nessa frase citada perceber que o diretor visualizava o Museu Naval como sendo passível de maior visibilidade e importância, e reconhecendo que o acervo lá compilado se referia a história do país. Seguiremos então para o ano em que se deu a última mudança de prédio do Museu Naval e que confirmou seu processo de consolidação na Marinha e na sociedade carioca.

Como visto neste capítulo, o ano de 1898 marca o momento inicial em que o Museu Naval ganha o efetivo reconhecimento enquanto um Museu e em relação ao valor que sua coleção possuía. O prédio em que este estava não só não atendia às suas necessidades como acabava por trazer danos aos objetos que lá se buscava salvaguardar. Mas acima das dificuldades podemos enxergar o Museu Naval, com seu nome sendo cada vez mais reconhecido enquanto instituição que era registro e testemunho não só da história naval como da Nacional. Marca o efetivo reconhecimento do Museu Naval dentre as instituições públicas nacionais. Se até este momento se pode ter dúvidas, que nesta dissertação encontram esclarecimentos, a partir de sua (re) inauguração não se pode desconsiderar a presença desse museu dentre os museus estabelecidos no país. O Museu Naval passou a ter um lugar efetivo no Ministério da Marinha, para onde o Ministro passou a remeter objetos que eram a este entregues, visando sua guarda e exposição.

Consolidava-se neste a função não só de salvaguarda do passado remoto, estático, mas enquanto local de construção constante, onde os objetos seriam guardados para integrar a narrativa histórica que se apresentava em constante desenvolvimento. A coleção se ampliava e novos itens chegavam, e como visto, nem sempre com relação direta às classes pré estabelecidas. Após 1898, as doações se intensificaram a cada ano. E como mencionado, as doações particulares passarão, em termos quantitativos, a serem a maior fonte de acervo para o Museu Naval.

Chegamos então no momento em que se efetiva a mudança da Biblioteca e do Museu, bem como outras repartições, para um novo prédio.

**CAPÍTULO 3**  
**DA CONSOLIDAÇÃO À EXTINÇÃO DO**  
**MUSEU NAVAL (1907-1932)**

### 3 - DA CONSOLIDAÇÃO À EXTINÇÃO DO MUSEU NAVAL (1907-1932)

Neste capítulo continuamos nosso caminhar restando percorrer o maior período desta análise. Nas páginas seguintes veremos o Museu Naval ocupando seu terceiro e último prédio e em constante desenvolvimento até a criação do Museu Histórico Nacional, que, veremos, foi peça chave para sua extinção.

Como verificamos, em 1906, foi adquirido o prédio do Clube Naval para onde foram designadas diversas repartições da Marinha. Entretanto, em janeiro de 1907 o Museu ainda não havia sido efetivamente transferido. Em 19 de março o diretor registra o andamento das obras de adaptação do pavimento térreo no antigo edifício do Clube Naval, que seria ocupado pela Biblioteca e Museu da Marinha, solicitando o conserto dos móveis que seriam para lá transferidos<sup>327</sup>.

Antes da efetiva movimentação do acervo, em novo contato com a Escola Nacional de Bellas Artes, se intentou que o restaurador e conservador desta realizasse as intervenções necessárias em alguns dos quadros do Museu Naval. A resposta do diretor Henrique Bernardelli foi negativa pois tal acarretaria em prejuízo e atraso no serviço do Museu da Escola. Entretanto este indica o pintor Domingos Garcia y Vasques para tal trabalho<sup>328</sup>. Também se buscou que as armas fossem tratadas pelo Arsenal de Marinha com a intenção de que estas fossem “[...] restauradas pelas oficinas desse arsenal, de modo a poderem conservar sempre a boa aparência que devem constantemente apresentar em estabelecimentos desta ordem”<sup>329</sup>.

A organização para a efetiva mudança se dá a partir de maio. O diretor Thedim Costa solicita ao Ministro da Marinha que se feche a Biblioteca e Museu da Marinha a partir de 20 de maio uma vez ser “[...] necessário dar início ao trabalho de acondicionamento e preparo dos livros e mais objetos pertencentes a esta repartição, a fim de ser efetuado a sua mudança para o edifício do Almirantado”<sup>330</sup>. Destacamos que o prédio até então identificado como do Clube Naval passa a ser identificado por edifício do Almirantado. Ainda que formalmente este só fosse criado em 05 de junho de 1907, ao prédio já se atribuía o nome. Nele será instituído o Conselho do Almirantado, que era a reorganização do anterior Conselho Naval, com a mesma atribuição de ser um órgão consultivo do Ministério da Marinha (Brasil, 1907a).

---

<sup>327</sup> Ofício n. 86 de 19 de março de 1907 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483.

<sup>328</sup> Jornal do Brasil (RJ) 3 de abril de 1907 ed. 93 p.1 / O Paiz (RJ) 5 de abril de 1907 ed. 8217 p.1 / Jornal do Commercio (RJ) 3 de abril de 1907 ed. 92 p.3

<sup>329</sup> Ofício n. 112 de 16 de maio de 1907 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha. ARQMAR 15483

<sup>330</sup> Ofício n. 113 de 17 de maio de 1907 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483.

Para a remoção dos quadros o diretor procurou, solicitando orçamentos, quem poderia melhor realizar tal missão visando a integridade destes. Lembramos que havia quadros das mais variadas dimensões no acervo. Sobre as propostas ele informa ao Ministro

Tenho a honra de vos apresentar as propostas inclusas e relativas à remoção de todos os quadros do Museu Naval para o novo edifício a Rua Dom Manuel. A proposta do senhor Carlos Balliester, acompanhada de garantias relativamente a qualquer dano que os mesmos quadros possam sofrer é orçada em cinco contos, duzentos e oitenta mil reis; a dos senhores Ribeiro Alves e Companhia, em três contos de reis e a dos senhores Vieiras e Companhia, também em três contos de reis. As duas últimas portanto, são as que oferecem maior vantagem de preços, e sendo qualquer delas firmada por pessoa conceituada nesta praça, penso que pode ser aceita a proposta do senhores Ribeiros Alves e companhia, que responsabilizam-se por qualquer dano que os quadros possam sofrer durante o serviço de remoção e colocação. Vós, porém, resolvereis do modo mais conveniente<sup>331</sup>.

Observamos uma preocupação com o transporte desse tipo de acervo, em relação aos riscos envolvidos no seu deslocamento, buscando propostas voltadas apenas para as pinturas. O Ministro, então Almirante Alexandrino Farias de Alencar, autoriza a contratação da proposta de Ribeiro Alves, destacando que esta deveria incluir:

a colocação dos mesmos quadros em lugares apropriados, a substituição das ferragens que estiverem estragadas, a adaptação de cordões de Arame nos quadros que disso necessitarem e o reparo de qualquer avaria que se dê por ocasião da mudança e recolocação, desde que provém de descuido dos encarregados<sup>332</sup>.

O diretor da Biblioteca e Museu da Marinha apresentou também propostas para a remoção do acervo bibliográfico e do museu<sup>333</sup>. Recebendo as seguintes propostas:

Cândido de Freitas se propõe a fazer este serviço pela quantia de oito contos, seiscentos e quarenta mil réis ( 8:640.000 R\$); Antônio Narciso de Carvalho pela de nove contos e seiscentos mil réis (9:600.000 R\$); Martins Manoel Faria e Companhia, pela de vinte cinco contos (25:000.000 R\$) e José Domingos Pereira, pela quantia de dezenove contos e novecentos mil réis (19:900.000R\$)<sup>334</sup>.

Verificamos então essa separação entre as pinturas e demais peças do acervo para seu transporte. O diretor considerava este um serviço especial<sup>335</sup>. Bem como constatamos que a remoção dos acervos foi realizada por duas empresas distintas e contratadas para tal

<sup>331</sup> Ofício n. 116 de 20 de maio de 1907 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483.

<sup>332</sup> Ofício n. 1089 de 21 de maio de 1907 do Ministro da Marinha para a Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15453

<sup>333</sup> Ofício n. 117 de 22 de maio de 1907 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483.

<sup>334</sup> Ofício n. 117 de 22 de maio de 1907 da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483.

<sup>335</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1908 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006.

fim, demonstrando não só uma preocupação com a segurança do acervo como também a intenção de adequar as necessidades do transporte das peças à mão de obra especializada.

Os jornais noticiam o início da mudança do Museu Naval no dia 22 de maio de 1907<sup>336</sup> a qual foi iniciada pelas pinturas. Para a remoção dos livros e demais itens do Museu Naval foi contratada a proposta de Cândido de Freitas, tendo sido aceita pelo Ministro da Marinha em 29 de maio de 1907<sup>337</sup>.

Em 11 de junho de 1907 é aprovado o Decreto n. 6510 que reorganiza a Biblioteca e Museu da Marinha que tem, a esta repartição, inserido o Arquivo. O Decreto reorganiza e aprova o novo regulamento da repartição que passa a se denominar Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. No mesmo dia, às oito horas da noite, ocorreu a inauguração do Conselho do Almirantado no prédio da Rua Dom Manuel.

É possível, por meio da descrição do prédio constante na RMB em 1902, observar como era o prédio antes das obras que foram realizadas para a ocupação pela Biblioteca e Museu da Marinha e outras repartições da Marinha. O andar térreo era ocupado por nove armazéns dedicados às instituições anexas ao Clube Naval e a parte central possuía um gramado. Observamos também portas, que existiam em todo o térreo, que foram transformadas todas em janelas. Interessante observar que “Todos os cômodos são espaçosos e abundantes de luz e ventilação, tendo sido atendidas em sua distribuição às exigências do programa oficial” (Rezenha, 1902 p. 845). Após as obras realizadas verificamos que a organização do Museu Naval se deu da seguinte forma.

O Museu está instalado no pavimento térreo, ocupando um grande salão especialmente preparado para esse fim, ao centro do edifício e mais dois salões que dão para o lado da rua S. José. No museu, reúnem-se objetos preciosos e bélicos, desde os tempos primitivos do Brasil até a época atual. Lá estão grandes fragmentos de couraças dos couraçados <Barroso>, <Alagoas> e outros, e bem assim canhões e projetis que foram usados nas várias campanhas travadas como o Brasil. Do lado esquerdo, que dá para o Ministério da Indústria, há três grandes salões destinados à biblioteca; e do lado fronteiro, às barcas Ferry, estão as salas destinadas ao gabinete do diretor da biblioteca e a que servirá para a <Revista Marítima.><sup>338</sup>

Cabe ressaltar que nesta matéria consta um equívoco quanto à identificação do lado destinado ao Museu Naval no prédio. A rua São José é a rua na lateral que estava ocupada pela Biblioteca, sendo esta a rua que separava o prédio do Ministério da Indústria. Na Figura 13 podemos visualizar a Praça XV de Novembro, no centro do Rio de Janeiro, em que se identifica a rua Dom Manuel no canto inferior e o prédio do Ministério da Indústria, ao centro da imagem, seguido pelo prédio do Clube Naval, a imagem é dos anos iniciais do século XX,

<sup>336</sup> A Notícia (RJ) maio 22 - maio 23 de 1907 ed. 121 p.2 e Gazeta de Notícias (RJ) de 23 de maio de 1907 ed. 143 p.1.

<sup>337</sup> Ofício n. 1172 de 31 de maio de 1907 do Ministro de Marinha para a Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15453

<sup>338</sup> O Seculo (RJ) de 11 de junho de 1907 ed.251 p.2

cerca de 1905 segundo consta no registro desta. Nesta, para padronização de referência, observamos o prédio do Ministério da Indústria a direita do prédio do Clube Naval.

Figura 13 - Praça XV de Novembro com visualização para a Rua Dom Manuel



Fonte: Acervo da Coleção Instituto Moreira Sales, disponibilizada na Brasiliana Fotográfica. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/10610> Acesso em 16 jan 2026

Ainda em relação ao prédio do Ministério da Indústria, assim nomeado pelo jornal, cabe só um adendo, este também aparece identificado nos registros fotográficos como Ministério da Agricultura, a depender do ano do registro realizado e em decorrência das reformas ministeriais ocorridas.

Voltando ao nosso prédio de interesse, o térreo foi todo destinado à Biblioteca e ao Museu Naval. Os demais andares e salas do prédio foram destinados a outras repartições. No primeiro pavimento, à esquerda, estava o Conselho Naval e à direita a Carta Marítima. No segundo andar a Auditoria da Marinha, parte da Carta Marítima e a residência do Ministro da Marinha<sup>339</sup>. Como observamos, não havia espaço destinado ao Arquivo neste prédio, que passou a ser parte da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. Este será instalado no então prédio da Rua Conselheiro Saraiva que havia sido desocupado pela Biblioteca e Museu da Marinha<sup>340</sup> a partir de junho do mesmo ano.

Em 9 de julho de 1907 finaliza a mudança dos itens da Biblioteca e do Museu Naval. O diretor Thedim Costa diz ao Ministro da Marinha que:

Cumprindo o que me foi ordenado, tenho a honra de comunicar-vos que terminou ontem a mudança da biblioteca e Museu da Marinha, do prédio em

<sup>339</sup> O Seculo (RJ) de 11 de junho de 1907 ed.251 p.2

<sup>340</sup> O Paiz (RJ) 17 de junho de 1907 ed. 8292 p.1 e O Paiz (RJ) 20 de junho de 1907 ed. 8295 p.1

que funcionava, à Rua Conselheiro Saraiva número 10 e 12 para o andar térreo deste edifício, sito a rua Dom Manuel número três. A remoção foi efetuada em um mês justo, efetuando a da preciosa galeria de pinturas históricas, cujo serviço teve início no dia 24 de maio com um grande quadro do emérito pranteado artista Victor Meirelles de Lima, comemorativo do Combate Naval de Riachuelo, quadro esse que juntamente com os demais a óleo guarnecem os pavimentos superiores do edifício, sede do Conselho do Almirantado.

Interessante observar que ainda que ocupasse grande espaço no térreo não foi possível ali serem alocadas todas as pinturas no espaço específico do Museu Naval, sendo estas posicionadas em salas de outras repartições.

Olharemos então um pouco para o edifício. Este localizava-se na Rua Dom Manuel, número 3 que, posteriormente, passará a ser atribuído o número 15. Aos fundos do prédio estava a Rua Clapp, que atualmente não existe mais. Para receber as repartições da Marinha passou por obras que alteraram sua divisão interna. O pátio central passou a ser um dos espaços destinados ao Museu Naval.

Em seu relatório, referente ao ano de 1907, o diretor descreve que todo o térreo, com exceção de um espaço destinado à guarda, era dividido entre o Museu e à Biblioteca. Sendo a divisão da seguinte forma.

[...] três salas para o Museu, uma sala para leitura e portaria; três salas para as estantes, uma sala para a redação da Revista Marítima, um gabinete para o diretor, dois quartos para depósito dos exemplares da Revista e dos livros inutilizados, um vestuário, um mictório, duas latrinas e um pequeno cubículo para serventia do pessoal subalterno<sup>341</sup>.

Verificamos assim que eram três os espaços ocupados pelo acervo do Museu Naval, uma sendo a área central do prédio e outras duas salas na lateral esquerda do prédio, pela perspectiva de quem olha deste para a rua.

Observamos também que a mudança de todos os acervos da Biblioteca e Museu da Marinha se deu de forma muito rápida. Sendo registrado pelo diretor que a mudança da maioria dos itens do museu se deu em apenas dois dias<sup>342</sup>.

O Museu estava organizado da seguinte forma. Na parte central do prédio colocaram-se os materiais de maior peso, e vinculados à Guerra do Paraguai, armamentos e artilharia, bem como os modelos e meio modelos. Em outra sala, que media (6,50 x 4,80)m foram colocadas as vitrines com as bandeiras e na seguinte com medida de (9,13 x 8,70)m as vitrines com medalhas e a coleção de conchas<sup>343</sup>. Essa identificação não é restritiva, podendo nesses espaços haver outros itens não elencados.

<sup>341</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1908 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. p.16-17

<sup>342</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1908 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. p.23

<sup>343</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1908 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. verso p.23

O diretor destaca que a falta de espaço continuava a ser uma questão. Tanto para conter as novas doações e objetos que integrariam futuramente a coleção, como no próprio momento em que não foi possível expor as pinturas em seu espaço. Praticamente a totalidade das pinturas ficou em salas ocupadas pelo Conselho do Almirantado, Carta Marítima e a Auditoria da Marinha, no mesmo prédio. Ele diz:

Pena é que se tal se desse porquanto a retirada desses quadros do Museu veio contribuir para que ele perdesse grande parte de seu atrativo, pois que a impressão que teria o visitante seria muito outra se essas telas preciosas que representam fatos memoráveis da nossa história naval, estivessem ali colocados, como sucedia no antigo local<sup>344</sup>.

Em seu relatório<sup>345</sup> o diretor identifica a localização de cada quadro do Museu Naval no prédio. Utiliza a numeração segundo o catálogo de 1905 onde podemos observar que dos 24 registros, apenas duas pinturas ficaram na primeira sala do Museu Naval. Outras duas ficaram no gabinete do diretor e mais um registro (eram duas pinturas identificadas juntas com o n. 8) na redação da Revista Marítima. Todas as outras 19 pinturas ficaram pelas outras repartições do prédio. Ele destaca também que reconhecia que estas não estavam sob as melhores condições de luz, considerando até certo excesso de exposição à luz, e a necessidade de realizar ações de restauração.

Ressalta a incompletude da galeria de imagens dos Ministros da Marinha, que estava, por ordem do Ministro, sendo renovada e completada. Destacando o trabalho que realizou de padronizar a apresentação das imagens. Registra que até a data do relatório, 31 de janeiro de 1908, havia na coleção “[...] 56 retratos todos reproduzidos pelo processo fotográfico de platinotipia, trabalho de J. Musso, e uniformemente emoldurados”<sup>346</sup>.

Registra também as faltas em relação aos modelos e meio modelos destacando a necessidade de trabalho específico nestes para sua melhor apresentação<sup>347</sup>. E reforça, a constante necessidade de implementação de uma verba para o Museu bem como o aumento de um funcionário para ser o zelador deste. A repartição continuava assegurada contra incêndio.

Quanto à frequência de visitação, vemos uma queda que talvez se justifique pelo afastamento deste do Arsenal de Marinha, que o retirou do centro de circulação dos militares e demais trabalhadores do setor naval, bem como pelo desconhecimento deste ocupar o atual prédio. O diretor registra em seu relatório relativo ao ano de 1907 que o

<sup>344</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1908 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. verso p.23

<sup>345</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1908 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. p.24 e verso

<sup>346</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1908 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. p.25 e verso

<sup>347</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1908 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. verso p.25

período em que o Museu esteve aberto ao público foi de oito meses totalizando 169 pessoas<sup>348</sup>.

Ainda que tenha ocorrido aumento de funcionários com o novo regulamento, os cargos aumentados visavam atender as necessidades do Arquivo. O diretor continua a pleitear que este número fosse aumentado em pelo menos mais um servente. Registra que “Com esse pessoal, forçoso é confessar, não é possível haver o cuidado necessário a conservação da Biblioteca e do Museu, trazer em dia o serviço de expediente nem manter o asseio devido no estabelecimento, hoje instalado em lugar mais acessível ao público”<sup>349</sup>.

O Ministro da Marinha, em seu RMM referente à 1907, apresenta às ponderações do diretor da repartição e enfatiza que “A dotação de uma verba especial para manutenção do Museu e o aumento de mais um empregado para zelar pelos seus objetos são de imprescindível necessidade” (RMM, 1908 p.110). Como constatamos, o Museu passava pelo seu quarto processo de organização (1884, 1890, 1898 e 1907) e continuava a não ter os efetivos meios para sua adequada conservação sob os aspectos das verbas destinadas pelo governo para tal, que eram nulas.

Em dezembro de 1907 o diretor novamente destaca as condições de conservação das coleções, enfatizando dessa vez o estado dos modelos e meio modelos navais. Ele solicita, considerando que “Achando-se estragados pela ação do tempo diversos modelos e semi-modelos de navios existentes neste Museu, e havendo necessidade de serem eles cuidadosamente restaurados por pessoa habilitada”<sup>350</sup>, o destaque<sup>351</sup> de um funcionário do Arsenal de Marinha, que já havia, em outros momentos, realizado trabalho similar. Sendo mais fácil a realização de um destaque do que a criação de um cargo, ele solicita, embasado no estado em que se apresentavam os modelos a presença do funcionário Alberto Xavier de Almeida. Com a atuação deste seria possível minimamente atender as demandas de conservação dos objetos do museu, principalmente dos modelos, bem como dedicação maior às atividades e controles específicos do Museu Naval. Tal pedido será aceito e Alberto Xavier de Almeida se apresenta ao Museu Naval em 10 de janeiro de 1908<sup>352</sup>. Observamos na documentação que futuramente ele será denominado conservador do Museu, tanto em seu controle de presença mensal como em ofícios e notícias que

---

<sup>348</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1908 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. p.27

<sup>349</sup> Ofício n. 30 de 30 de agosto de 1907 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da marinha. ARQMAR 15483.

<sup>350</sup> Ofício n. 98 de 31 de dezembro de 1907 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483.

<sup>351</sup> Neste contexto, o termo destaque significa a cessão de um funcionário por um determinado período de tempo, para executar uma função específica sem alterar sua vinculação administrativa.

<sup>352</sup> Ofício n. 116 de 3 de fevereiro de 1908 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha da Capital Federal. ARQMAR 15483.

venham mencionar o seu trabalho. Efetivamente, como veremos à frente, será criado um cargo de zelador do Museu Naval, em 1912, que será ocupado por este funcionário. Desta forma quando em alguma citação ou menção no correr deste capítulo que mencione conservador ou zelador faz-se referência a este funcionário destinado a atuar especificamente nas coleções do Museu Naval, a partir de 1908.

Um elemento construtivo que já observamos anteriormente ser facilitador quanto a ocorrência de danos ao acervo do Museu Naval, também é presente em seu novo prédio, a claraboia. Se anteriormente o maior problema desta eram as recorrentes infiltrações, neste novo prédio, inicialmente será a intensa luminosidade que incidirá sobre as peças que se encontravam na área central do prédio. Observamos ser esta uma preocupação do diretor da repartição, que já em janeiro de 1908 solicita a colocação de uma sanefa de correr para que assim diminuísse a incidência dos raios solares<sup>353</sup>, reforçando seu pedido em outubro do mesmo ano<sup>354</sup>.

Em janeiro de 1908 a cidade recebe a visita da esquadra americana e ao Museu Naval é determinado ficar aberto durante a permanência destes no porto para que pudesse ser acessado pelos oficiais e praças da comitiva americana<sup>355</sup>. A mesma determinação foi dada ao Museu Nacional<sup>356</sup>. Para nós é relevante observar a identificação, não só pela temática, mas por ser o Museu Naval uma instituição, junto do Museu Nacional, que possibilitaria, segundo a visão do governo brasileiro, àqueles pertencentes à esquadra americana, conhecer o país.

Uma das crônicas de Júlia Lopes de Almeida, publicada em 25 de agosto de 1908 em sua coluna Dois Dedos de Prosa, relata sua visita ao Museu em 22 de agosto e suas impressões sobre este.

[...] Ainda no último sábado, em um dos salões do rez do chão do almirantado, passei uma hora interessantíssima, vendo ao lado de primorosas reproduções de vários dos nossos navios de guerra e que fazem parte do museu naval pequenos modelos de embarcações brasileiras de todo gênero, desde as canoas dos índios, agudas como lançadeiras, destinadas a cortarem as águas dos rios e a se despenharem pelas cachoeiras fragorosas; desde as jangadas e das balsas do norte, que se unem à terra durante o dia deslizam à noite para o meio das águas, fugindo ao ataque das onças bravas; desde o que há enfim, de mais primitivo no país, até ao que se faz modernamente de mais aperfeiçoado. O interesse por essas exposição pitoresca e curiosa cresce com a ideia de que ela é o

---

<sup>353</sup> Ofício n. 105 de 15 de janeiro de 1908 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483.

<sup>354</sup> Ofício n. 247 de 20 de outubro de 1908 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483.

<sup>355</sup> Memorando s/n de 10 de janeiro de 1908 do Gabinete do Ministro a Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 15453

<sup>356</sup> Correio da Manhã (RJ) 14 de janeiro de 1908 ed. 2375 p.1

berço de uma escola marítima como talvez não haja outra igual em todo o mundo [...] <sup>357</sup>.

Nesta observamos o deleite que a autora sente ao observar a presença evolutiva dos meios navais. Destacando desde os meios mais ancestrais da navegação brasileira aos mais modernos que lá era possível observar. Os objetos expostos a levavam simbolicamente para outro lugar.

Como já mencionado em outros momentos, o acervo do Museu Naval participava de exposições externas à Marinha. Mas não só o acervo do Museu. O acervo da Biblioteca <sup>358</sup> também participava, como ocorreu com a Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa no Brasil, realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Para esta a Biblioteca enviou por empréstimo alguns de seus periódicos <sup>359</sup>.

Além desta, constatamos a presença do Museu Naval na Exposição Nacional de 1908. Um evento de grande vulto no país, que contou com a presença de acervos da coleção do Museu Naval, mais especificamente, alguns dos modelos navais. Entretanto destacamos que a presença do Museu Naval nesta exposição não se deu apenas com o envio de peças, mas principalmente contou com a atuação de seu conservador no tratamento dos modelos navais oriundos de outros estados e colecionadores, dentre estes destacamos a coleção de barcos regionais do Almirante Alves Câmara <sup>360</sup>. A parte da exposição que se organizou sobre barcos e pesca foi destinada a ser alocada em um pavilhão localizado na Praia da Saudade <sup>361</sup> onde seriam expostos os modelos e alguns barcos de tamanho natural <sup>362</sup>. Sobre a exposição, de maneira geral, muito foi publicado nos jornais. Especificamente sobre os modelos, destacamos a matéria publicada no Jornal do Brasil em 22 de julho.

Promete ser muito interessante a sessão dos Barcos. Muitos Estados resolveram remeter diversas espécies de embarcações de forma que a sessão será bastante aumentada. O Dr. João Marques que teve a ideia dessa seção, vai conseguindo importantes adesões. Está encarregado de dirigir os reparos de alguns exemplares que já se acham em poder da comissão promotora o Sr. Capitão Xavier de Almeida, que tem trabalhado ativamente no Museu Naval. Avulta entre todas a coleção do Almirante Alves Câmara <sup>363</sup>.

<sup>357</sup> O Paiz (RJ) 25 de agosto de 1908 ed. 8727 p.1

<sup>358</sup> A Biblioteca da Marinha possuía a mesma prerrogativa que a Biblioteca Nacional. Para ela deveriam ser enviados os exemplares do que fosse publicado.

<sup>359</sup> Ofício s/n de 9 de maio de 1908 do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro para a Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 15465

<sup>360</sup> O Paiz (RJ) 14 de julho de 1908 ed. 8685 p.3 e O Paiz (RJ) 17 de julho de 1908 ed.8688 p. 3

<sup>361</sup> A Praia da Saudade localizava-se na região onde hoje existe o late Clube do Rio de Janeiro, localizado na entrada do bairro da Urca.

<sup>362</sup> O Paiz (RJ) 20 de julho de 1908 ed.8691 p. 3

<sup>363</sup> Jornal do Brasil (RJ) 22 de julho de 1908 ed. 204

Em mais de um jornal foram descritos os modelos da coleção do Almirante Alves Câmara que estavam sendo preparados no Museu Naval para a Exposição Nacional<sup>364</sup>.

#### A Exposição Nacional tinha um objetivo claro

[...] marcar no caminho dos séculos o primeiro estadio da vida do Brasil no mundo civilizado, sem a dependência do vínculo colonial que prendia o seu comércio nas relações internacionais, deve apresentar também aos olhos dos visitantes com os produtos de sua atividade no comércio, na indústria e na agricultura, assim como nas ciências, nas letras e nas artes, o aspecto geral do seu território, a sua população e do seu movimento social e econômico (Brasil, 1908b p.V).

O Museu Naval também aparecerá, no contexto da Exposição Nacional, no Boletim Comemorativo organizado e impresso pela Diretoria de Estatística. Neste boletim, a estatística de visitação do Museu Naval não aparece dentre os museus por este destacado. Mas aparece descrevendo as suas coleções existentes. A Diretoria de Estatística solicitou por meio de preenchimento de questionários as informações da repartição, que foram pelo diretor respondidas em 21 de março de 1908<sup>365</sup>. Mesmo procedimento ocorreu em 1914, quando em fevereiro a esta Diretoria são solicitadas as informações estatísticas do Museu Naval referentes aos anos de 1908 a 1913<sup>366</sup>. Estes dados estatísticos serão compilados no Anuário Estatístico (Brasil, 1927) que será publicado em 1927 fazendo referência ao período de 1901 a 1912.

No boletim de 1908 apresenta a coleção do Museu Naval com um quantitativo de 582 peças. Um total que apresenta apenas 16 peças a mais que o catálogo de 1905, e aumento observado apenas na seção de quadros a óleo. No catálogo de 1905 contam 24 pinturas e neste boletim foram informados 40 quadros. Número um pouco inferior se compararmos com a documentação que informa o recebimento de peças variadas, e com os relatórios anuais, relativo ao aumento da coleção do museu, para além das pinturas. Só no intervalo de 1906-1907, sem considerar as entradas ocorridas em 1905 posteriores à impressão do catálogo e no ano de 1908 anteriores à impressão do boletim, foi possível contabilizar pelo menos 24 peças doadas que não são pinturas. Entretanto, se compararmos com o catálogo de 1910, veremos que neste constam 29 pinturas. No boletim as seções são organizadas tal qual aparecem no catálogo de 1905. Verificamos então que tal quantitativo não reflete efetivamente a totalidade de peças que o Museu Naval possuía naquele momento, que era mais do que o informado.

<sup>364</sup> A Imprensa (RJ) 11 de julho de 1908 ed. 214

<sup>365</sup> Ofício n. 135 de 21 de março de 1908 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha para a Diretoria Geral de Estatística. ARQMAR 15483.

<sup>366</sup> Ofício n. 1405 de 4 de fevereiro de 1914 da Diretoria do Serviço de Estatística ao Diretor do Museu Naval. ARQMAR 15467

Diferente do que consta neste Boletim, publicado em 1908, o Museu Naval foi incluído entre os principais museus, no Anuário Estatístico do Brasil publicado em 1927 que faz referência ao período de 1901 a 1912. Sua estatística de visitação deste período é incluída na publicação. As informações de estatísticas anuais do Museu Naval foram enviadas ao Serviço de Estatística, conforme solicitação, em 1914<sup>367</sup>, como mencionado anteriormente. No rol dos museus do período são elencados, por ordem de quantitativo de visitantes o Museu Goeldi, Museu Paulista, Museu Nacional, Museu Paranaense, Museu Naval e Museu Anchieta (Brasil, 1927 p.559). Neste mesmo anuário são apresentadas as estatísticas mensais, que foram previamente informadas por cada repartição referente ao período (Brasil, 1927 p.561). Como resultado da Exposição Nacional muitas foram as peças destinadas ao Museu Naval, tanto aquelas que foram expostas pela Marinha em outros pavilhões, como peças relacionadas à pesca e barcos que foram destinadas ao fim da exposição<sup>368</sup> para o Museu Naval, pelos estados do Amazonas, Sergipe e Piauí.

Neste ano, foi contratado o pintor Ângelo Agostini para a confecção de um quadro representando a solenidade de inauguração do Conselho do Almirantado<sup>369</sup>. Este quadro, confeccionado para registrar tal momento, já foi pensado para figurar no Museu Naval, e o serviço de tal confecção bem como a certificação do andamento deste para a liberação do pagamento era realizado pelo diretor da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. Este quadro nos interessa, pois além de ter sido uma obra encomendada para estar no Museu, por retratar a sala de reuniões do Conselho do Almirantado e nesta podemos observar três das pinturas do Museu Naval que estavam nela. Pinturas, dentre outras, que não houve espaço para expor nas salas do Museu Naval. Na Figura 14 podemos ver a obra em questão. O quadro foi entregue em agosto de 1909<sup>370</sup>.

---

<sup>367</sup> Ofício n. 284 de 15 de setembro de 1914 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao diretor do Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura. ARQMAR 15484

<sup>368</sup> Relatório em 18 de fevereiro de 1909 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.41

<sup>369</sup> Ofício n. 1431 de 25 de setembro de 1908 da Diretoria Geral de Contabilidade da Marinha. Termo de ajuste com o senhor Angelo Agostini. ARQMAR 15465

<sup>370</sup> Ofício n. 102 de 13 de agosto de 1909 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha a Diretoria Geral de Contabilidade da Marinha. ARQMAR15483

Figura 14 - Pintura de Angelo Agostini



Fonte: Acervo DPHDM

Com a necessidade aguda de restauração dos quadros e com a indicação realizada anteriormente pela Escola Nacional de Bellas Artes é contratado o pintor Domingo Garcia y Vasques para realizar o serviço em 36 quadros a óleo no prazo de 18 meses<sup>371</sup>. Trabalho que se alongou e foi finalizado em novembro de 1910<sup>372</sup>.

Em seu relatório referente ao ano de 1908 o diretor, Thedim Costa, registra em relação ao Museu Naval que “Depois de sua instalação neste edifício tem tomado um certo incremento, não só pela aquisição de novos objetos como pelos cuidados que as autoridades superiores lhe têm dispensado a fim de o tornar digno de estudo e observação”<sup>373</sup>. Aqui destacamos que um ponto positivo da mudança do Museu Naval, para além das condições prediais, foi a instalação deste no mesmo prédio onde estava o Conselho do Almirantado, local de confluência dos Almirantes e de tomada de decisões. Estar no mesmo prédio que tal Conselho dava ao Museu Naval visibilidade não só ao público mas às próprias autoridades que lá compareciam. O diretor registra também o baixo interesse efetivo do público em visitar o Museu Naval, destacando a necessidade de colocar no prédio a sua identificação, como constava no prédio anterior, registrando um total de 642 visitantes anuais. Tal solicitação será atendida sendo autorizada a realização de orçamento.

<sup>371</sup> Ofício n 1803 de 23 de dezembro de 1908 da Diretoria Geral de Contabilidade da Marinha. Termo de ajuste celebrado com Domingos Garcia y Vasquez para a restauração dos quadros a óleo do Museu de Marinha. ARQMAR 15465

<sup>372</sup> Ofício n. 112 de 4 de novembro de 1910 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483

<sup>373</sup> Relatório em 18 de fevereiro de 1909 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.40

Neste momento o diretor, que assumiu em 25 de maio de 1909, é o Capitão de Corveta José Manuel Monteiro. Ele solicita propostas para a realização dos dísticos Biblioteca da Marinha e Museu da Marinha na fachada do prédio. Informa ao Ministro da Marinha que a melhor proposta era a do Sr. Pedro Paulo Pedrazzi<sup>374</sup>. O serviço foi executado em julho de 1909<sup>375</sup>. E este dado nos auxilia na identificação de imagens do prédio que possam estar sem data, bem como era uma forma de identificar aos passantes que ali existiam a Biblioteca e o Museu Naval, o qual estava em funcionamento das 10h às 14h, conforme era divulgado na RMB<sup>376</sup>.

Em 15 de setembro de 1909 observamos uma matéria, intitulada Museu Histórico, no jornal A Imprensa. A matéria de autoria de Ferreira da Rosa<sup>377</sup>, o mesmo que em 1904 aponta às más condições do Museu Naval, tece nesta matéria considerações acerca do fato de não existir um museu histórico e indica que “O Museu Naval, o Instituto Histórico, o Museu Nacional e o Arquivo Público formariam, com algumas preciosidades, que guardam, o alicerce dessa obra esplêndida de intelectualidade e de civilização”<sup>378</sup>. E instiga que ao Governo caberia realizar tal criação, destacando que

O Museu Naval, como o seu nome indica, guardará somente o que diz respeito à Marinha. O Museu Nacional poderá chamar-se, mais propriamente, Museu de História Natural. O Arquivo Público limitar-se ia a guardar documentos e obras relativas ao Brasil. O Exército poderia formar soberbo Museu de Armas de Guerra. É bom que haja nesta capital alguma coisa mais para ver do que a Avenida Beira-Mar, a Tijuca e o Corpo de Bombeiros. Não nos visitam somente *touristes* de olhos ávidos: passam, frequentemente, pelo Rio de Janeiro notabilidades científicas que, se gostam de ir ao Corcovado, também estimam avistar-se com as nossas possessões intelectuais<sup>379</sup>.

Verificamos que se reconhecia, pelos estudiosos externos à Marinha, que no Museu Naval havia objetos que eram subsídios para a história nacional e não só militar naval. Esta intenção de retirar do Museu Naval parte de seu acervo que começa aqui a ser ventilada, mas que neste momento não sugere a extinção deste, se concretiza quando da efetiva criação do Museu Histórico Nacional que ocorreu em 1922. Este tem sua semente plantada desde 1911 por Gustavo Barroso com publicações no jornal do Commercio em que lançou a ideia “da fundação de um museu histórico de caráter militar” (Barroso, 2015 p.11).

<sup>374</sup> Ofício s/n de 16 de julho de 1909 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15470

<sup>375</sup> Ofício n. 79 de 29 de julho de 1909 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483

<sup>376</sup> As edições da RMB dos anos de 1909, 1910 e 1911 divulgam o funcionamento do museu de 10h as 14h

<sup>377</sup> Segundo biografia disponibilizada pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Francisco Ferreira da Rosa foi escritor, jornalista e historiador. Escreveu livros sobre a história e descrição da cidade do Rio de Janeiro. Biografia disponível em: [https://www.rio.rj.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=2fbd25b3-dbb9-4843-b4a2-f1337374bf6c&groupId=4144537](https://www.rio.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=2fbd25b3-dbb9-4843-b4a2-f1337374bf6c&groupId=4144537). Acesso em 31 dez 2025.

<sup>378</sup> A Imprensa (RJ) 15 de setembro de 1909 ed. 635 p.1

<sup>379</sup> A Imprensa (RJ) 15 de setembro de 1909 ed. 635 p.1

Quem enviará o relatório da repartição referente ao ano de 1909 será o Capitão de Corveta Ernesto Mafaldo de Oliveira, que assumiu a direção em 21 de dezembro de 1909. Em seu relatório basicamente repetirá o que foi dito no relatório anterior. Em relação a procura do público, observamos um aumento desta no ano de 1909 em relação aos dos anos anteriores, sendo registrado pelo diretor um total de 1784 visitantes<sup>380</sup>.

Em janeiro de 1910, assume a função de diretor o Capitão de Corveta Francisco César da Costa Mendes<sup>381</sup>, em junho do mesmo ano assumiu novamente a direção, agora no posto de Capitão de Corveta, Henrique Boiteux<sup>382</sup>, sendo brevemente substituído pelo Capitão de Mar e Guerra Cândido dos Santos Lara em novembro do mesmo ano<sup>383</sup>. Em algumas situações, ocorria a nomeação para o cargo de direção em caráter interino, e por esse motivo alguns diretores não se demoravam na função, como ocorreu no ano de 1910. A nomeação para assumir interinamente a função, poderia ser de alguém externo à repartição ou o acúmulo da função de ajudante e diretor até nova nomeação.

Em 1910 é publicado o Livro Nossa Marinha de Arthur Dias, onde neste verificamos uma foto, Figura 15, do prédio do Museu Naval em que observamos os dísticos pintados e o fechamento dos vãos das portas, existente em todo térreo do prédio quando de sua construção e ocupação pelo Clube Naval, transformando estes em janelas, mantendo apenas as três portas da fachada principal.

---

<sup>380</sup> Relatório da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha em 19 de janeiro de 1910. ARQMAR 22006 verso p.53

<sup>381</sup> Em 26 de maio, o Capitão de Corveta Eduardo Justino de Proença, o ajudante da repartição, assume interinamente a função de diretor.

<sup>382</sup> Ofício n. 116 de 18 de junho de 1910 da Inspeção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro à Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 15466

<sup>383</sup> Ofício n. 206 de 9 de novembro de 1910 da da Inspeção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro à Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 15466

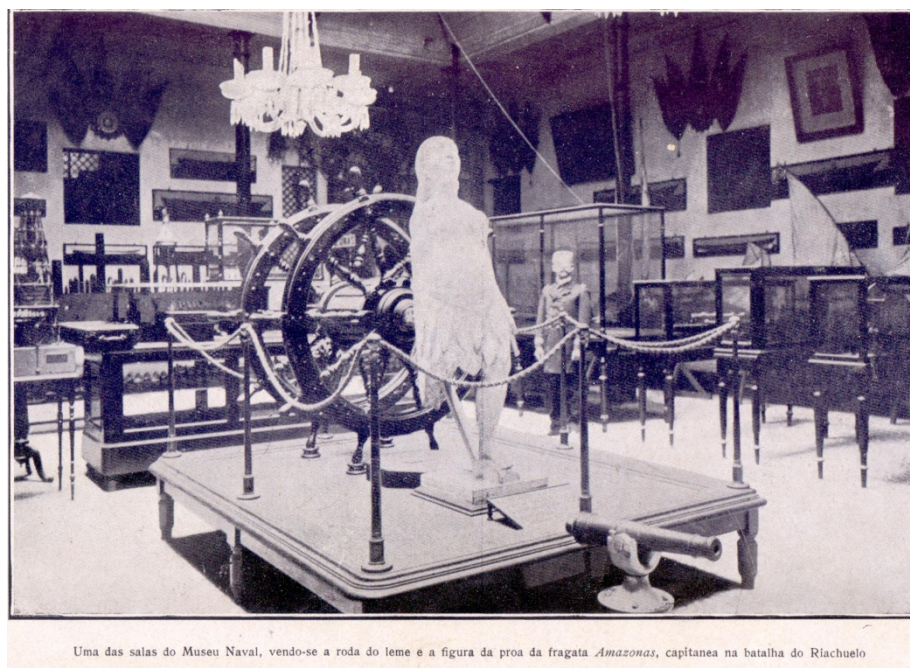
Figura 15 - Fachada Museu Naval 1910



Fonte: DIAS, Arthur. Nossa Marinha, Rio de Janeiro. Oficinas Gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1910 p.223

Neste livro observamos também valiosos registros dos espaços ocupados pelo Museu Naval e pela Biblioteca. Na Figura 16 verificamos como era o salão central do prédio, quando foi ocupado pelo Museu Naval em 1910.

Figura 16 - Sala do Museu Naval - parte central do prédio



Fonte: DIAS, Arthur. *Nossa Marinha*, Rio de Janeiro. Oficinas Gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1910 p.354

Nesta imagem observamos como eram as vitrines e o uso das paredes em toda sua altura, o espaço era reduzido e as peças em grande quantidade. Verificamos logo ao centro a roda do leme e a figura de proa da fragata *Amazonas* posicionada em uma base elevada, bem como o posicionamento de um cordão a cercando, a fim evitar o acesso e maior proximidade com as peças. Podemos ver também os meios modelos navais dispostos pelas paredes, bem como vitrines com os modelos navais e outros objetos. Ao fundo verifica-se uma das chapas de encouraçado, que pode ser melhor observada na Figura 17. Nesta Figura observamos o sistema de sustentação que foi criado para a exposição desse tipo de material, que é extremamente pesado. Também em 1910 é publicada outra versão do catálogo do Museu Naval, atualizado. Sua versão para impressão foi enviada em 16 de maio de 1910 para a Imprensa Nacional<sup>384</sup>.

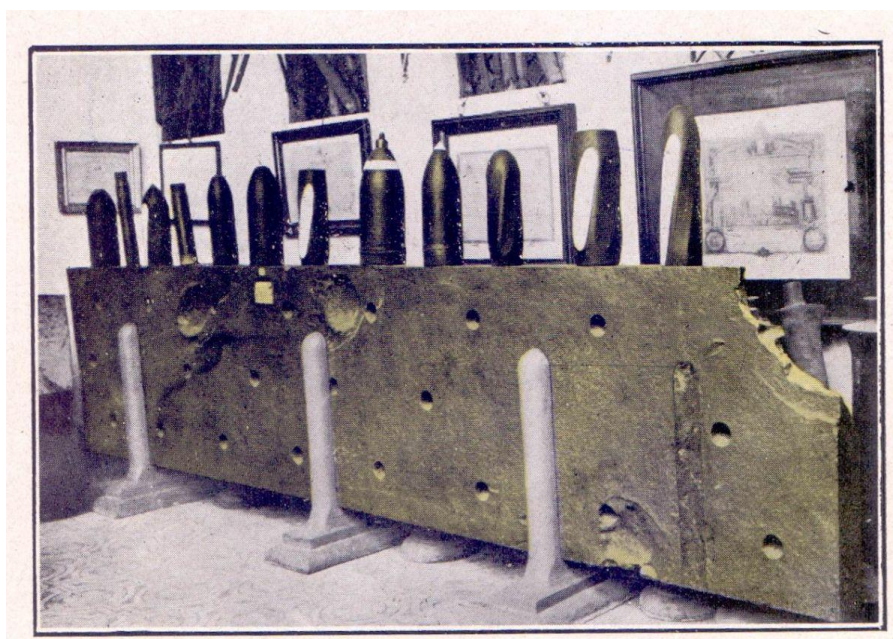
Em maio de 1910 observamos já ter ocorrido a mudança da numeração do prédio do n. 3 para o n. 15, tal qual se mantém atualmente, bem como constatamos que os pedidos de confecção de bases e vitrines para o acervo do Museu continuavam a ser realizados para o Arsenal<sup>385</sup>. Assim, como o apoio de pessoal para as atividades que demandam maior

<sup>384</sup> Ofício n. 121 de 16 de maio de 1910 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Diretor Geral da Imprensa Nacional. ARQMAR 15483

<sup>385</sup> Pedido s/n de 13 de janeiro de 1910 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha para a Inspetoria do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e Pedido s/n de 04 de maio de 1910 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha para a Inspetoria do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. ARQMAR 15483

esforço eram também realizadas com o apoio do Arsenal de Marinha. A exemplo quando da necessidade de erguer um canhão de sua carreta, para o conserto desta, foi solicitado o apoio de seis remadores ao Arsenal<sup>386</sup>. Pedido que foi novamente realizado quando da finalização do reparo necessário, para a recolocação do canhão em sua carreta<sup>387</sup>.

Figura 17 - Imagem de uma chapa de couraça do Museu Naval.



Fonte: DIAS, Arthur. Nossa Marinha, Rio de Janeiro. Oficinas Gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1910 p.357

Henrique Boiteux, ainda que por um curto espaço de tempo, buscará preencher lacunas que identifica na coleção dos retratos do Museu Naval. Realiza contato com outras instituições, a exemplo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>388</sup> e com o Ministério dos Negócios das Relações Exteriores na figura do Barão do Rio Branco, a fim de reproduzir retratos de personalidades. Contrata, com a anuência do Ministro da Marinha, a empresa Musso e Companhia para o fornecimento de duas fotografias (reprodução fotográfica de retratos/pinturas) com moldura para a galeria dos retratos de Ministros da Marinha.

Ele indicará suas preocupações ao Ministro da Marinha quando da instalação da canalização de gás na repartição, ponderando que foi informado pelos operários que a tubulação ficaria externa nas paredes, e que tal situação “[...] é desgraciosa e muito

<sup>386</sup> Ofício n. 130 de 19 de maio de 1910 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha para a Inspeção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. ARQMAR 15483

<sup>387</sup> Ofício n. 147 de 14 de junho de 1910 a Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha para a Inspeção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. ARQMAR 15483

<sup>388</sup> Henrique Boiteux foi sócio do IHGB.

concorrerá para tirar a beleza das diversas salas desta biblioteca e Museu [...]”<sup>389</sup>. Preocupado com a estética do espaço expositivo, ao serem inseridas as tubulações, busca esclarecer se tal foi a forma de contratação do serviço. Tal demonstra uma preocupação com a forma de comunicar do Museu, como este se apresentava ao seu público.

Henrique Boiteux, assim como na sua primeira passagem pela direção, indicará itens constantes em outras repartições que julga serem mais adequados ao Museu Naval. A exemplo, indica ao Ministro da Marinha que:

Existindo nas oficinas de modeladores do Arsenal de marinha diversos modelos em madeira das máquinas dos monitores que foram construídos naquele mesmo arsenal, e sendo vantajoso serem recolhidos a este museu para o estudo iconográfico da nossa história militar, venho solicitar, se assim o entenderes vossas ordens para que os mesmos aqui sejam entregues<sup>390</sup>.

Observamos que este destaca o aspecto de estudo iconográfico dos modelos de motor, agregando outro valor a estes, para além do técnico e científico, afinal eram modelos de motores de navios, máquinas propulsoras e não trabalhos puramente artísticos. Tinham uma função, ilustrar o movimento mecânico da peça.

Quem enviará o relatório da repartição referente ao ano de 1910 será o Capitão de Mar e Guerra Candido dos Santos Lara. Neste ele apresentará suas ponderações, dentre as quais indica que a visitação teve aumento, registrando para o ano de 1910 um total de 3457 visitantes para o Museu Naval<sup>391</sup>, bem como destaca a questão espacial. Ele menciona que:

Seria de grande vantagem, se possível fosse, que a Biblioteca e Museu ocupassem, não só a parte que lhe foi destinada na última reforma desta Repartição, como também os demais andares em que é dividida este edifício, porque assim dar-se-ia uma arrumação conveniente a esses objetos e muito se facilitaria a limpeza constante e precisa em estabelecimento desta natureza<sup>392</sup>.

Em seu texto, além de indicar que o espaço que o Museu ocupava era diminuto e que logo não haveria onde conter suas peças, sugere que todo o prédio fosse destinado para a Biblioteca e ao Museu Naval. Neste relatório também verificamos que o Museu continuava assegurado contra incêndio, mas desta vez dentro do seguro de todo o prédio e não apenas a Biblioteca e o Museu.

O diretor solicitou ao prefeito da cidade ações que julgava necessárias para a boa conservação do edifício e das coleções, que denomina de “[...] enorme cabedal científico e

<sup>389</sup> Ofício n. 61 de 19 de agosto de 1910 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483

<sup>390</sup> Ofício n. 75 de 10 de setembro de 1910 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483

<sup>391</sup> Relatório em 31 de dezembro de 1910 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006 p.64

<sup>392</sup> Relatório em 31 de dezembro de 1910 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.69

histórico que se acha depositado neste edifício [...]”<sup>393</sup>. Ele expõe a necessidade de calçamento nas ruas D. Manuel (frente do prédio) e Clapp (fundos do prédio) e que se não fosse possível realizar tal serviço em toda a extensão da rua que pelo menos o fizesse na parte imediatamente ocupada pelo prédio. Seu intuito era minimizar as intensas nuvens de pó, que danificavam o acervo, bem como o ruído que invadia o espaço e atrapalhava a concentração dos que lá desejavam estudar, ler ou contemplar. Sem ter sido sequer confirmado o recebimento de seu pedido<sup>394</sup>, alguns meses depois realiza outra solicitação ao prefeito. Nesta ele afirma que:

Sendo de grande conveniência para esta repartição a irrigação diária das ruas que circundam este edifício, nem só sobre o ponto de vista higiênico, como também para combater as densas nuvens de pó, que durante os dias secos de grande calor penetram neste edifício, muito danificando os milhares de livros pertencentes a esta biblioteca, que se acham acondicionado em estantes abertas, e bem assim as preciosas coleções de objetos históricos e científicos existentes no Museu Naval, solicito que vos digneis dar vossas ordens no sentido de ser iniciada imediatamente essa irrigação pelo respectivo departamento dessa prefeitura<sup>395</sup>.

Novamente ele destaca que a poeira que invadia o prédio causava danos ao acervo desta. Mas para além disso, destacamos que neste ofício é mencionado o valor científico do acervo, ao citar que neste existiam os “objetos históricos e científicos” mencionando de forma separada este valor ao Museu e não apenas considerando a vinculação deste ao acervo dos livros técnicos e científicos da Biblioteca.

Há de se salientar que o Museu Naval continuava a receber tanto doações particulares como envio de objetos de outras repartições e navios da Marinha, antes e após a mudança do prédio ocorrida em 1907. No decorrer dos anos tal fato não se encerra, só não cabe ser constantemente aqui citado. Mas destacamos que os diretores constantemente buscavam enriquecer a coleção do Museu, alguns de maneira mais incisiva, outros de forma mais sutil, mas sempre houve o interesse por parte da direção em ampliar a coleção do Museu Naval. Alguns diretores tornavam-se inclusive doadores do Museu seja estando na função como fora desta.

Ao final do ano de 1910, em decorrência dos bombardeios ocorridos<sup>396</sup>, observamos que o prédio do Almirantado é atingido por projéteis de diferentes calibres que o diretor

---

<sup>393</sup> Ofício n. 17 de 01 de dezembro de 1910 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao prefeito do Distrito Federal. ARQMAR 15483.

<sup>394</sup> Ofício n. 418 de 1 de fevereiro de 1912 Relatório da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.77

<sup>395</sup> Ofício n. 107 de 21 de março de 1911 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao prefeito do Distrito Federal. ARQMAR 15483.

<sup>396</sup> Refere-se à denominada Revolta da Chibata e a sublevação ocorrida no Batalhão Naval entre novembro e dezembro de 1910.

identifica terem sido provenientes do Batalhão Naval<sup>397</sup>. Após a troca dos vidros, o diretor solicita ao Ministro da Marinha o conserto e pintura das paredes da lateral e fundos do prédio<sup>398</sup>.

Durante o ano de 1911 a RMB segue divulgando informações sobre o Museu Naval, registrando que este estava aberto ao público das 10h às 14h nos dias úteis.

Neste mesmo ano a Comissão Brasileira na Exposição de Turim, ou seja, a comissão responsável pela participação do Brasil na Exposição Universal de Turim, na Itália, mandou ofício para a Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha visando a participação desta com acervo a ser exposto. O Ministro da Marinha autoriza o empréstimo de modelos para comissão, entretanto esta pede apoio quanto ao envio dos itens. O diretor apresenta ao Ministro suas ressalvas. Ele pondera sobre a impossibilidade de atender quanto a embalagem dos modelos e vitrines e responde à Comissão declarando

[...] que não é possível esta diretoria satisfazer o vosso pedido, visto que não dispondo de verba suficiente e nem de pessoal idôneo para o desarmamento e transporte dos modelos de navios, que por ordem do senhor almirante Ministro da Marinha acham-se neste museu à disposição da Comissão de que sois digno Secretário Geral. Entretanto, pondo de parte a alegação acima, esta diretoria está pronta entregar os referidos modelos logo que sejam aqui reclamados por representantes dessa comissão, que estejam habilitados a executar esse serviço<sup>399</sup>.

O secretário geral da Comissão era o diretor do Museu Comercial do Rio de Janeiro. Não localizamos, na documentação consultada, resposta a este ofício e nem a efetiva confirmação se os modelos foram retirados do Museu Naval para tal exposição. Mas independente de terem ido ou não, nos interessa destacar que havia o reconhecimento de valor tanto histórico, mas talvez principalmente, técnico científico, no acervo do Museu Naval. Os modelos navais não só eram registro das embarcações que passaram pela Marinha, mas também registro da evolução técnica e científica da construção naval brasileira e não podemos esquecer, do seu “grau de civilização”.

Outro fato que observamos relativo ao Museu Naval é que mesmo tendo sido transferido para um prédio de construção recente e que apresentava melhores condições que o anterior este também sofria com problemas estruturais que afetavam o acervo. O diretor registra, em abril de 1911, que o encanamento da rede de escoamento pluvial localizado entre as paredes não estava em boas condições. Resultando, quando da ocorrência de chuvas mais intensas, em acúmulo de água no pavimento térreo, que

---

<sup>397</sup> Ofício n. 51 de 7 de janeiro de 1911 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483.

<sup>398</sup> Ofício n. 51 de 7 de janeiro de 1911 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483.

<sup>399</sup> Ofício n. 131 de 07 de abril de 1911 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Senhor diretor do Museu Comercial do Rio de Janeiro. ARQMAR 15483.

danificava o acervo e a própria parede<sup>400</sup>. Como temos observado, o maior risco a que o acervo esteve constantemente exposto era o de danos ocorridos por água. Além da poeira intensa, incidência de luz e risco de incêndio que sempre se avaliou estar exposto, o agente que se apresentava com maior frequência era a água.

Em julho do mesmo ano ainda se solicita ao Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, a confecção de duas peças. O diretor objetivava que fosse confeccionado um modelo em madeira de um projétil de canhão de 305mm<sup>401</sup> e de uma chapa do encouraçado Minas Gerais com o tamanho de 1 metro de comprimento por 80 centímetros de largura<sup>402</sup>. Esta sua solicitação visava que tais objetos figurassem na exposição do Museu Naval, não apenas como uma cenografia, mas como meio de preencher uma lacuna que este sentia em relação a inexistência de tais peças no Museu Naval. Seriam então réplicas de objetos. Reforçará tal solicitação em janeiro de 1912 onde agora faz sua solicitação não ao Inspetor do Arsenal, mas sim ao superior hierárquico da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha, que em 1912 era o Estado Maior da Armada. O ajudante da repartição, Capitão Tenente Raul Tavares, que estava na função de diretor interino, envia ofício n. 363 em 10 de janeiro de 1912, onde neste encaminha que

Não sendo possível transportar a chapa de aço de 12t de peso do Arsenal, onde se acha, até o Museu, imaginei substituí-la por uma de madeira das mesmas dimensões e com as marcas dos projéteis, a fim de que, pintadas de modo a fingir aço, possa perfeitamente dar aos visitantes do Museu a impressão da verdadeira chapa protetora dos nossos couraçados tipo Minas Gerais. A mesma ideia perfeitamente cabe quanto ao projétil de 305 mm dos canhões das torres daqueles navios, modelos esses que são constantemente reclamados pelos visitantes no Museu da Marinha, e que nele faltam<sup>403</sup>.

Além de solicitar a confecção de um modelo irá solicitar o envio do próprio projétil, descarregado, a Diretoria de Armamento<sup>404</sup>. Verificamos assim uma preocupação em atender as expectativas dos visitantes que se dirigiam ao Museu Naval. A este será entregue o modelo do projétil em 23 de fevereiro de 1912<sup>405</sup>.

Visando melhorar as condições da repartição e a sua segurança é solicitado, e posteriormente atendido, a instalação de ventiladores elétricos e de luz de polícia nas salas

---

<sup>400</sup> Ofício n. 140 de 27 de abril de 1911 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483.

<sup>401</sup> Ofício n. 203 de 07 de julho de 1911 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha. ARQMAR 15483.

<sup>402</sup> Ofício n. 204 de 07 de julho de 1911 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha. ARQMAR 15483.

<sup>403</sup> Ofício n. 393 de 10 de janeiro de 1912 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Armada. ARQMAR 15483.

<sup>404</sup> Ofício n. 213 de 19 de julho de 1911 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha a Diretoria do Armamento do Ministério da Marinha. ARQMAR 15483.

<sup>405</sup> Ofício n. 4 de 23 de fevereiro de 1912 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Secretário do Almirantado. ARQMAR 15483.

da Biblioteca e do Museu<sup>406</sup>. Os ventiladores serviriam para melhorar as condições do espaço. Além de favorecer a circulação do ar, com os ventiladores também foram instalados “extratores elétricos de poeira”<sup>407</sup>. A luz de polícia, uma em cada sala, possibilitaria a ronda policial visualizar a parte interna do prédio, pelas janelas, e verificar se havia algo de estranho ou suspeito na mesma. A contratação dos serviços ocorreu ao final do ano, sendo concluído o serviço em início de dezembro de 1911<sup>408</sup>.

Para além do efetivo trabalho do Museu Naval, que continuava a receber doações e manter o controle do material, verificamos que em decorrência de uma visita realizada pelo Almirante José Carlos de Carvalho, e da constatação deste do atual e adequado estado do Museu Naval e da ausência de um conservador específico para este, que é proposto por este o projeto de lei que visava criar o cargo de “conservador e zelador do Museu da Marinha” (Brasil, 1914c p.688).

Ao ter direito à palavra, em sessão ocorrida em 17 de novembro de 1911 na Câmara dos Deputados, José Carlos de Carvalho apresenta suas considerações sobre tal fato:

Sr. Presidente, tenho tido necessidade de ir, nestes últimos dias, visitar o Museu Naval, para a linha estudar alguns modelos de navios antigos que devem figurar em um trabalho que estou escrevendo e deverá ser intitulado - *O livro de minha vida*. Ali fui encontrar, Sr. Presidente, o que precisava, perfeitamente bem tratado, bem conservado, lá vi tudo quanto podia desejar e que, em um Museu Naval, constitui a história viva das épocas passadas. [...] Parece incrível, Sr. Presidente, que, em um país como nosso, que se diz tão versado e adiantado, principalmente em questões que dizem respeito a nossa história, se tenha até hoje descuidado do Museu Naval, tão cheio de belas relíquias e instrutivos documentos, mandando para aquele estabelecimento não um zelador, mas um simples operário destacado de uma das oficinas do Arsenal de Marinha (Brasil, 1914c p.671).

Ele ainda pondera ter verificado nos relatórios da repartição e do Ministro da Marinha o registro do adequado serviço e admiração do trabalho prestado por Alberto Xavier de Almeida no decorrer dos anos. Como já mencionado, este estava destacado no Museu Naval, atuando enquanto conservador. A necessidade de formalizar essa função era uma constante nas demandas realizadas no aspecto de pessoal para a repartição.

Desta forma José Carlos Carvalho apresenta para ser votado o projeto de criação do cargo de zelador do Museu Naval. O projeto apresentado tinha por objetivo formalizar a função exercida em caráter de destaque por Alberto Xavier de Almeida, não só criando o lugar de zelador para o Museu Naval, como destinando a ocupação desta vaga, futuramente, para ele.

<sup>406</sup> Ofício n. 275 de 30 de setembro de 1911 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483.

<sup>407</sup> Ofício n. 70 de 29 de janeiro de 1913 Relatório da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Armada. verso p. 88 ARQMAR 22006. verso p. 88

<sup>408</sup> Ofício n. 371 de 19 de dezembro de 1911 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483.

Na mesma sessão da Câmara dos Deputados será votado o projeto de n. 300. O texto que expõe o projeto diz que:

Considerando que o Museu Naval, já bastante rico em preciosidades históricas, de inestimável valor, anexo à Biblioteca e Arquivo de Marinha, não tem um zelador efetivo e que este delicado serviço está confiado aos cuidados de um operário de 1º classe do Arsenal de Marinha desta capital, destacada das oficinas de Construção Naval, Alberto Xavier de Almeida; [...] Considerando que é de todo conveniente fazer cessar esta situação originalíssima, em que se encontra o Museu Naval, destacando-se de tudo que existe, neste particular, em outros países, que têm os serviços da sua marinha de guerra devidamente organizados e compreendem o valor e necessidade de um serviço de tal importância, bem conservado e bem catalogado (Brasil, 1914c p.687).

Junto ao projeto segue uma carta, do então diretor Henrique Boiteux, datada de 7 de novembro de 1910, e um atestado do ajudante Raul Tavares de 18 de outubro de 1911. Esses documentos exaltam o serviço prestado por Alberto Xavier de Almeida para o Museu Naval.

O projeto vai para votação somando 117 votos a favor, contra um. É então enviado à Comissão de Finanças. O projeto esteve em discussão durante quase todo ano de 1912.

Nos meses finais de 1911 é promulgado o Decreto n. 9.169A de 30 de novembro de 1911 que deu nova organização a algumas repartições da Marinha. Dentre elas a Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha, que passou a ser constituída novamente apenas pela Biblioteca e o Museu, passando o Arquivo a fazer parte da Secretaria de Marinha. Todavia, o regulamento vigente desde 1907 não foi revogado. Desta forma o diretor da Diretoria de Biblioteca e Museu da Marinha determina ao seu ajudante a elaboração de um novo regulamento a ser exposto ao Ministro da Marinha<sup>409</sup>. Neste decreto ocorre a alteração de subordinação da Diretoria de Biblioteca e Museu da Marinha. Se até este momento o diretor tratou seus assuntos diretamente com o Ministro da Marinha, agora passaria a tratar com o Estado Maior da Armada.

A proposta enviada ao Ministro da Marinha do novo regulamento não alterava suas principais determinações, mas previa alterações de pessoal. Previa a criação de duas novas funções, a do conservador do Museu e a do conservador da Biblioteca. Este último seria a adequação do trabalho realizado pelo ocupante do cargo de contínuo da Repartição. Previa então a supressão do cargo de contínuo com a criação do cargo de conservador da Biblioteca, cujas funções eram as que já eram executadas pelo contínuo Mem de Souza Filgueiras<sup>410</sup>.

<sup>409</sup> Ofício n. 418 de 1 de fevereiro de 1912 Relatório da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006 p.77

<sup>410</sup> Ofício n. 70 de 29 de janeiro de 1913 Relatório da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Armada. verso p. 88 ARQMAR 22006. verso p.88

O diretor, Contra Almirante Candido dos Santos Lara, é quem continuava à frente da direção durante o ano de 1911 e quem remete o relatório referente a tal ano. Neste ele reforça algumas questões apresentadas em seu relatório anterior e registra o quantitativo de visitantes, que totalizaram 1412<sup>411</sup> no Museu Naval, e nos diz que “[...] estando o seu recinto cheio de modelos de navios e outros objetos em exposição. Entre esses, figuram verdadeiras relíquias, patrimônios da Marinha, que representam páginas e páginas da nossa Gloriosa História Naval”<sup>412</sup>.

Logo no início de 1912, observamos a realização de obras e adaptações no prédio ocupado pelo Museu Naval para a instalação de outras repartições. Temporariamente este seria ocupado, em seu primeiro andar pela Secretaria Geral da Marinha e pelos gabinetes do diretor geral e do subdiretor<sup>413</sup>. O segundo andar pelos “[...] ministro da marinha, do chefe do seu gabinete, os dos seus auxiliares, o salão de recepção e a auditoria da marinha”<sup>414</sup>. Será também instalado o elevador neste momento<sup>415</sup>. O Ajudante Raul Tavares, que estava interinamente à frente da direção, remete o ofício n. 397 de 3 de janeiro de 1912 ao Ministro da Marinha. Neste ele solicita a realização de consertos e pinturas na parte interna da Biblioteca e do Museu. Tanto por não ter sido realizada nenhuma ação nesse sentido desde 1907, mas principalmente em decorrência das obras e reparos que o prédio passava para receber as novas repartições<sup>416</sup>. Para finalização de tais serviços no prédio a abertura anual do Museu Naval foi adiada em um mês, reabrindo em 15 de fevereiro.

Neste mesmo mês, fevereiro de 1912 reassume, pela terceira vez, o Capitão de Fragata Henrique Boiteux o cargo de direção da Diretoria de Biblioteca e Museu da Marinha<sup>417</sup>. Novamente veremos a atuação deste em ampliar a coleção do Museu Naval pleiteando pela transferência de objetos de outras repartições da Marinha para o Museu Naval, bem como com solicitações variadas. Publicou, a partir de maio, na RMB, a relação nominal dos ex-ministros da Marinha que não tinham seu retrato na galeria do Museu Naval visando dar conhecimento e conseguir tais imagens. Solicitava a quem as tivesse, e de outros oficiais de relevância para a história da instituição, o envio ou informação de onde as poderiam encontrar. Esta solicitação, acompanhada da relação, estará presente em diversas

---

<sup>411</sup> Ofício n. 418 de 1 de fevereiro de 1912 Relatório da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ARQMAR 22006 p.81

<sup>412</sup> Ofício n. 418 de 1 de fevereiro de 1912 Relatório da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ARQMAR 22006 p.78

<sup>413</sup> O Paiz (RJ) 21 de janeiro de 1912 ed.968 p.1

<sup>414</sup> O Paiz (RJ) 21 de janeiro de 1912 ed.968 p.1

<sup>415</sup> Com verificação realizada pela Divisão de Projetos e Obras da DPHDM nos motores dos elevadores existentes no prédio, infere-se que o elevador instalado neste momento é o que se localiza nos fundos. O elevador existente atualmente na parte da frente do prédio provavelmente foi instalado após o ano de 1940.

<sup>416</sup> Ofício n. 397 de 3 de janeiro de 1912 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15470

<sup>417</sup> Ofício n. 1 de 17 de fevereiro de 1912 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15483.

outras edições da RMB em diferentes anos. Além dos retratos, pedia também que quem os fornecesse, incluísse informações biográficas se assim tivessem. Bem como, observamos em sua gestão, uma maior comunicação com os jornais, objetivando divulgar o Museu Naval.

Assim veremos em virtude das comemorações relativas à Batalha Naval do Riachuelo, o envio de nota pelo diretor para a redação de diferentes jornais da cidade. Nesta nota, que foi no Jornal O Século divulgada, este faz a seguinte solicitação.

[...] roga que vos digneis inserir no vosso jornal a notícia de que se acha exposta e franqueadas as vistas do público, no Museu da Marinha, a bandeira que desfraldava a fragata *Amazonas* no dia dessa memorável batalha. Em exposição também estarão o estrado da roda de leme, a figura de proa, um pedaço do mastro da mesma fragata, guardados como preciosas relíquias. Como homenagem ao único sobrevivente da memorável batalha, também figurará no troféu o busto do Almirante Teffé<sup>418</sup>.

Observamos que nota similar foi remetida a pelo menos quatro jornais diferentes. Além da remetida a edição do O Século, foi enviada também a edição do Correio da Manhã<sup>419</sup>, do Jornal do Commercio<sup>420</sup> e para A Imprensa<sup>421</sup>.

Já era padrão a elaboração de matérias relativas à comemoração da Batalha Naval do Riachuelo anualmente pelos diversos jornais. Estas descrevem sumariamente o que ocorreria, mas nem sempre se incluía o Museu Naval no roteiro das comemorações. Observamos ser uma iniciativa de alguns diretores, principalmente de Henrique Boiteux, de informar aos jornais sobre o Museu para incluí-lo nos informativos referentes a esta data.

Assim, observamos que em 1912, diversos foram os jornais que compareceram ao Museu Naval para registrar o acervo que se relacionava com o evento histórico, divulgando este, através de reprodução fotográfica em suas folhas diárias.

O jornal A Noite e o Correio da Manhã fotografaram e ilustraram suas folhas com o acervo que tinha relação com o evento comemorativo. Outro jornal que faz a mesma escolha editorial é A Gazeta de Notícias, que ilustra também sua matéria com uma montagem de fotos do acervo, que podemos observar na Figura 18. Este registro, em especial, representa com melhor fidelidade o espaço e nos fornece informações de como efetivamente se apresentava o acervo no Museu Naval.

<sup>418</sup> O Seculo (RJ) 10 de junho de 1912 ed. 1785 p.2 e A Imprensa (RJ) 10 junho de 1912 p.3

<sup>419</sup> Correio da Manhã (RJ) 10 de junho de 1912 ed. 3979 p.1

<sup>420</sup> Jornal do Commercio (RJ) 9 de junho de 1912 p.5

<sup>421</sup> A Imprensa (RJ) de 10 de junho de 1912 ed. 1621 p.3

Figura 18 - Fotografia do acervo do Museu Naval em matéria comemorativa da Batalha Naval de Riachuelo na Gazeta de Notícias em 11 de junho de 1912



Fonte: Gazeta de Notícias (RJ) 11 de junho de 1912 ed. 163. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_04&pesq=%22museu%20naval%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=30306](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pesq=%22museu%20naval%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=30306) Acesso em 26 dez 2025.

O mesmo ocorreu também nos anos seguintes em comemoração à Batalha, onde era apresentado, em texto e/ou fotos, o acervo de maior relação com este fato histórico e divulgando estar o museu aberto à visitação. Não só neste momento se utilizou dos jornais para divulgar o Museu Naval. Pelo Museu Naval, na figura de seu diretor, constantemente eram informadas as movimentações de acervo e doações recebidas aos jornais, bem como publicado na RMB, dando publicidade aos objetos que eram doados, mas principalmente aos seus doadores.

Por essas imagens podemos conhecer outros ângulos da sala central do Museu Naval. E concluir, em comparação com a Figura 16 e os registros feitos em anos posteriores, que a bandeira que flamulava na fragata *Amazonas* era posicionada

intencionalmente próxima a roda do leme e figura de proa da mesma embarcação apenas para este dia de comemorações e para os registros fotográficos. Ela não ficava constantemente exposta desta maneira. Tal fato nos evidencia que possivelmente havia o entendimento de não ser esta a melhor forma de expô-la em termos de conservação. Esta bandeira integra o acervo do Museu Naval desde 1884 constante inclusive em sua inauguração. Assim, possivelmente ela era exposta em vitrine, tal qual as outras o eram, e retirada para compor o altar de rememoração à Batalha Naval de Riachuelo.

Após a visita realizada pela Gazeta de Notícias, além da reprodução fotográfica, incluíram na matéria que “O Museu Naval é uma instituição curiosíssima. [...] Quando anteontem o visitamos, [...] tivemos essa impressão. O Museu é objeto de mil cuidados”<sup>422</sup>. E ainda diz mais, coloca que “O Sr. Xavier de Almeida por exemplo, dedicou-se de tal forma aquela patriótica montra do nosso passado guerreiro, que é hoje mais que um simples conservador de Museu - é um colaborador”<sup>423</sup>.

Observamos que a função exercida por Alberto Xavier de Almeida foi de extrema relevância para a boa conservação do acervo e da exposição do Museu Naval.

Henrique Boiteux em ofício ao Estado Maior da Armada, em 17 de julho de 1912, expõem que:

O operário do Arsenal de Marinha, Alberto Xavier de Almeida, que exerce perto de cinco anos, com verdadeiro carinho e zelo, tem contribuído extraordinariamente sem despesas para o erário público para o seu enriquecimento. Não dispondo este museu de verba para aquisição e conserto de objetos que dizem respeito à nossa marinha, tem ele com o seu lápis contribuído com números quadros e reconstruído, pela sua especialidade, quase todos os modelos de nossos antigos navios, fazendo assim revivê-los<sup>424</sup>.

Neste ofício, o diretor coloca suas ponderações quanto a importância da criação do lugar do zelador do museu, cujo projeto estava na Câmara dos Deputados, e destaca que o aumento previsto com o gasto, considerando a diferença do salário dessa função não seria “avultada levando em conta do que tem produzido e produzirá, em benefício deste Museu”<sup>425</sup>.

Na sessão de 17 de agosto de 1912 a Comissão de Finanças deu seu parecer favorável ao Projeto n. 300, que criava o lugar de zelador do Museu Naval. Após tal aprovação, o projeto esteve em pauta em diversas sessões<sup>426</sup> da Câmara dos Deputados

<sup>422</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 11 de junho de 1912 ed. 163 p.1

<sup>423</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 11 de junho de 1912 ed. 163 p.1

<sup>424</sup> Ofício n. 100 de 17 de julho de 1912 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Estado Maior da Armada. ARQMAR 15484.

<sup>425</sup> Ofício n. 100 de 17 de julho de 1912 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Estado Maior da Armada. ARQMAR 15484.

<sup>426</sup> Presente nas pautas das sessões de 24, 26, 28, 29, 30, 31 de agosto; Nas sessões de 02, 03, 04, 05, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30 de setembro; e nas sessões 01, 02, 04, 05, 07 de outubro.

nos meses de agosto, setembro e outubro. Na sessão de 08 de outubro de 1912 é apresentada a redação final do projeto. A efetiva criação do cargo foi formalizada pelo Decreto n. 2677 de 07 de dezembro de 1912. Ficando então criado o cargo de zelador do Museu Naval. A notícia foi divulgada nos jornais. Desde a aprovação pela Comissão de Finanças do Senado<sup>427</sup>, como a efetiva criação do cargo<sup>428</sup>. Tão logo é baixado o decreto que formaliza a função de zelador do Museu Naval, é indicado para este, como já previsto, Alberto Xavier de Almeida. Uma vez que “[...] tendo sido o projeto que criou esse lugar apresentado com intuito manifesto de aproveitar e recompensar os serviços do atual operário Alberto Xavier de Almeida, que virtualmente já o exerce há cinco anos”<sup>429</sup>.

Em agosto de 1912, Henrique Boiteux saiu da direção e quem assumiu interinamente, até a nomeação do próximo diretor, foi novamente o ajudante desta, Raul Tavares. Em outubro assume a direção o Capitão de Fragata Sebastião Guillobel<sup>430</sup>. Enquanto diretor, Raul Tavares, propôs ao Chefe de Estado Maior que as salas do Museu Naval e da Biblioteca fossem batizadas, com a intenção de rememorar os feitos e serviços prestados à repartição da Biblioteca e do Museu Naval. Ele propôs a seguinte atribuição:

Museu - primeira sala Marquês de Tamandaré; segunda Marcílio Dias; terceira Barão do Amazonas; Biblioteca: primeira sala Jaceguay; segunda, Saldanha da Gama; terceira Custódio de Melo; quarta Garcez Palha; quinta Lima Barros; sexta Eloy Pessoa; sétima Santos Porto. São esses os nomes geralmente apontados como sendo os daqueles que mais contribuíram para o desenvolvimento da biblioteca e Museu da Marinha<sup>431</sup>

Pelo caminho que percorremos até o momento, observamos que muitos dos nomes selecionados realmente tinham relação com a Biblioteca e o Museu. O despacho para esta sugestão foi positivo, entretanto com a ressalva de que “declaro ficar substituído o nome de Marcílio Dias, na sala indicada, pelo do Capitão Tenente Henrique Hoffsmith, primeiro diretor da biblioteca, onde serviu de 21 de novembro de 1846 a 9 de julho de 1850, conforme consta da respectiva história”<sup>432</sup>.

Em 31 de dezembro de 1912 o Presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca, visitou o Museu Naval. Visita que foi noticiada em jornais. “O Marechal Hermes examinou detidamente vários exemplares históricos que fazem parte daquele museu, e bem

<sup>427</sup> A Notícia (RJ) novembro 21 - novembro 22 de 1912 ed. 280 p.3

<sup>428</sup> A Imprensa (RJ) 8 de dezembro de 1912 ed. 1802 p.4

<sup>429</sup> Ofício n. 40 de 9 de dezembro de 1912 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Estado Maior da Armada. ARQMAR 15484.

<sup>430</sup> Ofício n.1 de 05 de outubro da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15484.

<sup>431</sup> Ofício n.125 de 21 de setembro de 1912 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Estado Maior da Armada. ARQMAR 15484.

<sup>432</sup> Ofício n. 125 de 21 de setembro de 1912 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Estado Maior da Armada. ARQMAR 15484.

assim os modelos dos novos vasos de guerra que ali se acham”<sup>433</sup>. Observamos que no Museu constavam modelos de navios recém incorporados à Marinha de Guerra, reforçando a ideia de que no Museu Naval não haviam só modelos antigos, mas que neste também estava representada a modernidade da Marinha. Os modelos dos navios que seriam construídos ou recém adquiridos também eram objetos que figuravam no Museu Naval. Como já registrado em momentos anteriores, mas em outras palavras, o Museu Naval era uma vitrine da Marinha. Ele expunha o passado, bem como registrava as escolhas presentes que evidenciavam o quão moderna era a instituição. Havia inclusive a preocupação por parte da direção de solicitar os modelos dos navios que ainda estavam em construção em estaleiros na Europa<sup>434</sup> e em receber os modelos de máquinas dos motores de diferentes navios que existiam no Arsenal de Marinha<sup>435</sup>. A exemplo é noticiado que “Estão no Museu de Marinha os modelos dos monitores *Javary*, *Solimões* e *Madeira* atualmente em construção nos estaleiros ingleses e destinados a nossa marinha de guerra”<sup>436</sup>. Ou seja, os navios que ainda estavam em construção e que futuramente seriam incorporados ao serviço ativo da Marinha, já tinham seus modelos representando a evolução, a modernidade técnica da frota que estava se estabelecendo no país.

No relatório referente ao ano de 1912 o diretor, o Capitão de Fragata Sebastião Guillobel informa ter sido o museu visitado por 2461<sup>437</sup> pessoas e registra que

Esta Diretoria não tem poupado esforços para melhorar as condições do Museu, ora comprando vitrines para guardar modelos dos nossos antigos navios, ora mandando pintar, envernizar e dourar molduras, assim como atacando a traça que procura devorar os objetos ali existentes<sup>438</sup>.

Neste ano, o pintor Carlos Balliester é contratado para realizar “[...] trabalhos de limpeza, douração nos quadros existentes no edifício do almirantado brasileiro”<sup>439</sup>. Recordamos que a última ação de restauração dos quadros havia sido realizada entre 1909 e 1910, e que nesta não foi incluída a duração das molduras. Em relação aos modelos e demais objetos, observamos que desde o destaque de Alberto Xavier de Almeida, se reduz os pedidos ao Arsenal no sentido de restaurar ou limpar algumas peças. Estas,

<sup>433</sup> A Imprensa (RJ) 31 de dezembro de 1912 ed. 1825 p. 2 / Correio Paulistano (SP) 31 de dezembro ed. 17759 p.4

<sup>434</sup> Ofício n. 25 de 29 de março de 1912 da Diretoria de Biblioteca e Museu da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Armada. ARQMAR 15483

<sup>435</sup> Ofício n. 43 de 17 de abril de 1912 da Diretoria de Biblioteca e Museu da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Armada. ARQMAR 15483

<sup>436</sup> O Paiz (RJ) 9 de novembro de 1912 ed. 10261 p.1

<sup>437</sup> Ofício n. 70 de 29 de janeiro de 1913 Relatório da Diretoria de Biblioteca e Museu da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Armada. ARQMAR 22006. verso p.90. Em relação a este valor destacamos que houve um erro na soma dos valores mensais apresentados no próprio relatório, que totalizam 2643 visitantes.

<sup>438</sup> Ofício n. 70 de 29 de janeiro de 1913 Relatório da Diretoria de Biblioteca e Museu da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Armada. ARQMAR 22006. p.90

<sup>439</sup> Ofício n. 47 de 20 de dezembro de 1912 da Diretoria de Biblioteca e Museu da Marinha a Secretaria do Almirantado. ARQMAR 15484

principalmente os modelos navais passaram a ser higienizados e conservados ativamente por este funcionário.

Outro elemento, para além dos que já vem sendo destacados, que agrega valor à nossa linha de pensamento que identifica no Museu Naval vinculação com o patrimônio de Ciência e Tecnologia é a oferta realizada pelo médico e inventor Capitão de Corveta Ribas Cadaval ao Museu Naval. Ele, que já havia ofertado anteriormente planos de um hospital modelo criado pelo próprio, remete ao Museu Naval, ficando este em exposição, seu invento denominado Cromo-dinamizador-solar. Esta invenção, que ganhou medalha de ouro na Exposição Nacional de 1908, por meio de prismas e uma solução de sais de platina, modifica a incidência dos raios solares, aplicando, o autor, este invento em testes para o tratamento de saúde, principalmente de questões de pele<sup>440</sup>. A remessa e aceitação de tal item à coleção do Museu Naval reforça que este se entendia como um espaço não só de registro do passado, mas da evolução do presente. Evolução esta técnica e científica. Para além das pinturas, esculturas, fotografias das personalidades e dos objetos pessoais que eram doados, grande parte da coleção do Museu tem relação direta com a evolução científica da Marinha, mas não se restringindo a esta uma vez que não se pode descolar esta instituição da realidade nacional e internacional .

Nos meses iniciais de 1913, a Diretoria de Biblioteca e Museu da Marinha continuava sem novo regulamento, ainda que tenha sido enviado proposta de alteração no início de 1912. O diretor retoma essa questão ao enviar informações para a organização de proposta do orçamento para o ano de 1914. O diretor envia o ofício n. 110 em 23 de abril de 1913<sup>441</sup> em atendimento a solicitação de informações sobre planejamento de verbas, mas antes de responder especificamente sobre as questões financeiras, ele inicia o documento apontando a necessidade de haver novo regulamento após a separação do Arquivo da Biblioteca e Museu. Bem como reforça a necessidade da alteração do cargo de contínuo para um cargo de zelador da biblioteca análogo ao do zelador do Museu e fala da necessidade de reajuste de salários. Também registra a necessidade de rever o valor referente à verba material. Apresenta a partir do reajuste dos valores alegando não ser o vigente adequado para aquisição do que era previsto na rubrica. O ano de 1913, assim como já houve outros, é um ano em que houve grande rotatividade no cargo de direção. Tal fato é inclusive registrado no relatório da repartição e reforçado no RMM. O Museu Naval continuava a ser local de visita de comitivas de militares de outros países.

---

<sup>440</sup> Correio da Manhã (RJ) de 20 de maio de 1913 ed.5224 p.4

<sup>441</sup> Ofício n. 110 de 23 de abril de 1913 da Diretoria de Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha ARQMAR 15484

No ano de 1913, no dia 16 de abril, o Museu Naval é visitado pelos cadetes da Marinha Japonesa que estavam no porto do Rio de Janeiro, a bordo do navio escola *Taisei Marú* que estava em viagem de instrução<sup>442</sup>.

A Biblioteca desde sua criação tinha como um de seus objetivos ser um lugar dedicado à instrução, fato que foi previamente apresentado nesta dissertação, e que esteve sempre presente em seus regulamentos. No ano de 1913 observamos que tal objetivo continuava vivo com a retomada da realização de conferências. Não que anteriormente não houvesse eventos e reuniões realizadas nos espaços desta, pelo contrário, a Biblioteca sempre foi um local de encontros. Mas neste momento se propôs, enquanto Diretoria da Biblioteca e Museu da Marinha, a realizar uma série de conferências ministradas por convidados externos à Marinha com entrada franca. Iniciou-se esta série em 12 de julho com a presença e conferência do Conde de Affonso Celso<sup>443</sup>, filho do Visconde de Ouro Preto que formalmente criou o Museu Naval.

Será Raul Tavares, ajudante da Repartição, que conduzirá os eventos. Na abertura da primeira conferência este expõe que:

[...] organizando a diretoria da Biblioteca e Museu da Marinha a série de conferências que hora tem o seu feliz início, não lhe moveram outros intuítos senão os de proporcionar a Marinha alguns momentos de prazer intelectual, como que, em poucos minutos, nos vai oferecer o espírito erudito, a palavra eloquente do excelentíssimo senhor Conde de Affonso Celso, transformando esta casa em centro de atração luminoso e utilitário<sup>444</sup>.

Dando continuidade em sua fala, apresenta o orador desta sessão e o tema que este falaria, sendo o papel da Marinha na História Nacional seu fio condutor.

Ainda em sua fala, Raul Tavares nos informa que:

O nosso dever e patriotismo impõe derramar por todas as camadas sociais a instrução científica, literária e artística, incitando o desejo de estudar, emular e trabalhar nas escolas, nos liceus, nas academias, nas sociedades, em palestras, em conferências, como as que hoje se iniciam nesta casa. [...] A instrução, por todas as maneiras, é essencial; é uma das maiores questões sociais; propaguemo-la por todos os modos, porque a instrução tem por fim transmitir de geração em geração os tesouros do progresso moral, intelectual e material que herdamos e com os quais marchamos, insensivelmente, do objetivo para o subjetivo<sup>445</sup>.

Ele seguirá falando da relevância da História, colocando esta enquanto “[...] grande farol, que ilumina e descreve a marcha ascendente do espírito humano” e do papel do historiador. Seu discurso é de grande valor pois nos dá a conhecer uma dimensão do pensamento de quem estava à frente, ainda que por período curto, dado o tempo que

<sup>442</sup> O Paiz (RJ) de 17 de abril de 1913 ed. 10419 p. 1

<sup>443</sup> Jornal do Commercio (RJ) de 12 de julho de 1913 ed. 192B p.4

<sup>444</sup> A Época (RJ) 13 de julho de 1913 ed.348 p.8

<sup>445</sup> A Época (RJ) 13 de julho de 1913 ed.348 p.8

esteve no cargo de ajudante, e a trajetória da Biblioteca e do Museu. Muitos são os documentos que foram consultados, mas como documentos administrativos, em sua maioria, nos fornecem uma perspectiva burocrática e nem sempre sensível do que se idealizava sobre o espaço da Biblioteca e do Museu. O discurso de Raul Tavares apresenta diversas camadas que evidenciam a preocupação deste, e conseqüentemente aplicada a repartição em que atuava, em propiciar os meios para instrução, para a propagação da história não enquanto estática, passado, mas como dinâmica, condutora da vida.

Observamos que no ano de 1914 ocorreu nova alteração estrutural na Diretoria de Biblioteca e Museu da Marinha, bem como na Marinha. A lei orçamentária n. 2842 de 3 de janeiro de 1914, que fixou a despesa para o exercício de 1914, autorizou a realização de nova reorganização administrativa na Marinha. Esta lei previu a modificação da verba da Diretoria da Biblioteca e Museu para a denominação, Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo (Brasil, 1914a p.1). Constatamos então que se reuniu, novamente, o Arquivo à Biblioteca e ao Museu, retornando ao que era em 1907. Sendo posteriormente promulgado novo regulamento para a repartição.

Em decorrência da reorganização administrativa da Marinha também observamos uma reorganização física da ocupação do prédio onde estava o Museu Naval. Foi restabelecido em, 10 de janeiro de 1914, o Conselho do Almirantado. O térreo permanecia destinado à Biblioteca e ao Museu Naval. O primeiro andar passa a ser ocupado pelo Conselho do Almirantado e pela Escola Naval de Guerra<sup>446</sup>. Já o segundo andar passou a ser ocupado “pela Inspetoria de Portos e Costas e Auditoria Geral da Marinha”<sup>447</sup>. A Escola Naval de Guerra foi formalmente inaugurada em 11 de junho de 1914, nas comemorações da Batalha Naval do Riachuelo.

Em janeiro de 1914 retornou pela quarta vez à direção o Capitão de Mar e Guerra Henrique Boiteux. É ele quem remete o relatório referente ao ano de 1913. Neste relatório mantêm as ponderações apresentadas no último relatório da repartição. Sobre o Museu Naval ele diz que “É sem dúvida alguma motivo para ufanarmos-nos com a existência do Museu Naval; ali estão reunidos troféus e relíquias que falam bem alto e que tem praticado a Marinha Brasileiras em prol da grandeza da Nação”<sup>448</sup>. Aqui podemos constatar o entendimento dos objetos do Museu Naval, como possuidores do poder de fala, como tendo capacidade de se comunicar com quem o visitasse. E através do discurso que apresentavam davam a conhecer a importância da ação da Marinha para a consolidação

<sup>446</sup> O Paiz (RJ) de 10 de janeiro de 1914 ed.10687 p.2 / Correio da Manhã (RJ) de 10 de janeiro de 1914 ed.5459 p.2 / Correio Paulistano (SP) 10 de janeiro de 1914 ed. 18131 p.4

<sup>447</sup> O Paiz (RJ) de 10 de janeiro de 1914 ed.10687 p.2 / Correio da Manhã (RJ) de 10 de janeiro de 1914 ed.5459 p.2

<sup>448</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1914 da Diretoria da biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. verso p.98

das atuais condições do país. Registra também, assim como seus antecessores, a limitação espacial e os visitantes anuais que somavam um total de 4925 pessoas<sup>449</sup>. Sobre a questão espacial é enfático em seu relatório referente ao ano de 1914, onde registra que

[...] dia-a-dia, tem avolumado o número de ofertas que muito tem contribuído para o seu engrandecimento [...] Infelizmente as salas para acondicionar tão preciosas coleções já se tornam pequenas e por essa razão não podem elas destacar-se como merecem<sup>450</sup>.

Como já mencionado sobre ele, este era bem ativo quanto a identificação e solicitação de objetos para o Museu Naval. Em sua quarta direção não seria diferente, pelo contrário, durante o ano de 1914 podemos observar que tal se deu ainda mais incisivamente. Ele registra no relatório que suas solicitações para o Museu Naval, em específico em 1914, visavam preparar este para a comemoração do Centenário da Independência. Henrique Boiteux diz que:

Aproximando-se a data do primeiro centenário de nossa independência política, penso que não é cedo para desde já preparar elementos com que deve concorrer a marinha para mostrar ao povo e ao mundo o que fez ela durante esse tempo para a grandeza do Brasil<sup>451</sup>.

Observamos então uma preocupação do diretor em enriquecer quantitativamente e qualitativamente o acervo do Museu Naval fim este se apresentar da forma mais adequada, que este julgava, perante o público e ao mundo, os feitos da Marinha neste primeiro centenário da emancipação política.

As doações e encaminhamentos de objetos para o Museu Naval eram registrados nos jornais, que iniciavam as notícias com alusão ao empenho que o Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar, estava tomando. Registramos que era em concordância ao que pelo Museu Naval era solicitado, na figura de seu diretor, Henrique Boiteux, para “reunir no museu naval, relíquias esparsas pelo nosso país, referentes a nossa história militar, para ao celebrarmos o primeiro centenário de nossa Independência, se avaliar do concurso da Marinha no desenvolvimento da vida nacional”<sup>452</sup>.

Se registrava que:

O Museu de Marinha está procurando desde alguns meses, por iniciativa do Senhor ministro da Marinha e auxiliado pelo seu prestimoso diretor, o senhor capitão de mar e guerra Henrique Boiteux, aumentar as suas sessões, a fim de que se possa reconstituir, dentro de pouco tempo, toda a história de Nossa Marinha, desde o início de sua formação<sup>453</sup>.

<sup>449</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1914 da Diretoria da biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. p.104

<sup>450</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1915 da Diretoria da biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. verso p.108

<sup>451</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1915 da Diretoria da biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. p. 109

<sup>452</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 12 de maio de 1914 ed. 131 p.3

<sup>453</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 18 de maio de 1914 ed. 137 p.3

As solicitações dos objetos eram realizadas diretamente por Henrique Boiteux a quem este conhecia ou julgava possuir os objetos que ele intencionava que fossem doados ao Museu Naval. Seu contato era realizado por meio de cartas e ofícios a particulares, sejam integrantes da Marinha ou não, bem como a instituições variadas. E essas ações eram também noticiadas pelos jornais, bem como continuava a ser divulgado na RMB a solicitação pelos retratos dos Ministros que continuavam a faltar na coleção.

Uma publicação impressa em 1914 que muito nos interessa é o Grande Livro Continente Americano, de Cesar A. Estrada. Nos deteremos a olhar o que este nos indica em relação ao Museu Naval. Em primeiro lugar destacamos a presença do retrato de Henrique Boiteux em uma das páginas que é ilustrada com o título Personalidades do Brasil. Entre outros, seu retrato figura entre o do Barão de Teffé e o de Henrique Bernardelli, o que evidencia a importância que o diretor do Museu Naval, no período, possuía na sociedade brasileira.

Outro ponto que nos interessa neste livro se apresenta na seção relativa à Instrução Pública onde apresenta suas informações com uma série de perguntas. Dentre elas estão as seguintes: “Que número de Museus públicos tem a Capital? 9 [...] Qual o nome dos mesmos Museus? Museu Nacional, da Marinha, Comercial, Agricultura, Pescaria, Militar, Sociedade Geográfica, Histórico” (Estrada, 1914 p.144). Por estas perguntas observamos a consideração atribuída em relação ao Museu Naval ao considerá-lo no elenco que apresenta e tão logo em segunda posição. Ainda que a resposta com os nomes dos museus não some o total de nove museus, como a primeira indica, não interfere na importância de ver o Museu Naval, dentre os que são identificados. Ressaltamos que não identificamos outras referências na publicação quanto ao que se denomina como museu histórico, mas em comparação com outros documentos e notícias do período inferimos se tratar de um museu histórico existente no Arquivo Nacional. Também consta no livro a reprodução da pintura de Victor Meirelles - Combate Naval do Riachuelo - onde coloca sob o título ser este “Um dos mais importantes quadros pintados por um artista Brasileiro” (Estrada, 1914 p.304) e na legenda indica que o quadro era “De propriedade do Almirantado e Museu de Marinha do Rio de Janeiro” (Estrada, 1914 p.304). Como já mencionado, não houve espaço para todas as pinturas do acervo do Museu Naval ficarem expostas quando da mudança em 1907. O quadro em questão estava na sala das sessões do Conselho do Almirantado.

Outros registros valiosos que esta publicação nos fornece é a reprodução fotográfica de partes internas da Biblioteca e do Museu Naval, que aqui nos vale reproduzir.

Na Figura 19 podemos visualizar como era o gabinete do diretor, em uma das salas do térreo, bem como na mesma figura observamos uma das salas do Museu Naval, que até

então não tínhamos visualização de como seria. Nela conseguimos ver detalhes das vitrines dos modelos navais bem como outros itens. Um dos itens que a própria publicação destaca é o invento de Henrique Boiteux, o escafandro fotográfico, um aparelho que conseguia fotografar no fundo do mar. Aparelho que demonstra não só a competência deste homem nos assuntos históricos, mas também nos assuntos técnicos científicos. Esta peça foi recolhida ao Museu Naval por determinação do Ministro da Marinha em 1914 como oferta do autor, que estava então na função de diretor do Museu. Tal ação, de recolher este invento ao acervo, evidencia novamente a associação do Museu Naval para além dos assuntos históricos, sendo também um divulgador dos avanços científicos. Observamos que o acervo foi disposto para melhor aparecer na fotografia, com o posicionamento das peças ao chão próximo das vitrines, e dada a disposição deles.

Figura 19 - Imagens de partes internas do Museu Naval



Fonte: ESTRADA, Cesar. A. Grande livro Continente americano : conhecimento exacto, preciso e sincero das secção da america... Republica dos Estados Unidos do Brasil.-Rio de Janeiro, RJ : "Jornal do Commercio", 1914. p.316

Reproduz, como vemos na Figura 20 imagens da Biblioteca, as duas superiores, e outros ângulos do Museu Naval, as duas inferiores, em uma colagem. Apresenta o Museu Naval da seguinte forma.

O Museu de Marinha do Rio de Janeiro, na sua classe é a instituição mais importante do Continente Americano na parte latina. Só nos Estados Unidos e na Europa tem competidores. O Capitão de Mar e Guerra Sr. Henrique

Boiteux, seu diretor atual, tem elevado a enorme altura esta seção importante da Marinha Brasileira (Estrada, 1914 p. 317).

Figura 20 - Imagens da Biblioteca e do Museu Naval em 1914



Fonte: ESTRADA, Cesar. A. Grande livro Continente americano : conhecimento exacto, preciso e sincero das secção da america... Republica dos Estados Unidos do Brasil.-Rio de Janeiro, RJ : "Jornal do commercio", 1914. p.317

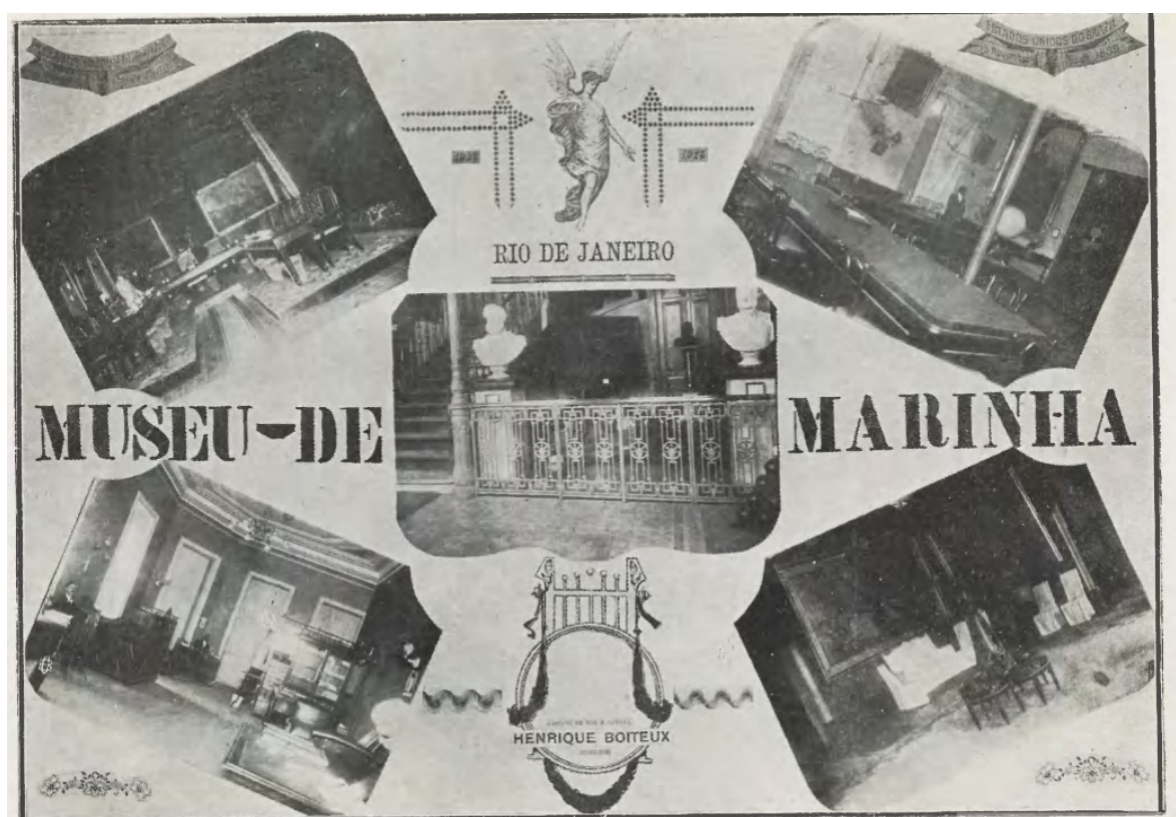
Nas duas imagens inferiores da Figura 20 podemos visualizar ângulos de outras salas do Museu Naval. Nestas imagens vemos duas estantes vitrines onde observamos bandeiras e outros itens, bem como verificamos o uso da parte superior do teto acima dos móveis para a colocação de quadros.

Os últimos registros do Museu Naval que esta publicação nos possibilita conhecer são de outras salas do prédio, que apesar de estarem sob a identificação Museu de Marinha, não eram efetivamente ocupadas por este, mas sim pelas outras repartições que

ocupavam o edifício. Entretanto são de grande valor tais imagens pois podemos observar as pinturas, que integravam o acervo no Museu Naval nestas outras salas.

Na Figura 21, ao centro da imagem, efetivamente como sendo um espaço do Museu Naval, observamos o hall de entrada deste, em que vemos dois bustos e um gradil ao lado direito, do espectador, da escada principal de acesso ao primeiro andar. As demais salas são dos andares superiores do prédio.

Figura 21 - Imagens de salas do prédio do Almirantado



Fonte: ESTRADA, Cesar. A. Grande livro Continente americano : conhecimento exacto, preciso e sincero das secção da america... Republica dos Estados Unidos do Brasil.-Rio de Janeiro, RJ : "Jornal do Commercio", 1914. p.318

Durante o ano de 1914 o Museu Naval teve o acréscimo de diversas peças. Dentre elas observamos o envio das figuras de proa que ornavam a Escola Naval<sup>454</sup>, dentre elas as que haviam sido remetidas do próprio Museu Naval para esta em 1896. Alguns foram os jornais que publicaram sobre o envio de tais peças e um entre estes destaca que

No Museu Naval há, porém, documentos que atestam também o valor do brasileiro em tempo de paz, quando o adormecimento dos ardores

<sup>454</sup> Ofício n. 47 de 12 de fevereiro de 1914 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha para a Escola Naval. ARQMAR 15484.

guerreiros melhor permitem a expansão do esforço criador. Por isso, destacamos também o modelo do cruzador trajano, tipo nacional, construído no nosso Arsenal de Marinha, pelo saudoso engenheiro naval capitão tenente Trajano Augusto de Carvalho. Esse modelo, maravilha de perfeição, para maior satisfação nossa, foi feito por um carpinteiro-calafate do nosso Arsenal, que nesse trabalho por um tal cuidado que digno se torna da referência que lhe fazemos no final desta notícia<sup>455</sup>.

A todo momento Henrique Boiteux destacava a associação que este fazia entre o Museu Naval e o valor patriótico deste, e que doar para este era manifestar o patriotismo. De maneira geral, neste ano, ao fazer suas solicitações iniciava, com algumas variações, da seguinte forma

O Museu da Marinha, guarda de nossas tradições, no interesse de reunir as relíquias existentes que lembrem os grandes feitos da nossa Marinha para expô-las ao público, a fim de que não sejam elas ignoradas, vem pelo presente fazer um apelo a vossa generosidade<sup>456</sup>.

E destacava nas cartas de agradecimento que a doação realizada era “[...] preciosa dádiva que vem de modo tão evidente e patriótico enriquecer o nosso museu”<sup>457</sup>.

Neste ano também, por meio de solicitação de Henrique Boiteux, quem prestará apoio para a movimentação de acervo entre diferentes pontos da cidade do Rio de Janeiro e o Museu Naval será o Corpo de Bombeiros. Este apoio já havia ocorrido em outros anos, mas neste momento será mais frequente esta solicitação. O diretor solicitou diversas vezes apoio de viaturas para o transporte de peças de grandes dimensões e pesadas, sendo plenamente atendido pelos Bombeiros. Entre esses transportes estão os de duas maquetes do monumento ao Almirante Barroso, de autoria do professor Adolpho Morales de Los Rios<sup>458</sup>, de máquinas de navios<sup>459</sup>, canhões<sup>460</sup>, e o transporte de material do forte do Príncipe da Beira<sup>461</sup>, entre outros pedidos. Sobre este último, relativo ao material do forte Príncipe da Beira nos deteremos um pouco mais neste momento.

Em expedição liderada pelo Almirante José Carlos de Carvalho, em 1913, foi localizado e registrado o Forte Príncipe da Beira, no Estado do Mato Grosso, de origem portuguesa e que se encontrava em condições de abandono. Enquanto encarregado da

<sup>455</sup> A Notícia (RJ) abril 3 - abril 4 de 1914 ed. 79 p.1

<sup>456</sup> Ofício n. 41 de 10 de fevereiro de 1914 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Capitão de Mar e Guerra Pedro Max Frontin. ARQMAR 15484

<sup>457</sup> Ofício n. 94 de 14 de abril de 1914 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Almirante Henrique Pinheiro Guedes ARQMAR 15484

<sup>458</sup> Ofício n. 105 de 30 de abril de 1914 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Comandante do Corpo de Bombeiros. ARQMAR 15484.

<sup>459</sup> Ofício s/n de 20 de junho de 1914 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Comandante do Corpo de Bombeiros. ARQMAR 15484.

<sup>460</sup> Ofício s/n de 1 de julho de 1914 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Comandante do Corpo de Bombeiros. ARQMAR 15484.

<sup>461</sup> Ofício s/n de 5 de maio de 1914 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Comandante do Corpo de Bombeiros. ARQMAR 15484.

expedição, o Almirante destinou ao Museu Naval o que era possível deste retirar, como canhões e parte da porta deste.

Na documentação consultada, observamos que foi publicado que tais objetos seriam destinados ao Museu Nacional, mas o que confirmamos é que o destino do canhão e da porta foi efetivamente o Museu Naval. Identificamos inclusive o registro de ser um equívoco à destinação de tais objetos ao Museu Nacional, como vemos publicado no Correio Paulistano, em que este coloca que

O Dr. Pedro de Toledo, ministro da Agricultura, devolveu ao seu colega da Marinha um conhecimento do lote brasileiro referente a três volumes contendo um portão de ferro e dois canhões que pertencem ao Forte Príncipe da Beira, na fronteira do Mato Grosso, arrecadados pelo almirante José Carlos de Carvalho, para o Museu de Marinha e que, por engano, foram enviados para o Museu Nacional<sup>462</sup>

Uma curiosidade a ser relatada em relação ao Almirante José Carlos de Carvalho é que entre outros feitos, este esteve à frente da comissão científica de transporte do meteorito Bendegó do interior do estado da Bahia para o Museu Nacional em 1887-1888<sup>463</sup> e foi ele quem apresentou e defendeu a criação do cargo de zelador para o Museu Naval em 1911 na Câmara dos Deputados, como visto anteriormente.

Seja por posterior mudança na destinação ou por um equívoco<sup>464</sup> na publicação do texto, fato é que os objetos tiveram o destino o Museu Naval. É fato também que foram enviados dois canhões e não apenas um, além da porta.

Como dito, foi solicitado apoio ao Corpo de Bombeiros para o transporte de três volumes, contendo canhões de bronze e um pedaço de uma porta do Cais do Porto do Rio de Janeiro para o Museu Naval em 05 de maio de 1914<sup>465</sup>.

O diretor enviou carta de agradecimento ao Almirante José Carlos de Carvalho em que registra estar

De posse este Museu, de dois canhões de ferro e de dois pedaços de porta do forte Príncipe da Beira, tão gentilmente, aliás generosamente ofertados por V. Ex., venho cheio de sinceros agradecimentos, testemunhar o meu reconhecimento por tão valiosas relíquias, que dizem respeito a nossa história militar; lembrarão elas em todo tempo o inaudito e patriótico esforço de V. Ex. em salvá-las de uma perda certa fazendo-as conduzir para esta Capital<sup>466</sup>.

<sup>462</sup> Correio Paulistano (SP) 5 de novembro de 1913 ed. 18066 p.5

<sup>463</sup> Para saber mais indicamos o relatório produzido pelo Almirante José Carlos de Carvalho sobre a remoção do Meteorito Bendegó disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/32/1/bendego-port%20ocr.pdf> Acesso em 01 jan 2025.

<sup>464</sup> Durante a realização da pesquisa verificou-se em alguns momentos a troca do termo naval por nacional em outras matérias de jornal e documentos.

<sup>465</sup> Ofício s/n de 5 de maio de 1914 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Comandante do Corpo de Bombeiros. ARQMAR 15484.

<sup>466</sup> Carta de 20 de maio de 1914 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Sr. Almirante José Carlos de Carvalho. ARQMAR 15484.

O diretor do Museu Naval demonstra nesta carta também sua preocupação com as informações sobre as peças onde solicita ao doador que “Muito desejaria ter dados exatos quanto a retirada delas, para poder figurar no competente histórico, e nesse sentido venho solicitar de vossa excelência a gentileza de completar o histórico”<sup>467</sup>. O que evidencia a prática de manter o registro sobre as peças que eram doadas, fato que já observamos nos anos anteriores em relação ao Museu Naval, e que continuava a ser uma preocupação institucional.

Novamente verificamos a reprodução de imagens do acervo do Museu Naval no contexto das comemorações da Batalha Naval do Riachuelo. Como observamos publicado na Gazeta de Noticias que também descreve alguns itens do acervo do Museu Naval. Ela nos diz que

À entrada do museu estarão também em exposição os bustos em mármore dos almirantes Barroso, que estampamos; Tamandaré e Inhaúma e Barão de Angra. Ali também serão vistos os canhões que serviram no forte Príncipe da Beira, cuja porta também damos em fotografia. [...] Ainda na entrada do Museu há as figuras de proa dos navios paraguaios “Villa del Salto” e “Taquary”, que também reproduzimos. Ambos esses navios tomaram parte no feito do Riachuelo.

Esta descrição nos possibilita verificar quais eram os bustos que estavam na entrada do museu e que podem ser vistos na Figura 21 bem como perceber, o que era dito pelos diretores, que efetivamente o espaço do Museu Naval já estava se esgotando, uma vez que as peças passaram também a figurar no hall de entrada e não só nas três salas a este destinadas. Tais bustos foram enviados pela Biblioteca do Exército, após requisição do diretor Henrique Boiteux em 1912<sup>468</sup> cujo transporte foi auxiliado pelo Corpo de Bombeiros da cidade<sup>469</sup>.

Outras imagens são utilizadas para ilustrar sobre o evento. No Jornal do Brasil, em 11 de junho de 1914, reproduzem duas pinturas, o quadro de Victor Meirelles, do acervo do Museu Naval, e outro o retrato de Francisco Manoel Barroso, o Almirante Barroso, que não podemos garantir ser do Museu Naval, mas muito provavelmente o era.

Também o Jornal do Brasil registra, no dia posterior ao evento, em relação ao Museu Naval, que este “[...] apresentava um aspecto festivo achando-se todo embandeirado [...]. Viam-se ali em exposição, as relíquias do grande feito, troféus, roda do leme da fragata *Amazonas*, e outros objetos que foram admirados por todos pela sua cuidadosa conservação”<sup>470</sup>. Destaca-se que apesar de todas as dificuldades que a instituição possuía

<sup>467</sup> Carta de 20 de maio de 1914 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Sr. Almirante José Carlos de Carvalho. ARQMAR 15484.

<sup>468</sup> Recibo s/n de 25 de julho de 1912. ARQMAR 15484

<sup>469</sup> Ofício n. 104 de 26 de julho de 1912 da Diretoria da Biblioteca e Museu da Marinha ao Chefe do Corpo de Bombeiros. ARQMAR 15484

<sup>470</sup> Jornal do Brasil (RJ) de 12 de junho de 1914 ed.163 p.8

para a adequada conservação do seu acervo, esta ainda era uma característica positiva em relação à percepção por quem o visitava. O jornal O Paiz nos diz que

Este museu foi franqueado ao público desde as primeiras horas da manhã, até as 16 horas. Foi avultado um número de pessoas que a ele afluíram, inclusive uma comissão de veteranos do Paraguai, e suas famílias. No Museu Naval achava-se enfeitada com flores naturais a roda do leme do Riachuelo, bem como a sua poderosa couraça, em que se viam várias partes molgadas, produzidas pelas balas inimigas. A figura de proa do Riachuelo também estava enfeitada com flores naturais e cercada por inúmeros oficiais de marinha<sup>471</sup>.

Como já indicado, em referência às comemorações realizadas em 1912 do mesmo evento, a organização do acervo relativo à Batalha Naval do Riachuelo, para a comemoração da data, se dava como um altar. A presença de flores nas peças evidencia ainda mais o culto que se prestava àqueles que enfrentaram tal feito. Naquele momento, além de objetos históricos de valor reconhecido, eram um monumento à memória dos heróis e da glória nacional. O evento, cerimonial, comemorativo evidenciava com mais força o poder simbólico dos objetos que figuravam no Museu Naval. Neste ano o diretor “[...] organizou para hoje um ligeiro festival comemorando o grande feito de Barroso”<sup>472</sup>.

Também em 11 de junho de 1914 é inaugurada a Escola Naval de Guerra<sup>473</sup>. Localizando-se do lado direito no primeiro andar<sup>474</sup>.

Destacamos uma fotografia, Figura 22, da primeira turma em que podemos observar dois grandes quadros, que eram do Museu Naval.

---

<sup>471</sup> O Paiz (RJ) de 12 de junho de 1914 ed.10840 p.4

<sup>472</sup> Jornal do Brasil de 11 de junho de 1914 ed. 162 p.9

<sup>473</sup> Hoje denomina-se Escola de Guerra Naval.

<sup>474</sup> Jornal do Brasil de 11 de junho de 1914 ed. 162 p.9

Figura 22 - Fotografia de sala ocupada pela Escola Naval de Guerra



Fonte: Reprodução de ESCOLA de Guerra Naval (EGN). Escola de Guerra Naval: 100 anos de história. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2014. p.24 e 25. Acervo original consta ser da Fundação Biblioteca Nacional. Não há data do registro.

Diretamente ao fundo observamos um quadro de Eduardo De Martino retratando a chegada da Imperatriz Teresa Cristina na fragata Constituição em 1843. Bem como outro que não podemos ter clareza de qual era. Essas, e outras, eram as pinturas do Museu Naval que se encontravam espalhadas pelo prédio, por não haver nas salas destinadas condições espaciais para expô-los.

Ao final do ano de 1914 foi escolhido o Museu Naval como local para a guarda e exposição temporária do prêmio “[...] ‘Independência’ instituído e oferecido a Armada Nacional pelo senhor Alberto de Lemos Bastos a ser conferido ao submergível que melhores provas de lançamentos de torpedos efetuar no decorrer do ano de 1915”<sup>475</sup>. O prêmio ficaria exposto ao público até a data de sua entrega ao submergível vencedor.

Em seu último dia à frente desta direção, Henrique Boiteux remete seu relatório referente ao ano de 1914, e registra que “[...] cada visita feita a este santuário de patriotismo, fazia nascer a convicção de que não se perderá nossa tradição e que novos elementos viriam aumentar a coleção existente”<sup>476</sup>. O Museu Naval se apresentava como o receptáculo das tradições e dos valores pátrios. Ele segue com ressalvas ao tamanho das salas destina ao Museu e indica sua visão onde diz que

<sup>475</sup> Ofício s/n de 30 de dezembro de 1914 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Sr Primeiro Tenente Elysario Pereira Pinto. ARQMAR 15484.

<sup>476</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1915 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.108

Estou certo que em época não remota, outra feição será dada a este Museu, a fim de agrupar em salas próprias as diversas seções de que se compõe. Confundidas atualmente, por falta de espaço, as seções de história, de artilharia, máquinas, de construções e pesca não tem realce<sup>477</sup>.

Aqui constatamos formalmente que as peças estavam misturadas entre si segundo a lógica de organização que se julgava adequada. A indicação de seções aqui, tal qual foi nomeada não é diretamente como constava nos catálogos, mas uma categorização maior das seções e tipos de objetos que organizaram para este.

Em relação à visitação, o relatório informa um total de 4341 visitantes<sup>478</sup> do Museu Naval em 1914.

Em 13 de janeiro de 1915 é nomeado para o cargo de diretor da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha o Capitão de Fragata Arthur Lopes de Mello. A partir deste momento observamos que os livros de registro dos documentos enviados pela repartição não se apresentam de forma tão descritiva como ocorria até então. Nos registros anteriores, pela forma como eram escritos os ofícios, era possível compreender qual era especificamente a demanda a partir da resposta sobre determinado assunto. Nesta nova forma de registrar os ofícios enviados, muitas vezes não é possível conseguir acessar todas as camadas do assunto de que este trata por apresentar de forma bem mais sucinta e direta a resposta prestada, bem como o registro do envio desta, onde em alguns anos ocorre de conter apenas o assunto geral que o ofício versa e sua data de envio, sem registrar efetivamente o conteúdo informado.

Verificamos que durante o ano de 1915 o Museu Naval continuou a receber doações voluntárias. Entretanto, não verificamos uma ação ativa de busca por acervos como observamos com Henrique Boiteux, e sim um recebimento passivo de objetos que os doadores julgavam serem relevantes para o Museu Naval. Seja por vinculação à personalidades e/ou fatos marcantes bem como por interesse próprio. Em grande parte de sua existência foram essas doações voluntárias que se apresentaram em maior quantidade para a formação do acervo do Museu Naval.

Fato curioso foi uma ação criminosa publicada no jornal A Noite onde após a realização de roubos em diferentes instituições os executores (jornalistas) narram os fatos em matéria cujo título era: "Como é fácil roubar! Objetos importantes roubados à Biblioteca e a três museus! Uma reportagem que prova a desídia na Biblioteca Nacional e nos Museus Nacional, Naval e Caça e Pesca"<sup>479</sup>. Esta ação na verdade era a segunda do mesmo tipo. O

---

<sup>477</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1915 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.108

<sup>478</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1915 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.116

<sup>479</sup> A Noite (RJ) de 14 de maio de 1915 ed. 1216 p.1

primeiro roubo bem sucedido havia sido na Escola de Belas Artes. Nesta ação, começaram pela Biblioteca Nacional e após esta se dirigiram ao Museu Naval. Para além do furto efetivamente realizado, a descrição da ação nos fornece informações valiosas quanto aos procedimentos do Museu. Ainda que a fragilidade de segurança fosse uma delas, podemos observar os procedimentos relativos ao registro de visitantes e ao registro e identificação das peças. Ao narrar os fatos na ação criminosa no Museu Naval nos dizem que “Era preciso deixar os nomes no livro de visitantes”<sup>480</sup>. Esta informação nos confirma que havia um efetivo controle dos visitantes do museu, e que este era realizado por meio de livro, que documentava a presença e possibilitava realizar a soma do quantitativo mensal e fornecer as estatísticas de visitação. Outro ponto que destacam no relato é a ausência de funcionários pelas salas e corredores, o que favorecia a execução do furto pretendido. Por fim descrevem o furto de um objeto.

Apanhámos o objeto que mais se encontrava à mão e metemo-lo no bolso de dentro do casaco, um bolso largo e fundo. Era uma objeto pesado, ao qual se achava presa uma etiqueta com dizeres. Cá fora, logo ao dobrar a esquina, nos punhamos a observar. Era um escudo de bronze pertencente a um dos escaleres do Solimões. A etiqueta dizia assim: N.625 - Escudo do escaler que escapou do naufrágio do couraçado Solimões, em Cabo Polônio<sup>481</sup>.

Por esta descrição verificamos que as peças possuíam etiqueta individual, com as informações, número e identificação, tal qual constava no catálogo. O que permitia o visitante identificar e conhecer os itens que estavam em exposição.

Ainda que os objetos se encontrassem misturados em suas diferentes tipologias nas salas, era possível o visitante saber o que cada peça era e seu contexto histórico.

Seguem narrando a ação que realizaram em outros dois museus: Caça e Pesca e Nacional. Na Figura 23 podemos verificar a imagem dos itens roubados e visualizar a etiqueta sobre a peça marcada com número 4. Ao final da matéria relatam que “[...] fizemos entrega do nosso museu daltas reportagens ao Dr. Heitor Lima, 3º delegado auxiliar, que se achava de serviço no Palácio da Polícia”<sup>482</sup>.

---

<sup>480</sup> A Noite (RJ) de 14 de maio de 1915 ed. 1216 p.1

<sup>481</sup> A Noite (RJ) de 14 de maio de 1915 ed. 1216 p.1

<sup>482</sup> A Noite (RJ) de 14 de maio de 1915 ed. 1216 p.1

Figura 23 - Fotografia dos objetos constantes na matéria do jornal A Noite (RJ)



Fonte: A Noite (RJ) de 14 de maio de 1915 ed. 1216 p.1

A matéria foi publicada em 14 de maio de 1915, mas nela não consta a data exata da ação que foi cometida, sendo o escudo devolvido pela polícia ao Museu Naval em 2 de junho de 1915<sup>483</sup>.

No dia 15 de maio de 1915 o diretor encaminha o relato, feito pelo encarregado do museu (zelador) onde este narra o ocorrido, ao Ministro da Marinha em seu ofício n. 115. O diretor pondera que

Pela narração teréis ocasião de apreciar a forma deste novo e original esporte, que simplesmente denota habilidade do repórter da “Noite” em assuntos desta natureza. A impossibilidade de revistar o visitante ao sair ou de fazer acompanhar cada um deles por um empregado, explica perfeitamente o sucedido, que o autor deste esporte para alardear o seu notável trabalho qualifica de desídia<sup>484</sup>.

No relatório da repartição referente ao ano de 1915 observamos que novamente são destacadas ressalvas quanto à localização do Museu e ao seu espaço físico. O diretor registra que este “[...] é muito prejudicado pela poeira e pelo seu desenvolvimento necessita de salas amplas para que dividido em seções possa o visitante apreciar os objetos expostos”<sup>485</sup>. Neste ano registra que a verba para o seguro contra incêndio não era mais

<sup>483</sup> Ofício n. 134 de 2 de junho de 1915 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Chefe de Polícia do Distrito Federal. ARQMAR 15484.

<sup>484</sup> Ofício n. 115 de 15 de maio de 1915 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15484.

<sup>485</sup> Relatório em 31 de dezembro de 1915 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22066. p. 118

disponível e de tal forma não estava mais o acervo assegurado. Verificamos que tal verba aparece em última designação para o ano de 1913, não constando para o ano de 1914 no balanço das contas do respectivo ano (Brasil, 1928 p.206).

Neste relatório o diretor, o Capitão de Fragata Arthur Lopes de Mello, reproduz de forma bem resumida e de certa maneira equivocada o histórico das datas referentes ao Museu Naval. Com o passar dos anos, verificamos que a própria construção e registro da trajetória do Museu Naval foi pela própria instituição realizado com equívocos, o que futuramente abrirá margem para o desconhecimento de sua trajetória.

Retornando ao que o diretor pontua, observamos uma visão mais crítica, em relação ao Museu, ao mesmo tempo em que buscava melhores condições para este. Ele pondera que

O seu desenvolvimento tem sido grande, convém dizer que ele não representa verdadeiramente um museu, mas um depósito de objetos para a formação de um futuro museu dividido convenientemente em seções, como são os seus similares, a fim de que o visitante possa apreciar os objetos exposto pelas suas divisões históricas, oceanográficas, etc<sup>486</sup>.

Ele ressalta o valor da coleção do Museu e que tal coleção, principalmente dos quadros “[...] constituem o belo passado da nossa Marinha, produzindo ao visitante este amor patriótico que se deve ter pelos defensores da nossa Pátria e a convicção de que cada cidadão deve concorrer com todo o seu esforço pessoal para a sua defesa”<sup>487</sup>.

Como já evidenciado, novamente constatamos a presença do vínculo do Museu Naval com o sentimento patriótico e seu acervo como favorecedor deste valor em seus visitantes. Destaca também ao apresentar a estatística do ano, que somava 4044 visitantes, que em janeiro de 1915 o Museu Naval foi visitado pelo Presidente da República e pelo Ministro da Marinha<sup>488</sup>.

No ano de 1916 o diretor divulgou no Diário Oficial o retorno anual à visitação em 17 de janeiro e o funcionamento do Museu Naval de 11h às 16h<sup>489</sup>. Duas horas a mais do que previsto pelo regulamento vigente desde 1914. Neste ano veremos novamente pedidos que visavam a realização de consertos no prédio. A claraboia continuava a possibilitar a entrada

---

<sup>486</sup> Relatório em 31 de dezembro de 1915 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22066. p. 120

<sup>487</sup> Relatório em 31 de dezembro de 1915 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22066. p. 120

<sup>488</sup> Relatório em 31 de dezembro de 1915 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22066. verso p. 126

<sup>489</sup> Ofício n. 321 de 17 de janeiro de 1916 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Diretor da Imprensa Nacional. ARQMAR 15484

de água das chuvas, alagando inclusive uma das salas do Museu<sup>490</sup>, bem como as paredes apresentavam danos<sup>491</sup>.

Em junho de 1916 quem assumiu o cargo de diretor foi o Capitão de Mar e Guerra José Libaneo Lamenha Lins de Souza.<sup>492</sup> Em setembro de 1916 observamos que novamente é remetido as respostas aos questionários encaminhados pela Diretoria geral de Estatística, com a frequência do museu nos anos de 1906-1907 e 1914-1915<sup>493</sup>. Evidenciando que o Museu Naval continuava a ser considerado entre os principais museus do país.

O ajudante da repartição, Capitão Tenente Samuel Pinheiro Guimarães, ao oferecer objetos que pertenceram a seu pai, o general Dr. Francisco Pinheiro Guimarães, estes troféus da Guerra do Paraguai, registra em carta entregue junto aos objetos que

[...] entregando-vos, pois, estes objetos, estarei tranquilo, testemunha que sou do carinho com que são neste estabelecimento guardados os objetos que lhe são confiados e terei certeza de que irão para sempre acompanhar outros objetos do valor, que aí se acham e que são os padrões da glória da nossa nacionalidade<sup>494</sup>.

Seu texto reflete um posicionamento de quem trabalhava no cotidiano do Museu e reconhecia que o trabalho realizado era feito com zelo e objetivo de perenidade.

Em seu relatório, referente ao ano de 1916, José Libaneo Lamenha Lins de Souza, apresenta as modificações que julgava serem necessárias e as que pôde realizar no Museu Naval. Uma alteração que pretendia era a reorganização do Museu Naval “[...] cuja arrumação nos três únicos compartimentos a ele destinados deixava a desejar”<sup>495</sup>. Fato que já vinha sendo relatado por seus antecessores. Em relação a esta intenção, conseguiu inicialmente a ação de “[...] agrupar as preciosidades históricas, de modo a facilitar ao visitante a observação imediata de artigos e objetos concernentes ao assunto em vista, evitando o natural aborrecimento da pesquisa em pontos afastados e em salas separadas”<sup>496</sup>. Mas destaca que muito ainda tinha que ser feito. Segue o texto evidenciando que havia a intenção de que a biblioteca ocupasse os andares superiores do prédio ficando todo o térreo a ser ocupado pelo Museu Naval.

<sup>490</sup> Ofício n. 430 de 2 de maio de 1916 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. ARQMAR 15484

<sup>491</sup> Ofício n. 437 de 17 de maio de 1916 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. ARQMAR 15484

<sup>492</sup> Ofício n. 1 de 24 de junho de 1916 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Chefe de Estado Maior da Armada. ARQMAR 15484

<sup>493</sup> Ofício n. 34 de 15 de setembro de 1915 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Diretor Geral de Estatística. ARQMAR 15484.

<sup>494</sup> A Época (RJ) de 2 de novembro de 1916 ed. 1575 p.1

<sup>495</sup> Relatório de 30 de janeiro de 1917 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. p.131

<sup>496</sup> Relatório de 30 de janeiro de 1917 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. verso p.131

Especificamente em seu tópico relativo ao Museu Naval apresenta que além do fato da sala intermediária deste ser muito escura dificultando a visualização dos objetos, este possuía objetos que ocupavam seu espaço e que não tinham relação com o que era previsto regularmente ser lá exposto. Ele nos diz que

O Museu que tem por fim regulamentarmente coligir e expor quadros históricos, retratos, bustos e estátuas de oficiais brasileiros ou estrangeiros [...], modelos, máquinas, armas, troféus e mais objetos que interessem a Armada Nacional, possui, a par disto, atravancado-o e reduzindo-lhe o limitado espaço de sua instalação, artigos, coleções, materiais e objetos cuja presença não tem razão de ser n'um Museu Naval Militar<sup>497</sup>.

Ele segue suas ponderações apontando que “Contudo, reduzidas como são suas proporções, acanhado o espaço ao mesmo destinado, justo era que somente a parte histórica militar e naval propriamente dita fosse atendida”<sup>498</sup>. Como podemos observar pelas doações feitas e algumas solicitações, o acervo era de uma gama variável, muitas vezes evidenciando o interesse de preservação histórico do objeto, nem tanto por sua vinculação com a temática da instituição, mas por ser a que se tinha disponível deste caráter (histórico) bem como pelo fato dos doadores serem em sua maioria, mas não só, militares ou relacionados a estes. Assim o diretor elenca que “entretanto, há coleções de numismática, projetos hipotéticos, esboços incompletos e grande número de modelos cuja presença não me parece justa neste estabelecimento”<sup>499</sup>. Sua visão era bem mais restritiva, mas embasava-se na limitação espacial que se apresentava, quanto ao que lá deveria figurar e em decorrência desta visão posteriormente alguns dos objetos do acervo foram transferidos do Museu Naval para o Museu Nacional. Ele também destaca a necessidade de realizar a reimpressão do Catálogo cuja última versão datava de 1910.

Em termos de visitação registrou para o ano de 1916 o quantitativo de 3165 visitantes e, neste mesmo ano, observamos uma queda em relação ao recebimento de doações para o Museu Naval.

Continuou à frente da direção, pelo ano de 1917, José Libanio Lamenha Lins. Destacamos que neste ano, em 28 de novembro, faleceu em sua residência o zelador do Museu Naval, Alberto Xavier de Almeida<sup>500</sup> sendo para esta função designado Fernando Marques Filho.

---

<sup>497</sup> Relatório de 30 de janeiro de 1917 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. p.134

<sup>498</sup> Relatório de 30 de janeiro de 1917 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. p.134

<sup>499</sup> Relatório de 30 de janeiro de 1917 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. p.134

<sup>500</sup> Ofício s/n de 28 de novembro de 1917 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15485

O diretor, após as ponderações apresentadas no relatório anual na parte do Museu Naval, em relação aos tipos de objetos existentes e sua desconexão com a temática prevista em regulamento e a falta de espaço que se apresentava, começa a movimentação para acertos institucionais e retirada dos itens que julgava-se não terem relação com os objetivos do Museu Naval. Em 22 de dezembro de 1917 o diretor apresenta a relação de objetos que, segundo ele, “[...] não tendo nenhum sentido histórico e tomando espaço de outros troféus de nossas guerras contemporâneas, julgo necessário a entrega ao Museu Nacional e a Biblioteca Nacional”<sup>501</sup>. Assim, inicia-se um movimento de especialização do Museu voltando-se este para seu objetivo inicial, mais restritivo, de guarda de acervos da história dos feitos navais. Começa então identificando na coleção o que não se enquadraria e onde seria melhor adaptado este acervo.

Destacamos aqui que selecionaram basicamente os itens de navegação costeira e interiorana, os materiais biológicos e etnográficos. Uma curiosidade a ser destacada é que o primeiro item que consta na relação são “modelos sortidos, em miniatura, de embarcações usadas nos Estados Norte e Sul da República”<sup>502</sup> em um total de 35. Essa coleção nada mais é do que a coleção de barcos regionais doada em 1914 pelo Almirante Alves Câmara, e que participou da Exposição Nacional de 1908. Coleção que possui exemplares da navegação costeira e fluvial. Nos dias atuais tal coleção possui grande valor atribuído. Posteriormente, após a reorganização do Museu Naval na década de 1970, ela retornou do Museu Nacional para o acervo do Museu Naval, onde permanece até os dias atuais na DPHDM. Foi confeccionada uma réplica destas embarcações, realizadas na década de 90 para compor o acervo do Museu Nacional do Mar<sup>503</sup>, em São Francisco do Sul, Santa Catarina, integrando a Coleção Barcos do Brasil, que possui tombamento pelo IPHAN desde 2010 (Cruz, Nizzola, Weissheimer, 2019 p. 7).

Pelo relatório referente ao ano de 1917 observamos que a atribuição de nome de personalidades, ocorrida em 1912, para as salas da Biblioteca e Museu continuava em vigor. Neste o diretor continua o pleito para que a biblioteca ocupasse os andares superiores do prédio, visando sua melhor conservação. O diretor identificava que no andar superior haveria menos umidade e menos poeira em relação ao andar térreo<sup>504</sup>. E expõem a vantagem do Museu poder ocupar esse espaço para melhor se apresentar. Ele indica que “Haveria então espaço bastante para uma arrumação que obedecesse a um critério lógico e

---

<sup>501</sup> Ofício n. 405 de 22 de dezembro de 1917 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15470

<sup>502</sup> Ofício n. 405 de 22 de dezembro de 1917 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15470

<sup>503</sup> A última atualização no site institucional data de 18 de junho de 2013 e consta estar fechado ao público.

<sup>504</sup> Relatório em 15 de janeiro de 1918 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.145.

não impressionasse mal ao visitante pela completa ausência de estética, como só acontece na atual situação<sup>505</sup>. E ressalta que desta forma os quadros, que estavam em outras salas do edifício, poderiam ser expostos aos visitantes. “Dispondo de espaço, bem organizado, enriquecido com a formação de pinacoteca, o Museu muito ganharia em interesse para o público em geral<sup>506</sup>, registrando o total de 3.372 visitantes para o Museu Naval<sup>507</sup>.”

Neste relatório também registra que após o despacho sobre o ofício que havia enviado listando o material que julgou não ser de competência do Museu Naval, estava fazendo a entrega destes ao Museu Nacional<sup>508</sup>. Fato que foi também registrado no RMM em que coloca que “Estão sendo entregues ao Museu Nacional os objetos existentes no Museu Naval que não se relacionam com a história da nossa Armada” (RMM, 1918 p.221).

Ao remeter os objetos ao Museu Nacional, o diretor apresenta a intenção, em ofício, de realizar permuta entre os acervos. “Aproveito o ensejo, para pedir-vos a remessa a este Museu, dos objetos que se relacionem com a História Naval Brasileira, que segundo me informam, acham-se nesse Museu<sup>509</sup>. Tal fato foi noticiado nos jornais onde se colocou que “O diretor do Museu Naval fez uma proposta ao Ministro da Marinha, para a cessão ao Museu Nacional da valiosa coleção de 130 objetos que se referem à nossa Etnografia indígena e sertaneja<sup>510</sup>.”

Verificamos que a reorganização interna do Museu continuou, quando em julho de 1918 o diretor solicita ao Inspetor do Arsenal de Marinha “[...] pessoal habilitado da Patromoria desse Arsenal, a fim de transportarem de uma para outra sala, canhões e couraças nelas existentes<sup>511</sup>. O diretor buscou melhorar a forma de expor e de conservar os objetos. Registra a necessidade de confeccionar bases para os canhões que estavam no chão, “[...] mormente agora que este repositório de relíquias está passando por uma enorme remodelação<sup>512</sup>. Totalizavam 13 canhões e até pelo menos final do ano de 1920, ano que temos registro desta situação, ainda permaneciam sem suporte adequado<sup>513</sup>.

<sup>505</sup> Relatório em 15 de janeiro de 1918 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.146.

<sup>506</sup> Relatório em 15 de janeiro de 1918 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.146.

<sup>507</sup> Relatório em 15 de janeiro de 1918 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.151.

<sup>508</sup> Relatório em 15 de janeiro de 1918 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.146.

<sup>509</sup> Ofício s/n de 12 de janeiro de 1918 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Museu Nacional. ARQMAR 15485

<sup>510</sup> A Republica: organ do partido Republicano (PR) de 22 de janeiro de 1918 ed. 18 p.2

<sup>511</sup> Pedido s/n de 23 de julho de 1918 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo a Inspetoria do Arsenal de Marinha. ARQMAR 15486

<sup>512</sup> Ofício n. 614 de 17 de agosto de 1918 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15486

<sup>513</sup> Relatório em 14 de janeiro de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ARQMAR 22006 verso p.165

Durante o ano de 1918 três foram os diretores que ocuparam o cargo. José Libaneo Lamenha Lins que estava no cargo desde 1916 sai em agosto de 1918, quando quem assume a direção é o Capitão de Mar e Guerra Alfredo Cordovil Petit<sup>514</sup>, saindo também em dezembro de 1918, quando assumiu então o Capitão de Mar e Guerra Adalberto Fontoura Freire de Andrade<sup>515</sup>, que permaneceu até meados de 1920.

Tão logo assume a direção, Alfredo Cordovil Petit remete ofício ao Ministro da Marinha com suas ponderações sobre a segurança da Biblioteca. Pondera que o fato de estar localizada no térreo era um facilitador para possíveis furtos. E sugere com o objetivo de dificultar tal ação, que se viesse a intencionar, a mudança para o andar superior<sup>516</sup>, tal qual sugeriu seu antecessor. Ele também pondera a necessidade de ter “uma ordenança de um dos corpos da Marinha”<sup>517</sup>. A solicitação que este faz é de um militar (uma praça) que ficaria especificamente às ordens do diretor. Ele justifica esta solicitação com base na “patente do diretor da biblioteca e o caráter puramente civil dos funcionários da repartição, que além de serem em exíguo número, para o serviço de que são encarregados, não podem acompanhar o diretor em visitas oficiais e outros serviços”<sup>518</sup>. Com isso constatamos que a grande parte dos funcionários da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha era civil. Esta solicitação não foi atendida. Sem considerar os que atuavam na RMB, do total de 18 funcionários, 6 eram oficiais (cargos de direção e auxiliares) enquanto 12 eram civis (cargos de manutenção e gestão do acervo e espaço)<sup>519</sup>.

Quem remete o relatório da repartição, referente ao ano de 1918, será Adalberto Fontoura Freire de Andrade. Neste, além de repetir as colocações de seu antecessor, registra que este destinou a sala de entrada da biblioteca, denominada Almirante Jaceguay, para o Museu Naval<sup>520</sup>. Esta sala era destinada à leitura e passou então a integrar o espaço expositivo do Museu Naval. Foi esta sala inaugurada em 11 de novembro de 1918 cuja destinação foi para o acervo de “[...] modelos dos navios da esquadra moderna”<sup>521</sup>. O

---

<sup>514</sup> Ofício n. 1 de 22 de agosto de 1918 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Armada ARQMAR 15487

<sup>515</sup> Ofício n. 1 de 05 de dezembro da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Armada ARQMAR 15487

<sup>516</sup> Ofício n. 37 de 23 de setembro de 1918 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15487

<sup>517</sup> Ofício n. 81 de 14 de outubro de 1918 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Armada ARQMAR 15487

<sup>518</sup> Ofício n. 81 de 14 de outubro de 1918 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Chefe do Estado Maior da Armada ARQMAR 15487

<sup>519</sup> Relatório em 16 de janeiro de 1919 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.161

<sup>520</sup> Relatório em 16 de janeiro de 1919 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.156

<sup>521</sup> Correio da Manhã (RJ) 12 de novembro de 1918 ed. 7199 p.5

Correio da Manhã nos diz que “A referida sala ficou bem instalada e foi organizada em grande parte pela iniciativa do atual zelador do Museu sr. Fernando Marques”<sup>522</sup>.

Para o ano de 1918 registra a visitação apresentando os meses, e aqui uma ressalva de que os meses de agosto e setembro não constam no relatório<sup>523</sup>, sem identificar o valor total do ano. Somando-se os meses constantes chegamos ao total de 2892 visitantes para o Museu Naval.

No RMM referente ao ano de 1918 este não faz grandes registros em relação ao Museu. Seu enfoque maior é em relação a indicar que o prédio não estava adequado à Biblioteca (RMM, 1919 p. 195-196).

No ano de 1918 conseguimos observar que a idéia que já circulava de criar um museu histórico ganha força. Segundo O Paiz,

O projeto que teve iniciativa, na Câmara dos Deputados, o ilustre representante do Pará, senhor Justiniano de Serpa, criando um museu histórico entre nós, merece os mais irrestritos louvores. O projeto vem sanar uma falha evidente e que a mister remover quanto antes na nossa organização administrativa [...]. A criação do museu histórico é uma aspiração de há muito mantida nestas colunas. O projeto do senhor Justiniano de Serpa merece, por isso, os nossos maiores aplausos<sup>524</sup>

Vemos então a tentativa de formalização dessa ideia em 07 de junho de 1918, em sessão na Câmara dos Deputados, com a proposição efetiva de um projeto de criar um museu histórico nacional “[...] sob a guarda e direção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (Brasil, 1919 p.16). No texto do projeto N.1A de 1918, discutido em 24 de dezembro de 1918 não há menção de onde proveriam os acervos para esse museu que se pretendia criar. O que consta é que “Para aquele fim o Governo entregará ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro todo o material daquela natureza que existir nas repartições públicas” (Brasil, 1920 p.830).

Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, escreve ao Jornal do Commercio, onde coloca que “Tem despertado unânimes aplausos a benemérita ideia da criação do Museu Histórico do Brasil; não só vai sendo cada vez mais apoiada no Congresso, como também está recebendo esclarecida adesão dos mais brilhantes cultores das tradições pátrias”<sup>525</sup>. Dentro o que destaca que poderia figurar neste museu histórico, ele destaca que “É mister asseverar que um grande número de relíquias do nosso passado estão disseminadas pelo Museu Nacional, pelo Museu Naval, pelo Museu de Guerra [...]”<sup>526</sup>. Ainda não será neste momento que se efetivará tal criação, mas fica claro que independente de quem estivesse à

<sup>522</sup> Correio da Manhã (RJ) 12 de novembro de 1918 ed. 7199 p.5

<sup>523</sup> Relatório em 16 de janeiro de 1919 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.160

<sup>524</sup> O Paiz(RJ) de 10 de junho de 1918 ed. 12296 p.4

<sup>525</sup> Jornal do Commercio (RJ) de 3 de julho de 1918 ed. 184 p.4

<sup>526</sup> Jornal do Commercio (RJ) de 3 de julho de 1918 ed. 184 p.4

frente da proposta desse novo museu histórico, o Museu Naval, entre outras instituições, estava no ponto focal da construção dessa coleção, por meio de seu acervo.

Em 1919, os problemas com o acesso de água pela clarabóia continuavam recorrentes, entretanto o que nos interessa nesse momento é que em um dos pedidos de conserto desta, o diretor nos diz que a sala que ficava sob a clarabóia foi a que recebeu o nome de Barão do Amazonas<sup>527</sup>. Era sabido qual nome foi atribuído a cada sala em 1912, mas não exatamente a ordem a que se referiam. Com essa identificação, passamos a conhecer que a sala na parte central do prédio era entendida como sala três e que a visitação deste iniciava-se efetivamente pela sala localizada na lateral do edifício, onde se dava o acesso ao museu, seguindo pela segunda sala e sendo a central a última, circuito posteriormente ampliado com a cessão da sala da biblioteca que localizava-se do outro lado do prédio.

Com exceção da sala Barão de Amazonas e Almirante Jaceguay. Não é possível ter a certeza do nome que foi atribuído às demais salas especificamente. Pela proposta apresentada por Raul Tavares em 1912 a atribuição de nomes seria: 1 - Marquês de Tamandaré; 2 - Capitão Tenente Henrique Hoffsmith; 3 - Barão do Amazonas; 4 - Almirante Jaceguay. Todavia, o nome de Henrique Hoffsmith, que foi pelo Ministro da Marinha determinado incluir tinha mais relação com a Biblioteca do que com o Museu. Outro ponto é que por um pedido de confecção de bases para os canhões, peças de artilharia, consta a identificação de que eles estavam na sala Custodio de Melo, do Museu Naval<sup>528</sup>. Bem como confirmamos pelo livro de registro de entrada do acervo datado de 1928 onde apresenta como destinação dos objetos as Salas Almirante Tamandaré, Custódio de Melo, Barão de Amazonas e Almirante Jaceguay. Assim verificamos que a atribuição de nome não seguiu exatamente a ordem proposta. Desta forma inferimos que possivelmente era a segunda sala do Museu Naval que tinha nome atribuído de Custodio de Melo e a primeira de Almirante Tamandaré.

Pela ausência de plantas da época e tendo unicamente as medidas identificadas em 1907 das salas ocupadas pelo museu, em comparação com as atuais, não é possível demarcar precisamente os espaços que eram destinados ao Museu, referente as salas 1 e 2 na lateral que este ocupava no prédio.

Como descrito na documentação, e lembrando, o Museu Naval ocupava o lado esquerdo do prédio, cuja referência era sob o olhar de dentro do prédio para fora. O Museu Naval fazia lateral com um beco e a Biblioteca com a rua São José.

<sup>527</sup> Pedido s/n de 27 de fevereiro de 1919 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. ARQMAR 15487.

<sup>528</sup> Ofício n. 503 de 22 de julho de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15490

Alberto Fontoura Freire de Andrade, assim como seus antecessores já evidenciaram, registra novamente a insuficiência da verba para as necessidades do Museu. Ele aponta a necessidade recorrente de se ter uma verba destinada para as ações de conservação do Museu. Necessidade que reforçará quando da solicitação, pelo Ministro da Marinha, de informações para a previsão de verbas para o orçamento de 1921<sup>529</sup>.

Em abril o jornal O Paiz visita o Museu e nos diz que

Fizemos ontem uma visita nesse estabelecimento, onde tivemos o ensejo de apreciar as novas instalações introduzidas, graças aos esforços dos seus zelador, o senhor Fernando Marques Filho, funcionário cumpridor de seus deveres, não obstante as dificuldades que encontrou, devido ao recinto ser acanhado para conter tão grande número de preciosidades da nossa história naval<sup>530</sup>.

Vemos então que a atitude de organizar melhor o acervo do Museu surtiu efeito na sua percepção externa, mas que ainda continuava a ser pequeno o espaço para conter todas as peças que este possuía.

No mesmo mês, em abril de 1919 ocorreu um furto de objetos do museu, em que o zelador relata tal fato ao diretor, que instaurou inquérito policial. Para além deste, oficiou ao chefe de polícia para que fossem buscados os objetos furtados e o suspeito do crime<sup>531</sup>. Todavia, para além da perda dos objetos nos interessa observar como o diretor expõe tal fato ao chefe da polícia. Ele diz sobre os objetos furtados que “São objetos de valor histórico mas também de valor intrínseco, e quem os subtraiu naturalmente os vendeu aos costumados compradores de furtos”<sup>532</sup>. Observamos que o diretor enfatizava a diferença do valor histórico, do valor intrínseco, que era o relativo à matéria prima, logo seu valor de mercado. Evidenciando que os objetos furtados valiam, sob o aspecto financeiro, independente do seu valor histórico. Posteriormente será divulgado nos jornais que tais peças estavam avaliadas em 119\$000<sup>533</sup>. Não há descrição dos objetos roubados na documentação trocada entre as autoridades. A partir de outros documentos sabemos que um deles foi a espada do Almirante Wandenkolk<sup>534</sup>, que havia sido adquirida por compra pelo ministério da Marinha em 1903. Bem como foi noticiado em jornal, que além da espada em questão, teriam sido furtados “três medalhas e uma chapa de ouro”<sup>535</sup>. A investigação

<sup>529</sup> Ofício n. 369 de 30 de janeiro de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15488

<sup>530</sup> O Paiz(RJ) 5 de abril de 1919 ed. 12595 p.8

<sup>531</sup> Ofício n. 139 de 22 de abril de 1919 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15488

<sup>532</sup> Ofício n. 138 de 22 de abril de 1919 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Chefe de Polícia do Distrito Federal. ARQMAR 15488

<sup>533</sup> O Paiz (RJ) 30 de dezembro de 1919 ed. 12864 p.5 / Correio da Manhã (RJ) de 30 de dezembro de 1919 ed.7610 p.3

<sup>534</sup> Ofício n. 271 de 08 de setembro de 1919 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15488

<sup>535</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 25 de abril de 1919 ed.113 p. 2 e Jornal de Recife (PE) 26 de abril de 1919 ed 112

correu seu fluxo e foi atribuído o furto, com posterior condenação, ao servente da repartição Antonio Quirino de Faria. Em notícias ao jornal consta que ele teria sido condenado com a impossibilidade de ocupação de cargos públicos, sem ser condenado a prisão, uma vez que considerou-se este ter indenizado o Estado, porém no jornal O Paiz é apresentada a posição do procurador criminal da República, contrária a tal sentença. Ele,

[...] não concordando com aquela decisão, apelou para o Supremo Tribunal, sustentando não ter sido, de fato, indenizado o Estado do prejuízo sofrido, visto que alguns dos objetos afastados, são de alto valor histórico, e só a restituição dos mesmos objetos poderia ser tida como verdadeira indenização<sup>536</sup>.

Sua posição demonstra o reconhecimento dos valores extrínsecos à peça e ao seu caráter de exemplar único. Ainda que seu valor financeiro tenha sido restituído, nunca se teria novamente tais objetos. A perda, seja pelo furto ou degradação, de objetos de museu (mas não restritos a estes) não se apresenta como uma perda indenizável.

Em dezembro o jornal O Imparcial publica uma matéria intitulada: Nossos museus. nesta o jornal nos diz que

O Rio de Janeiro possui, como poucas cidades americanas, uma série de raridades que merecem ser vistas. Os estabelecimentos onde elas se encontram recolhidas são um Museu Nacional, o Museu Histórico e o Museu da Marinha. O primeiro contém um grande número de raridades, demonstrativas da riqueza do solo e das origens da gente; o segundo, contigo ao arquivo nacional, guarda uma infinidade de documentos do nosso passado laborioso e pacífico, em que se imprimiram as pegadas gloriosas das grandes figuras do Império e da colônia; o terceiro, enfim, evoca os nossos feitos navais, com as relíquias das nossas vitórias sangrentas em batalhas inolvidáveis<sup>537</sup>.

Elenca o Museu Naval entre as principais e relevantes instituições do tipo enquanto “relicários da história nacional”<sup>538</sup>. Finaliza a matéria sugerindo que talvez o baixo índice de visitaçã do museu histórico (Arquivo Nacional) e do Museu Naval fosse decorrente de sua localização e que tais acervos poderiam ser melhor usufruídos se estivessem em um mesmo local. Novamente vemos o Museu Naval no foco de um ideário de um museu uno nacional, que abarcasse toda a história.

Sobre o funcionamento do Museu o diretor registra no relatório anual que seu antecessor, com anuência do Ministro da Marinha, propôs a alteração do horário de funcionamento do Museu, passando seu encerramento que era as 14 horas para as 15 horas, mantendo este fechado às quintas-feiras com a finalidade de melhor executar as necessárias manutenções e limpezas do ambiente. Ele registra que tal ação foi de boa ideia e que seria necessário prevê-la em novo regulamento. Registra também que determinou a

<sup>536</sup> O Paiz (RJ) 07 de janeiro de 1920 ed. 12872 p.8

<sup>537</sup> O Imparcial (RJ)10 de dezembro de 1919 ed.1334 p.2

<sup>538</sup> O Imparcial (RJ)10 de dezembro de 1919 ed.1334 p.2

confeção de novo catálogo do Museu e que tão logo este estivesse concluído remeteria ao Ministro para verificar a possibilidade de realizar a impressão<sup>539</sup>. Também em seu relatório registrou um total de 10.462 visitantes<sup>540</sup>, um dos maiores quantitativos anuais que o museu já teve. Este era o quarto maior valor atingido, sendo o primeiro o ano de 1898, o segundo em 1899, e como veremos o terceiro será o ano de 1921. Mas apesar de não ser o maior valor, este é o quantitativo de visitantes mais expressivo desde 1899.

Com o objetivo de completar o histórico dos feitos e dos homens que se destacaram na história da Marinha que integraria o catálogo do Museu que estava em elaboração, foi solicitado na RMB informações tal como a biografia de Saldanha da Gama (Biografia, 1920 p.5). Continuava também a ser solicitado na RMB os retratos dos ministros que faltavam na galeria do Museu Naval.

O então diretor, Alberto Fontoura Freire de Andrade, foi substituído em julho de 1920, assumindo o Capitão de Mar e Guerra Arthur Tompson<sup>541</sup>. Neste ano, observamos novo fôlego quanto a busca e solicitação de itens para o acervo do Museu Naval. Arthur Tompson logo que assume a direção expõe, tal qual seu antecessor o fez, ao Ministro da Marinha que

Havendo no Museu de Marinha muitos objetos sem valor histórico naval e fora deste Museu em outros alguns que deviam estar neste, peço a V. Exa. permissão para entrar em acordo com os Diretores de outros museus a fim de fazer-se a permuta e remeter para lugares mais convenientes outros objetos que estejam deslocados neste museu.

Constatamos que, assim como seu antecessor, Arthur Tompson também tinha um olhar mais restritivo do que competia ao Museu Naval. Para além da transferência de acervo também sugeria a permuta entre instituições<sup>542</sup> para melhor adequar os objetos, seguindo os passos de seu antecessor. Esta ação foi autorizada pelo Ministro da Marinha em 5 de agosto de 1920<sup>543</sup>. Novamente são enviados objetos ao Museu Nacional. Desta vez não consta no ofício que encaminha os objetos a relação destes. No texto do ofício n. 564 de 24 de agosto de 1920 observamos que o diretor além de enviar objetos solicita ao diretor do Museu Nacional

que envie para este museu, o que for aí encontrado de valor histórico naval e que mais justamente deve neste se achar. Será o meu procedimento a seguir o de, recebendo todos os objetos que a boa vontade quiser favorecer

<sup>539</sup> Relatório em 14 de janeiro de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ARQMAR 22006 verso p.165

<sup>540</sup> Relatório em 14 de janeiro de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ARQMAR 22006 verso p.169

<sup>541</sup> Circular de 13 de julho de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Auditor Geral da Marinha. ARQMAR 15490.

<sup>542</sup> Ofício n. 517 de 03 de agosto de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15490

<sup>543</sup> Ofício n. 526 de 9 de agosto de 1920 a Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15490

a esta repartição, vos enviar o que me parecer aí mais propriamente colocado<sup>544</sup>.

Por este ofício, ele marca então que passará a remeter ao Museu Nacional o que for doado ao Museu Naval, mas que julgarem não ser lá o seu local ideal. Em troca da remessa realizada o Museu Naval receberá do Museu Nacional, um espigão<sup>545</sup>, ou seja, uma peça de uma embarcação, que esteve na Guerra do Paraguai<sup>546</sup>.

Em relação à permuta entre os museus e o que foi remetido, conseguimos visualizar por meio de notícias nos jornais. O Jornal do Brasil nos diz que

O Museu Nacional do Rio de Janeiro acaba de receber do Museu Naval uma valiosíssima oferta de objetos, como sejam: uma coleção de Conchas e diversos artefatos indígenas que pela sua natureza deverão figurar, de preferência em um instituto de História Natural. O Museu Nacional enviará ao Museu da Marinha, em troca, diversos objetos hora existentes naquele Instituto, referentes à história da Marinha do Brasil e que melhor estarão no Museu Naval<sup>547</sup>.

Por esta notícias verificamos que o que foi remetido neste momento foi a coleção conchiológica, que havia sido adquirida em 1904 pelo Ministério da Marinha, bem como outros objetos indígenas que não integraram a remessa dos 130 objetos enviados previamente, em 1918. Para além do Museu Nacional, remeteu também objetos para a Inspeção de Engenharia Naval<sup>548</sup>.

Arthur Thompson, além de retirar do Museu o que julgou certo, movimento iniciado por seu antecessor, buscará que sejam remetidos ao Museu Naval os objetos que nele deveriam figurar mas que estavam espalhados em outras repartições da Marinha. Para tal remete um ofício em 08 de novembro de 1920 ao Ministro da Marinha onde expõe acreditar existir objetos espalhados nos estabelecimentos navais do país que melhor teriam lugar no Museu Naval. Assim,

Sendo de crer que existam nos diversos estabelecimentos navais nossos do Norte e do Sul da República, alguns objetos que deveriam de preferência figurar no nosso Museu, rogo ordem circular de V. Exc. no sentido de serem remetidos tais objetos para esta repartição, sendo todavia bem compreendido que sejam apenas aqueles que tenham valor histórico ou sejam de interesse naval e dos quais os que não estejam abandonados não sejam imprescindíveis neles e possam ser retirados ainda que preciso se torne a sua descarga dos responsáveis<sup>549</sup>.

<sup>544</sup> Ofício n. 564 de 24 de agosto de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Museu Nacional. ARQMAR 15490

<sup>545</sup> Peça que ficava à frente da embarcação com o objetivo de perfurar as embarcações inimigas, também denominado esporão ou ariete.

<sup>546</sup> Ofício n. 579 de 2 de setembro de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Museu Nacional. ARQMAR 15491

<sup>547</sup> Jornal do Brasil 26 de agosto de 1920 ed. 237 p.11

<sup>548</sup> Ofício n. 565 de 24 de agosto de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Inspetor de Engenharia Naval. ARQMAR 15490.

<sup>549</sup> Ofício de 8 de novembro de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15491. O número do ofício encontra-se na encadernação e não foi possível ter a certeza

Em atendimento a esta indicação, o Ministro da Marinha emite a circular n. 3870 em 22 de novembro de 1920. Destinada a todos Chefes das Repartições de Marinha indicava que

Convindo que os objectos com valor histórico ou interesse naval, cuja conservação nas diversas Repartições deste Ministério não tenha caráter de imprescindível sejam enviados ao Museu Naval, ainda que se torne necessário determinar a descarga dos respectivos responsáveis; assim vos declaro para os devidos fins (RMM, 1921 p.314).

O Museu Naval continuava a crescer e desta vez buscando manter a coleção mais alinhada com suas diretrizes históricas, compondo-se de objetos históricos e científicos vinculados com a História Militar Naval.

A demanda por asfaltamento nas ruas que circundam o prédio continuava e novamente o diretor da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha tentou junto ao prefeito da cidade por esta ação. Pedido já realizado anteriormente tanto ao prefeito quanto ao Ministro da Marinha em diferentes anos e que até então não havia sido atendido. Em seu pedido, o diretor registrou que além do barulho atrapalhar aos visitantes e leitores, a poeira “causa dano aos livros e objetos do Museu”<sup>550</sup>. Fato que era uma constante desde a ocupação do prédio com a Biblioteca e o Museu Naval.

O diretor, Arthur Thompson, alinhado com a idéia de seu antecessor, apresentou novamente a demanda de se realizar a destinação de todo o andar superior do prédio para a Biblioteca, liberando assim o andar térreo ao Museu. Embasa a justificativa, como já indicado em outros momentos, na ausência de espaço para os objetos do museu e nas condições que se apresentava a Biblioteca. Colocando, assim como já apresentado em outras oportunidades, que

Sendo uma questão de tempo o aumento de espaço desta repartição, já porque os objetos do Museu se vão amontoando por carência de espaço e as suas telas de valores inestimável se estragando em outros compartimentos do edifício longe das vistas do zelador e já porque a biblioteca instalada acanhadamente, sem luz nem ventilação conveniente vai pouco a pouco afugentando os leitores e os seus livros se destruindo a ponto de se duvidar pela boa conservação dessa preciosidade [...]<sup>551</sup>.

Ao final apresenta que “Na minha humilde opinião que peço vênha para dar, as outras repartições que funcionam no mesmo edifício, facilmente seriam transferidas para outras

---

deste.

<sup>550</sup>Ofício s/n de 24 de agosto de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Prefeito do Distrito Federal. ARQMAR 15490

<sup>551</sup> Ofício n. 649 de 22 de novembro de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15491

dependências do Ministério e Arsenal de Marinha[...]<sup>552</sup>. Sugerindo aproveitar o período de férias e recesso para realizar tais mudanças. A resposta foi negativa<sup>553</sup>.

Em matéria publicada n'O Jornal, observamos nesta também a sugestão de remoção da Biblioteca para um prédio dentro do Arsenal. Tal sugestão, que não possui autor identificado, sendo atribuída a redação do jornal, expõe que assim melhor os oficiais se aproveitariam da Biblioteca bem como maior seria o espaço para o Museu Naval.

Além disso, ficando só no referido pavimento o Museu Naval, poderia dar outra organização melhor aos seus objetos, porque podia dispor de maior espaço, o que não acontece atualmente.

Não há muito tempo, o Museu Naval, era um estabelecimento inteiramente estranho ao povo, porque todos os seus objetos viviam amontoados nas salas sem classificação. Atualmente é que o museu tem uma arrumação em ordem, como permite o acanhado espaço de que dispõe.

Se a biblioteca fosse transferida para o lugar que indicamos, muito lucraria o museu porque ficaria em condições de poder ali reunir muitos outros objetos históricos que estão guardados em outras dependências da Marinha, por absoluta falta de espaço naquela repartição.

O museu que se acha inteiramente franqueado ao público, tem tido ultimamente grande concorrência de visitantes. E é justamente por esse motivo que ele precisa de maior espaço, para que as nossas relíquias históricas possam ser devidamente apreciadas<sup>554</sup>.

Desta forma, não era uma percepção apenas interna a limitação espacial que sofria o Museu Naval, mas também externa. E pela forma como nos expõe a matéria, as mudanças efetuadas por Arthur Thompson já surtiram efeito, tornando a visitação mais fluida e organizada.

As questões da adequação física do acervo do Museu Naval eram conhecidas e reconhecidas pelos diferentes Ministros da Marinha, não só pelos ofícios a este remetidos, mas também por suas próprias impressões. Um exemplo é a fala do Ministro da Marinha, Sr. Ferreira Chaves, aos jornais O Imparcial e a Gazeta de Notícias, onde destaca sua impressão após visitar a repartição em 19 de outubro de 1920, ele diz que

Entretanto, achei muito acanhado o edifício para conter tantas repartições, sobretudo, para o Museu da Marinha. Entendo que os troféus e demais relíquias da armada, deveriam estar mais bem instalados e dispostos em espaço amplo, de modo a serem bem observados e resguardados<sup>555</sup>.

Todavia, as ações que poderiam melhorar as condições deste, além das que eram possíveis serem tomadas em nível interno da repartição e em nível de Ministério da Marinha, sem grandes gastos, dependiam da prévia autorização do Presidente da República. Cabia ao Ministro triar as demandas que recebia (podendo concordar ou não) e

<sup>552</sup> Ofício n. 649 de 22 de novembro de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15491

<sup>553</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1921 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ARQMAR 22006.

<sup>554</sup> O Jornal (RJ) 5 de janeiro de 1920 ed. 203 p.5

<sup>555</sup> O Imparcial (RJ) 29 de outubro de 1920 ed. 1651 p.3

apresentar estas ao Presidente da República para serem avaliadas. A repartição composta pelo Museu Naval, a Biblioteca e o Arquivo era uma das engrenagens da máquina administrativa do Ministério da Marinha, ainda que houvesse intenção e demanda pelos diretores deste, nem sempre era administrativamente possível atender a demanda realizada ou a mudança pretendida.

Ainda neste ano, em dezembro de 1920, é publicada uma matéria de autoria de Gustavo Barroso na revista *Ilustração Brasileira* intitulada “Museu histórico brasileiro”. Nesta matéria Gustavo Barroso (1920) critica ser o Brasil “[...] único país do mundo [que] não possui um museu histórico” (Barroso, 1920 p.34). Ele apresenta, identificando algumas das instituições que tinha em foco para seu projeto de criação de um museu histórico, que “Raras coisas estão guardadas no Arquivo Nacional, numa sala do antigo Arsenal de Guerra ou no Museu da Marinha” (Barroso, 1920 p.34). Mais interessante do que observar o Museu Naval dentre as instituições elencadas como possuidoras de objetos históricos que representavam a histórica nacional, é observar as fotografias que constam na matéria. Na Figura 24 observamos a sala que aparece denominada na matéria como Sala das Bandeiras.

Figura 24 - Sala com bandeiras Museu Naval em 1920



Fonte: BARROSO, Gustavo. Museu histórico brasileiro. In: *Ilustração Brasileira*. ano 8. ed.4, Rio de Janeiro: Sociedade Anonima O Malho Editora, 1920. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107468&pesq=%22museu%20naval%22&pagfis=4302> Acesso em 04 jan 2026

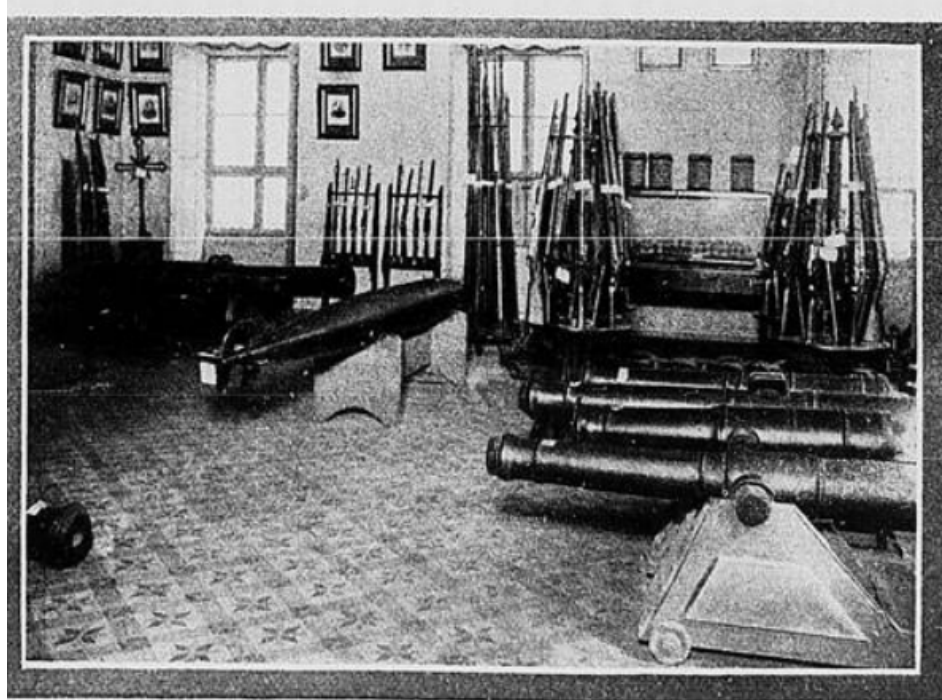
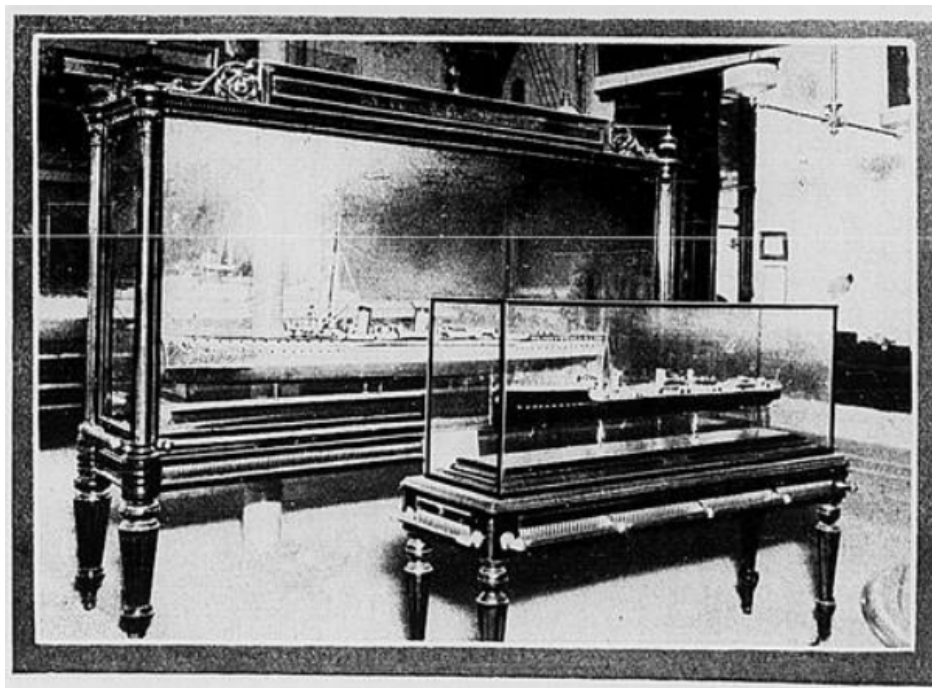
Nesta imagem observamos o sistema de vitrines empregado para a exposição das bandeiras e a utilização, como visto anteriormente, da parte superior das vitrines, na parede, para a colocação de quadros. Durante o decorrer dos anos, foram confeccionadas diversas vitrines para o Museu Naval, infere-se que algumas foram substituídas para melhor acondicionar as peças do acervo que tiveram sua ampliação. Em 6 maio de 1920, é realizado novo pedido de confecção de vitrines ao Arsenal de Marinha<sup>556</sup>. Como já verificamos, por meio de pedidos em anos anteriores, a grande maioria do sistema expositivo empregado no Museu Naval foi confeccionado pela oficina de carpintaria do Arsenal de Marinha, de acordo com os pedidos e desenhos apresentados pelo Museu Naval.

Na matéria constam mais duas imagens, como podemos observar na Figura 25 A e B. Nesta, conhecemos parte das salas denominadas na matéria por sala dos navios e sala dos canhões.

---

<sup>556</sup> Ofício n. 440 de 6 de maio de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. ARQMAR 15488

Figura 25 - Salas do Museu Naval com modelos navais e peças de artilharia e armamento em 1920.



Fonte: BARROSO, Gustavo. Museu historico brasileiro. In: Ilustração Brasileira. ano 8. ed.4, Rio de Janeiro: Sociedade Anonima O Malho Editora, 1920. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107468&pesq=%22museu%20naval%22&pagfis=4302> Acesso em 04 jan 2026

Apesar de não possuímos muitas imagens da parte interna do Museu Naval para tecer comparativos entre as salas no decorrer dos anos, podemos inferir que a apresentação da organização dessas salas é posterior a reorganização física, com a cessão de mais uma sala ao Museu Naval, que ocorreu entre 1918-1919. Na Figura 25 A observamos vitrines destinadas aos modelos navais, como visto anteriormente. Nesta imagem observamos um pouco mais de espaço de circulação entre as vitrines. Verificamos que estas são as mesmas vitrines e modelos registrados anteriormente, na Figura 19B. Em um mesmo espaço que antes haviam quatro vitrines neste momento constam duas. Na Figura 25 B observamos uma organização tipológica setorizando-se as peças de artilharia e armamento portátil, bem como os retratos na parede posicionados e outros objetos. Outra inferência que podemos realizar, com base em pedido de confecção de base para as peças de artilharia<sup>557</sup> é que esta sala era a denominada Custodio de Melo, sendo possivelmente a sala 2 do Museu Naval. Com a ressalva de que no relatório do ano de 1920 continua a informação de que o pedido da confecção das bases ainda não havia sido atendido e que os 13 canhões permaneciam ao chão<sup>558</sup>.

No relatório da repartição referente a 1920 Arthur Thompson registra os pontos aqui já apresentados, bem como os principais que foram descritos por seu antecessor. Também mantém o registro da ausência de seguro contra incêndio para a repartição. Contabiliza um total de 9288 visitantes para o ano de 1920<sup>559</sup>.

Em relação à adequação temática do acervo do Museu Naval que realizou apresenta no relatório sua visão onde registra que “Sendo este um museu naval e não marítimo, parece-me pois que objeto somente pelo fato de serem marítimos, não tendo características nenhum de históricos ou que fale de nós, ou da marinha de guerra, não devem nele figurar”<sup>560</sup>. Seu objetivo era “retirar do Museu tudo quanto não tenha cunho característico da guerra e da marinha militar”<sup>561</sup>.

Registra também estar em impressão o quarto catálogo do Museu. E para tal objetivo consultou outros oficiais para ampliar e realizar a catalogação, principalmente das peças de artilharia<sup>562</sup>. Expõem que este catálogo, junto à necessária remodelação do Museu, e aqui

---

<sup>557</sup> Ofício n. 503 de 22 de julho de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15490

<sup>558</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1921 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ARQMAR 22006. p.176

<sup>559</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1921 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ARQMAR 22006. p.181

<sup>560</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1921 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ARQMAR 22006. p.176

<sup>561</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1921 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ARQMAR 22006. p.176

<sup>562</sup> Ofício n. 543 de 13 de agosto de 1920 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Capitão Tenente Tibúrcio Marciano Gomes Carneiro. ARQMAR 15490

ele sugere mudanças expositivas além da pura reorganização dos objetos, “[...] auxiliaria educação cívica, imprimindo de uma maneira recreativa nas inteligências juvenis, a nossa curta, mais honrosa História Naval”<sup>563</sup>. Em relação à sugestão de mudanças expositivas observamos uma mudança quanto ao entender da função de expor os objetos. Ele registra no relatório, mediante a sua solicitação de ampliação do espaço (que já havia sido negada) que seria mais adequado arrumar o Museu “[...] de forma tal, quer simulando os nossos feitos guerreiros, quer dispondo aqui, ali, manequins com os uniformes das diversas épocas e por fim adotando diversas recreações, todas com o cunho da vida de bordo e de guerra naval que se atraísse o povo [...]”<sup>564</sup>. Verificamos a intenção de apresentar a exposição do Museu de forma mais lúdica, com maior interação entre esta e o público. Demonstrava a intenção de realizar uma apresentação mais contextualizada não só dos objetos mas principalmente da vida militar naval. Mas para isso se fazia necessário ampliar o espaço do Museu.

Ainda que sem grandes possibilidades de mudanças espaciais ao reabrir a Biblioteca e o Museu, das férias regulamentares, em 15 de janeiro de 1921, verificamos que

O zelador do museu, Sr. Fernando Marques, de acordo com as determinações do seu diretor, durante o período dessas férias, dispôs os objetos e quadros recolhidos ao museu de marinha de modo a atrair e merecer maior atenção por parte dos visitantes, apesar do acanhado espaço, ali existente, nas poucas salas que o mesmo museu conta para a exposição permanente do que nele é conservado. De igual modo, a biblioteca passou por vários melhoramentos que melhor servirão aos leitores que a frequentarem<sup>565</sup>.

Desta forma, mesmo sem ter como expandir, realizou-se uma nova organização das peças nos espaços.

Destacamos a opinião que se apresenta na Gazeta de Notícias (RJ) em 25 de agosto de 1921. Em diferentes edições o jornal colocou suas considerações, críticas, acerca das diferentes repartições da Marinha e registra que seus serviços “[...] são desorganizados e incompletos, ineficazes e imperfeitos”<sup>566</sup>. A edição em questão apresenta a Biblioteca da Marinha e o Museu Naval que chamam de Museu da Armada. O redator começa ponderando que o Museu estava tão mal situado tal qual a Biblioteca. Descreve como via o Museu, sem a amplitude que era requerida, “[...] com os objetos amontoados, agrupados uns por trás dos outros, é verdadeiramente entristecedora a impressão que tem de quem quer que o visite”<sup>567</sup>. Evidencia que o espaço que tais objetos ocupavam era diminuto e

<sup>563</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1921 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ARQMAR 22006. verso p.176

<sup>564</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1921 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ARQMAR 22006. verso p.176

<sup>565</sup> O Paiz (RJ) de 15 de janeiro de 1921 ed 13236 p.4

<sup>566</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 25 de agosto de 1921 ed. 231 p.1

<sup>567</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 25 de agosto de 1921 ed. 231 p.1

pondera que era necessário “[...] transferir-se para um outro prédio as suas instalações, porque têm sido e continuam a ser aumentadas as suas coleções, todas elas preciosas”<sup>568</sup>. Observamos que sua crítica não recai sobre o museu em si, sobre seu acervo e sua existência, mas sim sobre os limites espaciais deste, que não permitiam que se apresentasse da forma mais adequada ao seu público. Questão que vinha longamente acompanhando o Museu e que era registrada por seus diretores. No jornal registram também as condições de conservação dos quadros e a inadequação de seus posicionamentos fora do espaço destinado ao Museu. Enfatiza a necessidade de que o “[...] governo promova a mudança da Biblioteca e do Museu de nossa Marinha para um local, onde possa haver asseio e capacidade bastante para conter os seus históricos e preciosos objetos”<sup>569</sup>. Ponderações e registros bem alinhados com o que pleiteava, naquele momento e em outros, pelo próprio Museu, sendo até sugestivo que tais informações tenham sido fornecidas pelos funcionários da própria repartição, em uma tentativa de intermediar a resolução dos problemas que lá se apresentavam. Mas como dito, é uma inferência sem base documental para tal, apenas comparando as demandas que eram realizadas e a forma como essas questões foram apresentadas na matéria.

Retornando às preocupações do diretor, estas se deram também em relação às condições prediais. Diversos foram os pedidos de reparo das telhas de asbesto do telhado da sala Barão do Amazonas<sup>570</sup>, que era a sala sob a claraboia que sempre foi um ponto de atenção quanto aos possíveis danos que a infiltração, que ocorria, poderia causar ao acervo. E também verificamos uma preocupação em relação a realização de vistoria na rede elétrica, fim minimizar os riscos de incêndio que poderia ocorrer em decorrência de curtos-circuitos<sup>571</sup>. Também ampliou o olhar quanto a necessidade de ações que se voltavam a segurança física da repartição, tais como conserto da porta para adequado fechamento desta visando evitar o “[...] ataque noturno de ladrões e malfetores”<sup>572</sup>.

Também será Arthur Tompson quem enviará o relatório referente ao ano de 1921 e diferente de como estes documentos têm seu início ele, logo nas linhas iniciais registra importantes considerações. Primeiro ele evidencia que a Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha era um “pequeno dente da engrenagem naval” e que suas

<sup>568</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 25 de agosto de 1921 ed. 231 p.1

<sup>569</sup> Gazeta de Notícias (RJ) 25 de agosto de 1921 ed. 231 p.1

<sup>570</sup> Pedidos recorrentes ao longo dos anos. A exemplo: Ofício n. 19 de 20 de janeiro de 1921 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. ARQMAR 15491 e Ofício n 76 de 30 de março de 1922 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. ARQMAR 15494

<sup>571</sup> Ofício n. 117 de 28 de maio de 1921 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. ARQMAR 15492

<sup>572</sup> Ofício n. 274 de 3 de dezembro de 1921 da Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. ARQMAR 15493

considerações visavam o maior conforto dos funcionários e do público, buscando ampliar o interesse sobre estas instituições<sup>573</sup>. Neste relatório ele apresenta uma introdução, onde justificava a necessidade de realizar tais registros e solicitações evidenciando um certo descompasso com o Ministro que ocupava o cargo à época, o Dr. João Pedro da Veiga Miranda, sendo necessário explicar a importância da repartição.

Em seguida diz que

Bem sei que, não dependendo a eficiência naval do Brasil de sua Biblioteca, de seu Arquivo e de seu Museu, não seria crível que todos nós nos ocupássemos dessas sessões de 2º plano da Marinha, em detrimento dos assuntos capitais e urgentes requeridos por um destro e forte material naval flutuante, em todas as suas modalidades de preparo, ação e reparo. Mas, nem por isso seria aceitável o nosso descuro por isso que este estabelecimento possui: 1- em número já avultado, obras raríssimas umas e no geral livros utilíssimos que formam um manancial de ciências, da arte militar, da história e da literatura Naval (Biblioteca da Marinha); 2 - troféus de guerra e objetos onde o passado projeta a luz forte nos nossos destinos navais (Museu da Marinha); 3 - documentos, livros e papéis que ligam à sucessão dos homens e das coisas da Marinha (Arquivo da Marinha); 4 - os resultados de estudos e esforços intelectuais dos oficiais da armada e dos brasileiros em geral (Revista Marítima) — constituindo desse modo esta repartição no seu quádruplo aspecto — “a história viva da Marinha Brasileira”, dando-nos assim o expoente de sua intelectualidade, as provas inconcussas da sua bravura e os anais da sua burocracia. O passado confiado à guarda dos homens do presente será levado com carinho ao futuro imorredouro. D'est'arte é a fonte eterna onde as gerações por vir encontrarão os ensinamentos navais de todas as épocas da nossa Marinha. Repositório de nossas relíquias e guarda perene da lembrança dos que passaram, esta repartição será sempre um livro aberto de educação cívica, naval e marítima<sup>574</sup>.

Finaliza sua introdução ressaltando que pouco se fez “[...] para boa conservação dos objetos desta repartição e melhoria de sua existência [...]”<sup>575</sup>.

Esta visão por ele evidenciada demonstra reconhecer que a Biblioteca, o Museu e o Arquivo não eram vitais para a manutenção da Marinha, ressaltando entretanto que estes ainda que não vitais tinham seu lugar, sua importância. Ao mesmo tempo, tal posicionamento apresentado também evidencia uma certa desatenção aos assuntos que esses três entes demandavam por parte do Ministério da Marinha ao não atender as requisições que eram realizadas para sua adequada conservação e realização de melhorias. Buscava evocar o olhar de reconhecimento institucional para esta.

<sup>573</sup> Relatório em 1 de fevereiro de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p.184 e verso

<sup>574</sup> Relatório em 1 de fevereiro de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p.184 e verso

<sup>575</sup> Relatório em 1 de fevereiro de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p.184 e verso

Inferimos que esta introdução que elaborou era motivada também pelo fato de naquele momento estar a frente do Ministério da Marinha um civil, Veiga Miranda. Será sob o comando dele, à frente do Ministério da Marinha, que observamos importantes acontecimentos que marcaram o início da fase de declínio do Museu Naval em 1922.

Em relação específica ao Museu, Arthur Thompson, repetirá suas considerações realizadas em seu relatório anterior. Contabiliza os visitantes do ano chegando a um total de 10.785 pessoas. Como mencionado, o terceiro maior quantitativo de visitação de toda trajetória, e o maior no século XX, desde a mudança para seu atual prédio. Registrou que a impressão do catálogo do Museu estava a cerca de um ano em processo para impressão junto a Imprensa Naval sendo que “[...] até hoje não se tem sequer as provas desses catálogos”<sup>576</sup>. O diretor demonstrando sua preocupação com tal fato, e objetivando que o catálogo estivesse impresso para as comemorações do Centenário, solicita que a impressão fosse realizada por fora, impressa em gráfica do comércio<sup>577</sup>. Verificamos uma preocupação deste em preparar e deixar o Museu melhor apresentado para sua participação nas comemorações que se realizariam em 1922. Buscando maior possibilidade de atendimento às suas ponderações, no mesmo dia do envio do relatório, em 01 de fevereiro de 1922, encaminha o ofício n. 23. Motivado pela urgência temporal que se apresentava em relação às comemorações do centenário, extrai parte do seu relatório e transcreve neste ofício<sup>578</sup>. Assim enviava duas vezes o mesmo conteúdo e suas considerações quanto ao que era necessário agir.

No RMM referente ao ano de 1921, mas enviado em outubro de 1922, não observamos grandes informações em relação ao que consta no relatório do diretor, e sim muitas supressões do texto deste. Este nos interessa quanto a uma mensagem que foi lida pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, onde registra que para o Governo havia o

[...]plano de concentrar todas essas repetições num só local, em construir um grande prédio, de sete ou oito andares, capaz de comportar também o Almirantado, o Museu e a Biblioteca da Marinha, a Escola Naval de Guerra, a Auditoria e a Superintendência de Navegação (RMM, 1922 p.90).

Desta forma, se intencionava erigir um novo edifício para se concentrar diferentes repartições da Marinha, inclusive a Biblioteca e o Museu. Plano que previa a retirada para este novo prédio da Biblioteca e do Museu, o que até a extinção do deste não se concretizou.

<sup>576</sup> Relatório em 1 de fevereiro de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.189

<sup>577</sup> Relatório em 1 de fevereiro de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p.184 e verso

<sup>578</sup> Ofício n. 23 de 1 de fevereiro de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15493

Com a ampliação da disponibilidade de reprodução fotográfica e impressão de imagens nos jornais e revistas, servindo estas de ilustração aos textos, observamos a utilização do acervo do Museu Naval para este fim. Não só vinculados às cerimônias militares, como visto em relação à Batalha Naval do Riachuelo, mas também como ilustração de outros assuntos, veremos peças do Museu serem divulgadas nos mais diferentes jornais e revistas. Como vemos em um texto de Escagnolle Doria sobre o Almirante Cochrane em que utiliza a reprodução do retrato deste, que era do acervo do Museu Naval, identificando na legenda sua procedência (Doria, 1921a p.19).

Em outro texto, também de autoria de Escagnolle Doria, observamos a utilização de outros itens do acervo para compor o conteúdo do trabalho. Agora em um texto sobre Marcílio Dias (Doria, 1921b p.15) utiliza o retrato do mesmo, cuja confecção foi capitaneada pelo Museu Naval anos atrás, e do modelo da fragata *Amazonas* como observamos na Figura 26.

O uso do acervo do Museu Naval, como ilustração de fatos e personalidades, evidencia que este era conhecido pela intelectualidade carioca, bem como tal ação também servia indiretamente para divulgar o Museu Naval aos que não o conhecessem. E por último que a direção e o Ministro da Marinha autorizava o uso das peças com este fim.

Figura 26 - Acervo do Museu Naval ilustrando matéria de revista



Fonte: DORIA, Escragnoille. Um grande humilde. Revista da semana ano XXII. n. 24 de 11 de junho de 1921 p.15

Em outros anos e com outros autores acontecerá o mesmo uso e traremos à luz nesta dissertação a medida que se enquadrem temporalmente.

Seguindo para o ano de 1922 Arthur Thompson continuou à frente da direção atuante, a medida que possuía autorização, quanto às ações que julgava necessárias para melhor apresentar o Museu Naval naquele ano. Além das solicitações que já vinha realizando, buscou também que a coleção de pinturas do Museu fosse limpa por pessoa competente e caso necessário, restaurada<sup>579</sup>. O que não logrou sucesso.

Com a aproximação da data da comemoração do Centenário, observamos o destaque que se dava à não existência de um museu histórico. Uma demanda existente desde anos antes, mas que naquele ano ganhou força. Foi, em diferentes jornais, apontado ser aquele o momento para tal criação, para que sua inauguração fizesse parte dos festejos comemorativos. Por meio do jornal O Paiz, destacamos um exemplo de qual era o

<sup>579</sup> Ofício n. 35 de 11 de fevereiro de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Diretor da Escola de Belas Artes. ARQMAR 15493.

pensamento existente no período. Neste observamos novamente o incômodo que existia com o fato de considerarem que o acervo estava disperso entre diferentes instituições. Assim a nota nos diz que

O que possuímos de recordação material da nossa evolução política anda esparso entre particulares e até mesmo o pouco que o governo possui está disperso por vários departamentos da administração, no Arquivo Público, no Museu Naval, na Casa da Moeda, no Museu Nacional, na Biblioteca Nacional, aqui e ali, um pouco em toda parte. Congregar todos os objetos que representam épocas e coisas da vida nacional, catalogal-os, dar-lhes o relevo que merecem e expol-os ao apreço público é uma tarefa que impõe, neste momento, e que não deve ser protelada<sup>580</sup>.

Uma interpretação que nos ocorre em relação a esta demanda, que era alinhada com seu período histórico e que aqui não está em debate, é que o valor que se atribuiu a necessidade de se criar um Museu Histórico com fim de salvaguardar a história da nação, desconsiderava os esforços que as instituições, que foram consideradas para prover o acervo que daria início a esta nova instituição, tiveram na manutenção de tais peças que agora eram evocadas como elementos a serem postos aos cuidados de outros. Visão que percebe-se nas entrelinhas dos textos que buscavam defender tal criação.

Também em 1922, por parte do Exército, foi fundado o Museu Histórico Militar. O Ministro da Guerra emitiu um aviso ao Ministro da Marinha com o intuito de verificar a possibilidade de cessão de peças para este novo museu. Arthur Thompson em resposta sobre tal solicitação ao Ministro da Marinha diz que

Acha esta diretoria que necessário torna-se que o diretor do ora fundado Museu Militar venha a este museu ver o que pode lhe servir, de modo que se forem ambos de comum acordo podem, data vênha de vossa excelência, os objetos nas aquelas condições seguirem destino ao novo Museu Militar<sup>581</sup>.

Após os acertos necessários, foram enviados, em 30 de junho de 1922<sup>582</sup>, 17 itens de armamento do acervo do Museu Naval para o denominado Museu Histórico Militar, em conformidade com o Aviso n. 2167 do Ministro da Marinha de 5 de junho de 1922 (RMM, 1923 s/p). Outras instituições também concorreram para a organização deste museu<sup>583</sup>. Cabe destacar que apesar do nome similar e do ano de fundação, o Museu Histórico Militar que se tentava organizar não tinha relação, neste momento, com o Museu Histórico Nacional. A relação que se tecerá entre estes é que o primeiro será incorporado ao segundo. Foi uma iniciativa do exército em 1922 que brevemente se dissipou pela criação do Museu Histórico Naval.

<sup>580</sup> O Paiz (RJ) 23 de maio de 1922 ed. 13729 p.3

<sup>581</sup> Ofício n. 131 de 27 de maio de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15494.

<sup>582</sup> Ofício n. 172 de 13 de julho de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Museu Histórico Militar. ARQMAR 15494.

<sup>583</sup> O Paiz (RJ) de 27 de junho de 1922 ed.13764 p.6

Com foco nas comemorações do ano o diretor do Museu Naval reitera um pedido, já feito em 1920, ao Inspetor do Arsenal para a “[...] confecção de modelos dos principais navios que prestaram serviços inoxidáveis na Guerra do Paraguai, a fim de ornar as vitrines deste museu, depositário perpétuo de nossas glórias e recordações navais”<sup>584</sup>. Demanda que foi respondida não ser possível atender. Em decorrência a tal fato apresentou-se ao Ministro da Marinha proposta particular para a confecção de tais modelos<sup>585</sup>. Sobre esta demanda informa que “[...] este museu se acha desprovido de modelos de navios que lembrem por ocasião do nosso centenário a evolução do material de nosso poder naval”<sup>586</sup>. Não sendo também atendido o pedido.

Para a organização dos eventos comemorativos foram instituídas a Comissão Executiva da Comemoração do Centenário da Independência e a Comissão Organizadora dos Festejos Desportivos. Para representar o Ministério Marinha nestas comissões designou-se o Capitão de Corveta Alberto de Lemos Basto. Assim o Ministro da Marinha emite a circular n. 2665 de 15 de julho de 1922 que dava a conhecer tal fato e recomendava que se auxiliasse tal oficial no que fosse necessário “[...] especialmente no que concernir á cessão de material e objetos que o mesmo escolher para figurarem nos referidos festejos”<sup>587</sup>.

Para compor os festejos, pelo Ministério da Marinha decidiu-se montar um Museu Histórico Naval na Ilha Fiscal. Escolha que não era alinhada à visão do diretor do Museu Naval, Arthur Thompson. Este museu, que na verdade se apresentava como uma exposição também sendo denominado Mostruário da Marinha, que se determinou ser estabelecido seria organizado com o acervo do Museu Naval e desta forma o diretor apresenta por meio do ofício n. 191 de 2 de agosto de 1922 suas considerações ao Ministro da Marinha. Destaca três pontos. O primeiro era que os objetos que o Capitão de Corveta Lemos Basto desejava para montar a exposição na Ilha Fiscal desfalcaria em muito o Museu Naval e que em decorrência dessa movimentação seria necessário fechar o Museu Naval. O segundo ponto que apresenta era voltado à questão da segurança do acervo, ponderando que não julgava adequado tamanha responsabilidade ser atribuída a um cargo temporário. Incluímos que para além disso, havia os riscos com a movimentação das peças. Vale lembrar que neste momento a Ilha Fiscal não possuía acesso terrestre. E por último destaca, a pergunta realizada ao organizador da exposição.

<sup>584</sup> Ofício n. 30 de 30 de maio de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha. ARQMAR 15494.

<sup>585</sup> Ofício n. 14 de 5 de junho de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15494.

<sup>586</sup> Ofício n. 178 de 19 de julho de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15494.

<sup>587</sup> Circular n. 2665 de 15 de julho de 1922 do Ministro da Marinha aos chefes das Repartições da Marinha. Livro de Minutas do Ministro n. 2494 a 2884 julho de 1922

[...] como tenha me dito que seria transformada a Ilha Fiscal num verdadeiro museu, eu lhe perguntei se com essa boa vontade de que dispõe e com os elementos que naturalmente vai ter, ele não poderia concorrer para que o nosso museu fosse restaurado sendo arranjado de modo a servir tal como ele é e com a vantagem verdadeira de ser e não parecer, a fim de servir para o fim em visita, só tendo a desvantagem de ser fora do recinto da exposição, embora a poucos passos dessa, mas nem por aquilo deixaria de ser procurado como estou certo o será<sup>588</sup>.

Assim observamos que a decisão de organizar este museu na Ilha Fiscal não tinha qualquer relação com a Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. Nas entrelinhas constatamos que o diretor provavelmente sequer participou de tal decisão. E sem negar cumprir a ordem dada, buscou que não se executasse tal ação, e que se mantivesse o acervo no Museu Naval, dando melhores condições a este para que ele sim, representasse a Marinha no período comemorativo. O que, como veremos a seguir, não foi considerado.

Esta escolha era alinhada com o que se previa realizar no período onde a ideia era

[...] expor à curiosidade do público, durante as festa do centenário e durante o funcionamento de sua exposição comemorativa, nos respectivos departamentos da administração, as suas coleções. [...] A exposição ganha, assim, em extensão e em interesse e facilita-se o exame das preciosidades que encerram as coleções desses estabelecimentos sem o seu deslocamento pela escassez de tempo<sup>589</sup>.

O Museu Naval não era de fato afastado do local da Exposição, pelo contrário, seu acesso era até mais fácil, mas não se pode negar que a Ilha Fiscal atraísse mais os olhares. Era um prédio com maior opulência e cujo acesso era somente por barcos. Na Figura 27 podemos ver a Ilha Fiscal ao fundo da imagem que registra os Pavilhões da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil.

---

<sup>588</sup> Ofício n. 191 de 2 de agosto de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15494.

<sup>589</sup> O Paiz (RJ) 18 de agosto de 1922 ed. 13816 p 3

Figura 27- Pavilhões da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. Rio de Janeiro 1922



Fonte: Acervo Arquivo Nacional. Disponível em:  
<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/11342> Acesso em 10 jan 2026

Também em agosto foi formalmente criado o Museu Histórico Nacional por meio do Decreto n. 15.596 de 02 de agosto de 1922. Na letra de tal decreto já havia previsto as instituições que teriam que ceder seus acervos para este novo museu. Dentre estas, como já se instigava a anos, estava o Museu Naval.

Como mencionamos anteriormente, a ideia de se criar um museu histórico nacional, pelos termos que se idealizava e se cumpriu, anulava todo o esforço da guarda de tais objetos. Como se a existência deles, até aquela data, tivesse sido sorte do acaso. Fato que pode ter ocorrido realmente em alguns casos, mas não era o que se via na maioria das instituições elencadas como provedoras de acervo.

Como lemos nas páginas do O Paiz,

Enquanto não se instala o Museu Histórico vários departamentos da administração guardarão objetos que deverão nele ser reunidos. Há no Museu Nacional, como no Museu Naval e ainda em outros locais, vários desses objetos, até agora ali retidos por falta de instituto apropriado à sua guarda<sup>590</sup>.

Esta visão depreciativa é constatada principalmente ao dizer que o acervo, de tão importante valor histórico, só estava naquelas repartições, para aguardar a adequada destinação, que um dia chegaria. Quase como se os objetos fossem indivíduos aguardando sua redenção e as instituições que os guardavam purgatório. Cabe ressaltar que não há

<sup>590</sup> O Paiz (RJ) 18 de agosto de 1922 ed. 13816 p 3

aqui crítica ao Museu Histórico Nacional enquanto instituição museu, mas sim evidenciar que o pensamento que rondava a ideia desta criação, por diferentes indivíduos, já pelo menos desde 1908, se apresentava desta forma.

Se o caminho percorrido pelo Museu Naval, ainda que cheio de obstáculos, estava em sentido ascendente, como temos observado neste longo percurso, após a criação do Museu Histórico Nacional veremos uma dificuldade maior no seu caminhar. Metaforicamente podemos dizer que o Museu Naval encontrou a partir de 1922 areia movediça em seu caminho. No seguir dos anos veremos o Museu Naval tentando margear esse obstáculo, até o ponto que não conseguirá mais e será por ele englobado.

Com a organização da exposição na Ilha Fiscal, ocorre o efetivo esvaziamento do Museu Naval, sendo este fechado ao público em agosto de 1922 “[...] visto a maior parte dos elementos que o compõem ter de figurar na seção da Marinha, na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil<sup>591</sup>. Fecha-se então as portas do Museu Naval ao público e leva-se grande parte do acervo para a Ilha Fiscal. Cabe uma breve contextualização. A Ilha Fiscal, desde 1914 era ocupada pela Marinha. No momento da realização de tal exposição, esta era ocupada pela Superintendência de Navegação. Para tal, foi necessário retirar esta repartição para liberar espaço, que não era muito grande, na Ilha Fiscal. Determinou-se então que a Superintendência de Navegação ocupasse as salas do Museu Naval<sup>592</sup>.

O Ministro da Marinha no referido ano ainda era o Sr. Veiga Miranda. Houveram críticas em relação às decisões tomadas por ele. O jornal O Brasil noticia:

O Museu Naval acaba de ser fechado. É uma notícia desagradável para os amigos das tradições, para todos quanto os amando o passado veem no patrimônio que as gerações nos ligaram um testemunho de beleza inteligência. O fato é que o Museu foi mandado fechar, pelo sr. Veiga Miranda. Quanto aos objetos que ali se encontravam tiveram vários destinos, alguns foram parar no Museu Histórico Nacional, recém criado; outros foram enviados para o Museu Nacional; e outros enfim, aqueles que interessam ao exército, foram mandados para o Museu Militar. Conclusão a Marinha ficou sem um dos mais altos e belos patrimônios!<sup>593</sup>

Em setembro o diretor registra o cumprimento das ordens de envio dos acervos para a Ilha Fiscal e para o Museu Histórico Nacional, bem como apresenta a divisão física que foi necessário realizar para separar a Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Superintendência de Navegação, que passou a ocupar alguns dos espaços da primeira, que eram do Museu. Registra que os poucos objetos remanescentes haviam ficado no local

<sup>591</sup> O Paiz (RJ) de 20 de agosto de 1922 ed. 13818 p.4 e O Jornal (RJ) 20 de agosto de 1922 ed. 1103 p.2

<sup>592</sup> Correio da Manhã (RJ) 25 de agosto de 1922 ed. 8573 p.4

<sup>593</sup> O Brasil (RJ) 25 de agosto de 1923 ed. 132 p.2

onde agora ocupava a Superintendência de Navegação. Visando a segurança do acervo e a responsabilidade material, a partir de ofício do zelador do Museu Naval, coloca que

[...] parecendo-me que, para evitar extravio ou estrago dos mesmos objetos, sejam eles mandados entregar a Ilha Fiscal ao capitão de Corveta Lemos Bastos que os reunirá aos outros sobre própria responsabilidade ou que sejam os ditos objetos colocados em qualquer outro estabelecimento onde em recinto fechado e isolado, possam ser acondicionados, devendo o zelador tornasse então encarregado de sua guarda e conservação<sup>594</sup>.

Com o fechamento do Museu Naval e o destacamento do seu acervo para a Ilha Fiscal houve a desmobilização deste, mas não sua extinção. Seu fechamento atendia a necessidade que se definiu de expor o acervo da Marinha em outro circuito, outra vitrine. E não motivada pela intenção de que o Museu Naval não tivesse continuidade. Desde 1884, o Museu Naval não fechou suas portas, ainda que tenha encontrado dificuldades no meio do caminho. Agora fechava-se, mas um fechamento temporário. E como continuou o acervo em exposição, um fechamento de prédio e não do Museu, por assim dizer. Ainda que estivesse sob outra tutela de responsabilidade, continuava a ser o Museu Naval que se expunha, representado por sua coleção.

Destacamos uma visão do então Ministro da Marinha Sr. Veiga Miranda, quando da tentativa de realizar o seguro dos prédios ocupados pela Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. Arthur Thompson envia a minuta dos seguros contra incêndio recebida pelas companhias de seguro. Cujo despacho realizado pelo ministro foi: “Não acho vantagem em segurarem-se objetos de valor inapreciável, como são os de cunho histórico. Além disso, com a criação do Museu Histórico, deixou o Museu Naval de possuir as mesmas coleções anteriores”<sup>595</sup>. Fato e resposta que foi pelo diretor registrado também em seu relatório anual referente a 1922<sup>596</sup>.

O então Ministro da Marinha, para além de não avaliar como necessário o seguro aos objetos da repartição (livros, arquivos, objetos de museu), nem ao prédio, que sob um determinado aspecto é compreensível, uma vez que o valor restituído em caso de sinistro não restituiria os objetos em si, já decretava entender ser aquele o fim do Museu Naval, baseando-se no decreto que criou o Museu Histórico Nacional, dois meses antes.

Em resposta a consideração indicada sobre os objetos que ficaram no prédio o Ministro determina que seja a responsabilidade material destes transferida para a

---

<sup>594</sup> Ofício n. 244 de 28 de setembro de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15494.

<sup>595</sup> Ofício n. 260 de 18 de outubro de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15494.

<sup>596</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p. 199

Superintendência de Navegação, “[...] visto não só ser difícil a remoção de tais objetos, como também a sua conservação pelo zelador do mesmo Museu”<sup>597</sup>.

Foram entregues ao Museu Histórico Nacional, em 3 de outubro de 1922<sup>598</sup>, 59 itens do acervo do Museu Naval, entre espadas, armamento e artilharia, retratos e outros (RMM, 1923 p. 122).

O diretor Arthur Thompson provavelmente considerando o fechamento do Museu Naval e o entendimento apresentado pelo Ministro Sr. Veiga Miranda bem como a legislação que criou o Museu Histórico Nacional, oferece ao Museu Histórico Nacional sua coleção de numismática e mais outros objetos de valor histórico<sup>599</sup>.

Para a Ilha Fiscal foram encaminhados pelo menos 81 itens do acervo do Museu Naval, sendo o número maior, por terem sido os cabides de armamento considerados uma unidade na relação, independente da quantidade de armas constantes nele<sup>600</sup>. Ainda com a exposição em andamento na Ilha Fiscal, será pelo diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, solicitado ao Ministro da Marinha, a relação das peças que lá estavam para posteriormente serem por ele requisitado o envio<sup>601</sup>.

Todavia observamos que a falta de espaço já era um problema quando da instalação do Museu Histórico Nacional no final do ano de 1922. Este, naquele momento, dividia o espaço do prédio do antigo Arsenal de Guerra com o Pavilhão das Grandes Indústrias das comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Em seu relatório referente ao período de 2 de agosto a 31 de dezembro de 1922, Gustavo Barroso, diretor da instituição, registra sobre a permanência de acervos no Arquivo Nacional e no Museu Naval. Ele diz que

Nestes dois últimos, bem como na Casa da Moeda e no antigo paço Imperial da Boa Vista, restam ainda muitas preciosidades que não foram já transportadas devido à angustia de espaço em que nos debatemos e que não permite mais expor quase objeto algum, sob pena de impedir o trânsito nas salas. Desde que tenhamos local apropriado, certamente os poderes públicos facilitarão a entrega desses remanescentes à repartição criada por lei para conservá-los<sup>602</sup>.

O periódico O Jornal noticia, em dezembro de 1922, que foram “[...] extintas as representações dos ministérios junto à Comissão executiva da comemoração do

<sup>597</sup> Aviso 4820 de 24 de outubro de 1922 do Ministro da Marinha a Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. Livro de Minutas do Ministro de outubro de 1922.

<sup>598</sup> Ofício n. 298 de 28 de novembro de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Diretor do Museu Histórico Nacional. ARQMAR 15495

<sup>599</sup> Ofício n. 302 de 29 de novembro de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Diretor do Museu Histórico Nacional. ARQMAR 15495

<sup>600</sup> Ofício n. 113 de 22 de novembro de 1922 do Delegado do Ministério da Marinha junto às Comissões do Centenário ao Diretor do Museu Histórico Nacional. MHN Processo 08/22.

<sup>601</sup> Ofício n. 64 Diretor do Museu Histórico Nacional ao Ministro da Marinha. MHN Processo 08/22.

<sup>602</sup> Relatório do Museu Histórico Nacional em 1922. MHN Processo 15/22

Centenário”<sup>603</sup>. Desta forma, “[...] o ministro da Justiça expediu ontem instruções ao delegado Geral da exposição no sentido de ser o Museu de Marinha entregue ao Ministério aqui pertence”<sup>604</sup>. Aqui constatamos que efetivamente foi determinado, em dezembro de 1922, o retorno do acervo que estava em exposição na Ilha Fiscal para a Marinha. Seja pela falta de espaço registrada por Gustavo Barroso ou não, neste momento há a determinação do retorno do acervo ao seu lugar de origem.

Retorno que se alongou e foi evidenciado pelo zelador ao diretor, que por sua vez informa ao Ministro da Marinha pelo ofício n. 5 de 10 de janeiro de 1923. Neste documento o diretor evidencia a “[...] morosidade com que há cerca de 15 dias vão regressando para esta repartição os objetos que haviam dela saído para constituir o mostruário naval da exposição na Ilha Fiscal”<sup>605</sup>. Além da lentidão em realizar a restituição, registra que o acervo estava sendo entregue “[...] parcialmente por carregadores, parecendo que há ninguém cabe a responsabilidade de chegarem, como têm chegado, alguns quebrados ou em condições muito diferentes daquelas em que seguiram”<sup>606</sup>. Assim vemos uma despreocupação com a boa conservação das peças por parte dos que por ela ficaram responsáveis. E como previsto pelo diretor, uma função temporária não inspirou o adequado zelo e responsabilidade que se devia para com o acervo.

Em matéria intitulada Ilha Fiscal com subtítulo “O Ministério da Marinha reconquista a celebre ilha para a Superintendência de Navegação”<sup>607</sup>, o Jornal O Paiz critica essa ação tomada ao dizer que

Um dos atos mais entranháveis do senhor Veiga Miranda, quando ministro da marinha, foi, sem dúvida, a cessão da ilha Fiscal à comissão executiva da exposição comemorativa do centenário da nossa independência, desalojando a Superintendência de Navegação, cujos serviços ficaram desorganizados e cujo material não pode deixar de ter sofrido avarias com as mudanças efetuadas<sup>608</sup>.

Não só o Museu Naval foi prejudicado para a realização de tal cessão de espaço e material. Como visto, a Superintendência de Navegação ocupou o Museu e o acervo do Museu a Ilha. A matéria evidencia o desacordo com tal decisão por parte de alguns Almirantes, “[...] que preferiram demitir-se a sancionar a resolução de tão disparatada mudança”<sup>609</sup>.

<sup>603</sup> O Jornal (RJ) 12 de dezembro de 1922 ed. 1200 p. 3

<sup>604</sup> O Jornal (RJ) 12 de dezembro de 1922 ed. 1200 p. 3

<sup>605</sup> Ofício n. 5 de 10 de janeiro de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15495

<sup>606</sup> Ofício n. 5 de 10 de janeiro de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15495

<sup>607</sup> O Paiz(RJ) de 10 de janeiro de 1923 ed. 13961 p.4

<sup>608</sup> O Paiz(RJ) de 10 de janeiro de 1923 ed. 13961 p.4

<sup>609</sup> O Paiz(RJ) de 10 de janeiro de 1923 ed. 13961 p.4

Em seu relatório referente a 1922 Arthur Thompson inicia a parte referente ao Museu Naval com o título: “O seu quase aniquilamento”<sup>610</sup>. Neste registra sua opinião do ocorrido, onde relata que “Esta diretoria teve o dissabor de ver o nosso Museu de Marinha - fruto de mais de quarenta anos de esforços de quantos diretores tem ele tido - ter sido desbaratado por uma ordem em memorando do Ministério da Marinha”<sup>611</sup>. Registra sua tentativa, que apresentamos anteriormente, para evitar o ocorrido mas que “[...] nada pode fazer para evitar o descalabro”<sup>612</sup>. Neste ano, com o fechamento do Museu Naval em agosto, seu quantitativo de público reduz drasticamente, sendo o total de janeiro a julho de 4.082 visitantes<sup>613</sup>.

Como visto, no ano em questão o Ministro da Marinha era o Sr. Veiga Miranda, que não era militar. Em 15 de novembro de 1922 retornou à cadeira de ministro da Marinha o Almirante Alexandrino de Alencar. E sobre tal mudança, Arthur Thompson, registra que “[...] ficou esta Diretoria crente na restauração do Museu, o que com efeito se verificou para gaudío de todos quantos amam as coisas de Marinha”<sup>614</sup>. Enfatiza, como já comunicado, que “Com a vinda dos objetos que figuraram no mostruário da Ilha Fiscal, os devolvidos, porquanto os do Museu Histórico Nacional, lá ficaram, deu-se o que previsto. Tendo ido para aquela ilha os ditos objetos limpos e completos, voltaram sujós e alguns quebrados”<sup>615</sup>.

Arthur Thompson continuará a ponderar sobre a inadequabilidade do prédio ao Museu Naval e que suas tentativas de melhorar as condições do acervo e de completar a coleção de modelos navais não “lograram resultado”<sup>616</sup>. Bem como evidencia que sua solicitação quanto a remessa de objetos constantes em outras repartições de Marinha que deveriam estar no Museu, formalizada em circular de 1920, não foi satisfeita até aquela data<sup>617</sup>.

Em relação ao catálogo, que se tentava imprimir desde 1921, reforça mais uma vez que este ainda não havia sido entregue pela Imprensa Naval.

Retomando a reorganização do Museu Naval, em fevereiro de 1923, Arthur Thompson deixará o cargo, que passará a ser ocupado pelo Capitão de Fragata Alfredo

---

<sup>610</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p. 202

<sup>611</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p. 202

<sup>612</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p. 202

<sup>613</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p. 210

<sup>614</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p. 202

<sup>615</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p. 202

<sup>616</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p. 202

<sup>617</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p. 202

Reginaldo Teixeira<sup>618</sup>. Ele dará continuidade à reorganização do acervo do Museu Naval. Com a saída da Superintendência de Navegação, foi transferido alguns dos seus instrumentos de navegação para o Museu Naval. Novamente destacamos a dupla vinculação de determinados tipos do acervo, ao valor histórico e científico. Seja transferidos por possuírem relação com algum fato histórico ou personalidade, ou por serem considerados obsoletos tecnicamente, ou ainda por possuírem grande quantitativo destes sem uso, fato é que os instrumentos de navegação, e alguns dos outros objetos do museu, eram exemplares de acervo de ciência e tecnologia. O Museu Naval era local destinado a manter o registro histórico, e tal se dava por meio de diferentes tipos de objetos, sejam artísticos, históricos e científicos. O Museu Naval salvaguardava a histórica dos feitos navais e das personalidades bem como evidenciava a evolução científica dos meios navais e da Ciência da Navegação. São camadas de significado que se descortinam a depender do olhar e narrativa que se elabore. Sabe-se que tais instrumentos ficaram em exposição na sala Almirante Jaceguay<sup>619</sup>, sala que antes da desmontagem ocorrida em 1922 destinou-se aos modelos dos navios modernos. Concluimos então que esta sala objetivava expor a modernidade técnica e científica da Marinha.

Para melhor conservar e expor o acervo foram realizados diversos pedidos ao Arsenal para conserto, envernizamento e confecção de elementos expositivos que não foram atendidos. O diretor registra que “O Arsenal de Marinha continua a dificultar qualquer ação no sentido de conservar-se este Departamento na altura que merece, porquanto não satisfaz os pequenos pedidos de reparos dos modelos ou mobiliário”<sup>620</sup>.

O diretor, Alfredo Reginaldo Teixeira, informará ao Capitão de Corveta Alberto de Lemos Bastos que fora o responsável pela solicitação e remessa do acervo para as comemorações do Centenário, após o recebimento do acervo que estava na Ilha Fiscal, a ausência de quatro itens<sup>621</sup>. Fato que evidencia o controle documental da movimentação do acervo e a efetiva verificação destes. Com as informações prestadas por quem entregou, e não pelo responsável em si pelo acervo cedido, o diretor realizou contato com os destinatários que teriam recebido as peças faltantes para reavê-las<sup>622</sup>.

---

<sup>618</sup> Circular s/n de 22 de fevereiro de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. ARQMAR 15495.

<sup>619</sup> Ofício n. 46 de 26 de fevereiro de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. ARQMAR 15495.

<sup>620</sup> Relatório em 14 de fevereiro de 1924 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006.

<sup>621</sup> Ofício n. 66 de 20 de março de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Capitão de Corveta Alberto de Lemos Basto. ARQMAR 15495.

<sup>622</sup> Ofício n. 91 de 21 de março de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Capitão Tenente Mathias Costa. ARQMAR 15495

O Museu Naval foi reaberto em abril de 1923. O Jornal do Brasil publicou, em 23 abril, que a abertura se deu no dia anterior<sup>623</sup>, em 22 de abril. Pelo relatório do diretor consta ter sido dia 23 de abril<sup>624</sup>. Essa diferença pode ter se dado se considerarmos que, provavelmente, em um dia possa ter ocorrido a cerimônia de inauguração e no outro a abertura ao público.

A matéria do Jornal do Brasil nos dá a conhecer um pouco do que foi a cerimônia. Esta principalmente enfatiza o desacordo com a ordem previamente dada, que desmobilizou o museu e reconheceu a ação do Almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha, em reorganizar esta repartição. Em relação a ordem realizada de cessão dos objetos e fechamento do museu o jornal nos diz que

Essa ordem, que fora expedida com o fito de serem repartidas por outros estabelecimentos congêneres às preciosidades do velho Museu, vem de ser anulada, graças à iniciativa do atual titular da Marinha, que assim agindo veio dar corretivo aquela grande injustiça<sup>625</sup>.

Especificamente sobre o Museu, realizam um breve histórico cronológico deste, colocando que “O velho Museu Naval é uma das tradições da nossa Marinha”<sup>626</sup> reconhecendo o lugar que este tinha na estrutura e história da Instituição.

Quem produz e envia o relatório referente ao ano de 1923 será o Capitão de Mar e Guerra Jorge Martiniano de Castro e Abreu que assumiu o cargo em 11 de janeiro de 1924. Este já havia passado pela direção da repartição em 1913. Com pouco tempo à frente da direção, não teceu grandes observações em relação a repartição, mas registrou os principais elementos que vinham sendo indicados por seus antecessores e que ainda permaneciam sem resolução. Especificamente em relação ao Museu Naval registra o total de 3872 visitantes, considerando o período de abril, mês de reabertura do Museu, e dezembro<sup>627</sup>. E mantém o registro da dificuldade em ser atendido os pedidos realizados ao Arsenal para os consertos e confecção de vitrines. Enfatiza que a solicitação de reparo na rede elétrica do Museu, iniciada há pelo menos 2 anos, ainda não havia sido concluído e reforça as condições da clarabóia e o acesso à água que ocorria por esta e que prejudicava o acervo<sup>628</sup>. No relatório seguinte registra que os reparos da rede elétrica que haviam iniciado seriam apenas a retiradas dos lustres para concerto, que ainda não haviam sido

---

<sup>623</sup> Jornal do Brasil (RJ) 23 de abril de 1923 p.8

<sup>624</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1923 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006. verso p.215.

<sup>625</sup> Jornal do Brasil (RJ) 23 de abril de 1923 p.8

<sup>626</sup> Jornal do Brasil (RJ) 23 de abril de 1923 p.8

<sup>627</sup> Relatório em 14 de fevereiro de 1924 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p.218

<sup>628</sup> Relatório em 14 de fevereiro de 1924 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p. 213 e p. 214.

devolvidos pela oficina de elétrica, mas que efetivamente o conserto da fiação ainda não havia sido realizado<sup>629</sup>.

Em seu relatório referente ao ano de 1924, o diretor registra que basicamente repete o que havia sido enviado no ano anterior e por seus antecessores “[...] pois as necessidades da Repartição não puderam ser atendidas”<sup>630</sup>. Neste ano, o total de visitantes chegou a 4344 registros<sup>631</sup>.

Ele enfatiza, como já vinha sendo apresentado nos relatórios anuais, que

Cada vez torna-se necessário o reparo geral do edifício, pois seu péssimo estado de conservação muito dificulta à ação do reduzidíssimo número de funcionários, que lutam pela conservação das relíquias pátrias, atestado vivo da nossa grandeza, na primeira fase da nossa vida naval.

Há muitos anos o prédio não recebia manutenção, o que vinha constantemente sendo registrado por diferentes diretores, o reboco externo já havia se perdido em partes, o que causava a infiltração das águas da chuva pelas paredes, havia rachaduras nas paredes internas, bem como infiltrações causadas por vazamentos de água causando danos a estrutura do prédio e ao acervo.

Sobre o Museu Naval este nos diz que

O Museu tem aumentado e cada vez tornar-se menor o espaço, com prejuízo a estética, pois os objetos aglomerados como estão prejudicam a capacidade técnica dos funcionários, que se esforçam para manter este departamento na altura que ele merece, pois segundo afirmam alguns oficiais de marinha estrangeiras, é um dos melhores da América do Sul<sup>632</sup>.

Em relação ao catálogo, que ainda não havia sido impresso, ele aponta que tal não havia sido realizado por falta de verba. E pondera, uma sugestão que já havia sido dada desde o momento que o texto fora enviado a impressão, de que “[...] todos os Museus vendem seus catálogos para cobrir as despesas de impressão e de fotografias, e portanto, não seria demais se nós assim procedermos”<sup>633</sup>.

Evidenciando sua preocupação com os riscos de incêndio, o diretor propõe a instalação de um sistema de combate de incêndio, com saídas de água e colocação de mangueiras nas diversas salas.

Neste ano, 1924, quando das comemorações da Batalha Naval do Riachuelo, podemos ver a reprodução do modelo da fragata *Amazonas* no Jornal O Paiz ilustrando a

<sup>629</sup> Relatório em 14 de fevereiro de 1925 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p. 221

<sup>630</sup> Relatório em 14 de fevereiro de 1925 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p. 220.

<sup>631</sup> Relatório em 14 de fevereiro de 1925 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p. 228.

<sup>632</sup> Relatório em 14 de fevereiro de 1925 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p. 222

<sup>633</sup> Relatório em 14 de fevereiro de 1925 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p. 222

matéria. Destacamos que diferente do que observado na década anterior, o Museu Naval não vinha aparecendo efetivamente das divulgações dos eventos e cerimônias que ocorriam em 11 de junho anualmente, mas em alguns anos o acervo continuava a ser utilizado como meio de ilustração.

Como mencionado previamente, o decreto de criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, determinava o envio do acervo, dentre outros, do Museu Naval. Foram então enviadas peças de considerado valor histórico do Museu Naval em 1922. Entretanto, tal não atendeu ao que objetivava Gustavo Barroso. Este esperava a remessa também das peças que estavam na exposição realizada pelo Ministério da Marinha na Ilha Fiscal, o que não se concretizou naquele momento. O acervo retornou ao Museu Naval e este se reorganizou.

Gustavo Barroso em seu relatório referente ao ano de 1924 que conhecemos pela parte que foi reproduzida no do Ministro da Justiça, finaliza suas informações prestadas sobre o Museu Histórico Nacional dizendo que

A Diretoria do Museu não se tem descuidado de agir junto aos poderes públicos e aos particulares, a fim de obter doações de objetos históricos, não só pela escassez de verbas, como pela impossibilidade de adquirir relíquias de família. [...] A intenção da lei que organizou o Museu Histórico é congregar em um só lugar as relíquias tradicionais, dispersas pelo país. Nestas condições, torna-se conveniente providenciar no sentido de serem recolhidas ao Museu relíquias dependentes de outros Ministérios, e em todos os Estados do Brasil (RMJ, 1924 p.130).

Assim o diretor do Museu Histórico Nacional além de registrar que estava atuando para conseguir novas doações e as transferências institucionais, solicita a interferência do Ministro da Justiça, que por sua vez transmite ao Presidente da República para que tal seja efetivado.

Em seu relatório seguinte, correspondente ao ano de 1925, e constante do relatório do Ministro da Justiça, é mais enfático e direto quanto a este pedido.

[...]pede o diretor as precisas providências no sentido de reunir, em um só lugar, todas as relíquias do nosso passado, o que seria fácil, unindo-se a este Museu o Naval, sem aumento de despesa, visto já dispor do pessoal necessários. Assim, sem maior ônus para o Estado, ficaria o Museu Histórico Nacional responsável pela guarda e conservação dos objetos atualmente existentes no Museu Naval (RMJ, 1926 p.101).

Observamos que intentava-se, recorrentemente, que as demais peças do Museu Naval fossem destinadas ao Museu Histórico Nacional. Para além do que era previsto na legislação de 1922, inferimos que julgava-se serem tais objetos de extrema relevância para a completude dos objetivos deste Museu, que tinha por finalidade ser o guardião da “História Pátria” (Brasil, 1922 p. 3).

Em matéria no jornal O Brasil em 21 de setembro de 1924 intitulada “Excrescência orçamentária” observamos uma crítica a manutenção do Museu Naval, pós 1922. O texto,

que não possui autor identificado, evidência dizendo se basear no artigo n. 83 do regulamento do Museu Histórico Nacional, a previsão de que “[...] passem para esse instituto todos os quadros e objetos ‘históricos’, que formavam os museus do Exército e da Marinha, os quais, por força do mesmo decreto desapareceram”<sup>634</sup>. Ainda que o decreto n. 15.596 preveja esta efetiva transferência dos “quadros históricos e mais objetos de caráter histórico” (Brasil, 1922 Art. 83 item 4), neste não há previsão de extinção de qualquer repartição provedora dos acervos. Determinava-se a transferência de tipos de acervo, não a extinção do Museu Naval.

A matéria segue dizendo sobre o Museu Histórico Nacional que este “[...] não conseguiu entretanto, até agora, reunir sob o seu teto os poucos objetos que constituíam o chamado Museu Naval, por isso que má interpretação de leis e ordens não o têm permitido”<sup>635</sup>. A matéria julga que tal fato não tenha se concretizado por uma falta de compreensão da lei vigente e refere-se ao Museu Naval como algo que já estava extinto, dizendo que este já estava “abolido por lei”<sup>636</sup>. O que não constava em lei na realidade. Critica a manutenção de despesas com o Museu Naval que permaneciam previstas no orçamento para o ano e com esta matéria visava expor tal fato para que não ocorresse no ano seguinte a mesma manutenção de “[...] pessoal a uma repartição inexistente”<sup>637</sup>. E aqui cabe uma observação, não havia verba específica para o Museu Naval, mas o termo museu, integrava o nome da repartição e conseqüentemente da rubrica orçamentária.

No ano de 1925 destacamos breves linhas de uma matéria publicada na revista Fon Fon, que versava sobre um acontecimento histórico ocorrido em 02 de julho, que marcou a consolidação da independência do Brasil na Bahia. Para além de destacar as personalidade e fatos a matéria coloca: “Numa das salas do Museu da Marinha, cujo acervo já pertence legalmente ao Museu Histórico Nacional, existe, religiosamente guardado, um canhão [...]”<sup>638</sup>. Para além de destacar a relevância do canhão, o que nos chama atenção é a intenção por trás da indicação clara de que o acervo já não era mais legalmente da Marinha.

Como o próprio Gustavo Barroso registrou, ele estava tentando a arrecadação de outros objetos para o Museu Histórico Nacional, e tinha como uma de suas frentes de ação o Museu Naval. Natural seria que este recorresse também aos meios jornalísticos para divulgar e reforçar tal ação, assim como o fez para divulgar sua ideia de criação de um museu histórico. Ainda que as matérias não possuam autores identificados, sendo atribuída

---

<sup>634</sup> O Brasil (RJ) 21 de setembro de 1924 ed.868 p.2

<sup>635</sup> O Brasil (RJ) 21 de setembro de 1924 ed.868 p.2

<sup>636</sup> O Brasil (RJ) 21 de setembro de 1924 ed.868 p.2

<sup>637</sup> O Brasil (RJ) 21 de setembro de 1924 ed.868 p.2

<sup>638</sup> Fon-Fon (RJ) 4 de julho de 1925 ano XIX ed. 27 s/p

a redação, o texto, e o tipo de menção que as constitui, em muito alinha-se com o pleito de Gustavo Barroso e de seus apoiadores.

No mês seguinte, o jornal *A Noite*, em 06 de outubro de 1924, registra também sobre a votação do orçamento para o ano seguinte, e elabora uma matéria sobre uma visita que realizaram no Museu Histórico Nacional, onde diz não haver consenso na Câmara sobre a criação desta Instituição “[...] porque nem todos, naquela reunião, estavam de acordes em reconhecer a utilidade do Museu, havendo quem pleiteasse a sua extinção”<sup>639</sup>. Esta indicação, de certa forma, também justifica a notícia do jornal *O Brasil*, em que buscando fortalecer o Museu Histórico Nacional, criticava o Museu Naval por meio da continuação de destinação de verbas para este.

Paralelo a isto o Museu Naval continuava a caminhar, registrando seu crescimento, mantinha o pleito de sua mudança para um local mais adequado às suas necessidades espaciais e de conservação. O diretor, Jorge Martiniano de Castro e Abreu, em seu relatório referente ao ano de 1925 destaca que o

Zelador procura cumprir fielmente os misteres do seu cargo, infelizmente, porém, os seus esforços não são compensados, pois a parte do edifício em que se acha o Museu, é muito pequena, sem mais espaço para acomodar qualquer objeto, tornando-o inestético pela sua desgraciosa arrumação, em agrupamentos acanhados, não permitindo ao visitante uma inspeção minuciosa, necessária à meditação do valor dos feitos brilhantes da nossa História Naval<sup>640</sup>.

Neste ano consta no relatório do diretor a estatística de 4001 visitantes ao Museu Naval<sup>641</sup>. Neste, novamente se registrou as condições dos quadros, que encontravam-se nas salas do prédio, o qual naquele ano, 1925, tentou-se novamente realizar a restauração, mas não se teve sucesso. Em decorrência da dificuldade de inspecionar tais quadros, destaca que teria feito um pedido, visando a melhor conservação destes, que “[...] depois de reparados, [fossem] guardados na Escola Nacional de Bellas Artes, que, também, não dispondo de lugar, deu motivo a requisição feita pelo Diretor do Museu Histórico, ainda não satisfeita por V. Exa”<sup>642</sup>.

Aqui destacamos dois pontos, primeiro a questão espacial era um problema recorrente em várias repartições, e não específico do Museu Naval. Sobre essa limitação espacial da Escola Nacional de Bellas Artes, destacamos uma fala do professor Baptista da Costa, diretor da Escola, em matéria do jornal *O Paiz* em 21 de abril de 1925 em que este

<sup>639</sup> *A Noite* (RJ) 06 de outubro de 1924 ed. 4621 p. 1

<sup>640</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1926 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p.232

<sup>641</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1926 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p. 236

<sup>642</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1926 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.232

registra que “[...] no nosso museu não cabe mais coisa alguma. Está abarrotado. As telas já não tem nele as disposições convenientes. Fomos forçados a amontoal-as - o que prejudica muito sua observação”<sup>643</sup>. Segundo que havia formalmente requisição realizada por Gustavo Barroso para a transferência de acervo, que não nos aparece de forma discriminada mas inferimos ser direcionada a tais quadros, bem como as demais peças.

Este contato com a Escola Nacional de Bellas Artes, não era uma primeira aproximação. Em anos anteriores, sempre que julgava necessário a realização de intervenções nas pinturas, a Escola Nacional de Belas Artes era consultada. Desta forma, os jornais noticiam, em 2 de junho de 1925, com a seguinte chamada, que “As telas do Museu da Marinha / Vão ser escolhidos os lugares para a sua colocação”<sup>644</sup>. A notícia registra que o Ministro da Marinha oficiou o Ministro da pasta da Justiça “[...] dizendo existir dúvidas sobre os lugares em que devem ficar definitivamente as telas existentes no edifício onde funciona o Museu da Marinha”<sup>645</sup>. E solicita a designação de uma comissão para “[...] indicar os lugares onde elas devem ser colocadas com exatidão”<sup>646</sup>.

Destaca-se que tanto a Escola Nacional de Bellas Artes quanto o Museu Histórico Nacional eram vinculados ao Ministério da Justiça de Negócios Interiores.

Desta forma, se realizou uma visita formal, de uma comissão de técnicos da Escola Nacional de Belas Artes. Sobre esta visita, conhecemos que foi divulgado no Jornal do Brasil e no O Jornal, ambos de 06 de junho de 1925. O Jornal do Brasil nos diz que a visita foi realizada em 05 de junho e tinha por finalidade

[...] combinar o melhor modo de serem retirados daquele museu e transportadas para outro local, em virtude de exiguidade de espaço verificada nesse departamento da Marinha, as diversas telas históricas, representando vários feitos navais e que carecem ser também devidamente restaurados, devido à ação do tempo. [...] ficando assentado que, depois de uma conferência com o diretor daquela escola sejam as referidas telas removidas para os salões da dita escola<sup>647</sup>.

Entretanto como visto anteriormente, lá também havia exiguidade de espaço sendo de difícil consecução comportar todas as pinturas do Museu Naval, que incluíam obras de grandes dimensões.

O folhetim O Jornal já divulgou como certo, noticiando que “Os quadros do Museu de Marinha vão ser transferidos para a Escola Nacional de Belas Artes, conforme deliberou a Comissão incumbida de resolver sua localização, a pedido do ministro da Marinha”<sup>648</sup>. O que a bem da verdade não foi efetivamente decidido e executado naquele momento. O que

<sup>643</sup> O Paiz (RJ) 20 e 21 de abril de 1925 ed. 14792-14793 p.1

<sup>644</sup> Gazeta de Noticias (RJ) de 2 de junho de 1925 ed. 130 p. 2 e O Jornal de 2 de junho de 1925 ed. 1978 p.2

<sup>645</sup> Gazeta de Noticias (RJ) de 2 de junho de 1925 ed. 130 p. 2

<sup>646</sup> Gazeta de Noticias (RJ) de 2 de junho de 1925 ed. 130 p. 2

<sup>647</sup> Jornal do Brasil (RJ) de 6 de junho de 1925 ed. 135 p7

<sup>648</sup> O Jornal (RJ) 6 de junho de 1925 ed. 1982 p.2

evidencia o cuidado que se deve ter com esse tipo de fonte, devendo confrontá-la com outras fontes documentais. Os jornais têm auxiliado e muito na construção do caminho percorrido pelo Museu Naval, e justamente por considerar as diferentes formas de apresentar um mesmo fato, que se buscou sempre o máximo de notícias, em diferentes jornais, sobre um mesmo evento, não considerando apenas uma narração identificada sobre tal, bem como buscou-se sempre comparar as notícias com os documentos administrativos da repartição.

Abrimos um breve desvio para observar um fato curioso em 1926. Uma seleção de peças do acervo do Museu Naval foi colocada em exposição para a exibição do filme *Guarda Marinha* nos salões de espera do cinema Império.

De fato, o Sr. ministro da marinha, almirante Alexandrino de Alencar, levando na devida consideração a propaganda eficaz que aquele filme da Metro, distribuído pela Paramount no Brasil, desenvolve sobre a vida naval, e os efeitos que do mesmo podem advir em proveito do bem crédito da armada, acedeu em oficializar o lançamento do “Guarda-marinha”, razão porque ordenou fossem do Museu Naval, cedidos, gentilmente, alguns objetos preciosos, para permanecerem em exibição, durante a semana próxima, nos salões de espera do Império, sob a fiscalização de tropas de marujos, revezadas<sup>649</sup>.

Podemos observar na Figura 28A a fachada do cinema Império, tendo a frente diversos militares da Marinha e na Figura 28B observamos alguns dos objetos do Museu Naval que foram selecionados para ficarem em exposição no mesmo cinema. Verificamos um uso diferente do acervo. Ali o objetivo que se tinha era a promoção da Força Militar, visava promover a Marinha. Não se objetivava evidenciar somente sua história, mas sim estimular o alistamento militar. Assim como podemos ver na Figura 28B, escolheu-se enviar exemplares de armamento e modelos navais, bem como foi disposta uma mesa com bancos forrados com trabalhos marinheiros<sup>650</sup>, representando cabos aduchados, ou seja enrolados em sua organização característica naval, que haviam sido uma oferta ao Almirante Wandenkolk quando ministro e posteriormente incorporados ao Museu Naval em 1922<sup>651</sup>. Nesta ocasião o valor atribuído ao acervo era propagandístico, de incentivador para o público, vendo naquelas peças, associadas ao filme que estava em exibição, a representação de uma instituição, um rumo a escolher para seu futuro.

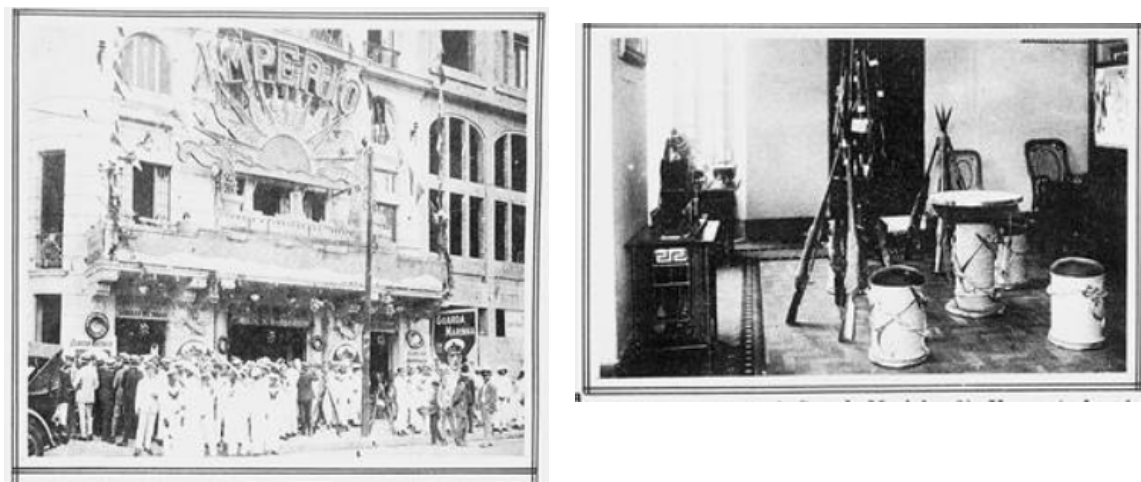
---

<sup>649</sup> O Paiz (RJ) 10 de abril de 1926 ed. 15147 p. 7

<sup>650</sup> Realização de ornamentação com cabos (cordas) e elementos navais

<sup>651</sup> RMM, 1922

Figura 28 - Imagens do cinema Império quando da exibição do filme *Guarda-marinha*



Fonte: Cinearte (RJ) Ano 1 n. 12 19 de maio de 1926 p. 31

O almirante Alexandrino Faria de Alencar, faleceu em 18 de abril de 1926, poucos dias depois da apresentação de tal filme, cuja primeira sessão ocorreu em 12 de abril e da realização das determinações para a apresentação deste. Deixa vago então o cargo no Ministério, que será ocupado pelo Almirante Arnaldo de Siqueira Pinto da Luz.

Poucos meses depois da mudança ministerial, vemos noticiado sob o título de “O Museu Histórico Nacional vai tomar conta do antigo Museu Naval”<sup>652</sup> que

O Almirante Pinto da Luz, ministro da Marinha, resolveu entregar o antigo Museu Naval, de acordo com a lei que criou o Museu Histórico Nacional, a guarda desse instituto, obrigação essa não realizada até agora por divergência de critério reinante há pouco, nas altas esferas da Marinha.<sup>653</sup>

Com os fatos que se deram em seguida, ao falecimento do Almirante Alexandrino concluímos que o Museu Naval efetivamente conseguiu se manter entre 1922 e 1926 por intermédio dele. Foi ele que ao assumir em 15 de novembro de 1922 restabeleceu o Museu Naval e manteve seu acervo, mesmo com as críticas externas e requisições realizadas por Gustavo Barroso.

Em 2 dezembro de 1926 é promulgado o Decreto n. 17.578 que aprovava novo Regulamento para a Diretoria, que passava a se chamar Diretoria de Biblioteca e Arquivo da Marinha. Este decreto não extinguiu o Museu Naval, mas o colocou à margem. O retirou formalmente do escopo da Diretoria e determinou em seu Art. 56 que para o seu funcionamento “O Museu Naval se regerá pelas disposições do Regulamento anterior,

<sup>652</sup> O Jornal (RJ) de 6 de julho de 1926 ed. 2320 p.7

<sup>653</sup> O Jornal (RJ) de 6 de julho de 1926 ed. 2320 p.7

enquanto não forem os objetos que o formam entregues ao Museu Histórico Nacional, continuando o zelador a desempenhar as mesmas funções” (Brasil, 1926 p. 468).

Desta forma, o Museu Naval deixa oficialmente de constar na estrutura administrativa da Marinha, mas previa-se que este continuaria sua existência no mesmo local em que se encontrava até a entrega dos objetos que o compunham ao Museu Histórico Nacional. Desta forma começa a ser uma instituição que se encontra em um limbo, não tinha mais um futuro claro mas também não tinha um fim definido.

Em 13 de setembro de 1926 faleceu o então diretor Jorge Martiniano de Castro e Abreu. O Relatório deste ano é enviado pelo Capitão de Corveta Galdino Pimentel Duarte, entretanto consta neste, na tabela de funcionários que o cargo de diretor, estava vago. Não consta assinatura de quem enviou o relatório. Mas por informação constante na RMB de 1927 verificamos ter sido ele quem assumiu a direção (Expediente, 1927 p.631). Neste não consta nenhuma informação nova, ou sobre o novo regulamento que fora aprovado no início do mês. O relatório fazia referência basicamente, como informado no mesmo, à gestão anterior. Em relação à visitação registra um público de 4098 pessoas.

No RMM referente a 1926, o Ministro apenas indica, no tópico da Biblioteca e Arquivo que “Com a criação do Museu Histórico Nacional, para ele deverão ser transferidas as relíquias e obras d'arte existentes no Museu Naval” (RMM, 1927 s/p).

Em fevereiro de 1927 assumiu a direção o Capitão de Mar e Guerra Heraclito da Graça Aranha. Mesmo com a determinação, acima apresentada, o Museu Naval continuou aberto recebendo tanto doações quanto grupos de visitantes. Os jornais registram a visita de alunos do colégio militar em maio<sup>654</sup> e de oficiais da Marinha chilena em julho de 1927<sup>655</sup>. Quando da visita dos alunos o jornal registra que

É pensamento da diretoria da biblioteca atrair a sua sede, sucessivas visitas, os estudantes dos nossos principais institutos de educação, proporcionando ensejo de conhecerem a história da Marinha Nacional; bem como promover conferências de ordem técnica e ilustrativa<sup>656</sup>

Por estas visitas observamos que o museu continuava montado com seu acervo ainda em julho de 1927. Ou seja, houve a efetiva determinação em dezembro de 1926 para a remessa dos objetos mas meses depois ainda não havia se efetivado tal envio.

Em relação a tal fato, o Correio da Manhã questiona a motivação da demora da remessa do acervo entre as instituições em edições do mês de agosto de 1927. Apresenta, segundo informações do secretário do Museu Histórico Nacional, que esta se dava por três motivos:

<sup>654</sup> O Imparcial (RJ) 20 de maio de 1927 ed. 5846 p. 13

<sup>655</sup> Jornal do Brasil (RJ) 1 de julho de 1927 ed. 155 p. 6

<sup>656</sup> O Imparcial (RJ) 20 de maio de 1927 ed. 5846 p. 13

1º, porque a diretoria da Biblioteca e Museu da Marinha teve de proceder à separação dos objetos de caráter histórico, que deverão ser transferidos; 2º, porque a providência dependeu de uma solicitação de crédito para tal fim e 3º, porque o referido crédito, não estando ainda registrado, não poderá produzir os seus legítimos efeitos. Registrando o crédito, far-se-á a transferência<sup>657</sup>.

Pelas guias de remessa, verificamos que o efetivo envio teve início em 21 de outubro e término em 17 de novembro. Foram ao total 21 guias de remessa, enviadas em seis dias totalizando 391 objetos<sup>658</sup>.

Sobre a execução da transferência de acervo o Jornal do Brasil registra que o Museu Naval “[...] ficou com caráter puramente técnico”<sup>659</sup> e aqui incluímos o científico, uma vez que o termo técnico fazia referência aos instrumentos, armamentos e modelos de navios, bem como outros. Também nos diz que

O diretor do museu Naval havia determinado ótimas providências e não só o serviço foi entregue a pessoas experimentadas, afeitas a trabalhos deste gênero, como funcionários daquele departamento da Marinha acompanharam todos os trabalhos até o fim para que fosse observado o maior cuidado<sup>660</sup>.

Marcava-se então o fim do Museu Naval, enquanto um museu histórico.

No relatório da repartição, enviado pelo Capitão de Mar e Guerra Heráclito da Graça Aranha sobre o ano de 1927, estão registradas as ações que o diretor julgou possível realizar, e seu posicionamento quanto aos registros realizados por seus antecessores. Ele julgou que determinados registros e solicitações não eram adequados a serem feitos, considerando que o foco para a Marinha era a manutenção da Esquadra. Ou seja, as repartições administrativas não deveriam demandar por serviços nem buscar melhorias que não poderiam ser atendidas com a verba limitada que a Força Naval possuía. Outrossim, ele julga que deveriam, os diretores, sempre fazer o máximo possível com os recursos disponíveis. “É portanto desnecessário, e até a um certo ponto inútil, insistirmos em solicitarmos providências no sentido de colocarmos certos serviços em um ponto difícil de ser atingido, mesmo por nações de vastos recursos financeiros”<sup>661</sup>. Esta será a visão que orientará sua direção.

Assim, ele registra que “É preferível, não se pode contestar, desenvolver-se o serviço com os recursos que se dispõe, tudo ativando, do que reclamar-se, anualmente, providências quase sempre impossíveis”<sup>662</sup>. Desta forma, ele muda o padrão do que vinha

<sup>657</sup> Correio da Manhã (RJ) 19 de agosto de 1927 ed. 9998 p. 4

<sup>658</sup> REMESSA. OR.234

<sup>659</sup> Jornal do Brasil (RJ) de 9 de novembro de 1927 ed. 267 p.8

<sup>660</sup> Jornal do Brasil (RJ) de 9 de novembro de 1927 ed. 267 p.8

<sup>661</sup> Relatório referente ao ano de 1927 da Diretoria de Biblioteca e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p.246 e verso.

<sup>662</sup> Relatório referente ao ano de 1927 da Diretoria de Biblioteca e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p.246 e verso.

sendo registrado nos relatórios, passando não a apontar as dificuldades e demandar mudanças, mas registrou como encontrou a repartição e as melhorias que julgou conseguir fazer.

Na RMB, na parte referente a novembro de 1927, esta apresenta um resumo histórico do Arquivo, Museu e Revista Marítima. Neste realiza uma breve cronologia das principais mudanças ocorridas com o Museu e finalizada da seguinte forma.

De acordo com uma determinação governamental, está sendo transferido do Museu Naval para o Museu Histórico Nacional tudo quanto se refere á parte propriamente histórica da nossa Marinha, ficando aquele apenas com o que diz respeito à parte técnica, motivo pelo qual o mesmo Museu terá de oportunamente mudar o seu título atual para o de Museu Técnico Naval (Resumo, 1927b p.708).

Assim já aparece nas páginas da RMB, revista que ganhou autonomia, por meio do novo Regulamento da Diretoria de Biblioteca e Arquivo em 1926, a indicação que se previa estabelecer um “novo” museu com os objetos que não foram remetidos ao Museu Histórico Nacional. Objetos que foram avaliados como não possuidores de caráter histórico.

Em relação ao Museu o diretor registra em seu relatório referente ao ano de 1927 a “[...] mudança de todos os elementos históricos, aqui acumulados por dezenas de anos pela Marinha, para o Museu Histórico Nacional que hoje guarda relíquias nossas e que bem dizem da nossa vida naval”<sup>663</sup>.

Registra ainda, que posterior autorização ministerial, que estava sendo organizado o Museu Técnico Naval, no mesmo lugar ocupado pelo Museu Naval. Sobre isso diz que “[...] tudo está perfeitamente limpo, esteticamente arrumado, podendo em breve a Marinha orgulhar-se do seu Museu Técnico Naval”<sup>664</sup>.

O RMM referente ao ano de 1927 resumidamente apresenta que

De acordo com o novo regulamento, foi realizada a mudança, para o Museu Histórico Nacional, das relíquias históricas colecionadas e guardadas, até então, pela Marinha. Diversos objetos, entre os quais alguns modelos de valor técnico, mas sem expressão histórica, deixaram de ser removidos e passaram a constituir o Museu Técnico Naval (RMM, 1928 p.69)

Assim deixou de existir o Museu Naval. Pelo menos em nome, que sabemos não ser um nome oficialmente registrado para este museu. Em relação aos visitantes registra de janeiro a 21 de outubro de 1927, mês que fecham o Museu, o total de 4618 pessoas<sup>665</sup>.

Em uma crônica, Gastão Penalva, pseudônimo do oficial de Marinha Sebastião de Souza, publicada no Jornal do Brasil coloca que

<sup>663</sup> Relatório referente ao ano de 1927 da Diretoria de Biblioteca e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.249

<sup>664</sup> Relatório referente ao ano de 1927 da Diretoria de Biblioteca e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 p.250

<sup>665</sup> Relatório referente ao ano de 1927 da Diretoria de Biblioteca e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p. 250

Grande parte, senão a melhor parte do que existia no Museu Naval acaba de ser transferido para o Museu Histórico. Isso assim dito, *tour court*, não parecerá nada, ou parecerá pouca coisa. Fica tudo em casa, pensará o leitor e uma vez que se trata de museu, basta um único para a conservação de preciosidades e a defesa de velharias. Está certo. Mas no caso do Museu Naval, a coisa muda muito de figura. Porque ele representa para a Marinha, muito reservadamente, o esforço individual, acumulando, organizando, catalogando, quase suplicando, num labor de cada dia, o segmento de tudo aquilo que já estava e consentia para nobilíssima corporação em verdadeiras relíquias de casa velha<sup>666</sup>.

O autor conhecia bem o Museu e a Biblioteca da Marinha, muito publicou da RMB. Assim ele continua e nos diz sobre a transferência do acervo. “E lá se vão troféus e símbolos que só podiam interessar a Marinha: e lá se arranca o espírito da classe a grata recordação dos seus maiores, no que eles possuíam de mais heroico e mais íntimo”<sup>667</sup>. Finalizando seu texto registra que “Não podia, portanto, o Museu Naval ter caído em mãos mais hábeis e mais protetoras. Mas a verdade é que a Marinha se desfalca do seu mais belo, mais opulento, mais glorioso patrimônio. É o que lamento profundamente”<sup>668</sup>. Sua crônica não era um crítica expressa às determinações legais, mas uma “crônica da saudade” como este a denomina. Ele registrava um sentimento. A dor da perda daquele patrimônio.

Em 05 de março de 1928 se inaugurou o denominado Museu Técnico Naval, ocupando as mesmas salas que eram destinadas ao Museu Naval. O jornal O Paiz, ao descrever a cerimônia de inauguração registrou que o Museu Técnico Naval, se constituía não só do acervo de caráter técnico mas também do pessoal do Museu Naval, mantinha-se o zelador Francisco Marques<sup>669</sup>. A matéria também nos diz que

Não houve, com a nova remodelação, aumento algum de despesa. O diretor da Biblioteca e Museu da Marinha, comandante Graça Aranha, conseguiu com pequenos esforços e recursos próprios, dar ao atual e remodelado museu dos nossos objetos de marinha um aspecto inteiramente novo e interessante, e para o qual a atenção do senhor ministro da Marinha, naquele momento, esteve voltada, por muito tempo, de maneira a mais lisonjeira<sup>670</sup>.

Após sua inauguração, este ficou franqueado ao público das 9:30h às 12h e das 13:30 às 16:30h<sup>671</sup>, bem como aos sábados das 11h às 14h (Museu, 1931 p.2). Esta cerimônia de inauguração foi noticiada também em outros jornais da cidade<sup>672</sup> e pela RMB (Noticiário, 1928 p. 1419-1420).

<sup>666</sup> Gastão Pennalva, Museu Naval. Jornal do Brasil (RJ) de 12 de novembro de 1927 ed. 270 p.5

<sup>667</sup> Gastão Pennalva, Museu Naval. Jornal do Brasil (RJ) de 12 de novembro de 1927 ed. 270 p.5

<sup>668</sup> Gastão Pennalva, Museu Naval. Jornal do Brasil (RJ) de 12 de novembro de 1927 ed. 270 p.5

<sup>669</sup> O Paiz (RJ) 5 e 6 de março de 1928 ed. 15842-15843 p.4

<sup>670</sup> O Paiz (RJ) 5 e 6 de março de 1928 ed. 15842-15843 p.4

<sup>671</sup> O Paiz (RJ) 5 e 6 de março de 1928 ed. 15842-15843 p.4

<sup>672</sup> O Jornal (RJ) 6 de março de 1928 ed. 2841 p.16 e Jornal do Commercio de 5 e 6 de março de 1928 ed.55 p. 4

No RMM referente ao ano de 1928 consta apenas o registro de visitantes do Museu Técnico Naval do ano, a partir de sua inauguração sem incluir qualquer outra observação específica sobre este, totalizando 2885 visitantes (RMM, 1929 p.53) a partir de março daquele ano.

Em termos documentais, os anos que se seguiram a partir de 1926, mas principalmente pós 1928, são anos em que praticamente não se localizou documentos administrativos referentes ao Museu, bem como em relação à repartição como um todo, incluindo Biblioteca e Arquivo. Destaca-se então a existência do livro de Objetos Entrados no Museu Técnico Naval. Se anteriormente não possuíamos um documento, que tivesse chegado aos dias atuais, que comprovasse que o Museu Naval possuía um controle dos registros de entradas dos acervos, o mesmo não acontece com o Museu Técnico Naval. Este possuiu um livro onde se registrou os itens que foram incorporados à coleção do Museu entre 03 de fevereiro de 1928 (primeira entrada) e 21 de janeiro de 1932 (última entrada registrada). Este livro foi encerrado em 22 de janeiro de 1932 em decorrência do decreto que o extinguiu.

No ano de 1929 no RMM continua a constar apenas a frequência anual de visitação do Museu Técnico Naval com 2649 visitantes (RMM, 1930 p.78). Essa é a última estatística que temos na documentação consultada.

No ano seguinte, o Museu recebe a visita de Getúlio Vargas. O chefe do Governo Provisório quando da cerimônia de entrega dos diplomas do curso da Escola Naval de guerra, que ocupava o mesmo prédio que o museu. Ele visitou todas as dependências do edifício, entre elas o Museu<sup>673</sup>.

Destacamos neste momento, por meio do trabalho do Capitão de Corveta Lucas Alexandre Boiteux (irmão do ex diretor Henrique Boiteux) o sentimento que se estabeleceu entre os militares, e aqui especificamente por um representante que estudava e escrevia sobre a história, em relação ao ocorrido com o Museu Naval após o envio de peças deste para o MHN.

O Capitão de Corveta Lucas Alexandre Boiteux ao escrever seus diversos textos sobre os Ministros da Marinha, publicados na RMB e no Jornal do Commercio, nos anos de 1930-1931 sempre ao final do texto identificava se o retrato de tal personalidade encontrava-se ou não no Museu Naval. Ação que ele já vinha realizando nos anos anteriores. A partir de 1930, manteve especificamente o nome Museu Naval, não usando o nome que era o vigente à época, Museu Técnico Naval. Seja por abreviar o nome seja por considerar que mantinha-se o mesmo museu. Após 1932, em continuidade ao seu trabalho histórico

---

<sup>673</sup> A Noite (RJ) 29 de novembro de 1930 ed. 6830 p.6

biográfico, passou a registrar se o referido retrato do ministro que escrevia, figurou ou não na galeria dos Ministros da Marinha do Museu Naval. Ao invés de citar estarem no MHN evidenciava que eram originários do Museu Naval tais retratos e empregava o termo espoliado ao referir-se a ele, após determinação de sua extinção. Finaliza seus textos, em 1933, da seguinte forma: "Seu retrato figurava na galeria dos Ministros da Marinha do nosso espoliado Museu Naval"<sup>674</sup>. Vemos um posicionamento crítico em relação ao ocorrido, o que evidencia não haver um reconhecimento de tal ação como sendo a salvação necessária para tais acervos. Como posteriormente será pregado. Esta análise não se enquadra nesta dissertação, mas aqui indicamos que com o passar dos anos, após a extinção do Museu Naval, começa a se divulgar que o recolhimento do seu acervo ao Museu Histórico Nacional foi uma ação muito elogiada pelos próprios oficiais da Marinha<sup>675</sup>, dentre outras afirmações. O que não necessariamente era uma verdade, poderiam haver sim apoiadores, mas tal não era uma unanimidade.

Já em 1935, no mesmo tipo de trabalho, Lucas Boiteux usa tanto os termos desaparecido<sup>676</sup>, antigo<sup>677</sup> e extinto<sup>678</sup> no lugar de espoliado. O que pode sugerir um arrefecimento dos ânimos ou um pesar de conformidade com o fato da extinção do Museu Naval.

Retornando ao Museu, um documento produzido pelo Museu Técnico Naval foi o catálogo do acervo, que não foi impresso para disponibilização. Catálogo que, assim como os catálogos que o Museu Naval organizou, dividia por seções os acervos e apresentava, principalmente em relação aos navios, o histórico desses, tal qual como observamos nos Catálogos de 1901, 1905 e 1910 do Museu Naval. Por este catálogo observamos a organização que se deu para esse museu que tinha sob sua tutela o acervo técnico do Museu Naval.

Em relação ao histórico da instituição do Museu Técnico Naval temos uma informação interessante que este nos apresenta. Segundo este documento, no tópico sobre sua origem e fundação, "O acervo técnico do antigo Museu da Marinha [...] não pode ser recebido pelo Museu Histórico, como foram todos os objetos e relíquias dos feitos da Marinha de Guerra por falta de espaço naquele Museu" (Museu, 1931 p. 2). E pela necessidade de se dar ordem aos objetos do museu que ficaram, fundou-se o Museu Técnico Naval. Uma vez ser "[...] mister dar um destino ao mesmo acervo, aliás não

---

<sup>674</sup> Jornal do Commercio (RJ) 18 de junho de 1933 ed. 143 p.6 e Jornal do Commercio (RJ) 31 de dezembro de 1933 p.12

<sup>675</sup> A exemplo destacamos uma carta enviada a redação do Correio da Manhã por Gustavo Barroso em 6 de junho de 1956. Acervo Museu Histórico Nacional.

<sup>676</sup> Jornal do Commercio (RJ) 6 de janeiro de 1935 ed. 82 p.6

<sup>677</sup> Jornal do Commercio (RJ) 11 e 12 de fevereiro de 1935 ed. 113 p.4

<sup>678</sup> Jornal do Commercio (RJ) 5 de maio de 1935 ed.183 p.7

pequeno e de alto valor” (Museu, 1931 p. 2). O novo museu permanecia sob auspícios da Biblioteca, mantendo-se o mesmo diretor para ambos entes. O pessoal destinado para o Museu Técnico Naval era o mesmo do Museu Naval. “Um zelador, um guarda e dois serventes” (Museu, 1931 p. 2). Este catálogo foi organizado em 1928 com inserção de informações em maio de 1931.

Em comunicação entre Gustavo Barroso e o Gabinete do Ministro da Educação e Saúde, observamos que ele informou, em 23 de dezembro de 1931, por meio de ofício n. 284, sobre o assunto de uma carta que recebeu do Ministro da Marinha, cujo conteúdo e data não possuímos. Nesta, segundo Barroso, o Ministro da Marinha “[...] sugere a remoção para este Museu dos objetos que se encontram no Museu Naval”<sup>679</sup>. Neste ofício não constam maiores informações sobre esta sugestão, apenas as ponderações positivas que Gustavo Barroso apresentou ao Ministro da Educação sobre esta sugestão. Em seguida, em 30 de dezembro do mesmo ano ao enviar novo ofício ao Ministro, o diretor do Museu Histórico Nacional, complementando o ofício anterior, registra que

[...] cabe-me comunicar que, após demorada visita a que procedi à citada repartição de Marinha [Museu Técnico Naval], verifiquei a possibilidade de ser feita, quanto antes, a transferência de que se trata, bastando para isso que se nos forneça a necessária condução<sup>680</sup>.

Dias depois foi promulgado o Decreto n. 20.946 de 14 de janeiro de 1932. Este sim, extinguindo oficialmente o Museu Naval, empregando esta denominação institucional no texto da lei. Este decreto marcará o fim efetivo do museu na esfera da Marinha. Consta em seu segundo artigo a determinação expressa de que “Os objetos existentes no mesmo Museu serão entregues ao Museu Histórico Nacional, mediante as formalidades legais” (Brasil, 1932, Art. 2º). E constava inclusive a determinação do aproveitamento do zelador do Museu Naval no Museu Histórico Nacional. Este último não possuía em seu quadro de funcionários a previsão de um zelador ou conservador para trabalhos dedicados ao acervo, conforme seu regulamento de 1922.

Por meio das datas dos ofícios trocados entre Gustavo Barroso e o Ministro da Educação, inferimos que os arranjos e acordos para esta transferência de acervo se deram em meados de 1931 ou até mesmo antes. Entretanto na documentação consultada não foram encontradas outras fontes que versem sobre esta articulação institucional entre o Ministério da Marinha e o Museu Histórico Nacional.

Estava então decretado o fim do Museu Naval. O Diário de Notícias logo estampa matéria sobre o assunto, em 16 de janeiro de 1932. Em tal notícia reconhecia como de boa

<sup>679</sup> Ofício n. 284 de 23 de dezembro de 1931 do Diretor do Museu Histórico Nacional ao Diretor do Gabinete do Ministro da Educação e Saúde Pública. MHN Proc. 18/32.

<sup>680</sup> Ofício n. 294 de 30 de dezembro de 1931 do Diretor do Museu Histórico Nacional ao Ministro da Educação e Saúde Pública. MHN Proc. 18/32.

valia a extinção realizada. Diz que “O Museu da Marinha representava um desdobramento daquela instituição”<sup>681</sup>. Referindo-se ao Museu Histórico Nacional como a gênese, e o Museu Naval como ramo, o que a bem da verdade não pode ser interpretado estritamente. Como visto neste longo caminho, o Museu Naval tinha anos de história e de trabalho realizado com seu acervo. Ele não era um desdobramento, ele era sim um dos genitores desta nova forma de entender a organização do Patrimônio Histórico Nacional.

A matéria segue dizendo que “Extinguindo o Museu Naval”<sup>682</sup>, o governo fez uma apreciável economia nas suas despesas, pois o pessoal e a conservação dos objetos pesavam naturalmente no orçamento”<sup>683</sup>. Dentre todas as justificativas que podem ser apresentadas, esta não é uma que julgamos poder ser evocada. Como visto, o orçamento destinado a repartição nunca previu verba voltada às demandas do Museu Naval, o que era um problema recorrente, e seu pessoal era exíguo e não específico para o Museu Naval, com exceção da função do zelador, o que era outro problema. Assim, dizer que a extinção do Museu desonerou o orçamento público, não é algo realista. Ainda mais considerando que o acervo continuaria a demandar atenção e gastos. A verba para este continuaria sendo necessária, o que mudou foi a responsabilidade ministerial sobre esta, não sua necessidade. Inclusive foi divulgado em jornais que o Ministro da Marinha informou não ser possível que os serventes da repartição fossem também para o Museu Histórico, como assim foi o acervo”<sup>684</sup>. Reforçando tal questão.

Finalizando a matéria o Diário de Notícias endossa o valor simbólico dos itens do acervo. “São, aliás, objetos de valor enorme e que muito dizem da vida passada do Brasil. [...] tudo o que possa interessar aos que desejam conhecer o passado glorioso da Armada Brasileira”<sup>685</sup>.

Em 02 de março de 1932, o diretor do Museu Histórico Nacional envia o ofício n. 26 ao Diretor da Biblioteca da Marinha. Neste, Gustavo Barroso acusa o recebimento do ofício que registrava a finalização da remessa das peças do Museu Naval, remetido no dia anterior, bem como elogiou o Diretor da Biblioteca da Marinha, fazendo extensivo ao zelador do Museu Naval, pela “[...] solicitude e patriótico interesse, com que providenciaste para ser atendida e prontamente executadas a decisão do Governo Provisório, relativamente à mesma mudança, que unificou os museus históricos federais”<sup>686</sup>. Todas as transferências de acervo foram registradas em competentes guias e recibos assinados por ambas instituições.

---

<sup>681</sup> Diário de Notícias (RJ) 18 de janeiro de 1932 ed. 577 p. 1

<sup>682</sup> Erradamente a matéria em alguns momentos imprime Nacional no lugar de Naval.

<sup>683</sup> Diário de Notícias (RJ) 18 de janeiro de 1932 ed. 577 p. 1

<sup>684</sup> Jornal do Brasil (RJ) 1 de abril de 1932 ed. 77 p.3

<sup>685</sup> Diário de Notícias (RJ) 18 de janeiro de 1932 ed. 577 p. 1

<sup>686</sup> Ofício n. 26 de 2 de março de 1932 do Diretor do Museu Histórico Nacional ao Diretor da Biblioteca da Marinha. MHN Proc. 18/32

Cabe aqui registrar que além do acervo, foram também remetidas as vitrines e bases das peças para serem expostas, algumas das quais ainda podemos ver em uso no MHN, como as bases empregadas para a sustentação das chapas das couraças.

A efetiva entrega do acervo iniciou-se em 18 de fevereiro finalizando em 27 de fevereiro de 1932, sendo remetidas todas as peças em 20 levadas de recibo<sup>687</sup>, que posteriormente foram compiladas em uma guia de remessa com data de 12 de março, sendo registrado a conferência desta guia ter sido realizada pelo Dr. Pedro Calmon em 23 de março de 1932<sup>688</sup>.

Ao final do ano de 1932, é publicado pelo jornal A Noite uma matéria denominada “Cada cabeça, cada chapéu.. / Evocando figuras ilustres da nossa história - O Museu Histórico e a sua finalidade”<sup>689</sup>. Nesta matéria entre outras coisas exalta o Museu Histórico enquanto “[...] magnífico anfiteatro para o ensino da nossa história”<sup>690</sup>. Em completude a matéria, ressalta neste museu a “[...] escassez de espaço, de empregados e de vigilância”<sup>691</sup>. Ao final da matéria nos diz que “Com a recente anexação do Museu Naval à sua galeria, sofre o estabelecimento séria crise de espaço e há salas em que mal pode alguém transitar, tão cheias se encontram”<sup>692</sup>.

Se intentava acumular o máximo de objetos relativos à história nacional no Museu Histórico Nacional, mas a realidade do limite espacial era real, como também o fora para o Museu Naval em outros momentos. Assim, constatamos que praticamente dez meses depois do recebimento do acervo do Museu Naval este ainda não havia sido adequadamente exposto pelas condições físicas do espaço que a instituição ocupava. Que posteriormente será ampliada e remodelada.

Anos depois, com a publicação do primeiro volume dos Anais do Museu Histórico Nacional, observamos algumas indicações sobre como esta instituição se relacionou com este acervo que veio do Museu Naval, em seus anos iniciais. Deve-se considerar que o maior quantitativo do acervo do Museu Naval só foi remetido ao Museu Histórico Nacional praticamente 10 anos depois da criação deste. Assim, através de dois funcionários do Museu Histórico Nacional vemos uma visão que exaltava o valor da coleção do Museu Naval.

Desta forma, Nair de Moraes Carvalho (1940, p.127) diz que “A 14 de janeiro de 1932 um decreto do Governo Provisório extinguiu o Museu Naval, cujo magnífico acervo foi recolhido e exposto no Museu Histórico Nacional em três belas salas”. Para além de

---

<sup>687</sup> MHN Proc. 18/32

<sup>688</sup> REMESSA p.29 OR.234

<sup>689</sup> A noite (RJ) 5 de dezembro de 1932 ed. 7556 p.1

<sup>690</sup> A noite (RJ) 5 de dezembro de 1932 ed. 7556 p.8

<sup>691</sup> A noite (RJ) 5 de dezembro de 1932 ed. 7556 p.8

<sup>692</sup> A noite (RJ) 5 de dezembro de 1932 ed. 7556 p.8

registrar um atributo ao acervo, valorizando toda a coleção por sua qualidade enquanto exemplar histórico. Ela também nos diz que “Com os objetos e mostruários, vieram os assentamentos e livros de registro e carga” (Carvalho, 1940 p.127). Assim além das peças em si, foram enviados os móveis que eram utilizados para expor, bem como toda a documentação sobre estas peças. Adolpho Dumans (1940 p.220) diz em relação à coleção do Museu Histórico Nacional que “Suas coleções valorizam-se enormemente com a incorporação do Museu Naval”. Desta forma finalizamos esse caminho arduamente percorrido por esta instituição tendo em perspectiva que o acervo que por ela foi salvaguardado teve grande relevância para a construção da narrativa histórica que se desenvolveu no Museu Histórico Nacional, e que delineou a construção da identidade nacional brasileira.

Na Figura 29 podemos ver a organização que se deu de parte do acervo do Museu Naval, no MHN em fotografia capturada em 1940. Na imagem vemos a sala que recebeu o nome de Sala Almirante Barroso. Nesta observamos os meio modelos navais, vitrines com os modelos dos navios, quadros históricos, a corrente que fechava o rio Paraguai e tantas outras peças que anteriormente figuravam no Museu Naval.

Figura 29 - Sala Almirante Barroso - Museu Histórico Nacional, 1940



Fonte: Museu Histórico Nacional. Acervo Arquivo Institucional - 07411. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/11250> Acesso em 17 jan 2026

Assim chegamos ao final de nossa trajetória tendo como farol os acontecimentos tecidos sob o aspecto cronológico registrando marcos e marcas que possibilitam vislumbrar a história do Museu Naval, sabendo que neste momento esta instituição se encerrou formalmente, mas que seu acervo seguiu vivo ao longo dos anos sendo uma das bases fundadoras da narrativa de história nacional que se desenvolveu, capitaneada pelo MHN, no século XX, pós 1932.

Com a saída de parte do acervo em 1927, para o Museu Histórico Nacional, a Marinha tem um grande desfalque no seu patrimônio histórico. Desde itens que foram pela Marinha encomendados, adquiridos, presas de guerra e outros elementos que vinham sob sua tutela, por meio do Museu Naval, desde o final do século XIX e outros que foram sendo incorporados ao longo dos anos. Neste momento, não havia o que se pudesse fazer para a manutenção do Museu nos moldes que se apresentava. Verificamos então, que mudar o nome do museu, era talvez uma tentativa de manter este “vivo” com o seu acervo, seu patrimônio, que não havia sido identificado como de valor histórico, conservando a coleção remanescente de base profundamente técnica e científica, mas não só, e não a dispersando. Escolhas, que olhando os itens restantes, gera dúvidas quanto aos critérios empregados para a definição do que seria histórico ou não. De modo não profundo, observamos que os tipos que foram selecionados como histórico foram as pinturas de caráter histórico naval referente aos combates da Guerra do Paraguai; esculturas das principais personalidades navais; as figuras de proa dos navios com relação a Guerra do Paraguai e outras peças de navio; bandeiras; peças de uniformes; espadas e sabres; retratos dos ex presidentes e de algumas personalidades navais; peças de artilharia (canhões); medalhas; e outros itens. Assim, atribuiu-se valor de objeto histórico aos itens que tinham relação com os combates, especialmente a Guerra do Paraguai e com as personalidades mais relevantes, sejam fotografias ou itens pessoais.

Adiantando um pouco o final da história, sabemos, a partir do envio após extinção do Museu Naval, que o que neste momento se julga como não tendo caráter histórico são as pinturas de navios que não em combate; a galeria de fotografia dos Ministros da Marinha; modelos e meio modelos de navios; armamentos e munições, instrumentos de navegação e outros objetos variados. Objetos que totalizavam 541 peças, número maior de objetos do que foi remetido em 1927. A de se considerar que o Museu continuou a receber doações entre 1928 e 1932.

A escolha para definição do que seria remetido ou não em 1927 se baseou em critérios que aos olhos tardios talvez não fosse se apresentar de tal forma. Determinar o

valor histórico pelos feitos e batalhas. Em relação aos objetos que ficaram, dizer que seu caráter era técnico, não era dizer que não eram históricos, mas sim que privilegiaram, estrategicamente ou não, o valor técnico e científico. E talvez por isso, por serem objetos que tinham duplo valor, que posteriormente se conseguiu que o que ainda não tinha sido enviado para o Museu Histórico Nacional, assim o fosse. Decretando em 1932 o fim das possibilidades de saída daquela situação movediça.

## **CAPÍTULO 4**

# **A ENGENHAGEM INSTITUCIONAL DO MUSEU NAVAL: REGULAMENTAÇÃO, RECURSOS FINANCEIROS E DOCUMENTAÇÃO DO ACERVO**

## **4 A ENGENHAGEM INSTITUCIONAL DO MUSEU NAVAL: REGULAMENTAÇÃO, RECURSOS FINANCEIROS E DOCUMENTAÇÃO DO ACERVO**

Neste momento é relevante destacar os aspectos administrativos do Museu Naval. Observaremos os normativos e orçamentários da instituição, a fim de compreender o lugar que o Museu Naval ocupava na estrutura organizacional da Marinha em termos de destinação de verba, e por conseguinte na estrutura administrativa Imperial e posteriormente, a proclamação da República, na administração pública Nacional. Também vislumbraremos os principais documentos produzidos sobre o seu acervo que evidenciam seu controle documental.

Iniciaremos analisando as legislações que versam sobre sua estrutura administrativa e funcionamento, para posteriormente examinar a documentação que versa sobre os recursos orçamentários a esta destinada e por fim detalharemos a estrutura dos principais documentos de registro da coleção.

### **4.1 Aspectos Normativos - Regulamentos**

O Museu Naval foi regido por diferentes legislações e regulamentos, bem como sofreu alterações de subordinação administrativa, durante sua existência. A primeira legislação e respectivo regulamento vigente foi o próprio decreto de criação. O Decreto n. 4.116 de 14 de março de 1868, trabalhado exaustivamente nesta dissertação, é o documento que prevê a criação do Museu Naval descrevendo os principais tipos de objetos que neste deveriam figurar. Além de criar o Museu determina as bases fundamentais de como essa instituição deveria ser organizada, como quantidade de funcionários e subordinação. O Decreto prevê que a guarda e a conservação do Museu seria confiada a um oficial de 2º classe, ou a um oficial reformado sendo por preferência este inválido (Império, 1868b). Por essa especificação, infere-se que o trabalho a ser realizado no Museu era entendido por possuir demandas diferentes das necessárias ao trabalho cotidiano do serviço ativo a bordo dos navios ou em combate. Seria uma função administrativa<sup>693</sup>. O termo reformado refere-se ao militar que se encontra afastado do serviço ativo mas não se apresenta incapaz de executar as atividades, característica principal dessa condição é o cumprimento de tempo de serviço e idade. Já o militar inválido refere-se aquele militar que por diferentes motivos, entre as principais causas acidentes ou doenças, não poderia

<sup>693</sup> Consulta n. 7996 do Conselho Naval. RMM, 1899, p.58-59

desempenhar as funções previstas para as atividades militares. A invalidez poderia levar a reforma, cujo termo equivalente mas que não possui as mesmas características jurídicas seria a aposentadoria. Ressalta-se que mesmo que titulado por reformado e/ou inválido, o militar ainda poderia apresentar capacidade de desempenhar atividades administrativas, como as entendidas para o trabalho no Museu Naval.

Em decorrência do parágrafo 3º do artigo 36 da Lei n. 1507 de 26 de setembro de 1867, que fixa a despesa e orça a receita geral do Império para os exercícios de 1867 - 68 e 1868 - 69 (Império, 1867a), e dá outras providências, o Governo é autorizado a realizar reformas administrativas nas Secretarias de Estado e outros órgãos públicos visando redução de pessoal e de gastos. Reformas que se apresentaram no ano de 1868 através de decretos e leis que alteraram os regulamentos das repartições. Desta forma o ano de 1868 marca um momento de reorganização administrativa da Marinha com reforma nos regulamentos de repartições existentes<sup>694</sup>.

Como resultado dessa necessidade é promulgado o Decreto n. 4174 de 6 de maio de 1868 (Império, 1868b) que reorganiza a Secretaria de Estado e Negócios da Marinha. Como este já foi apresentado não cabe repetir as mesmas questões, mas vale enfatizar que a relação que aparece do museu à 3ª Seção da Secretaria é uma relação lógica-documental e não física, nem de subordinação. Considerando que o decreto que o cria é específico em definir que “O museu, e tudo que lhe disser respeito, ficam sob as imediatas ordens do Inspetor do Arsenal” (Império, 1868b), foi a este que o Museu Naval esteve vinculado de 1884 a 1890. Assim, observamos que ao se reformar as determinações regulamentares da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha o Museu Naval já é incluído nessa nova estrutura.

A Secretaria de Estado e Negócios da Marinha era a repartição responsável pela administração da Marinha em seus diferentes aspectos, tais como finanças, logística, pessoal e outros. Cabe então entender o que significava incluir os assuntos relativos ao Museu Naval à 3ª Seção desta Secretaria de Estado e Negócios da Marinha. Caminha (1886) nos diz, a partir da análise das atribuições previstas em cada seção desta reforma administrativa, que à 3ª Seção era destinada aos assuntos de “engenharia naval e civil, portos e costas, ensino naval” (Caminha, 1886 p.61). O autor faz essa classificação a partir da nomeação das repartições cujos assuntos seriam de responsabilidade da 3ª Seção constantes na legislação. Observamos no decreto<sup>695</sup> que além da Biblioteca e Museu Naval

---

<sup>694</sup> Durante o ano de 1868 também foram criadas outras repartições além do Museu Naval, como a Companhia de Aprendizes Marinheiros de Sergipe, pelo Decreto 4142 de 05.04.1868, e a Companhia de Aprendizes Marinheiros na cidade de Santos, pelo Decreto 4112 de 29.02.1868. Todos anteriores aos decretos de reorganização administrativa.

<sup>695</sup> Decreto n. 4174 de 6 de maio de 1868.

constam as escolas de marinha e de máquinas, além de outras repartições que não se enquadram ao ensino mas sim nas outras categorias previstas para essa seção. Assim, observamos possivelmente a vinculação do Museu com assuntos relativos ao ensino em seu entendimento lógico, ou seja, sobre qual papel este teria na estrutura da Marinha.

Quando de sua efetiva inauguração em 1884 são as determinações vigentes no Decreto n. 4.116 de 14 de março de 1868 que foram seguidas para sua organização e que se mantiveram vigentes até sua revogação em 1890. Durante os anos de 1884 a 1890 não foi localizada documentação administrativa do Museu, existindo informações indiretas sobre o mesmo. Desta forma não foi possível verificar sua previsão de funcionamento e relações administrativas e se estas se mantiveram fiéis os previsto no decreto vigente.

O que se tem deste período enquanto informação do posicionamento do Museu Naval na estrutura organizacional da Marinha são os organogramas constantes na obra de Henrick Marques Caminha (1986 e 1989). Suas publicações são de referência para o entendimento das estruturas organizacionais e suas transformações na Marinha ao longo dos anos.

Cabe ressaltar que a mesma não é desprovida de possíveis equívocos e um que destacamos, e de relação com a pesquisa, é que ao referenciar ao Museu da Marinha citando seu decreto de criação este identifica que sua inauguração, ocorrida em 1884, se deu “no mesmo prédio em que já funcionava a Biblioteca da Marinha, à rua Conselheiro Saraiva” (Caminha, 1986 p. 62). Entretanto, como previamente apresentado, a inauguração do Museu Naval ocorreu no Arsenal de Marinha da Corte e apenas em 1890 que este foi anexado e transferido para o prédio da Biblioteca da Marinha, então localizado na Rua Conselheiro Saraiva. Ainda que passível de enganos, esta publicação é relevante para se ter um panorama do funcionamento administrativo da Marinha.

No organograma elaborado tendo como período os anos de 1847 a 1889, Caminha (1986) apresenta o Museu Naval subordinado ao Quartel General da Marinha com a observação de ter sido criado em 1868 e inaugurado em 1884. Entretanto o que se verifica, a partir da legislação e da documentação consulta é que este integrava a estrutura do Arsenal de Marinha da Corte e não vinculado como uma repartição autônoma ao Quartel General da Marinha. No relatório da Biblioteca e Museu da Marinha referente ao ano de 1906, o diretor apresenta uma retrospectiva do Museu Naval e coloca que este esteve “[...] estabelecido em dependências do Arsenal de Marinha, cujo Inspetor o tinha sob sua direção”<sup>696</sup>. Não é possível, com a documentação encontrada até o momento, verificar essa vinculação administrativa apresentada por Caminha (1986). O que efetivamente

---

<sup>696</sup> Ofício n. 60 de 18 de janeiro de 1907. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006.

observamos, através do decreto de criação e deste relatório é que a responsabilidade pelo Museu era da Inspetoria do Arsenal da Corte, corroborada pelo fato do controle material dos objetos do Museu, constantes no Inventário de 1890, ser de atribuição do ajudante do Inspetor do Arsenal da Corte quando da anexação deste a Biblioteca em 1890.

Em contraponto, esta publicação nos é interessante pois possibilita ter um panorama geral da organização da Marinha e verificar que tanto a Biblioteca como o Museu não foram classificados em atribuições específicas pelo autor, como os demais que são separados em órgãos operativos, de pessoal, de material, de finanças, provinciais e atividades subsidiárias. O trabalho de Caminha (1986) foi elaborado tendo por base a legislação do período que cobre e estudo realizado pelo autor.

Considerando o recorte desta dissertação, focaremos especificamente nas alterações e transformações diretamente relacionadas ao Museu Naval, ainda que seja esta uma engrenagem que compõem uma grande estrutura.

Retomando as questões regulamentares do Museu Naval, observamos que no decreto que o cria não constam determinações regulamentares efetivamente e sim diretrizes gerais para a criação do mesmo. O art 7º determina que “O Governo expedirá os Regulamentos, que forem precisos para o serviço interno” (Império, 1868a p.120). Quando promulgado o Decreto n. 363 de 26 de abril de 1890, ao reunir Biblioteca e Museu, este revoga os regulamentos anteriores e em relação ao Museu Naval este apresenta como regulamento anterior o Decreto n. 4.116 de 14 de março de 1868, ou seja o decreto que estabeleceu sua criação. Assim confirmamos que não foi estabelecido um regulamento que definisse seu funcionamento e atribuições quando de sua inauguração, sendo mantido como regulamento a letra legal que foi determinada em 1868. A interpretação sobre suas práticas e seu funcionamento neste período tem por base às fontes documentais consultadas nesta pesquisa e foram anteriormente apresentadas.

Partiremos então para a análise do novo regulamento focando nos aspectos voltados ao Museu. Inicialmente destaca-se que as determinações e previsões são muito mais extensas e descritivas para a Biblioteca das que fazem referência ao Museu Naval. Nos artigos que apresentam o termo museu este aparece, quase na totalidade, enquanto nome da repartição e não com atribuições específicas para o Museu. Percebe-se que quando da anexação do Museu à Biblioteca foi o regulamento desta ‘atualizado’ considerando basicamente a mudança do nome da repartição e não as necessidades específicas que o Museu possuía.

Para além de prever a reunião da Biblioteca ao Museu Naval, o Decreto n. 363 de 26 de abril de 1890 estabelece o regulamento para a Biblioteca e Museu da Marinha, cabendo

agora verificar neste o que mais estava previsto. O segundo regulamento do Museu Naval foi estabelecido em 1890 e mantinha as principais características e funções previstas no regulamento anterior da Biblioteca da Marinha, definido pelo Decreto n. 479 de 17 de outubro de 1846, que estabelecia a Biblioteca da Marinha e baixava seu regulamento. Nesta reforma administrativa foi ampliado o quantitativo de funcionários e definida as atribuições específicas de cada função, bem como estabelecidos os procedimentos de funcionamento da repartição.

Até este momento a Biblioteca possuía dois funcionários além do diretor, sendo um escrevente e um porteiro. Com a promulgação do novo regulamento e a anexação do museu foi aumentado em três, perfazendo um total de cinco funcionários, além do diretor. Os cargos passaram a ser o de ajudante, amanuense, porteiro e dois guardas. Tal alteração, de previsão regulamentar, é confirmada ter sido efetivada através do registro de ponto mensal dos funcionários<sup>697</sup>.

Destacamos que no Art. 1º é mantida a atribuição de ministrar instrução à Biblioteca com a inclusão do Museu nesta função, bem como é definido no Art. 2º que “o Museu limitar-se ha a coligir e expor quadros, modelos e mais objetos que digam respeito exclusivamente à marinha e com particularidade à do Brasil” (Brasil, 1890). Desta forma o Museu teria por finalidade, a partir de sua coleção, consubstanciar o previsto para a Biblioteca. Como discutido anteriormente, o Museu foi inicialmente pensado e efetivamente inaugurado como um movimento que partiu da Biblioteca, sendo natural ele ter o entendimento de possuir vocação para a instrução do indivíduo, ainda que em momentos não seja de todo evidente.

O regulamento previa ser facultado o uso aos livros bem como aos demais objetos, e nestes estariam incluídos os do museu, aos consultantes. Bem como reforça a função pedagógica da instituição com o 16º item do Art. 6º ao dizer, dentro das atribuições do diretor, que este deveria “Angariar, gratuitamente, a maior soma de livros e objetos que possam por sua natureza aumentar o cabedal instrutivo da Biblioteca e Museu” (Brasil, 1890). Assim o diretor deveria de forma ativa conseguir doações e permutas de livros e itens para o Museu tendo como balizador o objetivo instrutivo de seus consulentes, para além da verba que a esta repartição fosse destinada. Ação que observamos em seus diferentes diretores ao sempre buscarem objetos que consideravam adequados ao Museu na própria Marinha e externamente a esta para serem ao Museu transferidos.

Verificamos através deste regulamento e da documentação consultada as práticas de registro e inventário realizada pela Biblioteca bem como produção de catálogos, o que

---

<sup>697</sup> Registros constantes em ARQMAR 15502

passará a ser realizado também para o Museu. Era previsto como incumbência do ajudante “manter em dia e com nitidez os registros de entradas e inventários, catálogos alfabéticos de autores, catálogos metódicos, registros de empréstimos e de desaparecimento de livros, e o catálogo do Museu” (Brasil, 1890 Art. 7). Observamos não estar previsto de forma tão descritiva o controle do acervo do Museu tal qual previsto para a Biblioteca, entretanto observamos que havia um procedimento de documentação da coleção do Museu bem como a previsão de produção do catálogo deste. A impressão com divulgação do catálogo ocorreu em três anos: 1901, 1905 e 1910, ou seja, observamos que houve uma demora de 11 anos para a elaboração do catálogo enquanto publicação, o que não é o mesmo que considerar que não havia neste período nenhum procedimento de registro e controle das peças.

O método de inventário previsto, inclusive neste regulamento, era voltado ao controle de material, como procedimento comum nas repartições públicas e não específico de instituições como bibliotecas e museus, pensando em registro documental para preservação e recuperação de informação. Assim este inventário era para ser realizado em livro numerado e rubricado, como observamos ter ocorrido quando da transferência do museu. Era previsto inventários de verificação a serem realizados anualmente e quando da substituição do diretor, uma vez que a carga do material, e seu respectivo valor atribuído, era responsabilidade do diretor da Biblioteca e Museu da Marinha. Em caso de perda ou extravio o valor referente ao item seria descontado ao diretor. Como é de se imaginar, e se verifica na documentação, a realidade de se realizar anualmente o inventário da Biblioteca considerando o alto quantitativo de livros e o baixo número de funcionários, era algo de difícil conclusão, bem como a frequente mudança dos diretores. O Museu não possuía a mesma quantidade de itens da Biblioteca, mas seu quantitativo não era irrisório, o que demandava a divisão da atenção entre coleção bibliográfica e objetos de museu para concluir os inventários. Destaca-se que havia o entendimento diferenciado do material comum, como móveis, das coleções da biblioteca e museu. A responsabilidade do material comum estava atribuída ao porteiro enquanto a do acervo ao diretor. O que evidencia o entendimento de relevância e valor simbólico e monetário de tais coleções.

A visitação do Museu, acompanhando a da Biblioteca, passa a ser prevista durante todo o ano de 9h às 16h, com exceção dos feriados e do intervalo entre 15 de dezembro e 15 de janeiro, período que foi destinado para a realização da manutenção da instituição (Brasil, 1890 Art. 28). Horário que era cumprido conforme a previsão. Não há especificação se era previsto o funcionamento aos finais de semana ou limitado aos dias úteis. Entretanto, confrontando com outras informações posteriores observamos que se limitavam aos dias úteis. Uma diferença em relação ao funcionamento anterior, que se tem conhecimento, em

que o Museu estava aberto dois dias e um deles no domingo. O Museu passa a funcionar diariamente de segunda a sexta, após a sua saída do arsenal.

Reforçando o entendimento da Biblioteca e Museu da Marinha enquanto espaço de ensino, complementando a formação do indivíduo, é previsto dentro desta repartição a elaboração de uma Enciclopédia Naval. Tal trabalho seria realizado por uma comissão composta pelo Ministro da Marinha, que incluía o diretor da Biblioteca e Museu da Marinha e funcionaria na Biblioteca (Brasil, 1890, Art. 73). Outro ponto a destacar é que a RMB é formalmente definida como publicação da Biblioteca.

Nas disposições gerais que finalizam o regulamento de 1890 destaca-se a previsão de que “A Biblioteca e Museu de Marinha serão instalados em um mesmo edifício, em local apropriado ao estudo” (Brasil, 1890 Art. 79). Tal era necessário pelo fato do Museu estar em outro prédio, mas relevante observar novamente que o local para estes deveria ser adequado ao estudo. Como visto anteriormente, a Biblioteca ocupava o prédio que posteriormente foi destinado ao Museu. Esta foi transferida deste prédio, no Arsenal de Marinha, por este não atender às suas necessidades diversas, o que já foi discutido. Quando o Museu é anexado, seu acervo foi em parte transferido para o prédio da biblioteca, fora dos muros do Arsenal. Prédio que inicialmente pareceu adequado mas que todavia ainda não se apresentava como a melhor opção. Como dito também, as demandas de ambas as instituições levarão a uma nova mudança de sede para melhor atender suas necessidades.

Verifica-se que após a reorganização física ocorrida em 1898 foi necessário ampliar as funções e quantitativo de funcionários. O diretor, Paulo Couto, informa que foi criado o cargo de porteiro contínuo, que veremos identificado posteriormente apenas por contínuo, e solicita a ampliação de um guarda e um servente, solicitação que não verificamos ter sido totalmente atendida no respectivo momento. O cargo de contínuo é ocupado em janeiro de 1899<sup>698</sup> e verifica-se a efetiva criação, já que não constava em lei, deste cargo e de um servente para o ano de 1899 por meio do Balanço da Receitas e Despesas da República (Brasil, 1904b p.154) e pelo Almanak do Ministério da Marinha em referência a 1899 (Almanak, 1900 p. 34). O cargo de contínuo foi ocupado em 14 de janeiro de 1899.

Antes de efetivamente ser realizada uma mudança de regulamento para Biblioteca e Museu da Marinha, que ocorreu em 1907, verificamos já em 1900 indicações que esta passaria por uma nova alteração administrativa. No RMM enviado em maio de 1900 observamos que no relatório do Chefe do Estado-Maior General, no tópico do Quartel General, este apresenta suas considerações sobre o regulamento de sua própria repartição.

---

<sup>698</sup> Ofício n. 4 de 14 de janeiro de 1899 da Biblioteca e Museu da Marinha para o Contador da Marinha. ARQMAR 15477

O que não teria relação direta com a Biblioteca e Museu da Marinha se este não fizesse a seguinte indicação. Ele coloca, vinculado a 2ª Seção da Diretoria de Material não só a Biblioteca e Museu, mas associa a estes o Arquivo que o Quartel General possuía. E diz que

A Biblioteca e Museu, desde que se lhe anexe o arquivo do Quartel General vem prestar o serviço mais importante e necessário, como seja a estatística naval, ponto de partida essencial a uma administração militar, e que até hoje não se pode compreender como não existe. Assim, acredito que ligado o arquivo do Quartel General à Biblioteca e Museu da Marinha, com um pessoal habilitado e confiando-se-lhe os trabalhos ou estudos estatísticos dos serviços navais em geral, codificação e consolidação da legislação militar, organização de trabalho de sobressalentes para os navios, corpos e estabelecimentos de marinha, história dos navios de guerra e outros que serão mais adiante mencionados na distribuição dos serviços a cargo das diversas secções, terá a administração um ponto de apoio importante essencial a uma organização militar séria e digna<sup>699</sup>.

Observamos que ele propôs a união do Arquivo, que estava sob sua guarda, à Biblioteca e Museu da Marinha com a intenção de que esta repartição realizasse então trabalhos voltados para a administração logística, realizando estatísticas, inventário de material de uso e histórico de navios por último. Indicamos que esta visão será parcialmente aceita, como veremos a seguir.

A lei orçamentária para o exercício de 1907, promulgada em dezembro de 1906, prevê a autorização da revisão do regulamento de diversas repartições, entre estas a da Biblioteca e Museu, cujo objetivo era “colocar a administração em condições de obter rendimento melhor das verbas do orçamento” (Brasil, 1906 p.171) Em decorrência de tal determinação é promulgado o Decreto n. 6510 de 11 de junho de 1907 que reorganiza a Biblioteca e Museu da Marinha, aglutinando em si o Arquivo e passando a denominar-se Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo (Brasil, 1907c p.4966). A repartição continuava subordinada ao Ministro da Marinha.

Neste decreto consta a finalidade de cada ente que compunha a repartição. Pela determinação legal a atribuição específica do Museu Naval consta prevista no segundo artigo e seria a de “[...] coligir e expor quadros históricos, retratos, bustos e estátuas de oficiais brasileiros ou estrangeiros que tenham prestado relevantes serviços ao Brasil, modelos, máquinas, armas, troféus e mais objetos que interessem à armada nacional” (Brasil, 1907c p.4966). Por meio deste novo regulamento, observamos que não consta definido o aspecto instrutivo vinculado ao museu como observamos em seu regulamento anterior, ainda que possa ser considerada tal vinculação mais pelo nome da repartição do que pela função em si, naquele momento, ela é verificada efetivamente atribuída também ao

---

<sup>699</sup> Relatório Estado Maior General. RMM, 1900 anexo, p.12

Museu quando dos ofícios trocados entre a repartição e o Ministro da Marinha. Por este terceiro regulamento tal função era definida especificamente para a Biblioteca. Em relação ao Museu Naval, que continuava junto à Biblioteca, apresenta a sua designação de função ampliada, em termos descritivos do que era previsto no regulamento de 1890. No Quadro 01 observamos as diferenças entre estas.

Com a junção do Arquivo houve a ampliação do quadro de funcionários, cuja previsão anterior era de seis, incluindo o diretor, para doze. Destacamos que dentre estes não havia designação específica para atuação no museu, eram funcionários que atuavam com um todo na repartição, com exceção do arquivista e do sub arquivista que eram específicos para o trabalho no Arquivo. O Art. 4º prevê o seguinte pessoal: “1 diretor; 1 ajudante; 1 comissário; 1 arquivista; 1 sub-arquivista; 1 amanuense; 1 porteiro; 1 contínuo; 2 guardas; 2 serventes” (Brasil, 1907c p.4966).

Uma alteração que destacamos é a previsão, que até então não se observava de ser um oficial de patente não inferior a capitão de corveta<sup>700</sup> a ocupar o cargo de diretor da repartição. Como visto, no decorrer dos anos, até este momento a função era ocupada principalmente pelo posto de Capitão-Tenente e Primeiro-Tenente, com poucas exceções<sup>701</sup>.

Em relação ao funcionamento que era previsão regulamentar de 1890 ser das 9 horas às 16 horas tanto para a Biblioteca como para o Museu, e que na prática observamos, pelo menos em 1901 como aparece nos jornais, ter seguido o horário de 11 horas às 15 horas, houve mudanças. O horário de funcionamento do Museu passou a ser diferente do horário previsto para a Biblioteca. Esta estaria aberta de 10 horas às 16 horas enquanto o Museu das 10 horas às 14 horas.

Permanece a previsão de realização de inventário para a repartição como um todo, para a Biblioteca, Museu e Arquivo. Mantendo as determinações anteriores com a diferença que a carga material do acervo, que anteriormente era responsabilidade direta do diretor, passava a ser do comissário, o que atendia aos pleitos recorrentes realizados pelos diretores ao Ministro da Marinha. Diversos são os ofícios e inclusão em relatório da repartição com a solicitação para a alteração da responsabilidade sobre o inventário do Museu e da Biblioteca. Diversos foram os diretores que realizavam tal pleito, evidenciando em suas justificativas principalmente a dificuldade de realizar o adequado controle do material, com base em suas outras responsabilidades. Buscavam assim transferir a responsabilidade a quem julgavam conseguiria se responsabilizar por tal de forma mais

---

<sup>700</sup> Há de se destacar que até 1906 este posto não existia na estrutura da Marinha. Este posto foi criado entre o posto de Capitão Tenente e o Capitão de Fragata quando da promulgação do Decreto n. 1.473, de 9 de Janeiro de 1906.

<sup>701</sup> Houve quatro momentos em que o posto de diretor foi de Vice Almirante (duas direções) e Capitão de Fragata (dois diretores). Os demais diretores até 1906 eram do posto de Capitão Tenente e Primeiro Tenente entre 1890-1907. Entre 1890-1906 totalizaram 17 diretores.

adequada<sup>702</sup>. Por diversas vezes a resposta foi negativa, pelo fato do Ministro não julgar procedente o pedido e por este se opor ao regulamento vigente até que no regulamento de 1907 é realizada essa alteração. À esta nova função, criada a partir deste regulamento, cabia manter o controle físico do material, tanto da Biblioteca como do Museu e do Arquivo, zelando pela conservação do mesmo além de outras atribuições mais específicas. A responsabilidade material dos demais itens da repartição, que não fosse acervo, continuava a cargo do porteiro (Brasil, 1907c p.4966).

O regulamento também previa que a Biblioteca, o Museu e o Arquivo fossem instalados em um mesmo edifício que fosse adequado às suas necessidades (Brasil, 1907c p.4966). Como visto, tal não ocorreu, uma vez que o arquivo permaneceu no prédio sito a Rua Conselheiro Saraiva, enquanto Biblioteca e Museu foram transferidos para o prédio localizado na Rua Dom Manuel.

O ano de 1907 marca outro momento de mudanças estruturais na organização da Marinha. “Pelos reformas feitas a administração ficou constituída por um sistema de Inspetorias e de Repartições autônomas e independentes, diretamente subordinadas ao Ministro [...]; a Biblioteca, Museu e Arquivo constituíram uma Diretoria” (RMM, 1908 p.14-15). A subordinação da Biblioteca e Museu não se alterou, uma vez que já eram diretamente ligados ao Ministro, mas a do Arquivo sim, que nesse momento ganha uma identidade conectada à Biblioteca e ao Museu Naval e não uma identificação de setor ou seção. Entretanto, a elevação à categoria de Diretoria eleva a repartição a um outro entendimento dentro da administração pública.

Uma alteração, que não revogou o regulamento da repartição, mas causou mudanças em sua subordinação, ocorreu em 1911, quando diversas repartições passaram por alterações de subordinação e vinculação. Por meio do Decreto n. 9.169-A, de 30 de novembro de 1911, o Arquivo é retirado da repartição, voltando esta ficar apenas com a Biblioteca e Museu, cujo nome passou a ser Diretoria da Biblioteca e Museu da Marinha sendo sua subordinação administrativa modificada, deixando de estar subordinada diretamente ao Ministro da Marinha passando a ser subordinada ao Estado Maior da Armada. Segundo o decreto, dentre outras atribuições a que competia ao Estado Maior da Armada, este era fundamentalmente destinado ao alto comando e preparação para a guerra (Brasil, 1911, Art. 48). Este estava dividido em três seções. Verificamos que a Biblioteca e o Museu estavam vinculados à 2ª Seção. Esta era responsável pelos assuntos de: “Legislação. Biblioteca e Museu da Marinha. Revista Marítima. Adidos navais e informações.

---

<sup>702</sup> São variados ofícios entre 1890 e 1906 que versam sobre. Como exemplo, destacamos o ofício n. 22 de 25 de janeiro de 1901 da Biblioteca ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15479 e a resposta pelo ofício n. 209 de 14 de fevereiro de 1901 do Ministro da Marinha à Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15462

Marinhas estrangeiras. Códigos de sinais, semaforas e cifras. Disciplina em geral. Ordenança e tabelas de serviço” (Brasil, 1911, Art. 50).

Este decreto previu diversas modificações ao organograma da Marinha, que verificamos não terem sido plenamente adequadas e aceitas, uma vez que brevemente realizou-se nova mudança. No organograma elaborado por Caminha (1989, p.42) o autor indica a Biblioteca, o Museu e a RMB em caixas separadas, entretanto estes entes ainda eram uma única repartição. Ele denomina o período de 1911 a 1913 de Reforma Marques Leão, cujas alterações administrativas não se sustentaram e logo foram revogadas ou substituídas.

Em janeiro de 1914 é autorizada, pela lei orçamentária, a realização de uma nova reorganização da Marinha tendo como uma das bases o “restabelecimento da organização constante dos decretos de 5, 11 e 15 de junho de 1907, com as modificações regulamentares aconselhadas pela experiência, proibida a criação de empregos novos” (Brasil, 1914a p.1). Dentre esses decretos está o que estabeleceu a Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. Assim, brevemente é promulgado o Decreto n. 10.800 de 11 de março de 1914 que definia novo regulamento para a repartição retornando sua estrutura administrativa basicamente ao que havia sido definido em 1907.

Sendo este o quarto regulamento, verificamos algumas alterações em relação específica ao Museu Naval, tal qual a redução do horário de funcionamento sendo previsto agora ser de 11 horas às 14 horas.

Em relação aos funcionários, observamos o aumento, com modificações, e maior definição de quem poderia ocupar o cargo. Além disso, verificamos a inclusão do cargo de zelador do Museu que foi formalmente criado em 1912. Assim neste regulamento, de 1914, são previstos as seguintes funções: 1 diretor, oficial superior do Corpo da Armada, do quadro da ativa; 1 ajudante, oficial subalterno, do quadro ativo ou reformado do Corpo da Armada; 2 auxiliares, oficiais subalternos, reformados, do Corpo da Armada ou classes anexas (dentre os auxiliares incorporou-se o que ocupava o cargo de amanuense); 1 arquivista, oficial reformado do Corpo da Armada ou classes anexas; 2 auxiliares arquivistas, idem, idem; 5 redatores da Revista Marítima, oficiais superiores ou subalternos do Corpo da Armada, do quadro ativo ou reformado; 1 comissario, oficial subalterno, da ativa ou reformado; 1 zelador do museu; 1 porteiro protocolista; 1 continuo, inferior, praça ou ex-praça reformada; 2 guardas, idem, idem; 3 serventes, praças ou ex-praças reformadas (Brasil, 1914b p.3435). O inventário continua sendo previsto tal qual o regulamento de 1907.

Aqui destacamos a importante diferença entre o regulamento de 1914 e o de 1907 que é a função de zelador e a definição de suas atribuições. Função esta que verificamos ter

sido criada em 1912. Porém observamos pela primeira vez em determinação regulamentar as atribuições deste funcionário que se ocuparia exclusivamente de assuntos afetos às necessidades e demandas do museu, sendo dedicado a este. Assim, ao zelador do museu, segundo Art. 13º, compete:

- 1º, manter em dia e com clareza o catálogo do museu, registrando a entrada de objetos em livro a isto destinado;
- 2º, zelar com a máxima solícitude pela conservação dos quadros, coleções, objetos e relíquias confiados á sua guarda; propondo ao diretor as medidas necessárias à sua conservação;
- 3º, reparar os objetos que dependerem de concertos, na medida do possível e de seus conhecimentos;
- 4º, pesquisar a existência de retratos e outros objetos, que pelo seu valor histórico naval possam ser incorporados ao museu, a fim de ser providenciada a aquisição dos mesmos;
- 5º, não consentir, sob pena de responsabilidade, a retirada do menor objeto pertencente ao museu;
- 6º, examinar diariamente as coleções a fim de se certificar de qualquer falta;
- 7º, propôr ao diretor as medidas que julgar convenientes e necessárias ao bom andamento do serviço e enriquecimento do respectivo museu (Brasil, 1914b p. 3435).

Diferente do que vinha ocorrendo, a partir de 1914 o Museu conta com um olhar mais específico para ele previsto em regulamento. Não que anteriormente não se dedicasse atenção a este no trabalho diário, mas as diversas atribuições que seus funcionários possuíam dividiam as atenções entre as necessidades da Biblioteca, do Museu e do Arquivo (a partir de 1907). Com a criação do cargo em 1912 e com a efetiva previsão regulamentar, agora havia um responsável direto no trabalho com o Museu Naval, que conseguiria exercer com maior dedicação esta função.

Destacamos que o salário destinado ao zelador do Museu naval era de 6:000\$000 (seis mil contos de réis), que em comparação aos demais funcionários da mesma categoria na Biblioteca e Museu da Marinha, que não eram oficiais, era o valor mais alto destinado entre as funções de porteiro (3:470\$252), contínuo (2:345\$252), 2 guardas (valor total 4:680\$252) e 3 serventes (valor total 5:355\$00) (Brasil, 1928 p.206). O que evidencia uma especialização da função e demonstra um reconhecimento da diferenciação da atribuição deste funcionário, em relação aos demais serviços administrativos da repartição. Este não era um zelador a cuidar de uma casa ou um prédio, mas sim a pessoa responsável por zelar e conservar toda a coleção do Museu Naval<sup>703</sup>.

<sup>703</sup> Apenas com o objetivo ilustrativo e de comparação sumária, pois não analisaremos a fundo as funções citadas, destacamos no balanço das receitas e despesas referente ao ano de 1914, publicado em 1928, algumas designações que poderiam ser similares às atribuições do zelador do Museu Naval e seus respectivos salários. No Jardim Botânico consta a função de conservador do herbário e museu com o salário de 1:834\$465; No Museu Nacional consta a função conservador de Arqueologia com o salário de 3:600\$000; E na Escola Nacional de Bellas Artes constam as funções de Conservadores restauradores (não define a quantidade neste documento) com o salário total de 6:717\$857 e a de ajudantes de conservador restaurador (também sem quantidade) com o salário total de 4:789\$500. A partir dessa comparação, ainda que não considerando os detalhes efetivos de atribuição da função, verificamos o valor destinado ao zelador do Museu

Em relação ao Museu Naval são esses, apresentados acima, os quatro regulamentos que efetivamente regem sua trajetória. Aqui não consideramos o decreto promulgado em 1911 como um regulamento, pois nele consta apenas a alteração de subordinação e não apresenta atribuições da repartição efetivamente ao que se relaciona ao Museu Naval.

Em 1916 não consta alteração regulamentar entretanto por meio da Lei n. 3089 de 8 de janeiro de 1916, que fixou a despesa geral da República para o ano de 1916, é determinado que o cargo de diretor do Museu Naval

para os efeitos desta disposição deixará de ser considerado como função da ativa, no caso de ser exercido por oficial reformado, nomeado por decreto do Governo, e que aceite o mesmo cargo sob a condição de receber tão só e exclusivamente, além dos vencimentos da reforma, uma gratificação especial, que não poderá exceder de 400\$ mensais (Brasil, 1916 Art. 27).

O Decreto n. 15.596 de 2 de agosto de 1922 que cria e aprova o regulamento do Museu Histórico Nacional (MHN), é uma legislação chave no caminho do Museu Naval, que apesar de não ser sobre o Museu Naval efetivamente, previa em seu Art. 83 no item 4 que “Os quadros históricos e mais objetos de caráter histórico que formam o Museu da Marinha e o Museu Militar” (Brasil, 1922 Art. 83). A partir deste, o Museu Naval começa a trilhar um momento de esvaziamento de sua coleção até a culminação de sua extinção.

Posteriormente à criação do MHN e início das remessas de acervo, é promulgado o Decreto n. 17.578 de 2 de dezembro de 1926 que excluiu o Museu Naval da Diretoria que passou a se denominar Diretoria de Biblioteca e Arquivo da Marinha. Neste documento não consta mais nenhuma menção ao Museu Naval, a não ser no capítulo de disposições transitórias em que no Art. 56 consta que “O Museu Naval se regerá pelas disposições do Regulamento anterior, enquanto não forem os objetos que o formam entregues ao Museu Histórico, continuando o zelador a desempenhar as mesmas funções” (Brasil, 1926 p. 468), e finaliza indicando que se o zelador não for também transferido para o Museu Histórico este ocuparia a função de auxiliar da Biblioteca. A partir deste decreto pode-se pensar que o museu teve seu fim, mas como visto, neste ano não ocorreu efetivamente sua desmobilização.

Em alguns jornais e publicações há menção ao Art. 4 da Lei n. 5.156 de 12 de janeiro de 1927 como sendo a extinção do Museu Naval, entretanto esta lei não previa o seu fim. Esta era a lei orçamentária para o exercício de 1927 e o artigo 4 previa as despesas autorizadas para o Ministério da Marinha sendo a 12ª verba a indicada para a Diretoria da

---

Naval ser o mais alto entre estes.

Biblioteca e Arquivo, excluindo o Museu do nome que identificava a verba, tal qual o Regulamento vigente da repartição.

O próprio diretor da repartição da época, após a remessa de acervo ocorrida em 1927, se faz valer desta lei uma vez excluído o museu formalmente do nome da repartição e das verbas orçamentárias, o considerar extinto e por tanto 'inaugurando' um novo museu. Pode-se avaliar essa uma manobra tática, como uma forma de buscar manter o patrimônio que havia sobrevivido a remessa do acervo ocorrida em 1927, uma vez esvaziado o Museu Naval de seu acervo histórico, restando neste seu acervo de caráter técnico era necessário organizá-lo e estabelecer um novo museu.

O Museu Naval tentou manter-se ativo, apesar das legislações que se apresentavam. Mudou de nome na tentativa de sua manutenção, desvinculando o atributo histórico deste. O que não foi suficiente, finalizando seu caminho em 1932 quando efetivamente é extinto por meio do Decreto n. 20.946 de 14 de janeiro de 1932, que previu sua extinção legal, o envio do remanescente de sua coleção, bem como o aproveitamento do zelador do Museu Naval para o MHN. Este decreto acaba com o Museu Naval, (como quem foi englobado pela areia movediça que tentou contornar), não havendo trilha para seguir.

Destacamos a necessidade, ainda que fora do escopo da pesquisa, de destacar que ainda que não se apresentasse caminho a frente, era possível reerguer-se, realizando um retorno para buscar novas possibilidades, e assim o fez. Em pouco tempo, ocorreu uma mobilização tanto na Marinha como externa a esta em favor da recriação do Museu Naval. Mas este caminho, com muitas curvas e obstáculos, há de ser trilhado em outro momento, para além desta dissertação.

Quadro 01 - Quadro resumo das funções previstas em regulamentos ao Museu Naval e subordinação da repartição.		
Legislação	Atribuição	Subordinação
Decreto n. 4.116 de 14 de março de 1868 - Cria um museu de Marinha da Corte	Art. 2º O fim do museu é arrecadar todos os objetos, cuja conservação interesse à Armada Nacional.	Inspetoria do Arsenal de Marinha da Corte

Quadro 01 - Quadro resumo das funções previstas em regulamentos ao Museu Naval e subordinação da repartição.		
Decreto n. 363 de 26 de abril de 1890 - Reúne a Biblioteca da Marinha ao Museu Naval e manda executar e respectivo regulamento.	Art. 2º O Museu limitar-se ha a coligir e expor quadros, modelos e mais objetos que digam respeito exclusivamente à marinha e com particularidade á do Brasil.	Ministro da Marinha
Decreto n. 6510 de 11 de junho de 1907 - Reorganiza a Biblioteca e Museu da Marinha, denominando-a Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo	Art. 2º O Museu tem por fim coligir e expor quadros históricos, retratos, bustos e estátuas de oficiais brasileiros ou estrangeiros que tenham prestado relevantes serviços ao Brasil, modelos, máquinas, armas, troféus e mais objetos que interessem à armada nacional.	Ministro da Marinha
Decreto n. 9.169-A, de 30 de novembro de 1911 Dá nova organização a algumas repartições de Marinha	Altera a subordinação e vincula a Diretoria de Biblioteca e Museu da Marinha à 2ª Seção do Estado Maior da Armada. Não consta atribuição específica das repartições que tiveram sua subordinação alterada. Retira o Arquivo da repartição.	Estado Maior da Armada
Decreto n. 10.800, de 11 de Março de 1914 - Dá novo Regulamento á Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo	Art. 2º O Museu tem por fim coligir e expôr quadros históricos, retratos, bustos de oficiais brasileiros ou estrangeiros que tenham prestado relevantes serviços ao Brasil, modelos, máquinas, armas, troféus e mais objetos que interessem à armada nacional.	Ministro da Marinha
Decreto n. 17.578 de 2 de dezembro de 1926 - Aprova e manda executar o Regulamento para a Diretoria da Biblioteca e Arquivo da Marinha	Mantém as disposições do regulamento de 1914 em relação ao Museu Naval, mas o retira da estrutura da Diretoria.	Ainda que fora do regulamento vigente se manteve vinculado à Biblioteca.

Quadro 01 - Quadro resumo das funções previstas em regulamentos ao Museu Naval e subordinação da repartição.		
Decreto n. 20.946 de 14 de janeiro de 1932 - Extinguindo o Museu Naval	<p>Art. 1º Fica extinto o Museu Naval.</p> <p>Art. 2º Os objetos existentes no mesmo Museu serão entregues ao Museu Histórico Nacional, mediante as formalidades legais.</p> <p>Art. 3º O atual zelador do Museu Naval será aproveitado no Museu Histórico Nacional.</p>	Extinção
Fonte: elaboração da autora a partir das legislações consultadas e indicadas no quadro.		

#### 4.2 Aspectos Orçamentários

É relevante também analisar o Museu Naval sob o aspecto orçamentário. Por este verificamos se havia ou não verba específica para ele, bem como é possível entender como o Museu se enquadrou não só na Marinha, mas na administração pública por meio de seu enquadramento orçamentário.

Como já discutido nesta dissertação foi justamente a falta de previsão dos gastos para a implantação do Museu Naval tanto na lei orçamentária n. 1.507 de 26 de setembro de 1867, que abrange os exercícios financeiros de 1867-68 e 1868-69, como por seu decreto de criação em 1868 a principal crítica realizada pelos deputados em sessão parlamentar ocorrida em 1868. Esta ausência de identificação de onde sairiam os recursos que seriam necessários para o Museu Naval é, talvez, junto à alteração política ocorrida com a saída do então Ministro da Marinha, um dos fatores que provocaram o “esquecimento” do Museu tão logo a aprovação de sua criação.

A partir da importância desse aspecto, que tem grande peso para a adequada existência e manutenção das repartições públicas, que buscaremos analisar as leis orçamentárias posteriores e outros documentos buscando identificar como a verba para o museu se apresentou e qual era seu enquadramento na lógica da divisão financeira da administração pública.

Para a definição e inclusão das verbas destinadas à Marinha nas leis que versavam sobre o orçamento anual, esta era previamente discutida e definida em lei a Fixação da Força Naval para cada exercício financeiro. Nestas leis são definidos como os quadros eram

compostos e os quantitativos de militares previstos para tal. Bem como é neste momento que se formaliza a autorização de criação ou extinção de repartições e a necessidade de se realizar reformas nos regulamentos existentes. Na lei n. 1523 de 28 de setembro de 1867 (Império, 1867b p. 184), que versava sobre a fixação da Força Naval para o exercício financeiro de 1868 a 1869 não há qualquer menção de autorização para a criação de um museu.

Há de se registrar que em alguns exercícios financeiros tanto a despesa como a receita são definidas em uma única lei e em outros são duas leis distintas, uma fixando a despesa e outra fixando a receita. Bem como em alguns anos a lei fixando a força naval pode ser expedida depois da lei que fixava as receitas e despesas.

Até o ano de 1907 não consta rubrica específica de verba destinada ao Museu. A partir de 1907 esta aparece enquanto Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo. Retrocedemos então buscando entender de onde vinha a verba que pagava os funcionários e permitia o funcionamento da Biblioteca da Marinha e do Museu Naval. É necessário entender em relação a verba destinada à Biblioteca por ter sido junto a esta que o Museu esteve anexado à maior parte de sua existência.

Observamos que a própria Biblioteca da Marinha não possuía uma rubrica específica para si nas leis orçamentárias antes de 1907. Desta forma, seja anterior a 1890, ou posteriormente, quando então é Biblioteca e Museu da Marinha, que sua verba estava vinculada a algumas das rubricas previstas para o Ministério da Marinha.

As rubricas, com algumas alterações, da divisão orçamentária da Marinha, até 1907 eram resumidamente: Secretaria de Estado; Conselho Naval; Quartel-General; Supremo Tribunal Militar; Contadoria; Comissariado Geral da Armada; Auditoria; Corpo da Armada e classes anexas; Corpo de Marinheiros Nacionais; Corpo de Infantaria de Marinha; Arsenais; Capitânicas de Portos; Balizamento de portos; Força Naval; Hospitais; Repartição da Carta Marítima; Escola Naval; Reformados; Companhias de Inválidos; Armamento e equipamento; Munições de boca; Munições navais; Material de construção naval; Obras; Combustível; Fretes, passagens, ajudas de custo e comissões de saques; Eventuais e Comissões de paz no estrangeiro.

Após a constatação de que não havia uma rubrica específica começamos a buscar, dentro das rubricas que existiam, onde poderia estar a que se destinava ao Museu e a Biblioteca. Observando as leis orçamentárias verificamos, em alguns anos, gastos destinados tanto à Biblioteca como para o Museu associados à Escola Naval, e anteriormente a Escola de Marinha (em relação apenas a Biblioteca). Entretanto, o

documento que nos dá robustamente a constatação dessa relação são os relatórios de Balanço da Receita e Despesa do Império e da República que foram publicados.

Conseguimos então verificar que a verba para a Biblioteca e Museu provinha de duas fontes, uma destinada aos gastos prediais oriunda da Secretaria de Estado e outra destinada aos pagamentos de salários e de material vinculado à Escola Naval.

Identificamos essas duas origens de verbas destinadas à Biblioteca e Museu da Marinha a partir da verificação na lei orçamentária publicada em 1899 (Brasil, 1899 p.91), que fixava a despesa para o ano de 1900, e previa na rubrica Secretaria de Estado um aumento de verba para consumo de água constando dentro da descrição da destinação a Biblioteca da Marinha. Em referência ao mesmo ano, 1900, verificamos por meio do Balanço da Receita e Despesa da República constar os gastos com pessoal e material da Biblioteca e Museu da Marinha na rubrica Escola Naval (Brasil, 1905 p.32).

Em relação à presença de verba para a Biblioteca vinculada a rubrica da Escola Naval, em outros tempos denominada Escola de Marinha, verificamos pela lei orçamentária n. 3017 de 5 de novembro de 1880 que a ela estava vinculada a consignação para compra de livros para a Biblioteca da Marinha. O que é de se compreender ter permanecido, ainda que por anos, por ter sido a Biblioteca da Marinha originalmente criada a partir da biblioteca da Escola de Marinha em 1846. Mas para além disso, um aspecto importante a destacar é que a rubrica, seja Escola de Marinha, seja Escola Naval, ainda que por vezes aparecesse identificada apenas desta forma em algumas leis orçamentárias, a bem da verdade denominava-se Escola de Marinha e outros estabelecimentos científicos e posteriormente Escola Naval e outros estabelecimentos científicos. Assim, neste caso, em relação ao ano de 1880, verificamos que além dos gastos específicos para a Escola de Marinha, haviam os previstos para o Colégio Naval, bem como os gastos com a Biblioteca da Marinha e o Observatório Astronômico (Império, 1884 p.130-131).

Destacamos essa nomeação da rubrica por ser relevante observar que tanto a Biblioteca quanto o Museu estão enquadrados na rubrica não enquanto escolas, mas enquanto estabelecimentos científicos, o que reforça nosso posicionamento de que o Museu Naval não era apenas entendido como um lugar passivo de guarda de objetos, mas que apesar de ter como função ministrar instrução, o que também alinha-se a função das escolas, também era entendida como uma repartição que se vinculava a ciência.

Especificamente em relação ao Museu no período de 1883 a 1890 não foi identificado de onde provinha a verba deste. Entretanto, ainda que sem registro específico, inferimos que os gastos eram custeados pela verba destinada ao Arsenal de Marinha, uma vez ser a este que o Museu estava vinculado. Ressaltamos entretanto que a divisão das

repartições e de suas necessidades nas rubricas orçamentárias ocorria mais por interligação de assuntos do que por subordinação administrativa.

Após a anexação à Biblioteca começamos a observar efetivamente a previsão orçamentária para a repartição Biblioteca e Museu da Marinha como uma sub consignação da dotação orçamentária denominada Escola Naval e outros estabelecimentos científicos, a partir do ano de 1892. Inicialmente observamos que a alteração se deu apenas no nome, a partir de 1892, não constando identificação de gasto específico com o museu. Até 1892 a sub consignação denominava-se Biblioteca da Marinha.

A partir da nomeação dos gastos previstos nas despesas, cuja discriminação em alguns anos se deu em conjunto com os gastos materiais da Escola Naval, como nos anos de 1894 e 1895, observamos como eram separados os gastos com o material na Biblioteca e Museu da Marinha. Aqui não analisaremos o valor atribuído para cada título, e sim a divisão desses gastos entre seus itens principais. Estes eram divididos entre: verba para aquisição de obras, memórias, mapas, roteiros, modelos, jornais científicos, encadernação de livros, impressões e publicação da RMB. Outro tipo de gasto previsto era com material de expediente, tais como papel, penas e outros. O terceiro gasto previsto era com o seguro contra incêndio e aqui cabe uma observação. A partir de 1896 o nome do Museu é incluído na identificação do seguro contra incêndio (Brasil, 1908a p.156), mas novamente a inclusão se deu apenas com vias de atualizar o nome da repartição, uma vez que não houve qualquer aumento na verba destinada para tal seguro quando ocorre essa alteração de nomenclatura. Posteriormente o valor sofrerá reajuste, como todos os demais, mas não por motivação da inclusão do museu e sim por outros fatores econômicos. Havia também destinação de verba material para a manutenção da limpeza da repartição bem como gastos menores não previstos.

Em resumo, a previsão de gastos da repartição girava em torno da publicação da RMB, material de expediente (papeis, penas, etc.), aquisição de títulos para a biblioteca, em suas variadas possibilidades, limpeza e despesas miúdas, aquisição e encadernação de livros e seguro contra incêndio. Ressaltamos que a identificação de possibilidade de aquisição de modelos não era algo relativo ao Museu Naval, uma vez que já constava em anos anteriores à anexação, previsto este item. A destinação dos gastos era dividida entre pessoal e material e não abarcava as necessidades específicas do Museu.

Com a alteração regulamentar ocorrida em 1907, a verba para a repartição, passa a constar conforme sua denominação, Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo. A partir desse período é previsto o gasto total para a repartição. Destacamos que houve uma outra reforma regulamentar que alterou o nome da repartição, e conseqüentemente da rubrica em 1914

para Diretoria de Biblioteca e Museu, alteração que durou de 1911 a 1914 quando a subordinação do Arquivo retorna à repartição e ao nome dela. A partir da designação de uma rubrica específica para a repartição conseguimos verificar que não houve alterações quanto a previsão de gastos, e aqui falamos em tipos não em valores. O Museu continuou sem verba específica para suas necessidades que fossem distintas das da Biblioteca e Arquivo. A prevalência dos gastos se manteve voltada para as aquisições de material bibliográfico da Biblioteca e publicação da RMB, para além dos gastos de expediente e limpeza.

Em alguns anos, por necessidade específica, ocorre a destinação de verba voltada ao Museu Naval.

A exemplo, quando da aquisição da coleção conchiológica para o Museu Naval, houve a previsão na Lei n. 1.145 de 31 de dezembro de 1903 do aumento de verba da consignação Escola Naval para essa aquisição (Brasil, 1903 p.213).

Desta forma consideramos que durante sua trajetória não houve designação de verba específica para o Museu Naval, tais como previsão de gastos com a conservação das peças, mas que suas necessidades eram atendidas dentro dos gastos totais da repartição.

Quando se fazia necessário gastos que não eram previstos, e de acordo com as demandas que surgissem, era realizado destinação de verba específica para tal, bem como por meio de solicitação e pagamentos autorizados pelo Ministro da Marinha. A exemplo do que ocorreu em 1902 quando o Ministro autoriza o gasto para a restauração de quadros do Museu Naval, como visto anteriormente, cuja fonte da verba seria pelo “Tesouro Federal, por conta a verba ‘Eventuais’, -Material-, do corrente exercício”<sup>704</sup>.

Em seu relatório, referente a 1904, o Capitão Tenente Henrique Boiteux expõe que “Não dispondo o Museu de verba especial para a conservação das telas tais como limpeza, vernizagem e retoques nas molduras por estarem englobadamente nas concedidas a biblioteca, segue o que os mesmos efeitos sofrem pela exiguidade delas”<sup>705</sup>. Observamos a mesma colocação de não haver verbas para o museu no relatório da Biblioteca e Museu da Marinha referente ao ano de 1906 em que Thedim Costa registra que “Não havendo no orçamento verba fixa para a manutenção do Museu, penso ser necessário estabelecê-la afim de atender ao seu desenvolvimento”<sup>706</sup>.

Observamos, nos anos de 1906 e 1907 a permanência registrada nos relatórios anuais da repartição da necessidade de se destinar uma verba para a conservação das

<sup>704</sup> Ofício n. 752 de 21 de junho de 1902 do Ministro da Marinha a Biblioteca e Museu da Marinha. ARQMAR 15453.

<sup>705</sup> Ofício s/n de 4 de setembro de 1905. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15482.

<sup>706</sup> Ofício n. 60 de 18 de janeiro de 1907 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.9

coleções, o que não era atendido. Em contrapartida verificamos que algumas consignações eram aumentadas para a publicação de revistas. Como ocorreu no ano de 1908 em que a consignação para a Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha foi aumentada em 16:000\$000 com destinação a publicação da revista da Liga Marítima e da Revista Marítima (Brasil, 1907d). E aqui o comparativo não é sobre valores, mas sim demonstrar que de acordo com a necessidade poderia ser previsto para o próximo ano aumentos ou reduções da verba. Importante destacar que essa escolha não era exclusiva do Ministério da Marinha, e sim resultado de análises e discussões das verbas governamentais. Dentro do que fosse destinado para a Marinha esta deveria se organizar sendo também discutido as destinações dessa verba e não uma escolha arbitrária. Mas tal fato demonstra também não haver a preocupação devida com a conservação do acervo da repartição.

Consta no RMM referente a 1907 o reforço, quanto ao registro, de que “A dotação de uma verba especial para manutenção do Museu e o aumento de mais um empregado para zelar pelos seus objetos são de imprescindível necessidade” (RMM, 1908 p.110).

O diretor do Museu registrou em seu relatório um gasto que ele próprio havia tido já que “Para a conservação dos objetos do Museu não há verba alguma; cumprindo declarar que durante o ano tive necessidade de lançar mão de mais ou menos quinhentos mil réis (500\$000) para fazer face as despesas que o decoro da repartição exigiu”<sup>707</sup>.

As limitações de orçamento e de pessoal eram a todo tempo ressaltadas pelos diretores. Observamos que quando da solicitação de peças do acervo do Museu Naval para compor a Exposição Internacional de Turim (Itália) em 1911, é informado ao diretor do Museu Comercial do Rio de Janeiro, que estava à frente desta solicitação, que não poderiam atender ao pedido de envio dos modelos

[...] visto que não dispondo de verba suficiente e nem de pessoal idôneo para o desarmamento e transporte dos modelos de navios, que por ordem do senhor Almirante ministro da Marinha acham-se neste museu à disposição da Comissão de que sois digno Secretário Geral. Entretanto, pondo de parte a alegação acima, esta diretoria está pronta entregar os referidos modelos logo que sejam aqui reclamados por representantes dessa comissão, que estejam habilitados a executar esse serviço<sup>708</sup>.

O que observamos ter sido atendido com os anos foi a criação do cargo de zelador. Esta função, formalizada em 1912, foi de importante ação para melhorar as condições do Museu Naval. Mas em relação à destinação de uma verba específica para as demandas do Museu Naval, não é algo que observamos ter ocorrido até sua extinção.

<sup>707</sup> Relatório em 31 de janeiro de 1908 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. ARQMAR 22006 verso p.31

<sup>708</sup> Ofício n. 131 de 7 de abril de 1911 da Biblioteca e Museu da Marinha ao diretor do Museu Comercial do Rio de Janeiro. ARQMAR 15483

O que observamos pela documentação, é que as próprias verbas específicas que eram destinadas a repartição, muitas vezes já não atendiam as necessidades de gastos reais. Um exemplo sobre tal fato, quando da remessa de informação para a proposta de orçamento do ano de 1914, o diretor, além de apontar a necessidade de reajuste dos salários dos funcionários, apresenta o valor destinado a verba da rubrica material reajustado alegando que o que estava sendo destinado não atendia às necessidades de aquisição das obras que eram previstas<sup>709</sup>.

Nos casos em que as demandas por aumento de verbas eram atendidas, estas eram realizadas nos itens já constantes da rubrica destinada a repartição, não se abriu uma nova destinação para as necessidades do Museu Naval.

A verba da rubrica destinada a Biblioteca e Museu (nas diferentes estruturas administrativas), que era dividida em Pessoal e Material, manteve-se basicamente a mesma que foi previamente apresentada ao final do século XIX. Com a criação do cargo de zelador, este passa a constar descrito nos gastos a partir do exercício financeiro de 1914 (Brasil, 1928 p.206). Já em relação a verba destinada ao material, ocorreram algumas alterações. Como a inclusão de verba para a Liga Marítima, formalmente inserida nos gastos do exercício financeiro de 1911 (Brasil, 1918 p. 201) (e posteriormente suprimida com inclusão do crédito na Revista Marítima em 1916) e a exclusão de verba para os seguros contra incêndio, que não aparece nos relatórios das despesas a partir do exercício financeiro de 1914 (Brasil, 1928 p. 206) e que foi oficialmente excluída para o ano de 1917 (Brasil, 1917). Quando não havia alteração na descrição da verba imediatamente a uma necessidade, esta poderia ser aumentada ou diminuída, e até mesmo suprimida nas leis orçamentárias, sendo a descrição dos gastos atualizados posteriormente.

O que também poderia ocorrer era o atraso na remessa da verba efetiva das sub-consignações para as repartições, podendo ser a verba enviada parcialmente. Assim, vemos em 1915 a comunicação realizada em setembro pelo diretor da repartição indicando ao Ministro da Marinha que “[...] esta diretoria desde janeiro não recebe a verba destinada à conservação e limpeza dos estabelecimentos que dirige”<sup>710</sup>, e aqui conservação era destinada a predial. Em oposição à sugestão apresentada pelo diretor, o Ministro determinou o aguardo do registro do crédito que era feito pelo Tribunal de Contas. A referida verba, prevista para o ano de 1915, foi entregue à repartição apenas em junho de 1916<sup>711</sup>.

---

<sup>709</sup> Ofício n. 1 de 23 de abril de 1913 da Diretoria da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15484

<sup>710</sup> Ofício n. 215 de 13 de setembro de 1915 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15484

<sup>711</sup> Ofício n. 455 de 7 de junho de 1916 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15484

A partir de 1917, a verba para o Museu Naval antes denominada pelo nome da repartição (Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo, após 1907), passará a ser denominada por Biblioteca, Museu, Arquivo e Imprensa Naval (Brasil, 1917 Art. 26).

Como vemos, modificou-se a verba, aumentando, incluindo, alterando, mas continuava o Museu a se manter sem subdesignação específica. O diretor em março de 1919 continua a registrar esta situação, apresentando as informações solicitadas sobre orçamento indicando que

Constantemente há necessidade de retocar-se quadros, substituir ou dourar molduras, reproduzir-se fotografias oficiais gerais das galerias de ministros e chefes de Estado Maior e mais pequenos reparos em objetos do Museu, e não consignando o atual orçamento verba para isso, penso ser necessário a quantia de quatro contos sobre o título de - conservação do museu<sup>712</sup>.

No ano seguinte, o diretor, repetiu a mesma ponderação reforçando que tal solicitação era “[...] para que os mesmos não sejam danificados pela ação do tempo”<sup>713</sup>.

A aproximação das comemorações para o Centenário da Independência, fazia novamente o diretor pleitear. Ele aponta a ausência e solicita a verba.

Não dispondo esta diretoria de verba para mandar restaurar telas, substituir quadros e madeira gasta pelo cupim, fazer em suma uma limpeza completa e uma arrumação condigna, venho respeitosamente pedir a vossa excelência a concessão de uma verba especial e extraordinária para aquele fim<sup>714</sup>.

Cabe uma ressalva a ser feita, apesar de não haver verba destinada específica para as ações do Museu, havia concessão de pagamento para algumas aquisições e processos de restauração, como observado anteriormente ter ocorrido. Neste momento, nossa abordagem volta os olhos para o fato de não haver uma verba regular para atender às demandas do Museu Naval, como aquisição de obras e realização de ações conservativas e restaurativas de rotina quando se apresentavam necessárias. Quando se conseguia o pagamento para tais necessidades, além do exaustivo pleito, este ocorria em poucas vezes a considerar a história do Museu Naval.

No ano de 1927, o nome do Museu será excluído da identificação da rubrica da repartição, que passará a ser denominada Diretoria da Biblioteca e Arquivo. Como visto anteriormente, esta exclusão sob o aspecto denominativo, não significa a exclusão do Museu Naval da estrutura da Marinha. Ainda que alguns discursos possam ter se valido de tal fato.

<sup>712</sup> Ofício n. 109 de 24 de março de 1919 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15488

<sup>713</sup> Ofício n.369 de 30 de janeiro de 1920 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15488

<sup>714</sup> Ofício n. 23 de 1 de fevereiro de 1922 da Diretoria de Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15493

### 4.3 Documentação do Acervo do Museu Naval

Para não perder o horizonte temporal há de se ter em mente que os procedimentos realizados no processo de documentação do acervo do Museu Naval foram executados no final do século XIX e início do século XX dentro da episteme do período e para atender necessidades administrativas da Marinha, seja controle de material, seja divulgar a coleção do Museu.

A partir de outros documentos podemos observar como eram feitos os registros informacionais dos objetos do Museu Naval e verificar a preocupação com a salvaguarda não só dos objetos como também de suas informações.

Observamos na documentação uma vasta gama de cartas de agradecimento e ofícios registrando o recebimento de doações. Estes apresentam-se como o primeiro documento que se verifica em relação aos objetos. Como cortesia de etiqueta, agradecer a doação realizada e informar ao seu chefe superior a cada item doado ao Museu Naval era procedimento padrão. Hoje tais documentos tornam-se elementos fundamentais para recuperar informações básicas sobre o objeto e assegurar sua procedência de entrada ao Museu. Verificamos que

[...] a doação institui uma reciprocidade entre benfeitor e beneficiário. A responsabilidade de guarda e preservação passa a ser da instituição detentora, contudo o doador continua a possuir propriedade simbólica. A conexão e a memória da relação objeto e coletor pode ser resgatada a partir dos processos de documentação, exposição, comunicação e pesquisa (Coutinho, 2017 p. 47).

E foi através do resgate, principalmente desses registros iniciais, ofícios e cartas de agradecimento, que foi possível compilar um vasto número de doações realizadas e verificar inclusive as inclusões do acervo que ocorreram entre e posteriormente à publicação dos catálogos. Por meio desse tipo de documento constatamos que entre 1910 (último catálogo impresso) e 1928 (ano que possuímos o livro de registro de entrada de acervo, entre 1928 a 1932) foram realizadas no mínimo 282 entradas de acervo, entre doações e encaminhamentos, totalizando pelo menos 629 objetos. Este valor não exprime a totalidade de objetos pelo fato de não se ter precisão de determinados quantitativos apresentados que aparecem nomeados em plural mas sem citar a quantidade exata.

Uma outra fonte de relevância para a percorrer a coleção do Museu Naval são os jornais da época. Em determinados anos era rotineiro o envio de informações sobre o recebimento de doações na repartição. Assim era publicado nos jornais informações que identificavam o item e o nome de seu doador, bem como também era realizada a inclusão destas informações nas páginas da RMB. Assim as doações eram publicamente registradas,

e como já mencionado, tal registro servia também de incentivo a futuras doações. Os jornais, além de conter o registro das doações, também nos fornecem valiosas informações quanto aos procedimentos documentais do Museu Naval, como visto nos capítulos anteriores.

Neste momento voltaremos os olhos para os documentos que temos conhecimento na atualidade que evidenciam a prática documental do Museu Naval. Como já abordado anteriormente, o primeiro registro sistematizado dos itens constantes do Museu Naval, que se tem conhecimento até o momento desta pesquisa, é o inventário datado de 1890.

Posteriormente observamos a elaboração dos três catálogos publicados com a denominação Catálogo Histórico e Descritivo do Museu Naval nos anos de 1901, 1905, 1910, bem como o Livro de objetos entrados no Museu Técnico Naval cuja abertura se deu em fevereiro de 1928, e o catálogo produzido, mas não publicado, elaborado em 1931 com a denominação *Museu Technico Naval catálogo 1928*. Serão estes os documentos que olharemos buscando conhecer sua estrutura básica de organização.

#### **4.3.1 Inventário de 1890**

Este inventário foi realizado com o objetivo de identificar o material para a realização da transferência de responsabilidade. Seu objetivo não era a gestão documental do acervo, ou preservação das informações das peças, mas sim ser um documento que atesta que os itens estavam saindo da responsabilidade do ajudante da Inspeção do Arsenal, 1º tenente Carlos Pereira Lima, passando para a responsabilidade do diretor da Biblioteca e Museu da Marinha, Capitão Tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas.

O livro de inventário de 1890 é um livro de páginas numeradas e rubricadas. A primeira página do livro consta a destinação deste para servir de inventário dos objetos do Museu Naval, bem como a atribuição do 1º tenente Carlos Pereira Lima, então encarregado pelo museu, para a realizar as rubricas nas páginas e elaboração do termo de encerramento do livro. Este processo de inventário foi realizado pelo 3º escrivão Armindo de Asumção como uma espécie de auditoria, uma vez que uma terceira pessoa, para além dos responsáveis, realizou a conferência e relação. Consta no livro que os trabalhos foram acompanhados pelos responsáveis pelo acervo, o que passava e o que assumia, e pelo Vice Inspetor do Arsenal. O processo de inventário foi realizado no período de 22 a 26 de maio de 1890.

O inventário é constituído por uma listagem das peças que compunham o acervo do Museu, sem distinção entre categorias ou maiores informações sobre as peças, apesar de alguns registros apresentarem algumas informações a mais. Podemos observar que houve

a intenção de identificar o item e não realizar vasta documentação sobre a peça. Em alguns casos ocorre o acréscimo de informações contextualizadas do objeto ou da cena retratada, como no caso das pinturas. Ao final da descrição do item consta a quantidade de exemplares e ao lado o valor atribuído.

A identificação dos objetos é nominal e não há atribuição de número específico para cada item. É uma lista sequencial onde constam a identificação do item, a quantidade e os valores monetários atribuídos à época. Tal qual o procedimento de controle de material padrão realizado pela Marinha até os dias atuais. No Quadro 02, a seguir verificamos uma amostragem de itens retirada de diferentes tipos de acervo do inventário de 1890 para ilustrar como era realizado este registro.

Quadro 02 - Relação exemplificativa do padrão de registro das informações no Livro de Inventário de 1890 <sup>715</sup>	
Quadro a óleo representando a Fragata “Imperatriz”, abordada pela Corveta “25 de Maio” e brigue “Independência”, sob o mando do Almirante William Brown, na noite de 26 de Abril de 1826, um par	3:000\$000
Idem, idem a corveta Governador “Dorrego” (corsário argentino) sendo aprisionada pela corveta “Bertioga”, em 24 de Agosto de 1828, um	3:000\$000
Idem, idem, o combate naval do Riachuelo, em 11 de junho de 1865, um	3:000\$000
Idem, idem, representando o encouraçado Independência, um	1:000\$000
Modelo dos encouraçados Cabral e Colombo, um	200\$000
Meio modelo do vapor de sondagem da barra do Rio Grande do Sul, um	50\$000
Idem dos rebocadores “Marcilio Dias e Antonio Joaquim”, um	50\$000
Torpedo (mina submarina) usada pelos Paraguaios na guerra de 1865 à 1870, um	5\$000
Armas do portaló da Corveta D. Isabel, uma	5\$000
Bomba de morteiro de 12 polegadas, uma	10\$000
Fonte: Livro de Inventário do Museu Naval de 1890	

Ao final da relação do acervo consta a observação de que parte do material (com sua identificação relacionada novamente ao final) permaneceria no prédio do Museu Naval no Arsenal de Marinha por determinação do Ministro da Marinha<sup>716</sup>. O futuro prédio, o da Biblioteca, não comportava todo o acervo existente.

Neste inventário observamos a existência efetiva de 258 itens, sendo o valor real maior, mas não podendo se precisar. Se formos contabilizar as quantidades que constam no livro, chegamos a um total de 251 objetos. Todavia, três registros não precisam a quantidade efetiva, como ocorre com a “Capuchana, estandarte e pau de bandeira da

<sup>715</sup> Diferente do procedimento de nomeação dos navios os diferenciando pelo uso em itálico do tipo, no inventário os nomes aparecem tanto entre aspas como sem diferenciação. Neste caso optou-se por manter tal qual o livro de inventário e apenas atualizar a grafia das demais palavras.

<sup>716</sup> INVENTÁRIO, 1890 p. 7 verso

Galeota do Snr. D. Pedro 1º./ Sarabatana e flechas dos índios do Amazonas. / Arcos e flechas dos índios de Santa Catharina”<sup>717</sup>. Nestes casos se considerou para a contabilização um item para cada nomeação, o que equivale a 7 peças. Ainda que este não seja um valor real, será aqui colocado como se assim o fosse para fins de informação.

Cumpriu sua funcionalidade de controle de material à época e hoje se torna um importante documento para conhecer a primeira coleção que esta instituição possuiu. Entende-se que possam ter ocorrido algumas “baixas”<sup>718</sup> de acervo, mas o que fica claro é a ampliação ocorrida na coleção do Museu entre os anos de 1883, quando efetivamente começam a ser recolhidas as peças para o Museu e 1890 quando é realizado este inventário. Não há como se comparar de forma precisa os itens iniciais da coleção com o que se apresenta no documento por não haver documento que apresente de forma consolidada este acervo organizado em 1883, sendo qualquer comparativo considerado de forma parcial. Desta forma, consideramos a relação de itens constantes neste documento como sendo a coleção célula do Museu Naval, a que deu sua origem e possibilitou sua inauguração e seu desenvolvimento.

#### **4.3.2 Catálogo Histórico e Descritivo de 1901**

Ao assumir a direção da Biblioteca e Museu da Marinha Augusto dos Santos Porto evidencia ao Ministro da Marinha a desatualização do catálogo da Biblioteca, bem como a inexistência de catálogo do Museu Naval. Este, após determinação do Ministro da Marinha, encarrega o ajudante (cuja responsabilidade para tal era prevista em regulamento) da elaboração do catálogo do Museu. Consta no relatório do Ministro ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em tópico dedicado à Biblioteca e Museu da Marinha que

Desprovido como estava o museu de um catálogo-histórico, encarreguei o 1º tenente reformado Leão Amzalak, ajudante desta repartição, de confeccionar-o. Este catálogo, que acaba de ser impresso, consta de 441 objetos, com a descrição detalhada dos feitos da nossa marinha de guerra, também representados por coleção de quadros de inestimável valor (RMM, 1901 p.60).

A publicação inicia com um breve histórico da fundação do Museu e está dividida em sete seções. Abaixo são identificadas as seções:

1ª Seção: Quadros a óleo com 20 itens numerados de 1 a 20;

2ª Seção: Retratos a óleo, fotografias de navios, ministros da Marinha, marinheiros e homens ilustres com 71 itens numerados de 21 a 91;

<sup>717</sup> INVENTARIO, 1890 p. 7

<sup>718</sup> Dar baixa em alguma peça de acervo significa dizer que esta peça deixa de integrar o acervo, independente do motivo, que pode ser dano, transferência entre outros.

3ª Seção: Modelos e meios modelos de navios com 75 itens numerados de 92 a 166.

4ª Seção: Bandeiras e estandartes com 13 itens numerados de 167 a 179;

5ª Seção: Artilharia, projetis, couraças e torpedos com 120 itens numerados de 180 a 299;

6ª Seção: Armamento portátil. Espingardas, lanças, espadas, chuços, etc com 57 itens numerados de 300 a 356; e

7ª Seção: Relíquias de navios, objetos de índios, pescaria, projetos, medalhas, etc com 85 itens numerados de 357 a 441.

Os itens são numerados com a identificação [N.] e número sequencial atribuído de 1 a 441 divididos nas seções acima descritas. Observa-se que a atribuição numérica tem o objetivo de melhor localizar a peça dentro do catálogo e identificar o quantitativo de elementos constantes, mas não de exemplares. Alguns itens são identificados com mais de uma peça na atribuição do número. Algumas pinturas não possuem título, sendo a própria descrição da cena a identificação da peça. Outro ponto a destacar é que o catálogo apresenta a identificação simples da peça, sua descrição, ficando a parte de histórico focada nas obras que retratam cenas históricas ocorridas (pintura) e em alguns casos consta a identificação do autor. As demais peças, em sua maioria, entram tal qual o inventário de 1890.

Na primeira seção, quase todos os quadros possuem um breve texto que contextualiza historicamente a cena representada, como consta no exemplo a seguir. Neste exemplo também está ilustrada a questão de alguns itens possuírem um número mas constarem mais de uma peça relacionada.

Transcrição de dois exemplos retirados da página 10 do catálogo de 1901:

N.8 – Quadros a óleo representando a corveta *Parnayba* na Baía do Almirantado (Patagonia), em 24 de Dezembro de 1882. Comissão brasileira da passagem de Vênus pelo disco solar.<sup>719</sup>

N.9 – Chegada ao porto do Rio de Janeiro, da Divisão comandada pelo Chefe Theodoro Beaurepaire, conduzindo ao Brasil a imperatriz D. Thereza Christina Maria, e composta da fragata *Constituição* e das corvetas *Euterpes* e *Dous de Julho*, que partira de Nápoles a 3 de Março de 1843. – Pintos, E. de Martino.

Outros itens aparecem identificados qual era a sua localização no Museu Naval, como o caso da 6ª Seção que organiza o armamento portátil. Previamente à continuação da relação é indicado em que cabide (estante de armas) estava aquele item. A exemplo: no Cabide n.1 estavam os itens: N.300-Lanças paraguaias; N.301-Antiga lança de cavalaria do

---

<sup>719</sup> Atualmente sabemos serem dois quadros.

exército; N.302-Moderna lança de cavalaria do exército; N.303-Lança do exército brasileiro, modelo francês; N.304-Chuços de bordo. E assim segue relacionando que item estava em cada um dos sete cabides. Alguns itens também aparecem identificados em determinadas vitrines.

Observamos então que a organização do acervo se deu de forma lógica e física onde os objetos foram recebendo uma numeração de acordo com sua posição e seguindo a lógica das divisões de seção de assuntos. O que em alguns momentos acarreta na quebra da sequência entre os itens expostos e os números atribuídos, caso estes não se enquadrem na mesma classificação. Até este momento não observamos atribuição de número ao item, e sim a relação de informações a cada peça.

Em relação à organização entre objeto exposto e número atribuído destacamos o que foi registrado na revista *O Commentário*, previamente abordada. O redator, Ferreira da Rosa, após visita ao Museu Naval descreve que

A ordem de exposição é defeituosa. Se seguir os números do Catálogo, o visitante terá que andar à caça dos objetos, percorrendo, as tontas, as três salas da repartição; se for consultando o catálogo pela ordem em que encontrar os objetos dispostos, quebrará a cada instante a diretriz rememorativa por onde tiver lançado a sua imaginação, pois nem a cronologia, nem a natureza dos fatos metodizaram a arrumação (Rosa, 1904 p.207).

Apesar do tom satírico sua fala evidencia o que inferimos, que a organização dos itens no catálogo privilegiou a classificação temática, e não a lógica expositiva, reflexo do padrão de classificação utilizado na Biblioteca. Mas também registramos que não seria de todo possível seguir especificamente cada sala na elaboração do catálogo, a menos que este privilegiasse a localização das peças em detrimento da classificação tipológica. São escolhas distintas e ambas passíveis de críticas por quem visitasse.

Neste catálogo, consta logo em sua parte inicial a reprodução de uma obra de Victor Meirelles.

No relatório da Biblioteca e Museu da Marinha referente ao ano de 1902, o diretor diz o seguinte sobre o catálogo de 1901. "O catálogo do Museu acha-se impresso facilitando assim aos visitantes as informações. Tem ele quinhentos e trinta e três objetos, tendo entrado para o mesmo durante o ano findo 61 objetos<sup>720</sup>". O valor de 533 apresentado não é compatível com a identificação numérica de 441 itens elencados no Museu, mas pode decorrer pela não precisão de quantitativo de alguns itens, sendo uma diferença considerável de 92 itens. E registra já o aumento de mais 61 objetos durante o tempo da impressão deste a dezembro de 1902.

<sup>720</sup> Ofício n. 61 de janeiro de 1903. Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 15480.

### 4.3.3 Catálogo Histórico e Descritivo de 1905

A publicação do novo catálogo é novamente resultado de determinação do Ministro da Marinha, após a informação de necessidade pelo próprio Museu. Esta impressão vem completar o publicado em 1901. Inicia com a relação nominal dos diretores do Museu da Marinha, do ano de 1889 a 1905. Apresenta o mesmo histórico da instituição que consta no catálogo anterior e também está dividido em seções.

Observa-se que, a fim de manter uma organização tipológica, as peças tiveram seus números de identificação alterados no catálogo de 1905 em relação ao número atribuído em 1901, deixando inclusive espaço na sequência numérica para futuras aquisições, conforme veremos a seguir, ao destacar a organização das seções. Aqui se evidencia uma tentativa de que os números atribuídos às peças não sofressem nova alteração, tentando atribuir o número específico a uma peça, o que não foi possível nesta nova organização já que houveram inclusões de peças e se optou por manter a sequência numérica dentro das seções definidas, ao invés de se organizar dentro da seção, independente do número efetivo da peça.

1ª Seção: Quadros a Óleo com 24 itens numerados de 1 a 24;

2ª Seção: Retratos a óleo, fotografias de navios, ministros da Marinha, marinheiros e homens ilustres com 107 itens numerados de 41 a 147;

3ª Seção: Modelos e meios modelos de navios com 79 itens numerados de 181 a 259.

4ª Seção: Bandeiras e estandartes com 13 itens numerados de 281 a 293;

5ª Seção: Artilharia, projetis, couraças e torpedos com 120 itens numerados de 301 a 420;

6ª Seção: Armamento portátil. Espingardas, lanças, espadas, chuços, etc com 58 itens numerados de 501 a 558;

7ª Seção: Relíquias de navios, objetos de índios, pescaria, projetos, etc. com 89 itens numerados de 601 a 689; e

8ª Seção: Medalhas com 76 itens numerados de 721 a 796.

Neste catálogo constam registrados 566 itens. Uma vez ser necessário descontar as lacunas deixadas nas sequências, o valor do último objeto não representa a totalidade de registros. Como o anterior, esse valor não reflete o quantitativo de peças pelo fato do registro de alguns objetos não constarem a quantidade a que a entrada do item no catálogo faz referência.

Observa-se que a 7ª seção foi dividida, em relação ao catálogo anterior, e definida a 8ª seção específica para medalhas, nesta foram reorganizados e renumerados os itens de N.427 a N.441, que no catálogo de 1901 estavam na 7ª Seção, e incluídos outros itens que foram incorporaram a coleção do museu.

Em relação a este catálogo, Thedim Costa, em seu relatório relativo ao ano de 1906 diz que “O catalogo atual precisa ser corrigido, devendo a numeração dos objetos guardar certa ordem cronológica”<sup>721</sup>. O que evidencia um entendimento diferente do que vinha sendo realizado. Entretanto, o que vemos na próxima impressão deste é que não se alterou o método de atribuição numérica.

#### **4.3.4 Catálogo Histórico e Descritivo de 1910**

Novamente por determinação do Ministro da Marinha, o catálogo de 1905 é ampliado e publicado nova versão em 1910. Inicia pelo histórico da instituição com o acréscimo de algumas informações que não constavam nas duas edições anteriores. Atualiza a relação dos diretores até janeiro de 1910.

Na organização deste catálogo foram mantidas as oito seções do anterior, porém ampliando a oitava seção incluindo álbuns junto às medalhas.

Os acréscimos de peças, recebidas em sua maioria por doação, foram incluídas nos números vagos que o catálogo anterior deixou. Cabe ressaltar uma diferença neste catálogo quando da inclusão dos itens. Observa-se que nesta publicação foram realizadas algumas alterações de grafias em itens já constantes e há alteração de três itens publicados no catálogo de 1905 que não constam no de 1910<sup>722</sup>.

O catálogo consta organizado da seguinte forma:

1ª Seção: Quadros a Óleo com 29 itens numerados de 1 a 29;

2ª Seção: Retratos a óleo, fotografias de navios, ministros da Marinha, marinheiros e homens ilustres com 133 itens numerados de 41 a 173;

3ª Seção: Modelos e meios modelos de navios com 91 itens numerados de 178 a 268.

4ª Seção: Bandeiras e estandartes com 18 itens numerados de 281 a 298;

5ª Seção: Artilharia, projetis, couraças e torpedos com 126 itens numerados de 300 a 426;

6ª Seção: Armamento portátil. Espingardas, lanças, espadas, chuços, etc com 62 itens numerados de 501 a 562;

<sup>721</sup> Ofício n. 60 de 18 de janeiro de 1907 Relatório da Biblioteca e Museu da Marinha ao Ministro da Marinha. ARQMAR 22006 p.6.

<sup>722</sup> Os itens identificados por N.311, N.675 e N.676 no catálogo de 1905 não constam no de 1910 sendo o número utilizado para outras peças.

7ª Seção: Relíquias de navios, objetos de índios, pescaria, projetos, etc. com 187 itens numerados de 601 a 787; e

8ª Seção: Medalhas, álbuns, etc com 85 itens numerados de 721 a 805.

Totalizando 731 registros, podendo o quantitativo de peças ser bem superior. Mantém neste catálogo a mesma questão observada nos anteriores, onde alguns dos registros identificam uma quantidade superior a um item ou a quantidade é indefinida ao empregar termos no plural. Abaixo constam exemplos, transcritos, das diferentes quantidades por item como aparecem identificadas no catálogo.

N.156 - Cinco quadros representando o lançamento do couraçado *Minas Geraes*, em posições diversas.

N.182 - Modelo da fragata *Independencia*.

N.416 - Chapas do couraçado *Barroso*, com grandes mossas feitas por projetis paraguaios.

N.688 - Coleção conchiológica adquirida pelo Ministério da Marinha em 1902.

Referente a 6ª Seção, esta não mais apresenta a organização das peças com as divisões em cabides, como realizado em 1901 e 1905.

Podemos observar que a tentativa de atribuição de número com lacunas de sequências em branco para a inclusão de itens realizada em 1905 não foi bem aproveitada. Houve seções que tiveram sua sequência livre extrapolada como o que ocorreu com a 7ª seção que tinha livre a sequência de 690 a 720, mas neste catálogo chegou ao número 787. Tal fato resultou, por opção ou por não verificação, da não alteração da numeração de itens que já constavam no catálogo de 1905 com determinado número empregado, resultando na repetição de números atribuídos às peças, sendo a sequência de 721 a 787 utilizada duas vezes. Tanto na parte final da 7ª Seção, como na parte inicial da 8ª Seção. Sendo duas peças distintas identificadas pelo mesmo número.

Este é o último catálogo que foi impresso do Museu Naval. Como visto anteriormente houve nova tentativa de impressão da atualização desde em 1920 que não logrou sucesso.

#### **4.3.5 Livro Objetos entrados no Museu Técnico Naval**

Para a escrituração deste livro, o diretor Heráclito da Graça Aranha dá em comissão a função de rubricar o livro ao ajudante da repartição, em 8 de fevereiro de 1928.

Organizou-se o livro tendo como campos de entrada de informação a data, (especificando dia, mês e ano), a natureza do objeto, a procedência, o lugar onde foi guardado (identifica a sala do Museu em que foi colocado em exposição), quantidade e um campo para observações. Na Figura 30 podemos observar como era este livro.

Este livro documenta que existia um controle do acervo que era realizado mantendo as informações principais sobre as peças registradas. Nele não verificamos atribuição de número aos objetos. Tão pouco desconhecemos, em relação ao período de 1928-1931, como estes objetos, após ingresso na coleção, eram diferenciados entre si, fisicamente na peça, quando da existência de mais de um objeto similar mas de procedência distinta.

Considerando o emprego de cartões/etiquetas realizados anteriormente, inferimos que neste período também foram os objetos identificados desta maneira, uma vez ser o mesmo funcionário que neste momento realiza o controle de tais itens o que realizava antes de 1928. Não se registrava individualmente os objetos que eram doados em mais de um exemplar ou que eram um conjunto de itens iguais. A exemplo, foram incluídos 4 termômetros, 36 facas de mesa e não realizada 4 entradas para cada termômetro ou 36 entradas para as facas, o que tem total adequação ao que se propunha realizar em termos de controle material, onde o vital era identificar o item e a sua quantidade.

Resumidamente, não havia o registro individual do objeto como hoje é realizado por muitos museus, incluindo o procedimento de registro de entrada do acervo da Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha que hoje atribui número único aos objetos de seu acervo visando o maior controle e elaboração de ficha catalográfica individual de cada item.

Figura 30 - Livro de objetos entrados no Museu Técnico Naval 1928-1932

Data	Natureza do Objeto	Procedencia	Lugar ou origem	Observações
7 Junho 28	Photographia de R. P. P. de S. A. A.	Cap. Com. Com. Com.		
27 "	Plan. de S. M. de S. A. A.	Cap. Com. Com. Com.		
19 Julho	Modelo em madeira do encanamento tipo B.	Cap. Com. Com. Com.		
13 out.	Modelo em madeira de S. M. de S. A. A.	Cap. Com. Com. Com.		
24 "	Plan. de S. M. de S. A. A.	Cap. Com. Com. Com.		
29 "	Plan. de S. M. de S. A. A.	Cap. Com. Com. Com.		
22 out.	Photographia de S. M. de S. A. A.	Cap. Com. Com. Com.		
3 Janeiro 29	Projeto B.R. 33 modelo	Directoria do Acum.		
16 Janeiro 1932	Projeto B.R. 33 modelo	Directoria do Acum.		

Fonte: ARQMAR 20766. p.3

Os procedimentos documentais realizados pelo Museu em análise visavam o registro histórico mas principalmente o controle material destes. Seu primeiro registro data de 03 de fevereiro de 1928 e o último em 21 de janeiro de 1932. Quando é oficialmente encerrado sua escrituração

Por ordem do S. Diretor Geral fica na presente data encerrado o presente livro, visto o Museu Técnico Naval ter sido extinto por Decreto n. 20.946 de 14 de janeiro de 1932, e seu acervo transferido para o Museu Histórico. Biblioteca e Museu de Marinha, 22 de janeiro de 1932  
Fernando Marques Filho  
Zelador

Entre 1928 e 1932 foram registrados 377 objetos incluídos na coleção do Museu.

#### 4.3.6 - Catálogo do Museu Técnico Naval

Este livro, disponível em encadernação de fotocópias de texto datilografado possui em sua capa o ano de 1928 gravado e na primeira capa o nome do diretor geral, o Capitão de Mar e Guerra Heraclito da Graça Aranha. Entretanto em página constante com a informação dos totais dos tipos de acervo identifica a data de elaboração de tal informação em 02 de maio de 1931. Neste momento, o Museu Naval Técnico estava em seu terceiro

diretor. Assim inferimos que sua elaboração ocorreu em 1928, e informações de caráter organizacional do documento, como sumário, total de acervo por tipo e relação dos diretores, foram inseridas em maio de 1931. No mesmo consta como último diretor o Capitão de Mar e Guerra Horacio Nelson de Paula Barros com data de assunção em fevereiro de 1931 e sem data de saída pois era quem estava na direção quando da elaboração de tal registro. Desta forma, consideramos a data deste documento como tendo sido iniciado em 1928, completado em 1931 e encerrado em 1932.

A estrutura do catálogo inicia com um índice geral onde apresenta os tipos de acervo organizados por seções. Apresenta o histórico da fundação do Museu Técnico Naval, que acompanhamos em momentos anteriores nesta dissertação, bem como apresenta sua organização temática, que observamos no Quadro 03 a seguir.

Quadro 03 - Organização do Catálogo do Museu Técnico Naval - 1931	
1° Seção	NAVEGAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Instrumentos e aparelhos de navegação e levantamentos hidrográficos;</li> <li>a) Modelos de faróis da costa do Brasil, boias iluminativas, fachos de sinais.</li> </ul>
2° Seção	ARMAMENTO, MUNIÇÃO ETC
	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Armamento portátil (fuzis);</li> <li>b) Pistolas;</li> <li>c) Armas brancas;</li> <li>d) Canhões e metralhadoras;</li> <li>e) Minas e torpedos;</li> <li>f) Modelos de torpedos, canhões, minas e munições;</li> <li>g) Munição moderna;</li> <li>h) Munição antiga;</li> <li>i) Artefatos de guerra e pirotecnia militar;</li> </ul>
3° Seção	CONSTRUÇÃO NAVAL
	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Modelos de navios de guerra, da marinha mercante e auxiliares;</li> <li>b) Meios modelos de navios;</li> <li>c) Modelos de embarcações para socorro aos naufragos, e jangadas;</li> <li>d) Modelos de navios projetados e não construídos ou recebidos;</li> <li>e) Modelos de máquinas e caldeiras;</li> <li>f) Modelos de diques e projetos de diques.</li> </ul>

4° Seção	<p>PINACOTECA NAVAL</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Telas representando navios;</li> <li>b) Telas representando combates navais;</li> <li>c) Paisagens e marinhas;</li> <li>d) Natureza morta;</li> <li>e) Retratos a óleo.</li> </ul>
5° Seção	<p>MISCELÂNIA NAVAL</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Bustos de oficiais ilustres da Marinha;</li> <li>b) Chapas de ferro de diversos navios;</li> <li>c) Galeria de Ministros da Marinha;</li> <li>d) Retratos de marinheiros ilustres</li> <li>e) Gravuras, fotogravuras, fotografias, etc. de pessoas, navios e assuntos correlativos à Marinha;</li> <li>f) Fotografias em quadros;</li> <li>g) Objetos de marinha não classificados nas seções estabelecidas.</li> </ul>
<p>Fonte: Catálogo Museu Naval Técnico, 1931. Acervo Divisão de Acervo do Departamento de Museologia da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.</p>	

Por este catálogo verificamos que a atribuição de nome às salas ocupadas pelo Museu Naval permaneceu da mesma forma para o Museu Técnico Naval.

Nele também, antes de efetivamente descrever os objetos individualmente, apresenta um resumo quantitativo dos objetos do Museu. Registra o Museu como detentor de um total de 889 peças em sua coleção em 02 de maio de 1931.

Tal qual os catálogos anteriores do Museu Naval, neste constam informações sobre os navios que os modelos representavam. Em quantitativo maior e com mais informações, neste catálogo incluíram as principais informações dos navios em todos os modelos identificados que estes representavam, tais como local de fabricação e dimensões. Alguns navios possuíam mais informações que outros. Em relação aos meios modelos não há outras informações que não a identificação nominal do objeto. Em relação aos bustos das personalidades verificamos constar notas biográficas sobre os mesmos e em relação a galeria dos ministros constam discriminados os períodos de cada gestão.

Neste catálogo atribuíram-se números sequenciais a cada item, entretanto esta sequência era reiniciada a cada mudança de tipo de acervo, não sendo esta efetivamente utilizada para identificar o objeto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação iluminamos o caminho de uma instituição que teve sua existência há muito tempo obscurecida, percorrendo, por meio de pistas e evidências documentais, as pegadas deixadas por este Museu no seu caminhar. Buscamos desde as motivações de criação, passando por sua efetiva inauguração e sua construção enquanto guardião de patrimônio histórico, artístico e científico não só de valor para a Marinha, como para a Nação.

Concluimos então que desde sua inauguração, e mais especificamente a partir de 1898 que o Museu Naval esteve sempre em crescimento, tanto em termos de visitantes, mas principalmente em termos de quantitativo de acervo e de reconhecimento institucional. Sua trajetória não foi linear, teve ascensões e descidas, curvas e bifurcações, como normalmente se apresentam os caminhos. Mas ao olhar em perspectiva observamos que seu caminhar sempre foi em sentido de sua expansão.

Este Museu teve no total 42 diretores, a partir de 1890, cuja relação compilada encontra-se no Apêndice A. Um quantitativo alto, que dificultou a manutenção de uma linha de pensamento contínua sobre as atividades a serem desenvolvidas neste Museu. Esta grande quantidade se justifica pela rotatividade característica do serviço militar naval. Dentre os diretores que figuram no cargo, alguns foram mais entusiastas das questões relativas ao Museu e outros nem tanto, mas todos buscaram sempre atuar de forma a melhorar as condições deste. As demandas que os diretores apresentavam eram filtradas pelo Ministro da Marinha e apresentadas, seja à Assembleia Legislativa ou ao Presidente a depender do ano. As decisões e escolhas passavam por um longo percurso administrativo, que encontravam muitas vezes grandes barreiras em diversas etapas que eram necessárias serem superadas para a efetiva mudança da situação ou atendimento ao pleito realizado. Em cada nível administrativo era possível realizar ações. Como visto alguns diretores e Ministros realizaram mais ações dedicadas ao Museu, mas a sua efetiva organização global, por ser uma repartição pública dependia dos trâmites administrativos e legais. Vemos aqui, um museu com práticas e dificuldades que não são estranhas a nossa atualidade, muitas das quais bem similares a bem da verdade.

A criação e inauguração do Museu Naval está inserida em um contexto de construção de narrativa sobre a história da Marinha nos cabendo evidenciar a relação deste Museu com a intelectualidade da Marinha do final do século XIX. Conseqüentemente este se relaciona com a história nacional. Desta forma, o Museu Naval ainda no século XIX, principalmente a partir de 1898 era considerado como um museu que guardava em seu acervo não só a história específica da Marinha, mas também a da cidade e do país.

Observamos com as peças que eram para ele doadas e encaminhadas, de diferentes origens e tipos, que não só os militares, mas a sociedade reconhecia neste a premissa de ser um museu histórico que abarcava fatos do país. Um lado negativo deste reconhecimento é que o Museu Naval sempre esteve na mira dos que sugeriram ou pleiteavam a criação de um museu histórico na cidade, independente do ano que tal ideia fosse trazida à tona. O que evidencia a riqueza, não só monetária, do acervo para a construção do que se entendia como a narrativa a ser evidenciada na história nacional, o que se concretizou entre 1922 e 1932 com as sucessivas saídas de seu acervo.

Por todo o caminho que percorremos podemos concluir que o Museu Naval era uma instituição consolidada e relevante no final na década de 1920 e que sua decadência e extinção tem relação direta com a perda da sua coleção, que era seu eixo orientador. Perda essa que foi gradual, evidenciando as tentativas de manutenção desta instituição, que resistiu por dez anos, desde o início da saída de acervo para integrar o MHN.

De forma sucinta, uma vez que seria possível incluir outros aspectos, apresentamos na Quadro 4 uma linha do tempo que foi elaborada para melhor visualizar e identificar os principais marcos que esta instituição passou.

Quadro 04 - Linha do tempo do Museu Naval		
ANO	Instrumento / Evento	Descrição
1868	Decreto n. 4.116 de 14 de março de 1868	Criação legal do Museu Naval
1884	24 de março de 1884	Inauguração do Museu Naval nas dependências do Arsenal de Marinha da Corte.
1890	Decreto n. 363 de 26 de abril de 1890	Anexação do Museu Naval à Biblioteca da Marinha e transferência para a atual Rua Conselheiro Saraiva.
1898	11 de junho de 1898	Segunda inauguração do Museu Naval, após reorganização espacial.
1907	maio / junho 1907	Transferência da Biblioteca e do Museu Naval para a Rua Dom Manuel, n. 15.
1928	05 de março de 1928	Inauguração do Museu Técnico Naval
1932	Decreto n. 20.946 de 14 de janeiro de 1932	Extinção do Museu Naval, encerrando oficialmente suas atividades institucionais.
Fonte: Elaboração da autora		

Destacamos que o Museu Naval possuía procedimentos e condutas de controle documental do acervo, ações voltadas à conservação (tendo conseguido formalizar um cargo de conservador/zelador) e preocupações expositivas. Não há aqui interesse em comparar tal museu com os atuais e nem tão pouco atribuir a este um caráter de primazia quanto a esses procedimentos, mas sim evidenciar que guardadas as ressalvas temporais, os trabalhos desta repartição são compatíveis com o que hoje se entende como um museu efetivo. Ainda que suas estatísticas de visitação não fossem valores de alta monta esta não reflete a relevância do acervo presente na instituição. Tais estatísticas muito nos foram úteis, não para tecer comparativos com outras instituições, mas para possibilitar concluir que o Museu Naval nunca fechou suas portas, pelo menos desde 1890. O compilado dos quantitativos anuais se encontra no Apêndice B.

O Museu Naval é um museu definido como histórico que foi criado e se consolidou antes da década de 1920, um exemplar distinto dos museu de ciências naturais não sendo

de todo adequado desconsiderar que neste período, final do século XIX e início do século XX, não existiam museus de história dentre os museus que se organizaram antes da criação do MHN. Os museus de história natural tiveram sua relevância mas não foram a única categoria vigente no Brasil a partir da década de 1860. A denominada era dos museus do século XIX tem seus maiores exemplares os museus de história natural, mas não podemos restringir os estudos e análises sobre os museus deste período unicamente a este gênero. O Museu Naval evidencia isso.

Nos compete também, a partir das diversas indicações realizadas constatar que o acervo que integrava este Museu era um acervo de valores múltiplos. Tendo sob a tutela do valor histórico, acervos que possuíam valor artístico, técnico e científico. Abrindo as possibilidades de análise de suas peças para além do título de ser um museu de caráter histórico. O que se considera um objeto histórico, tendo por base o critério básico de antiguidade, muitas vezes pode ter sua relevância ampliada sob outro aspecto, a exemplos se observados determinados objetos pela ótica de objeto de ciência e tecnologia. Concluimos que as camadas de análise dos objetos são amplas e variadas, e que a denominação de ser um museu histórico, neste caso em análise, não deve ser restritiva apenas a fatos e datas pretéritas. O Museu Naval evidenciava o passado e era testemunho da evolução e escolhas do presente. E a cada ano essas camadas de valores tanto se acumulavam como se renovavam.

Como resultado de nossos objetivos propostos, trilhamos toda a cronologia do Museu Naval enfatizando sua presença social e procedimentos administrativos sendo o Museu em si o ator deste caminho. Consideramos as diferentes estruturas administrativas a que este esteve vinculado, as diferentes ocupações do cargo de diretor, seus procedimentos em relação ao acervo e verificamos como este se instituiu, se consolidou e como se deu seu processo de extinção.

Ao percorrermos o caminho aqui apresentado vislumbramos, como um mapa, a trilha principal que orienta esta instituição. A atual pesquisa se concentrou em analisar este eixo orientador, destacando a pertinência de investigações futuras que visem ampliar este mapa para outras trilhas e contextos. Explorando em outros níveis e abordagens a documentação levantada, de forma a ampliar e complementar o panorama da trajetória do Museu Naval.

Por meio dos métodos e procedimentos utilizados foi possível reconhecer a história do Museu Naval, ressaltando que reconhecer é distinguir e não recriar. Toda trajetória já percorrida pelo Museu Naval foi aqui visualizada a partir do que a documentação permitiu interpretar.

Ainda sob este aspecto, dos métodos e procedimentos empregados nesta dissertação indica-se a relevância desta ao apresentar tipos de fontes primárias e secundárias, bem como possibilidades de consulta e análise a tais documentos que podem, comparativamente e adequadas a cada realidade, indicar um caminho para se iniciar pesquisas e levantamentos de fontes documentais, principalmente no que tange pesquisas voltadas ao estudo de trajetórias institucionais da esfera administrativa pública.

Uma vasta gama de fontes e fatos foram identificados a partir do levantamento documental realizado. Informações que se fizeram necessárias selecionar para a consecução deste objetivo de trilhar cronologicamente a trajetória percorrida pelo Museu Naval. O que de modo algum esgota as possibilidades que se abriram com o levantamento de tais fontes.

A documentação consultada, bem como o próprio acervo institucional, possui amplo potencial para a realização de pesquisas futuras. Esta dissertação reconstrói um caminho, mas este não se esgota na narrativa institucional. Esta abre múltiplas frentes investigativas.

Dentre as possibilidades para a realização de novas pesquisas especificamente sobre a estrutura e práticas do Museu Naval estão estudos que se aprofundem sobre a formação da coleção do museu e a relação destas aquisições com os critérios institucionais e com as intenções dos doadores; a análise da relevância da coleção que se organizou para a construção da história nacional, tanto anterior como posterior a destinação desta para o MHN; a relação de movimentação de acervo entre as instituições museológicas do período; os processos de conservação de acervo e procedimentos de restauração dos objetos de museu no período em análise, tendo o Museu Naval como um exemplar dos métodos e procedimentos do período em estudo; verificação e análise dos métodos e procedimentos de documentação de acervo do Museu Naval e de instituições congêneres; e estudos que voltem o olhar sobre a atuação específica de agentes deste museu, como diretores, ajudantes, conservador/zelador.

Sob uma perspectiva mais ampla abre-se caminho para considerar o Museu Naval enquanto um museu consolidado no final do século XIX e início do XX e tecer análises sobre esta presença tanto em relação à Marinha como com outras instituições culturais do período.

A pesquisa realizada para esta dissertação, além de possibilitar retilhar seu caminho e apresentar seus procedimentos evidenciando sua consolidação ocorrida ao longo dos anos, expõe o potencial ainda inexplorado das fontes levantadas, não só em relação ao Museu Naval, mas também em relação à Biblioteca e ao Arquivo no contexto da Marinha.

Outro aspecto que se indica como possibilidade de futuras pesquisas, e que seria a continuação temporal desta, é a relação da Marinha com seu acervo histórico e científico e como esta lidou com a perda de seu acervo e como esta se reorganizará após 1932 até a reinauguração do Museu Naval e Oceanográfico na década de 1970, bem como o seguir desta trajetória até os dias atuais e perspectivas futuras.

Possível também, a partir de novo levantamento documental, é voltar o olhar para a relação que se constituirá entre o Museu Naval e o MHN, onde em um primeiro momento ocorre a saída do acervo do primeiro para o segundo e posteriormente a década de 1970 o retorno de parte deste acervo do segundo para o primeiro, como comodato.

Uma outra indicação de pesquisa que se abre é realizar a análise da narrativa que se difundiu sobre o Museu Naval. Narrativa pejorativa, de decadência, invisibilizando a instituição e que levou o nome e trajetória do Museu Naval serem desconsiderados e até mesmo relegados na história dos museus nacionais do período, bem como a que objetivo esta servia, uma vez que nesta dissertação comprovamos não haver fundamentação documental para tal.

Os caminhos apontados nesta dissertação podem derivar em novas pesquisas, , como dito acima, sendo elaborados com maior profundidade aspectos que podem ser pesquisados tendo o Museu Naval enquanto objeto de estudo, como um exemplar da categoria museu no final do século XIX e início do século XX.

Para cada olhar que se volta a esta dissertação, novas possibilidades de análise e pesquisa, alinhadas com as diferentes óticas dos leitores, poderão se abrir. Revelando assim novos caminhos e perspectivas.

A presente dissertação constitui ponto de partida para investigações futuras que aprofundem relações e dimensões que ainda não foram exploradas da história do Museu Naval sendo um marco nesta história institucional ao servir de prova testemunhal deste caminho percorrido.

Dada a variedade e amplitude de fontes levantadas, evidenciamos que ainda há um vasto caminho a ser trilhado a partir deste momento. Esta dissertação se apresenta como um mapa que indica o eixo principal da rota construída, mas reconhecendo que neste caminho ainda existem muitas possibilidades a serem estudadas.

Para além das possibilidades de novas pesquisas que aqui se abrem, a pesquisa realizada para esta dissertação possibilitou elaborar um grande livro de entrada de acervo, onde foram planilhadas todas as doações e encaminhamento de acervos para o Museu Naval, possibilitando futuramente o preenchimento das lacunas informacionais que hoje existem nas peças que constituem o acervo museológico da DPHDM.

Destacamos que para além de reconstruir a trajetória de uma instituição, abrimos nesta dissertação um espaço para reconhecimento e ampliação do que se conhece sobre as iniciativas de museu do Brasil do final do século XIX e início do século XX. Assim esta dissertação tem seu lugar também no campo da história dos museu e da museologia por expandir o campo museal e evidenciar que há muitos caminhos a percorrer para além da sacralização de algumas instituições. Ampliando assim o espectro dos museus nacionais neste período.

## **REFERÊNCIAS**

**FONTES DOCUMENTAIS**FUNDOS ARQUIVÍSTICOS

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Ofícios recebidos MME Div. Out 1879- Ago 1884 - 15447

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Ofícios recebidos M.M.E div. - dez 1887 a set 1893 - 15448

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Ofícios recebidos MME Div set 1893 - maio 1896 - 15449

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Ofícios recebidos MME Div - out 1901/1908 - 15453

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Ofícios recebidos do quartel general 1862 - 15457

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Ofícios recebidos de diversas autoridades 1897-1901 - 15462

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Relatórios do M.M. e Diversas Autoridades -1897/1901 - 15463

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Relatórios de Diversas Autoridades - 1905/1907 - 15464

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Relatórios do M.M. e Q.G. - 1907/1909 - 15465

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Relatórios do M.M. e O.G.- 1909/1911 - 15466

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Livro de Relatórios de Diversas Autoridades 1911/1915 - 15467

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Relatórios do M.M. e Diversas Autoridades 1909/1919 - 15470

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Cópias de ofício 1847-1864 - 15472

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiadores de ofício - registro de cartas 1865 - 1870 - 15473

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiador de ofício 1869/1873 - 15474

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Ofícios dirigidos á Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha setembro de 1881 - 15476

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Ofícios remetidos á Secretaria da Marinha - 1888 - 15477

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiador de ofícios e comunicações 1901/1902 - 15479

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiador de Ofícios 1902/1903 - 15480

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiador de ofícios e cartas 1902/1903 - 15481

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Registro de Ofícios, Cartas, etc Dirigidas à Secretaria da Marinha e diversas repartições 1903/1906 - 15482

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Livro de registro de Correspondência da Biblioteca, Museu e Arquivo da marinha 1907/1912 - 15483

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Livro de registro de Correspondência da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha 1912/1917 - 15484

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Registro de Correspondências e Copiador de Ofícios 1917/1918 - 15485

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiador de Ofícios 1918 - 15486

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Livro de Registro de Correspondências e Copiador de Ofícios 1918/1919 - 15487

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiador de ofícios - 1919 - 15488

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiador de ofícios -1920 - 15490

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiador de ofícios - 1920/1921 - 15491

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiador de ofícios -1921 - 15492

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiador de ofícios - 1921/1922 - 15493

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiador de ofícios - 1922 - 15494

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiador de ofícios - 1922/1923 - 15495

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiador de ofícios - diversas autoridades - 1869-1879 -15499

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Ofícios Dirigidos à Secretaria de Marinha - 1884/1885 - 15501

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Copiador de Ofícios Dirigidos à Diversas autoridades / Repartições- 1885/1892 - 15502

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Livro de ofícios dirigidos à diversas repartições 1892 / 1897 - 15503

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Livro de ofícios dirigidos à diversas repartições 1897 / 1898 - 15504

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Conselho Naval. Atas do Conselho Naval 1890 - 16290

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Biblioteca da Marinha. Registros dos relatórios da biblioteca e museu da marinha (1906 a 1927) - 22006

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Livro de Estabelecimento SDGM v. 1. - 65101

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Livro de Minutas do Ministro n. 2494 a 2884 julho de 1922

ARQUIVO DA MARINHA (ARQMAR). Livro de Minutas do Ministro de outubro de 1922.

BR RJANRIO AX (Arquivo Nacional) - Série Marinha - Inspeção do Arsenal da Corte (V M) - ofícios da biblioteca e museu da marinha 1882-1886 - notação do documento VM-244

BR RJANRIO B2 (Arquivo Nacional) - Série Marinha - Ministro - Secretaria de Estado (X M) - ofícios sobre a Biblioteca da Marinha e Exposição Nacional 1847-1878- notação do documento XM-262

BR RJANRIO B2 (Arquivo Nacional) - Série Marinha - Ministro - Secretaria de Estado (X M) - ofícios dos arquivos públicos, militares, marinha, tipografias, Imprensa Nacional e Museu Naval 1840-1888 - notação do documento XM-520

BR RJANRIO B5 (Arquivo Nacional) - Série Marinha - Quartel-General e Conselho Naval (III M) - notação do documento IIIM-280

BR RJANRIO B2 (Arquivo Nacional) - Série Marinha - Ministro - Secretaria de Estado (X M) - ofícios sobre a biblioteca da Marinha 1879-1888 - notação do documento XM-901

BR RJANRIO B2 (Arquivo Nacional) - Série Marinha - Ministro - Secretaria de Estado (X M) - arsenal da corte ofícios 1884 1 semestre - notação do documento XM-697

BR RJANRIO B5 (Arquivo Nacional) - Série Marinha - Quartel-General e Conselho Naval (III M) - Avisos do Ministro ao Ajudante General 1884 3 trimestre - notação do documento IIIM-282

INVENTÁRIO do Museu Naval, 1890. Arquivo da Marinha Obras Raras OR.234

MUSEU Histórico Nacional (MHN). Transferência do acervo do Museu Naval. Processo n. 08/22, 1922

MUSEU Histórico Nacional (MHN). Transferência do acervo do Museu Naval. Processo n. 18/32, 1932

MUSEU Histórico Nacional (MHN). Relatório do Museu Histórico Nacional em 1922. Apresentado por Gustavo Dodt Barroso ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores da República dos Estados Unidos do Brasil. Processo n. 15/22

REMESSA de obras pertencentes àquele museu no ano de 1927 e 1932. Acervo do Museu Naval transferido para o Museu Histórico Nacional. Arquivo da Marinha .Obras Raras OR 234

### FONTES IMPRESSAS

ALMANAK do Ministério da Marinha. organizado pelo respectivo quartel general. 1899 v. XXXVI. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=157988&pesq=%22museu%20naval%22&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=13441> Acesso em 11 nov 2025

BRASIL. Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Directoria Geral de Estatística. Typ. da Estatística. Rio de Janeiro, 1908b Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2652> Acesso em 22 dez 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. Diretoria Geral de Estatística. Anuario Estatístico do Brazil. 1º Anno (1908 - 1912) v.III. Cultos, Assistência, Repressão e Instrução. Rio de Janeiro Typografia da Estatística, 1927 Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=063401&pesq=museo&pagfis=1> Acesso em 15 jan 2026.

BRASIL. Relatório do Ministro da Justiça (RMJ) referente ao ano de 1923. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil - pelo Dr. João Luiz Alves em junho de 1924. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873837&pesq=%22museu%20hist%C3%B3rico%20nacional%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=23154> Acesso em 10 jan 2026

BRASIL. Relatório do Ministro da Justiça (RMJ) referente ao ano de 1924. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil - pelo Dr. Affonso Penna Junior e correspondente ao ano de 1924. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873837&pesq=%22museu%20hist%C3%B3rico%20nacional%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=23594> Acesso em 10 jan 2026

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1890 Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, Contra Almirante Fortunato Foster Vidal em junho de 1891. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1891. Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro e

Secretario de Estado dos Negocios da Marinha Contra-Almirante Custodio José de Mello. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1892.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1892. Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha Contra-Almirante Custodio José de Mello. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1893. Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha Contra-Almirante João Gonçalves Duarte. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1894.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1894. Relatório apresentado ao Sr. Presidente da Republica Dr. Prudente José de Moraes Barros pelo Almirante Elisario José Barbosa Ministro da Marinha. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1895. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Almirante Elisario José Barbosa Ministro de Estado dos Negócios da Marinha. Imprensa Nacional, 1896.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1896. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Contra-Almirante Manoel José Alves Barbosa Ministro de Estado dos Negócios da Marinha em abril de 1897. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1897

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1898. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Almirante Reformado Carlos Balthazar da Silveira Ministro de Estado dos Negócios da Marinha em abril de 1899. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1899. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Contra-Almirante J. Pinto da Luz Ministro de Estado dos Negócios da Marinha em maio 1900. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1900.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1900. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Contra-Almirante J. Pinto da Luz Ministro de Estado dos Negócios da Marinha em maio 1901. Rio de Janeiro. Imprensa nacional, 1901.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1901. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Contra-Almirante J. Pinto da Luz Ministro de Estado dos Negócios da Marinha em abril de 1902. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1902. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Contra-Almirante Julio Cesar de Noronha Ministro de Estado dos Negócios da Marinha em abril de 1903. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1903. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Julio Cesar de Noronha Ministro de Estado dos Negócios da Marinha em 30 de abril de 1904 1° v.. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1904. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Vice-Almirante Julio Cesar de Noronha Ministro de Estado dos Negócios da Marinha em abril de 1905. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1907. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar Ministro de Estado dos Negócios da Marinha em abril de 1908. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1908.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1917. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil - pelo Almirante Reformado Alexandrino Faria de Alencar Ministro de Estado dos Negocios da Marinha em Abril de 1918. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1918.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1918. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil - pelo Vice-Almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira Ministro de Estado dos Negocios da Marinha em Maio de 1919. Rio de Janeiro. Imprensa Naval, 1919

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1919. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil - pelo Dr. Joaquim Ferreira Chaves Ministro de Estado dos Negocios da Marinha em Abril de 1921. Imprensa Naval, 1921.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1921. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil - pelo Dr. João Pedro da Veiga Miranda Ministro de Estado dos Negocios da Marinha em Outubro de 1922. Rio de Janeiro. Imprensa Naval, 1922

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1922. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil - pelo almirante Alexandrino Faria de Alencar Ministro de Estado dos Negocios da Marinha em Maio de 1923. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1923.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1926. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil - pelo Contra-Almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz Ministro de Estado dos Negocios da Marinha em Maio de 1927. Imprensa Naval, 1927.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1927. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil - pelo Contra-Almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz Ministro de Estado dos Negocios da Marinha em Maio de 1928. Imprensa Naval, 1928.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1928. Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil - pelo Contra-

Almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz Ministro de Estado dos Negocios da Marinha em Maio de 1929. Imprensa Naval, 1929.

BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1929 .Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil - pelo Contra-Almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz Ministro de Estado dos Negocios da Marinha em Maio de 1930. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1930.

IMPÉRIO do Brasil. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1846. Relatório da Repartição dos Negócios da Marinha apresentado à Assembleia-Geral Legislativa em 1847, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1847.

IMPÉRIO do Brasil. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1883 Relatório apresentado à Assembleia-Geral Legislativa em 1884, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, Antonio de Almeida Oliveira, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1884.

IMPÉRIO do Brasil. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1884 Relatório apresentado à Assembleia-Geral Legislativa em 1885, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, Luiz Filippe de Souza Leão, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885.

IMPÉRIO do Brasil. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1886 Relatório apresentado à Assembleia-Geral Legislativa em 1887, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, Carlos Frederico Castrioto. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887.

IMPÉRIO do Brasil. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1887 Relatório apresentado à Assembleia-Geral Legislativa em 1888, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, Luiz Antonio Vieira da Silva. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1888.

IMPÉRIO do Brasil. Relatório do Ministro da Marinha (RMM) referente ao ano de 1888 Relatório apresentado à Assembleia-Geral Legislativa em 1889, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, Barão de Guaby. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

MUSEU Naval, Catalogo historico e descriptivo do Museu Naval 1901. Organizado pelo 1º Tenente Reformado Leão Amzalak durante a administração do Capitão Tenente João Augusto dos Santos Porto. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1901. 40p

MUSEU Naval. Catalogo historico e descriptivo do Museu Naval 1905. Completado pelo 1º Tenente Collatino Ferreira Valle durante a administração do Capitão Tenente Carino da Gama de Souza Franco. Rio de Janeiro, 1905. 59p

MUSEU Naval. Catalogo historico e descriptivo do Museu Naval 1910. Ampliado pelo Capitão de Corveta Eduardo Justino de Proença durante a administração do Capitão de Corveta Francisco Cesar da Costa Mendes. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910. 77p

MUSEU Técnico Naval. Catálogo, 1931.

#### DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

BRASIL. Decreto n. 363 de 26 de abril de 1890. Reúne a Biblioteca da Marinha ao Museu Naval e manda executar e respectivo regulamento. Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 688 v.1 fasc. IV Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-363-26-abril-1890-514175-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 08 out 2025.

BRASIL. Lei n. 652, de 23 de novembro de 1899. Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1900, e dá outras providencias. Coleção de Leis do Brasil v.1 p.91, 1899. 1 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-652-23-novembro-1899-540867-norma-pl.html> Acesso em 12 nov 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. Anais do Senado Federal. Primeira sessão da Quarta Legislatura. Sessões de 1 a 31 de agosto de 1900. v.II Rio de Janeiro Imprensa Nacional, 1900. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/anais-da-republica/-/republica/25> Acesso em 11 nov 2025

BRASIL. Lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903. Fixa a Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1904, e dá outras providencias. Coleção de Leis do Brasil - 1903, Página 213 v. 1 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1145-31-dezembro-1903-775726-norma-pl.html>. Acesso em 09 dez 2025.

BRASIL. Congresso Nacional . Annaes da Camara dos Deputados - sessões de 1 a 31 de outubro de 1903 v. VI. Imprensa Nacional Rio de Janeiro 1904a. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917\\_02&pesq=%22museu%20naval%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=18670](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_02&pesq=%22museu%20naval%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=18670) Acesso em 07 ago 2025

BRASIL. Balanço da receita e Despesa da República no exercício de 1899. Estado das Dívidas - Activa e Passiva. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066974&Pesq=%22museu%20da%20marinha%22&pagfis=16048> Acesso em 11 nov 2025.

BRASIL. Lei n.1453 de 30 de dezembro de 1905. Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1906 e dá outras providencias. Diário Oficial - 31/12/1905, Página 6827, 1905a. Disponível em : <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1453-30-dezembro-1905-777265-norma-pl.html> Acesso em 17 dez 2025.

BRASIL. Balanço da Receita e Despesa da Republica no exercicio de 1900 Estado das Dividas - Activa e Passiva. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1905b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066974&Pesq=%22museu%20da%20marinha%22&pagfis=18662> Acesso em 26 ago 2025

BRASIL. Lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906. Fixa a Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1907, e dá outras providencias. Coleção de Leis do Brasil, Página 171, 1906

BRASIL. Decreto n. 6496, de 5 de junho de 1907. Reorganiza o Conselho Naval, transformando-o em Conselho do Almirantado. Diário Oficial - 8/6/1907, Página 4443 , 1907a. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6496-5-junho-1907-582183-norma-pe.html> Acesso em 19 dez 2025.

BRASIL. Decreto n. 6510, de 11 de junho de 1907. Reorganiza a Bibliotheca e Museu da Marinha. Diário Oficial - 28/6/1907, Página 4966, 1907b. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6510-11-junho-1907-522742-norma-pe.html> Acesso em 09 dez 2025

BRASIL. Lei n. 1841 de 31 de dezembro de 1907. Fixa a despesa geral da Republica dos estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1908, e dá outras providencias. v. 1 Coleção de Leis do Brasil, Página 180, 1907c.

BRASIL. Balanço da Receita e Despesa da Republica no exercicio de 1895 Estado das dividas - ativa e passiva. Rio de Janeiro. Imprensa nacional 1908a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=066974&pesq=escola%20naval&pagfis=14740> Acesso em 21 ago 2025

BRASIL. Decreto n. 9169A de 30 nov de 1911. Dá nova organização a algumas repartições de Marinha. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/12/1911, Página 15814 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9169-a-30-novembro-1911-508948-norma-pe.html> Acesso em 09 dez 2025.

BRASIL. Lei n. 2842 de 3 de janeiro de 1914. Fixa a Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1914. Coleção de Leis do Brasil. v.1 p.1, 1914a.

BRASIL. Decreto n. 10.800, de 11 de março de 1914. Dá novo regulamento á Directoria da Bibliotheca, Museu e Archivo. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/3/1914, Página 3435, 1914b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-10800-11-marco-1914-516469-norma-pe.html> Acesso em 09 dez 2025

BRASIL. Congresso Nacional. Annaes da Camara dos Deputados. Sessões de 1 a 17 de novembro de 1911. v. VII. Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Commercio, 1914c. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060917\\_03&pasta=ano%20191&pesq=%22museu%20da%20marinha%22&pagfis=12786](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060917_03&pasta=ano%20191&pesq=%22museu%20da%20marinha%22&pagfis=12786). Acesso em 26 dez 2025.

BRASIL. Lei n. 3089, de 8 de janeiro de 1916. Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1916. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3089-8-janeiro-1916-573286-norma-pl.html>. Acesso em 01 jan 2026.

BRASIL. Lei n. 3232 de 5 de janeiro de 1917. Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1917. Disponível em : <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3232-5-janeiro-1917-572548-publicacaooriginal-95705-pl.html> Acesso em 24 jul 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. Annaes da Camara dos Deputados. Sessões de 1 a 29 de junho de 1918. v.III. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1919. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917\\_03&pesq=%22museu%20historico%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=94741](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_03&pesq=%22museu%20historico%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=94741) Acesso em 07 jan 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Annaes da Camara dos Deputados. Sessões de 17 a 26 de dezembro de 1918. v.XIII. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1920. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917\\_03&pesq=%22museu%20historico%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=94741](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_03&pesq=%22museu%20historico%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=94741) Acesso em 07 jan 2026.

BRASIL. Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento. Disponível em: <https://l1nq.com/aF70C>. Acesso em: 10 jun. 2024

BRASIL. Decreto n. 17.578 de 2 de dezembro de 1926. Aprova e manda executar o regulamento para a Directoria da Bibliotheca e Archivo da Marinha. Coleção de Leis do Brasil - 1926. Página 453-468.

BRASIL. Balanço da receita e Despesa da República no exercício de 1914. Estado das Dívidas - Activa e Passiva. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066974&Pesq=%22museu%20da%20marinha%22&pagfis=22815> Acesso em 10 dez 2025.

BRASIL. Decreto n. 20.946, de 14 janeiro de 1932. Extingue o Museu Naval. Coleção Leis do Brasil, 1932. Arquivo da Marinha.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 dez. 1937.

Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_Lei\\_n\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937\\_pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf.pdf) Acesso em: 04 jul. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 4 jul. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm) Acesso em: 01 jul. 2025.

IMPÉRIO do Brasil. Decreto n. 479, de 17 de Outubro de 1846. Estabelece uma Biblioteca de Marinha no Arsenal da Marinha da Corte. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1846, Página 143 v. 1 pt. II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-479-17-outubro-1846-560533-norma-pe.html>. Acesso em 17 set 2025.

IMPÉRIO DO BRASIL. Lei n. 1507, de 26 de setembro de 1867. Fixa a despesa e orça a receita geral do Imperio para os exercicios de 1887 - 68 e 1868 - 69, e dá outras providencias. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1867. v.1 pt.1 página 139. Atos do Poder Executivo. 1867a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-1507-26-setembro-1867-553754-publicacaooriginal-71912-pl.html> Acesso em 28 ago 2025

IMPÉRIO DO BRASIL. Lei n. 1.523, de 28 de Setembro de 1867. Fixa a Força Naval para o anno financeiro de 1868 a 1869. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1867, Página 184 v.1 pt I. Atos do Poder Legislativo, 1867b. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-1523-28-setembro-1867-553776-norma-pl.html> Acesso em 12 nov 2025

IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto n. 4.116, de 14 de março de 1868. Cria um museu no Arsenal de Marinha da Côrte. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1868. Typographia Nacional. t.31, pt.2, p.120: Atos do Poder Executivo. 1868a Disponível

em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/>

[decret/1824-1899/ decreto-4116-14-marco-1868- 553330-publicacaooriginal-71163-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4116-14-marco-1868-553330-publicacaooriginal-71163-pe.html) Acesso em 24 jul 2025

IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto n. 4.117, de 14 de março de 1868. Determina que a bordo do vapor Amazonas e de alguns encouraçados se ize no mastro de proa a fita do Cruzeiro e se fixe no centro da roda do leme a venera de oficial da mesma ordem. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1868. Typographia Nacional. t31, pt.2, p.121: Actos do Poder Executivo. 1868b

IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto n. 4.174, de 6 de maio de 1868. Reorganisa a Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1868. Typographia Nacional. v.. 1 pt. 1, p. 259. Actos do Poder Executivo.1868c Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4174-6-maio-1868-536528-norma-pe.html> Acesso em 01 out 2025.

IMPÉRIO DO BRASIL. Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados, Segundo ano da Décima-Terceira Legislatura. Sessão de 1868. Tomo 2, Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional, 1868d Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/9d679667-66c5-4fcf-b19d-e28e735b7aca>. Acesso em 11 jun 2025.

IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto n. 4.226, de 18 de julho de 1868, S.M.I. houve por bem dissolver a Câmara dos Deputados e convocar outra, para se reunir no dia 03/05/1869. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1868. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, t31, pt.2, p.491: Actos do Poder Executivo, 1868d

IMPÉRIO DO BRASIL. Compilação das Ordens Gerais para o serviço, economia e disciplina dos navios da armada nacional e imperial publicadas pelo quartel general da marinha. 1866-1868. v. V Rio de Janeiro. Typographia - Perseverança 1869.

IMPÉRIO DO BRASIL. Balanço da Receita e Despesa do Império de 1881-1882 Estado das Dívidas - Activa e Passiva. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1884

IMPÉRIO DO BRASIL. Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Segunda Sessão da Vigésima Legislatura. De 4 de Julho a 2 de Agosto de 1887. v.III. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/9d679667-66c5-4fcf-b19d-e28e735b7aca>. Acesso em 02 fev 2025.

IMPÉRIO DO BRASIL. Lei n. 3349, de 20 de outubro de 1887. Fixa a Despesa Geral do Imperio para o exercicio de 1888 e dá outras providencias. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1887, Página 40 v. 1 pt I. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3349-20-outubro-1887-542995-norma-pl.html>. Acesso em 22 set 2025.

PROMPTUARIO da Legislação da Marinha compilado da legislação impressa, do expediente dos diversos ministerios e das ordens do dia do quartel general. Organizado por Felipe José Pereira Leal Sobrinho. IV. Rio de Janeiro. Typ. de G. Leuzinger & Filhos. 1882

## PERIÓDICOS

### JORNAIS

A CONSTITUIÇÃO. Ceará (CE), 1889. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A EPOCA. Rio de Janeiro (RJ), 1888 - 1916. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano. Rio Grande do Sul (RS). 1884. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A FOLHA Nova. Rio de Janeiro (RJ), 1883. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A IMPRENSA. Rio de Janeiro (RJ), 1908-1912. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A NAÇÃO: Jornal Politico, Commercial e Litterario. Rio de Janeiro (RJ), 1875. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A NOITE. Rio de Janeiro (RJ), 1915-1932. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A NOTICIA. Rio de Janeiro (RJ), 1898-1914. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A PROVINCIA do Espirito-Santo : Jornal consagrado aos interesses provinciais, filiado à escola liberal. Espirito Santo (ES), 1888. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A REPUBLICA: orgam do partido Republicano. Paraná (PR), 1918. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A SENTINELLA. Rio de Janeiro (RJ), 1884. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

BRAZIL. Rio de Janeiro (RJ), 1884. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CIDADE do Rio. Rio de Janeiro (RJ), 1900-1902. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO da Manhã. Rio de Janeiro (RJ), 1905-1927. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO Mercantil. Rio de Janeiro (RJ), 1868. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO Paulistano. São Paulo (SP), 1884-1914. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIARIO de Noticias. Rio de Janeiro (RJ), 1889-1932. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIARIO do Brazil. Rio de Janeiro (RJ), 1884. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIARIO do Commercio. Rio de Janeiro (RJ), 1889. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIARIO do Maranhão. Maranhão (MA), 1886. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIARIO de Pernambuco. Pernambuco (PE), 1875-1884. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA. Rio de Janeiro (RJ), 1884. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA da Tarde. Rio de Janeiro (RJ), 1890-1898. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA de Notícias. Rio de Janeiro (RJ), 1875-1925. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JORNAL do Commercio. Rio de Janeiro (RJ), 1884-1935. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro (RJ), 1901-1932. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JORNAL do Recife. Pernambuco (PE), 1883-1919. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O APOSTOLO. Rio de Janeiro (RJ), 1901. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O BRASIL. Rio de Janeiro (RJ), 1923-1924. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O ECONOMISTA. Lisboa (Lisboa, POR), 1884. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O ESTADO do Espírito-Santo : Ordem e Progresso. Espírito Santo (ES), 1884. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O IMPARCIAL. Rio de Janeiro (RJ), 1919-1927. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O ORBE. Alagoas (AL), 1883. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O JORNAL. Rio de Janeiro (RJ), 1920-1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O PAIZ. Rio de Janeiro (RJ), 1885-1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O SECULO. Rio de Janeiro (RJ), 1907-1912. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O TEMPO. Rio de Janeiro (RJ), 1891. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

THE ANAGLO-Brazilian Times; Brazil: Orgão do Partido Conservador. Rio de Janeiro (RJ), 1884. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

## REVISTAS

BARATA, Mário. Origens dos Museus Históricos e de Arte no Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, IHGB, t. 350, 1986, p. 22-30

BARROS, Lima. Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Notícias Varias. Revista Marítima Brasileira (RMB), Rio de Janeiro. ano III vol.6 (ed.6), H. Lombaerts & Comp. 1884. p. 286 - 288. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&id=573230997749&pagfis=151493>. Acesso em 03 fev 2026.

BARROSO, Gustavo. Museu histórico brasileiro. Ilustração Brasileira. Rio de Janeiro: Sociedade Anônima O Malho Editora. ano 8. ed.4, dez. 1920. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107468&pesq=%22museu%20naval%22&pagfis=4302> Acesso em 04 jan 2026

BIOGRAFIA do Almirante Saldanha da Gama. Revista Marítima Brasileira (RMB). ano XL, n. 1-2 (ed.85). Rio de Janeiro, Imprensa Naval. p.5, 1920. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&id=573230997749&pagfis=134440>. Acesso em 03 fev 2026

CÓDIGO do Conselho Superior de Regatas. Semana Sportiva (RJ) 24 de fevereiro de 1900 ed. 374 p.2

DORIA, Escragnoille. Cochrane. Eu sei tudo: Magazine Mensal Ilustrado, Rio de Janeiro. ano 5, n. 1. (ed.49) p.19, junho de 1921a. Disponível em:<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=164380&pasta=ano%20192&pesq=doria&pagfis=6683>. Acesso em 03 fev 2026

DORIA, Escragnoille. Um grande humilde. Revista da Semana. ano XXII, n. 24. p.15, 11 de junho de 1921b. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909\\_02&pasta=ano%20192&pesq=um%20grande%20humilde%22%22&pagfis=844](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909_02&pasta=ano%20192&pesq=um%20grande%20humilde%22%22&pagfis=844) Acesso em 03 fev 2026

EXPEDIENTE. Revista Maritima Brasileira (RMB). Rio de Janeiro. Ano XLVI n. 7-8. (ed.106) Rio de Janeiro, Imprensa Naval, p.631 jan-fev. 1927. Disponível em:<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&id=573230997749&pagfis=52108> Acesso em 03 fev 2026.

EXPERIENCIA da Luz Electrica de Brush. Noticiario. Revista de Engenharia, Rio de Janeiro. ed.1, p.222-224, jan. 1884. Disponível em : <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709743&pesq=&pagfis=1235>. Acesso em 03 fev 2025

MARINHA Nacional. Revista Marítima Brasileira (RMB). Rio de Janeiro: Typografia da Gazeta de Noticias, v.33, p. 45-52 e 237, jul-dez 1898. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&id=573230997749&pagfis=5059>. Acesso em: 03 fev 2026

MINISTERIO da Marinha. Barão de Ladario. Actos Administrativos. junho de 1889. Revista Marítima Brasileira (RMB). ano IX vol XVII (v.17). Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Comp. 1889a. p.107-142 e p.217-232. Disponível em:<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&id=573230997749&pagfis=155378>. Acesso em: 03 fev 2026

NOTICIARIO Maritimo. Visita do Sr. Presidente da Republica. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro. ano XXI n. 7 (ed. 39), Rio de Janeiro, p. 1572-1574, 1902. Disponível em:<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&id=573230997749&pagfis=134415> Acesso em: 03 fev 2026

NOTICIARIO Maritimo. Brasil. Museu Technico Naval. Revista Maritima Brasileira (RMB) Rio de Janeiro. ano XLVII, n. 9 (ed.110) p.1419-1420, mar 1928. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=008567&pasta=ano%20190&pesq=%22museu%20da%20marinha%22&pagfis=54245>Acesso em: 3 fev 2026

ORGANIZAÇÃO da Marinha Brasileira. Revista Marítima Brasileira (RMB), Rio de Janeiro. Typ. Lith. Carlos Schmidt. ed.31, p.77 jul-set. 1897. Disponível em:<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&id=573230997749&pagfis=4758> Acesso em 03 fev 2026

PALHA, José Egydio Garcez. Ephemerides Navaes: Apontamentos para a História Naval Brasileira. Revista Marítima Brasileira (RMB), ed.16. Rio de Janeiro. H. Lombaerts & Comp. 1889. p.189-226. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&id=573230997749&pagfis=155065>. Acesso em: 03 fev 2026

PESSOA, Sabino Eloy. Apresentação. Revista Maritima Brasileira (RMB). Rio de Janeiro: Lombaerts & C. Editores, n. 1 ano 1. v.1 (ed.1) p.V-IX, jul.1881. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&id=573230997749&pagfis=148340> Acesso em: 03 fev 2026

PORTO, Santos. Museu Naval. Revista Maritima Brasileira (RMB), Rio de Janeiro. ed.41, p. 264-266, ago 1902. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&id=573230997749&pagfis=9150>. Acesso em 03 fev 2026.

REZENHA Histórica do Club Naval. Revista Marítima Brasileira (RMB). Rio de Janeiro. ano XXI n. 7 (ed. 39), p.826-883, jan. 1902. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=008567&pesq=&pagfis=133649>. Acesso em 03 fev 2026

RESUMO Histórico da Biblioteca da Marinha. Revista Marítima Brasileira. ed. 108 p.396-398, 1927a.

RESUMO Historico do Arquivo, Museu e Revista Maritima. Revista Marítima Brasileira. ed.109 p.703-709, 1927b.

ROSA, Ferreira da. Museu Naval. O Commentario. Rio de Janeiro. ano II, v.3 n. 11. mar. 1904. p.206 - 209. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=087866&pesq=&pagfis=1569>. Acesso em: 03 fev 2026

SILVA, Sergio. Dois de julho. Fon-Fon. Rio de Janeiro, ano XIX ed. 27. 4 jul 1925

## **BIBLIOGRAFIA**

ALBUQUERQUE, Fernanda Deminicis; LOUREIRO, Marcello José Gomes. “Não havia um coração que não fosse presa dos mais desconhecidos sentimentos”: a passagem de Humaitá, projetos de nação e representações da guerra. Navigator, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 58-72, 2018.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A historiografia naval brasileira (1880-2012): uma visão panorâmica. Revista Brasileira de História Militar, Rio de Janeiro, ano III, n. 8, ago. 2012. Disponível em: <https://www.historiamilitar.com.br/edicoes/edicao-08-ano-iii-agosto-de-2012/>. Acesso em: 30 set. 2025.

ARAÚJO, Bruno Melo de. Entre objetos e instituições: trajetória e constituição dos conjuntos de objetos de C&T das engenharias em Pernambuco. 2019. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppg-pmus/TESEBRUNOARAJO.CD.versofinal.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2025.

ARIAS NETO, José Miguel. A Revista Marítima Brasileira (1851-1855): a liberdade de pensamento na Marinha Imperial e o projeto de nação do século XIX. Revista Brasileira de História Militar, Rio de Janeiro, ano III, n. 8, ago. 2012. Disponível em:

<https://www.historiamilitar.com.br/edicoes/edicao-08-ano-iii-agosto-de-2012/>. Acesso em: 30 set. 2025.

ARIAS NETO, José Miguel. Revista Marítima Brasileira (1851-1855): um projeto de Marinha para o Império do Brasil. In: RESTIER, Renato; LOUREIRO, Marcello et al. (org.). A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013. p. 116-139. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/rmb/sites/www.marinha.mil.br.rmb/files/RMB%201T-2024%20completa.pdf>. Acesso em: 1 out. 2025.

BARROSO, Gustavo. História militar do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

BENCHETRIT, Sarah Fassa. Preservar por quê? Preservar para quem? In: CARVALHO, Claudia; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sara (org.). Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 20-24.

BENNETT, Tony. The birth of the museum: history, theory, politics. Londres: Routledge, 1995.

BITTENCOURT, José Neves. Território largo e profundo: os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do Estado Imperial, 1808-1889. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

BRULON, Bruno. Pensar o pensamento museológico brasileiro: um olhar retrospecto para a museologia. In: COSTA, Ana Lourdes de Aguiar; LEMOS, Eneida Braga Rocha de (org.). Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas. Brasília, DF: IBRAM, 2018. p. 14-36.

CAMINHA, Henrick Marques. História administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério da Marinha no Império. Coordenação de Vicente Tapajós. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Fundação Centro de Formação do Servidor Público; Serviço de Documentação Geral da Marinha. v.15, 1986.

CAMINHA, Henrick Marques. História administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério da Marinha na República. Coordenação de Vicente Tapajós. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Fundação Centro de Formação do Servidor Público; Serviço de Documentação Geral da Marinha. v.36, 1989.

CARVALHO, Nair de Moraes. A jangada libertadora: uma relíquia desaparecida. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 1, p. 121-127, 1940. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/9432/search/%22museu%20naval%22>. Acesso em: 17 jan. 2025.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues. Preservar para conhecer. In: CARVALHO, Claudia; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sara (org.). Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 56-74.

CHAGAS, Mário de Souza. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009. Disponível em: <https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2021/03/58imaginacao.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2024.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.

CONSIDERA, Andreia Fernandes. Uma história dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense e Museu Paulista. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/18474/1/2015\\_AndreaFernandesConsidera.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/18474/1/2015_AndreaFernandesConsidera.pdf). Acesso em: 10 jun. 2024.

CONSIDERA, Andréa Fernandes. Uma museologia para o Brasil do século XIX: os museus, as ciências e as exposições universais. In: NARLOCH, Charles; GRANATO, Marcus (org.). Museus, museologia e ciência no Brasil: v. 1 – 200 anos de in(ter)dependência, inquietude e utopia. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2023/museu-museologia-ciencia-v-1.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2025.

COUTINHO, Paula Andrade. Do palacete ao castelo: estudo da trajetória do colecionador Henry Joseph Lynch. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25338/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20%5BPaula%20Andrade%20Coutinho%5D%20-%20PPGMUSEU%20-%20UFBA.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2026.

CRUZ, Carla Ferreira; NIZZOLA, Liliane Janine; WEISSHEIMER, Maria Regina (org.). A coleção Barcos do Brasil. Florianópolis, SC: IPHAN, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/d63b25c1-4e33-42e9-a147-d09575314db0>. Acesso em: 2 jan. 2025.

DIAS, Arthur. Nossa Marinha: notas sobre o renascimento da marinha de guerra do Brasil no quadriênio de 1906 a 1910. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1910.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens. Tradução: Vera Casa Nova; Marcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 1, p. 211-230, 1940. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/9515/search/%22museu%20naval%22>. Acesso em: 17 jan. 2025.

ESTRADA, Cesar A. Grande livro Continente Americano: conhecimento exacto, preciso e sincero das secção da America... República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1914. Disponível em: [https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon255454/icon255454.pdf](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon255454/icon255454.pdf). Acesso em: 31 dez. 2025.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. O Império revisitado: instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889). 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-20122012-122802/publico/2012\\_SergioEduardoFerraz.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-20122012-122802/publico/2012_SergioEduardoFerraz.pdf). Acesso em: 7 jul. 2025.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 81-109.

FURTADO, Janaína. Um museu desaparecido do século XIX: uma discussão acerca do Museu Agrícola e Industrial do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1871-1886). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 146-159, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/521/519/546>. Acesso em: 8 set. 2025.

GAMA, Edina Laura Nogueira da. Breves reflexões sobre a historiografia naval brasileira dos Oitocentos: o pioneirismo de Theotônio Meirelles da Silva (1864-1884). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. Anais [...] Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: [https://www.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945026\\_9e480bac19832585422700c74a9d95ea.pdf](https://www.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945026_9e480bac19832585422700c74a9d95ea.pdf). Acesso em: 21 out. 2025.

GAMA, Edina Laura Nogueira da. A historiografia naval brasileira no século XIX: o pioneirismo de Theotônio Meirelles da Silva (1876-1884). 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Estudos Marítimos) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ppgem/sites/www.marinha.mil.br/ppgem/files/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20TMS%20-%20EDINA%20VERS%C3%82O%20FINAL.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela S.; ARAÚJO, Bruno M. Carta do Rio de Janeiro do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. *Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 11-19, 2017. Disponível em: [http://site.mast.br/hotsite\\_cadernos\\_do\\_patrimonio\\_da\\_ciencia\\_e\\_tecnologia/pdf/GRANATO\\_RIBEIRO\\_ARAUJO\\_caderno\\_02\\_WEB\\_2017.pdf](http://site.mast.br/hotsite_cadernos_do_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia/pdf/GRANATO_RIBEIRO_ARAUJO_caderno_02_WEB_2017.pdf). Acesso em: 4 jul. 2025.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Fernanda P. Os museus e a salvaguarda do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia no Brasil. In: GRANATO, Marcus (org.). *Museologia e patrimônio: Coleção MAST – 30 anos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. v. 1, p. 78-119. Disponível em: [https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2015/colecao-mast-30-anos-v.\\_01.pdf](https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2015/colecao-mast-30-anos-v._01.pdf). Acesso em: 4 jul. 2025.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico: reações e transações*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. 2, v. 5. (História Geral da Civilização Brasileira). ICOM. 224 years of defining the museum. República Checa, 2020. Disponível em: [https://icom.museum/wp-content/uploads/2020/12/2020\\_ICOM-Czech-Republic\\_224-years-of-defining-the-museum.pdf](https://icom.museum/wp-content/uploads/2020/12/2020_ICOM-Czech-Republic_224-years-of-defining-the-museum.pdf). Acesso em: 1 jul. 2025.

KNAUSS, Paulo. Cartografia dos museus de história no Brasil: uma escrita em movimento. In: COSTA, Ana Lourdes de Aguiar; LEMOS, Eneida Braga Rocha de (org.). *Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IBRAM, 2018. p. 78-89.

LIMA, Joana David Caprário de. A coleção de paleoinvertebrados do Museu Nacional (UFRJ): formação, trajetória e utilização em contexto museológico. 2019. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://www.unirio.br/ppg-pmus/copy8\\_of\\_joana\\_david\\_caprario\\_lima.pdf](https://www.unirio.br/ppg-pmus/copy8_of_joana_david_caprario_lima.pdf). Acesso em: 4 jul. 2025.

- LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vania Carneiro. Cultura material e coleção em um museu de história: as formas espontâneas de transferência do privado. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 89-118.
- LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/369?mode=full>. Acesso em: 24 out. 2025.
- LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. 2. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2009.
- MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 145-157.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan./dez. 1994.
- MOLES, Abraham A. *Teoria dos objetos*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1981.
- OURO PRETO, Visconde. *A Marinha d'outr'ora: subsídios para a história*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227344>. Acesso em: 19 set. 2025.
- PALHA, José Egydio Garcez. *Ephemerides naves: ou resumo dos factos mais importantes da história naval brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1891.
- PEARCE, Susan M. *Museums, objects and collections: a cultural study*. Washington: Smithsonian Books, 1993.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Memória e história*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. v. 1.
- POULOT, Dominique. Um ecossistema do patrimônio. In: CARVALHO, Claudia; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sara (org.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 26-43.
- RESTIER, Renato Jorge Paranhos Junior. *O conselho naval no oitocentos: propostas para o estudo da relação entre civis e militares no Império*. Navigator, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 2010.
- RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11122015-142218/publico/2015\\_FilipeNicolettiRibeiro\\_VOrig.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11122015-142218/publico/2015_FilipeNicolettiRibeiro_VOrig.pdf). Acesso em: 8 jul. 2025.
- RODRIGUES, Ricardo Carvalho. *Museu Paranaense: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade*. Curitiba: SAMP, 2018. Disponível em: [https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-09/museu\\_paranaense\\_ricardo\\_carvalho\\_rodrigues.pdf](https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/museu_paranaense_ricardo_carvalho_rodrigues.pdf). Acesso em: 10 jun. 2024.

SÁ, Ivan Coelho. Primórdios da museologia no Brasil: David Carneiro e o positivismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15, 2014, Belo Horizonte. Anais [...] Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014. v. 1, p. 4486-4501. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/189384>. Acesso em: 24 out. 2025.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. Cadernos de Sociomuseologia, n. 19, p. 99-120, 2002. Disponível em: <https://l1nq.com/0AnAh>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A escrita do passado em museus históricos. Rio de Janeiro: MinC; IPHAN; DEMU, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. Revista Sociedade e Estado, Brasília, 2011. Disponível em: <https://l1nq.com/T2LWF>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SCAVARDA, Levy. Serviço de Documentação Geral da Marinha: apontamentos para sua história. In: História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956. v. 15.

SCHEINER, T. M. Cultura material e museologia: considerações. In: GRANATO, Marcus (org.). Museologia e patrimônio: Coleção MAST – 30 anos de pesquisa. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. v. 1, p. 17-49.

SILVA, Theotônio Meirelles da. Apontamentos para a história da Marinha de Guerra Brasileira: 1881-1883. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1883. 3 v. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227380>. Acesso em: 29 jan. 2026.

SILVADO, Américo Brazílio. A nova Marinha: resposta marinha d'outr'ora do sr. Afonso Celso de Assis de Figueiredo (ex-Visconde de Ouro Preto). Rio de Janeiro: Typ. Carlos Schmidt, 1897.

TAVARES, Raul. Almirante Arthur de Jaceguay. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo 85, v. 139, p. 408-427, 1921. Disponível em: [https://app.docvirt.com/crv\\_revistaihgb/pageid/75782](https://app.docvirt.com/crv_revistaihgb/pageid/75782). Acesso em: 29 jan. 2026.

TAVARES, Raul. Almirante Arthur Jaceguai. In: JACEGUAL, Arthur. Reminiscências da Guerra do Paraguai. Brasília, DF: Senado Federal, 2011. v. 152, p. 9-66. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573548/000970494\\_Remiscencias\\_guerra\\_Paraguai.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573548/000970494_Remiscencias_guerra_Paraguai.pdf). Acesso em: 29 jan. 2026.

UNESCO. Convenção sobre os meios de proibir e impedir a importação, exportação e transferência ilícitas de propriedade cultural. Paris, 14 nov. 1970. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160638>. Acesso em: 4 jul. 2025.

## SITES

ICOM. Nova definição de museu. 2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Museu: coleções. Rio de Janeiro: IHGB, 2024. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/colecoes-museu/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

ZACARIAS de Góes e Vasconcelos. Biografia. Programa de Pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA), Arquivo Nacional. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/79-producao/70-biografias/568-zacarias-de-gois-e-vasconcelos>. Acesso em: 11 jun. 2025.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A

### RELAÇÃO DOS DIRETORES DO MUSEU NAVAL

O quadro abaixo apresenta relação dos diretores que ocuparam o cargo de diretor da Biblioteca (em suas diferentes estruturas administrativas) e tiveram o Museu Naval sob sua gestão também.

Não possuímos informações de como se deu a direção do Museu Naval no período anterior à unificação do Museu Naval com a biblioteca, em 1890. Assim, entre 1884-1890 ele esteve sob a tutela da Inspetoria do Arsenal de Marinha.

Para a compilação desta tabela foram consultados os Relatórios das Repartições, diferentes ofícios, em que os diretores comunicavam a assunção do cargo, bem como a relação compilada no catálogo de 1910 do Museu Naval e um artigo publicado da RMB em 1927 sobre o histórico da Biblioteca. Elaborando uma nova relação, que não constava compilada de tal forma.

Todas as informações foram confrontadas, e quando ocorrida divergência de datas e períodos, optou-se por considerar em primeiro lugar como fonte os ofícios remetidos pelo próprio e quando na ausência destes o relatório da repartição.

Podem ocorrer diferenças de datas entre o apresentado neste quadro e a data constante em alguns documentos, tal se dá por serem registradas duas datas. A primeira era a data da portaria de designação e a segunda era a data efetiva da assunção do cargo. Podendo ocorrer diferenças de até dez dias entre estas, conforme observado na documentação.

Também podem vir a ocorrer diferenças de patentes entre o aqui registrado e o decorrer dos anos no cargo por motivo de promoção. Aqui foram identificadas as patentes do momento da assunção do cargo.

Relação de Diretores do Museu Naval
De 24 de março de 1884 a 26 de abril de 1890 o Museu Naval estava sob responsabilidade da Inspetoria do Arsenal de Marinha. Não consta na documentação consultada a atribuição de responsabilidade nominal sobre este.

1	Primeiro Tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas	A partir da anexação à Biblioteca da Marinha a 26 de maio de 1894
2	Primeiro Tenente Tancredo de Castro Jauffret (interinamente)	10 de fevereiro a 23 de setembro de 1893, durante a ausência na Europa do diretor efetivo
3	Capitão Tenente Augusto Frutuoso Monteiro da Silva	26 de maio de 1894 a 10 de outubro do mesmo ano.
4	Capitão Tenente Manoel Dias Cardoso	11 de outubro de 1894 a 13 de novembro de 1896
5	Vice-Almirante reformado Arthur de Jaceguay	14 de novembro de 1896 a 10 de janeiro de 1898
6	Capitão tenente Eduardo Ernesto Midosi	de 11 de janeiro de 1898 a 29 de agosto do mesmo ano
7	1º tenente reformado Paulo Antonio Ribeiro do Couto	30 de agosto de 1898 a 30 de abril de 1899
8	Vice-Almirante reformado Arthur de Jaceguay	1 de maio de 1899 a 16 novembro de 1900
9	Capitão Tenente João Maximiliano Algernon Sidney Schieffler	17 de novembro de 1900 a 14 de janeiro de 1901
10	Capitão Tenente João Augusto dos Santos Porto	17 de janeiro de 1901 a 15 de novembro de 1902
11	Capitão de Fragata Candido Floriano da Costa Barreto	20 de novembro de 1902 a 2 de junho de 1903
12	Capitão Tenente reformado Carlos Vidal de Oliveira Freitas	2 de junho de 1903 a 4 de março de 1904
13	Capitão Tenente Alfredo Cordovil Petit	4 de março de 1904 a 17 de janeiro de 1905
14	Capitão de Fragata João Pereira Leite	17 de janeiro de 1905 a 4 de fevereiro do mesmo ano
15	Capitão Tenente Carino da Gama de Souza Franco	4 de fevereiro de 1905 a 23 de abril do mesmo ano
16	Capitão Tenente José Frutuoso Monteiro da Silva	28 de abril de 1905 a 7 de maio do mesmo ano
17	Capitão Tenente Alfredo Pinto de Vasconcellos	8 de maio de 1905 a 7 de agosto do mesmo ano
18	Capitão Tenente Henrique Boiteux	14 de agosto de 1905 a 26 de outubro de 1906
19	Capitão de corveta Henrique Adalberto Thedim Costa	26 de outubro de 1906 a 28 de maio de 1909.
20	Capitão de Corveta José Manoel Monteiro	29 de maio de 1909 a 18 de dezembro do mesmo ano.
21	Capitão de Corveta Ernesto Mafaldo de Oliveira (interinamente)	21 a 28 de dezembro de 1909.

22	Capitão de Corveta Francisco Cesar da Costa Mendes	3 de janeiro 1910 a 25 de maio de 1910
	Capitão de Corveta Eduardo Justino de Proença (interinamente - era o Ajudante)	26 de maio de 1910 a 16 de junho de 1910
23	Capitão de Corveta Henrique Boiteux	17 de junho de 1910 a 5 de novembro de 1910
24	Capitão de Mar e Guerra Candido dos Santos Lara	7 de novembro de 1910 a 17 de fevereiro de 1912
25	Capitão de Fragata Henrique Boiteux	17 de fevereiro de 1912 a 23 de agosto de 1912
26	Capitão Tenente Raul Tavares (interinamente - era o ajudante)	23 de agosto de 1912 a 5 de outubro de 1912
27	Capitão de Fragata Sebastião Guillobel	05 de outubro de 1912 a 2 de maio de 1913
28	Capitão de Fragata João Huet Bacellar Pinto Guedes	8 de maio de 1913 a 2 de setembro de 1913
29	Capitão Tenente Américo de Azevedo Marques	9 de setembro de 1913 a 25 de outubro
30	Capitão de Corveta Jorge Martiniano de Castro e Abreu	25 de outubro de 1913 a 12 de janeiro de 1914
31	Capitão de Mar e Guerra Henrique Boiteux	12 de janeiro de 1914 a 13 de janeiro de 1915
32	Capitão de Fragata Arthur Lopes de Mello	13 de janeiro de 1915 a 14 de junho de 1916
33	Capitão de Mar e Guerra José Libanio Lamenha Lins de Souza	14 de junho de 1916 a 22 de agosto de 1918
34	Capitão de Mar e Guerra Alfredo Cordovil Petit	22 de agosto de 1918 a 4 de dezembro de 1918
35	Capitão de Mar e Guerra Alberto Fontoura Freire de Andrade	4 de dezembro de 1918 a 12 de julho de 1920
36	Capitão de Mar e Guerra Arthur Thompson	12 de julho de 1920 a 5 de fevereiro de 1923
37	Capitão de Fragata Alfredo Reginaldo Teixeira	19 de fevereiro de 1923 a 11 de janeiro de 1924
38	Capitão de Mar e Guerra Jorge Martiniano de Castro Abreu	11 de janeiro de 1924 a 12 de setembro de 1926
39	Capitão de Corveta Dr. Galdino Pimentel Duarte	12 de setembro de 1926 a 10 de fevereiro de 1927
40	Capitão de Mar e Guerra Heraclito da Graça Aranha	10 de fevereiro de 1927 a 3 de abril de 1929

41	Vice-Almirante reformado Alberto Fontoura Freire de Andrade	3 de abril de 1929 a 26 de fevereiro de 1931
42	Capitão de Mar e Guerra Horacio Nelson de Paula Barros	27 de fevereiro de 1931 até a extinção do museu
Fonte: Relatórios de 1906-1927 constantes em ARQMAR 22006; Ofícios constantes em ARQMAR 15453, 15463, 15464, 15466, 15467, 15469, 15470, 15479, 15490 15481, 15482, 15483, 15484, 15485, 15487, 15495, Catálogo Museu Naval Técnico, 1931 e RESUMO Histórico da Biblioteca da Marinha. Revista Marítima Brasileira, ed. 108 p.396-398, 1927a.		

## APÊNDICE B

### ESTATÍSTICA DE VISITAÇÃO ANUAL DO MUSEU NAVAL

O quadro abaixo apresenta as informações estatísticas compiladas do registro de visitantes anuais ao Museu Naval. Estes valores foram apresentados em seus respectivos anos nos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

Destaca-se que foram utilizados os relatórios anuais dos diretores do Museu Naval, em suas diferentes organizações administrativas, confrontando o total com os registros mensais quando estes existem na documentação.

Visitantes anuais		
Ano	Quantidade	Observação
1884-1890	-	Não consta informação na documentação consultada
1890	1.785	De junho de 1890 a 30 de abril de 1891
1891	685	De 30 de abril a 15 de dezembro
1892	675	
1893	542	
1894	272	De maio a dezembro
1895	671	
1896	793	
1897	344	De maio a dezembro
1898	12.267	
1899	12.449	
1900	8.566	
1901	7.573	
1902	6.856	
1903	3.696	
1904	4.605	
1905	4.558	
1906	2.666	
1907	169	Aberto ao público por oito meses
1908	642	
1909	1.784	
1910	3.457	

1911	1.412	
1912	2.643	
1913	4.925	
1914	4.341	
1915	4.044	
1916	3.165	
1917	3.372	
1918	2.892	
1919	10.462	
1920	9.288	
1921	10.785	
1922	4.082	
1923	3.872	
1924	4.344	
1925	4.001	
1926	4.098	
1927	4.618	De janeiro a 21 de outubro
1928	2.885	De março a dezembro
1929	2.649	
1930	-	Não consta na documentação consultada
1931	-	Não consta na documentação consultada
1932	-	Não consta na documentação consultada

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios da repartição e dos registros mensais constantes nos livros administrativos. Fundo Biblioteca da Marinha. Acervo Arquivo da Marinha/DPHDM.